

RAQUEL ABREU-AOKI

**GETÚLIO VARGAS ENCADERNADO**  
**a construção narrativo-argumentativa da imagem do estadista**  
**em *Getúlio Vargas, meu Pai***

Belo Horizonte  
Faculdade de Letras  
Universidade Federal de Minas Gerais

RAQUEL ABREU-AOKI

**GETÚLIO VARGAS ENCADERNADO**  
**a construção narrativo-argumentativa da imagem do estadista**  
**em *Getúlio Vargas, meu Pai***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Linguística do Texto e do Discurso.

Área de Concentração: Linguística do Texto e do Discurso.

Linha de pesquisa: Análise do Discurso.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Eliana Amarante de Mendonça Mendes

Belo Horizonte  
Faculdade de Letras  
2013





“A memória é um fenômeno estranho. Por maiores que sejam os esforços para fazê-la calar, dormir, descansar, ela volta sempre sem piedade”. (Alzira Vargas).

Ao Kembo, por compreender minhas muitas ausências.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem Ele nada disso seria possível.

Agradeço especialmente à minha orientadora, Profa. Dra. Eliana Amarante, pela confiança em mim depositada e pela orientação tão profissional e humana. Gratidão.

À minha mãe, Dalva, e minha sogra, Masako, cujos apoios foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

A toda a minha família e amigos, pelo incentivo constante.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos/FALE, pelas simbioses de conhecimento.

Ao CNPq, pelo apoio à pesquisa.

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar a biografia *Getúlio Vargas, meu Pai*, escrita por Alzira Vargas, filha do biografado, buscando, principalmente, verificar quais *ethé* são delineados para Getúlio Vargas, com o propósito de compreender, a partir deles, qual a imagem do estadista sua filha desejou cristalizar para a posteridade. Como arcabouço teórico, demos ênfase à Semiologia de Charaudeau; aos Modos de Organização do Discurso, também desse autor; e aos estudos acerca do *ethos*. Sobre essa última categoria, ressaltamos que, em um primeiro momento, revisitamos o conceito de *ethos* na retórica antiga, dos sofistas, e nos clássicos, entre eles: Platão, Sócrates, Aristóteles, Cícero e Quintiliano. Em seguida, buscamos contribuições contemporâneas para essa categoria em Perelman & Olbrechts-Tyteca, Charaudeau, Amossy, Maingueneau e Hannah Arendt. Destacamos que, como a biografia *Getúlio Vargas, meu Pai* é perpassada, também, pelo domínio histórico, foi necessário analisá-la interdiscursivamente, com elementos oriundos desse domínio. Com base nessa análise, podemos dizer que nossa expectativa em relação a essa biografia foi frustrada, uma vez que acreditávamos que uma biografia escrita pela filha do estadista iria muito além dos fatos históricos, apresentaria uma perspectiva mais intimista, mais pessoal, o que, aliás, a autora prometeu tanto no título de sua obra, quanto na introdução. Porém, ao contrário disso, Alzira Vargas praticamente não fala do Getúlio, seu pai e sim, do Getúlio, seu patrão, seu chefe e estadista. Constatamos, também, que os *ethé* projetados para o protagonista atribuem a ele inúmeras virtudes, registrando-se escassez de atos viciosos, estes sempre justificados pela autora. Portanto, nessa biografia, a imagem fixada para Getúlio Vargas foi altamente positiva, o que é questionável.

**Palavras-chave:** Getúlio Vargas, Alzira Vargas, *ethos*, Análise do Discurso.

## ABSTRACT

The objective of this research was to analyze the biography *Getúlio Vargas, my Father*, written by the biographed man's daughter Alzira Vargas, mainly seeking to verify which *ethé* have been outlined for Vargas, in order to comprehend, through them, the image of the statesman she wished to crystallize for posterity. As to the theoretical framework we have emphasized the Semiolinguistics Theory of Charaudeau; the Discourse Organization modes, also by this author; and studies on the *ethos*. In relation to the latter category we highlight that, at first, we revisited the concept of *ethos* in the light of the old sophistic rhetoric, and of the classical, which include: Plato, Isocrates, Aristotle, Cicero and Quintilian. Thereupon we sought for contemporary contributions to this category in the works of Perelman, Charaudeau, Amossy, Maingueneau and Hannah Arendt. We would like to point out that, being a biography that is also permeated with historical dominion, it was necessary to analyze *Getúlio Vargas, my Father* in an interdiscursive way, using elements from that dominion. Based on this analysis, we can say that our expectations for this biography have been frustrated, since we believed that a biography written by the statesman's daughter would go far beyond historical facts, and adopt a more intimate and personal perspective, which, by the way, the author promised both in the title of her work and the introduction. However, unlike that, Alzira Vargas hardly speaks of Getúlio, her father, but instead she speaks of Getúlio, her gaffer, her boss and a statesman. We have also observed that the *ethé* designed for the protagonist attribute countless virtues to him, and records scarcity of vicious acts, which in their turn, were always justified by the author. Therefore, the presented image of Getúlio Vargas in this biography was highly positive, which is questionable.

Keywords: Getúlio Vargas, Alzira Vargas, *ethos*, Discourse Analysis.

## LISTA DE IMAGENS

FIGURA 1 – Esquema radial convergente das Identidades Social e Discursiva .....	32
FIGURA 2 – Esquema da engrenagem de competência discursiva .....	36
FIGURA 3 – Encenação do ato de linguagem I .....	41
FIGURA 4 – Encenação do ato de linguagem II .....	43
FIGURA 5 – Capa da biografia .....	65
FIGURA 6 – Contracapa da biografia .....	66
QUADRO 1 – Divisão dos capítulos da narrativa pela biógrafa. ....	76
QUADRO 2 – Papéis actanciais. ....	112
QUADRO 3 – Relação das funções desempenhadas por Getúlio Vargas na narrativa. ....	158

## LISTA DE ABREVIATURAS

AD – Análise do Discurso

GV – Getúlio Vargas

AV – Alzira Vargas

FGV – Fundação Getúlio Vargas

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

EUc – EU comunicante – sujeito comunicante

EUe – Eu enunciador – sujeito enunciador

TUd – TU destinatário – sujeito destinatário

TUi – TU interpretante – sujeito interpretante

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1: ALGUNS PONTOS DE VISTA ACERCA DO CONCEITO DE IDENTIDADE .....</b>	<b>19</b>
1.1. Indivíduo, memória e resíduo histórico .....	19
1.2. A identidade Social e Discursiva .....	28
<b>CAPÍTULO 2: O ATO DE LINGUAGEM COMO ENCENAÇÃO .....</b>	<b>34</b>
2.1. A teoria Semiolinguística .....	34
2.2. A encenação comunicativa.....	36
2.3. O contrato de comunicação e a identidade dos sujeitos .....	39
<b>CAPÍTULO 3: O EUc ALZIRA VARGAS &amp; O NÍVEL DO FAZER .....</b>	<b>45</b>
3.1. Breve histórico sobre Alzira Vargas .....	46
3.2. Entre o particular e o público: o arquivo de Alzira Vargas .....	51
3.3. A ilusão biográfica.....	60
<b>CAPÍTULO 4: A DESCRIÇÃO DO CORPUS .....</b>	<b>64</b>
<b>CAPÍTULO 5: OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO .....</b>	<b>79</b>
5.1. O gênero biográfico .....	79
5.2. Modos de organização .....	82
5.2.1. O Modo Enunciativo.....	82
5.2.2. Diferenciando os Modos de organização Descritivo e Narrativo .....	84
5.2.3. O Modo Descritivo .....	87
5.2.4. O Modo Narrativo .....	109
<b>CAPÍTULO 6: A TEORIA ETÓTICA .....</b>	<b>131</b>
I. O <i>ethos</i> para os antigos .....	131
6.1. Os Sofistas .....	131

II. O <i>ethos</i> para os clássicos .....	132
6.2. Platão .....	132
6.3. Isócrates .....	133
6.4. Aristóteles .....	133
6.5. Cícero .....	136
6.6. Quintiliano .....	140
III. O <i>ethos</i> na contemporaneidade .....	141
6.7. Perelman & Olbrechts-Tyteca .....	141
IV. O <i>ethos</i> no âmbito da Análise do Discurso .....	142
6.8. Charaudeau .....	142
6.9. Amossy.....	144
6.10. Maingueneau .....	144
V. O <i>ethos</i> no âmbito da filosofia política .....	145
6.11. O <i>ethos</i> para Hannah Arendt.....	145
<b>CAPÍTULO 7: OS “GETÚLIOS” DE ALZIRA VARGAS .....</b>	<b>149</b>
7.1. Os <i>ethé</i> de credibilidade .....	149
7.2. Os <i>ethé</i> de identificação .....	170
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>184</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>190</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>198</b>

## INTRODUÇÃO

“Um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas a chave para tudo que veio antes e depois”. (Walter Benjamin).

No mestrado, analisamos a biografia *Getúlio Vargas para crianças*, escrita por Alfredo Barroso e publicada durante o Estado Novo. Tal material, impresso em um suporte escolar [um paradidático], era destinado a contar a vida de Getúlio.

A dissertação comprovou a hipótese de que a biografia, apesar de parecer, em um primeiro momento, um ingênuo material escolar com uma visada meramente instrucional, na verdade, tinha como objetivo inculcar nas mentes dos infantes os valores estadonovistas desejados pelo Governo daquela conjuntura. O suporte material escolar era um pretexto para sua entrada nas escolas; o gênero biográfico uma oportunidade de apologia.

Assim, ao contar a história de Getúlio, o seu dia-a-dia, seus pensamentos, suas atitudes, seus êxitos, por meio de uma escolha lexical criteriosa, que exaltava Vargas, o biógrafo tinha a intenção de despertar nas crianças o desejo de serem como o seu líder e, conseqüentemente, desenvolver uma identidade estadonovista/nacionalista<sup>1</sup>.

Pudemos perceber que os *ethé* projetados naquela biografia eram representativos da temática da identidade nacional, tão cogitada para o povo brasileiro entre 1937 a 1945, ou seja, desejou-se um povo novo para um Estado Novo.

Além da biografia supracitada, outros materiais, analisados por nós, foram elaborados com o intuito de blindar a imagem de Getúlio e a memória da Era Vargas, como por exemplo: *A juventude no Estado Novo*; *História de um menino de São Borja*; *Uma biografia para gente nova*; *Perfil do Estudante Getúlio Vargas*; entre outros.

---

<sup>1</sup> O projeto nacionalista do Estado Novo valorizava, em outras palavras, a uniformização, a padronização cultural e a eliminação de quaisquer formas de organização autônoma da sociedade, que não fosse na forma de corporações rigorosamente perfiladas com o Estado. Daí seu caráter excludente e, portanto, repressor. A formação do Estado Nacional passaria necessária e principalmente pela homogeneização da cultura, dos costumes, da língua e da ideologia. (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984, p. 166).

Uma das conclusões a que chegamos, a partir da dissertação de mestrado, foi que a temática “Getúlio Vargas” é muito rica, merecendo um aprofundamento, em nível de doutorado. Dentro do universo de produções existentes sobre o estadista, uma delas se destacou para nós, a saber, *Getúlio Vargas, meu Pai*.

Esse destaque se deve ao fato de a obra ter sido escrita pela própria filha do estadista. Sendo assim, pareceu-nos que seria permeada por uma perspectiva baseada em laços estreitos e sensíveis, indo além dos fatos históricos, aliada à intimidade de uma relação familiar. Ou seja, de uma biógrafa [Alzira Vargas] que estava “dentro” dos acontecimentos históricos e, também, pessoais do biografado [seu pai, Getúlio Vargas].

Assim sendo, hipoteticamente, alguém que estivesse nos “bastidores da história”, com um ponto de vista intimista, relataria os fatos de forma mais fidedigna e verossimilhante. Como disse a própria Alzira, na introdução da biografia,

Este não é o livro esperado. A história das grandes pequenezas e das pequenas grandezas que se cometeram durante um “curto período” da vida brasileira, examinada à luz de documentos. Êsse<sup>2</sup>, alguém o fará um dia se a coragem me faltar. Êste é, apenas, o livro da minha saudade.

Alzira Vargas participou efetivamente da vida do pai, tanto na esfera particular quanto na pública. Além de filha de Getúlio, foi também sua Chefe de Gabinete, ou seja, atuava nas entranhas políticas. E, após a trágica morte do pai, como veremos posteriormente, deu a si a função de “Guardiã da Memória” de Vargas.

Entendemos, portanto, que o *corpus* escolhido por nós aciona procedimentos particulares de construção do *ethos*. A apresentação de si e do outro se manifestam no entrecruzamento de vozes múltiplas, como a de Alzira [na condição de filha, de Chefe de Gabinete, de “Guardiã da Memória” e também de biógrafa], a de Getúlio Vargas e a de outros. Vozes essas, que poderão se completar, se complementar, podendo, às vezes, se sobrepôr, dependendo do propósito da narradora.

---

<sup>2</sup> Ressaltamos que mantemos nos fragmentos retirados do *corpus* a ortografia original – de 1960.

Outro ponto relevante é que, na linha da Análise do Discurso [AD], há uma pequena mostra de trabalhos sobre *ethé* projetados nesse gênero, sobretudo de *ethé* de personalidades políticas. Porém, é importante pontuar, que não se encontra nenhum trabalho que tenha analisado uma narrativa de vida [de um biografado], pelo olhar de sua própria filha [como biógrafa].

Cabe ressaltar que a professora Ida Lúcia Machado, pioneira dessa linha de pesquisa entre nós, com seu projeto *Narrativas de vida como estratégia discursiva*, demonstrou como esse campo é profícuo, urgente e relevante.

Posto isso, é objetivo desta pesquisa de doutorado analisar quais *ethé* são delineados para Getúlio Vargas [GV], na biografia *Getúlio Vargas, meu Pai*, escrita por Alzira Vargas [AV] e, a partir deles, compreender qual a imagem do estadista Alzira desejou cristalizar para a posteridade.

Destacamos que essa biografia é perpassada pelo domínio histórico; desse modo, faz-se necessário analisá-la interdiscursivamente, com elementos oriundos desse domínio. Ou seja, nossa interface será constituída histórica e linguisticamente. Alcançaremos esse objetivo geral por meio dos objetivos específicos, a saber:

- Compreender as tensões do contexto histórico-político no qual a obra foi publicada;
- Identificar a esfera de produção [EUc/EUe] e a possível esfera de recepção [TUi/TUd];
- Explicar as características que marcam o gênero biográfico e como ele pode estar a serviço da História;
- Relacionar a versão dos fatos narrados por Alzira Vargas com outros, oriundos de *doxas* diversas.

A partir desse ponto, direcionamo-nos para a escolha do nosso quadro teórico-metodológico. Esta pesquisa caracteriza-se como empírico-dedutiva e, sendo assim, primeiramente, estabeleceremos uma análise qualitativa, ou seja, trabalharemos com um *corpus-amostra*, rastreando as ocorrências de *ethé*. Posteriormente contrastaremos tais *ethé*, cotejando-os com versões apresentadas em outras obras. A

partir disso, tentaremos defender quais comportamentos, atitudes e ideologias foram associadas ao protagonista da biografia.

Dentre as teorias oferecidas pela AD, daremos ênfase à Semiolinguística de Charaudeau; aos Modos de Organização do Discurso, também de Charaudeau (2009); e aos estudos acerca do *ethos*. Sobre essa última categoria ressaltamos que, em um primeiro momento, revisitaremos o conceito de *ethos* na retórica antiga, dos sofistas, e nos clássicos, entre eles: Platão, Isócrates, Aristóteles, Cícero e Quintiliano.

Ainda que os teóricos atuais tenham feito releituras interessantes sobre a questão do *ethos*, estes as fazem com base no rico legado dos antigos e dos clássicos, que devem necessariamente ser estudados como ponto de partida de toda e qualquer teoria que se pretenda discutir o *ethos*. Pontuada essa questão, abordaremos, também, as contribuições contemporâneas para essa categoria: Perelman & Olbrechts-Tyteca, Charaudeau, Amossy, Maingueneau e Hannah Arendt.

Como dissemos, buscaremos subsídios na História, na tentativa de cruzarmos os dados do nosso *corpus* com outras fontes. Para isso, utilizaremos as contribuições de Frischauer (1943); Schwautzman, Bomeny e Costa (1984); Jorge (1985); Fausto (2003 e 2006); Gomes (1996); Hélio Silva (2004); Lacerda (1978); Rose (2001); Capelato (1998); Lira Neto (2012 e 2014); arquivos do CPDOC, da Casa dos Contos em Ouro Preto; entre outros.

Portanto, como já mencionamos, a análise do *corpus* selecionado por nós será feita interdiscursivamente. Clareando melhor nossa proposta, analisaremos os elementos linguísticos-discursivos presentes na biografia, nos seus lugares de fala, nos seus universos de ancoragem, nos elementos *extracorpus*.

Essa abordagem é importante, pois possibilita compreendermos os objetivos desse projeto de escrita, em qual situação comunicativa foi produzido, qual lugar social ocupa a narradora para que ela tenha o direito a voz e, também, para checar as informações que são mostradas ou silenciadas pela biógrafa.

Em relação à teoria Semiolinguística de Charaudeau, à qual nos filiamos, a linguagem é compreendida como algo indissociável de seu contexto sócio-histórico. Esse posicionamento teórico será responsável por nos ajudar a compreender: as instâncias de produção do discurso; os parceiros da troca linguageira e seus estatutos;

a finalidade do ato comunicativo; e as circunstâncias materiais nas quais se realiza o ato linguageiro.

Já as categorias dos Modos de organização e do *ethos*, nos ajudarão a compreender a imagem de quem fala [EUc: Alzira Vargas, pessoa real], bem como a imagem sobre quem se fala [EUe: Alzira ser de papel e Getúlio Vargas biografado].

O *ethos* para Charaudeau é a imagem que o sujeito locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre o seu alocutário. Porém, no livro *Getúlio Vargas, meu Pai*, o *ethos* de GV não é construído por ele próprio, mas com a colaboração de sua biógrafa. Diante disso, será necessária a expansão do conceito de *ethos*, para incluir aquele que o enunciador utiliza para falar sobre um outro – o que tomaremos como o *ethos de terceiros*.

Sobre o gênero biográfico, fulguraram como entes norteadores desta pesquisa, estudos de Bourdieu; Chevalier; Ida Machado; Procópio-Xavier; Le Goff; Lejeune; Pena; Peneff; Queiroz; Calligaris entre outros.

Esta tese é dividida em sete capítulos. No primeiro capítulo, abordamos alguns pontos acerca da questão da identidade, relacionando conceitos sobre o indivíduo, a memória e o resíduo histórico. Já no segundo capítulo, expomos a teoria Charaudeana [primeira categoria de análise desta tese]. No terceiro capítulo apresentamos o EUc Alzira Vargas e o nível do fazer [contexto do *corpus*]. Em seguida, no capítulo quatro, descrevemos o *corpus* desta pesquisa. No capítulo cinco, apresentamos um estudo mais aprofundado da categoria, desenvolvida por Charaudeau, os Modos de Organização do Discurso, precisamente, o Descritivo e o Narrativo. O capítulo seis é reservado para a categoria do *ethos*. Primeiramente, fazemos uma pequena incursão nas discussões feitas pelos antigos e pelos clássicos; posteriormente, analisaremos as contribuições dos contemporâneos. E, finalmente, o sétimo capítulo será dedicado à análise dos “Getúlios” de Alzira Vargas, ou seja, dos *ethé* projetados para seu pai.

Antes de nos adentrarmos na pesquisa em si, ressaltamos que esta se pauta em um movimento cíclico de análise<sup>3</sup>, dito de outra forma, apresentamos na exposição teórica, reflexões sobre o *corpus*. Esse posicionamento se fundamenta na

---

<sup>3</sup> Essa mesma metodologia foi utilizada em trabalhos de Raquel Abreu-Aoki (2012) e Maira Guimarães (2015).

compreensão que temos de que o processo de análise de um *corpus* não ocorre de maneira independente do referencial teórico, e sim de forma dialógica, uma vez que o objeto de pesquisa é quem dita qual teoria será utilizada e não o contrário. Isso posto, já na parte teórica, encontram-se análises iniciais do *corpus* selecionado por nós.

## CAPÍTULO 1 – ALGUNS PONTOS DE VISTA ACERCA DO CONCEITO DE IDENTIDADE

“Sob a história, a lembrança e o esquecimento. Sob a lembrança e o esquecimento, a vida. Mas escrever a vida é uma outra história. Uma história inacabada”. (Paul Ricœur)<sup>4</sup>.

### 1.1. Indivíduo, memória e resíduo histórico

Ao narrar sua história de vida ou de outrem, o sujeito mobiliza um arsenal de experiências. Ao reorganizar tais experiências e seus significados, outros EUs são instaurados, pois lembrar vai além de uma simples visita ao passado: essa atividade está ligada às reavaliações, às revisões, às autoanálises, ao autoconhecimento, etc. (SOUZA, 2014). Na tentativa de compreender a escrita memorialista de Alzira Vargas, seu *desejo de memória*, é necessário recorrer, ainda que brevemente, a alguns conceitos em torno da identidade, da memória e da história.

O antropólogo, Joël Candau em seu artigo *Memória e Identidade* (2011, p.) contribui com essa questão salientando que:

não pode haver identidade sem memória [assim como lembrança e esquecimento] porque somente esta permite a autoconsciência da duração. [...] Por outro lado, não pode haver memória sem identidade, pois o estabelecimento de relações entre estados sucessivos do sujeito é impossível se este não tem a priori um conhecimento de que esta cadeia de sequências temporais pode ter significado para ele.

É importante observar que essa concepção é contemporânea e que nem sempre a questão da identidade foi compreendida dessa maneira – como um processo. Nas próximas linhas retomamos o apanhado feito por Abreu-Aoki (2012), que ilustra bem esse fato.

---

<sup>4</sup> Paul Ricœur. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Seuil, 2000, p.657.

O cientista social Stuart Hall (2003) distingue três concepções bem diferentes de identidade, traçando um breve paralelo histórico, a saber: i) a do *Iluminismo*; ii) a do sujeito *Sociológico* ou *Cartesiano*; e iii) a do sujeito *Pós-moderno*.

No *Iluminismo*, a concepção que vigorava entre os homens era de que o sujeito era um ser unificado e centrado por inteiro, dotado de racionalidade, consciência e ação, as quais eram inatas e o acompanhavam por toda a vida. A identidade era compreendida, assim, como o centro essencial da pessoa e essa visão propunha um sujeito individualista.

Com o passar dos anos, essa concepção evoluiu para a compreensão de um sujeito *Sociológico* que, livre do jugo dos dogmas da Igreja, passa a ser o seu próprio senhor, não dependendo mais de nenhuma divindade. A valorização recai sobre a racionalidade do Ser e insere o homem no centro do conhecimento. Nasce assim, o *sujeito cartesiano*. No entanto, para essa linha de pensamento, o sujeito não seria tão autônomo e autossuficiente como no *Iluminismo*, ao contrário, sua identidade seria construída na interação com os outros indivíduos [entre o Eu e a Sociedade].

A essência interior do sujeito, para essa corrente, é então formada e modificada num diálogo contínuo com os mundos culturais exteriores, com as influências que esses mundos oferecem. Sendo assim, conforme Hall (2003), a identidade preencheria o espaço entre o “interior” e o “exterior”, entre o mundo pessoal e o público, e o sujeito projetaria a “si próprio” nas identidades culturais, ao mesmo tempo em que absorveria seus valores e significados, tornando-se parte de um “nós coletivo”. O mundo cultural e o sujeito tornam-se assim integrados.

Entretanto, vale ressaltar que para essa linha de pensamento, o sujeito ainda teria um núcleo ou essência interior que é o seu “eu real”; a grande diferença é que este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais externos e com outras identidades que esses mundos oferecem.

No entanto, é partir do descentramento e deslocamento do ser cartesiano que surge a noção de identidade como um processo e, com ela, a ideia de um sujeito *Pós-moderno*. A partir disso, a identidade do sujeito *pós-moderno*, de acordo com Hall (2003, p.12) “torna-se uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas

culturais que nos rodeiam” [grifo nosso]. A identidade humana na visão pós-moderna não é fixa, permanente ou biologicamente determinada como pensavam os iluministas. Ela é definida historicamente, e o sujeito assume identidades cambiantes.

Hall (2000) entende que as mudanças da sociedade moderna abalaram as ideias que temos sobre nós próprios como sujeitos integrados e com uma identidade definida. Para ele, há uma crise de identidade em decorrência da descentralização dos indivíduos e do deslocamento das identidades. Assumimos identidades diferentes em diferentes momentos, portanto nossas identidades não são unificadas ao redor de um “Eu coerente”. Hall (2000, p. 13) ressalta que “podemos admitir identidades contraditórias, que são continuamente movimentadas”. Dessa forma, as identidades sempre se fragmentam e as diferenças se proliferam.

Em suma, para Hall (2003), no Iluminismo há uma concepção individualista do sujeito e de sua identidade. Já a concepção Sociológica, parte do princípio de que, como um ser social, o homem precisa interagir com o meio. A última, Pós-moderna, concebe a identidade como uma celebração móvel, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.

É interessante observar que Hall (2003) explica que, nessa última concepção, a identidade não seria algo inato, mas formado e transformado no interior da representação, ou seja, pelo modo como podemos identificar uma cultura local por meio de elementos simbólicos expressos por essa cultura. Desse modo, a identidade resulta das interações entre os grupos e os procedimentos de diferenciação simbólica que eles utilizam em suas relações.

Para o autor, não há representação de identidade unificada, mas um conjunto de diferenças. Em outras palavras, a identidade se constrói e reconstrói constantemente no interior das trocas sociais, em um processo dinâmico e inacabado de (co)construção. Isso ocorre devido à complexidade da vida pós-moderna, que exige das pessoas diferentes identidades de acordo com suas representações e com a maneira como são requisitadas pelo meio. Estas são construídas por meio do entrecorte dos usos que os indivíduos fazem dos recursos da história, cultura e linguagem.

Hall (2011) revolucionou o ideário que existia em torno da questão da identidade, ao revelar que ela é adquirida por meio da diferença e não fora dela. Isso implica o reconhecimento radical e perturbador de que é apenas por meio da interação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que nos falta, com aquilo que tem sido chamado de exterior constitutivo que nossa identidade pode ser edificada.

Quanto ao nosso posicionamento sobre essa questão, destacamos que, assim como Hall (2003), consideramos que a identidade não pode ser vista apenas como inerente ao indivíduo [isoladamente] ou a um grupo [por exemplo, brasileiros], mas como resultado de práticas sociais e também discursivas em circunstâncias sócio-históricas particulares. Compreendemos a identidade não no seu sentido individual, mas como uma construção social, gerada a partir de práticas discursivas - discurso de identidades - considerando o discurso como “efeito de sentido entre locutores” (ORLANDI, 2001, p. 21) em que “cada pessoa é membro de muitos discursos” (GEE, 1990, p. 99) e cada discurso representa uma de nossas múltiplas identidades.

A identidade é constituída por diferentes papéis sociais que assumimos e que, vale salientar, não são homogêneos. Podem ser, por exemplo, religiosos [judaísmo e islamismo etc.], políticos [petistas, peemedebistas etc.], funcionais [professores, médicos etc.], estéticos [*clubbers*, *punks*, *hyppies* etc.], de gênero [homens, mulheres etc.]. “As identidades não estão nos indivíduos [como um fim em si mesmos], mas emergem na interação entre os indivíduos” (MOITA-LOPES, 1998, p. 8), atuando em práticas discursivas particulares nas quais estão posicionados os sujeitos, no e pelo discurso, na relação do discurso com a história, por meio de estratégias específicas.

As considerações de Candau (2011) convergem nessa mesma direção, quando salienta que a identidade deve ser considerada sob o prisma da provisoriedade, como processo que é, não permitindo assim a ideia de delimitação ou estabilização.

A Pós-modernidade revelou que a alteridade é o elemento constituinte da identidade humana, pois somos adaptados diante daquilo que é diferente, numa relação de aproximação e distanciamento – somos moldados a partir de uma relação constante com o Outro.

A título de ilustração, recorreremos ao advento da globalização que diluiu as fronteiras dos diferentes grupos culturais. A facilidade de acesso cada vez mais frequente às novas tecnologias da informação e da comunicação, por exemplo, acarretou uma série de mudanças no tratamento das questões culturais e de identidade. Azevedo Netto (2005, p.145)<sup>5</sup> chega a pensar que, “essa situação leva, em muitos casos, toda estrutura social, alicerçada em determinadas formas de reconhecimento de sua história e identidade, a se diluir, em virtude da aproximação e do confronto de visões de mundo diferenciadas”.

Ainda sobre essa questão, Souza (2014) lembra que a globalização interfere nos processos de construção identitária na medida em que resulta na circulação livre de pessoas, capitais, mensagens, ideologias, de modo que a identidade já não pode ser pensada e definida exclusivamente em relação a uma comunidade nacional. Canclini (2006, p. 131) também contribui com essa questão, quando diz que “hoje, a identidade [...] é poliglota, multiétnica, migrante, feita com elementos mesclados de várias culturas”.

Frente a toda essa discussão em torno da identidade, gostaríamos de estender a questão para nossa área de conhecimento, a saber a Análise do Discurso. De que maneira podemos contribuir com o debate? Ora, sabemos que é no plano do discurso que as diferenças são estabelecidas e os papéis sociais são demonstrados pelos sujeitos. As identidades são “pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós. São posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora ‘sabendo’, que elas são representações” (HALL, 2011, p. 112).

Hall considera a identidade como um ponto de encontro, o nó que une os diversos discursos e práticas culturais a que os sujeitos estão expostos e que os interpelam, convocando-os para que assumam seus lugares sociais. No entanto, ressaltamos que a mudança em torno da identidade em si, em relação ao seu conceito pelos homens, não ocorre de modo igual. Há uma variável de comunidade para

---

<sup>5</sup> Disponível em: <http://seer.ucg.br/index.php/habitus/article/viewFile/218/172>

comunidade, de grupo para grupo, de indivíduo para indivíduo, pois é preciso considerar um emaranhado de quesitos<sup>6</sup>.

Dessa forma, compreendemos que é no plano discursivo que a identificação com o Outro pode ou não ocorrer e, conseqüentemente, o cruzamento identitário. É no plano discursivo que o sujeito elabora sua memória e a partir dela sua identidade. É pelo e no discursivo que sujeitos se revelam, pelo dito e não dito.

É em razão dessa construção da identidade por uma malha discursiva, que se faz necessário recorrer aos estudos sobre Memória para compreendermos o fazer biográfico. Souza (2014, p.98) salienta que “é preciso revolver o passado para narrar-se [...] para constituir-se como sujeito diante do outro e posicionar-se dentro de um grupo”. Le Goff (1994) salienta que a memória “remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. Outra contribuição bem-vinda é de Maurice Halbwachs em sua obra *A memória coletiva*<sup>7</sup> (2006).

A questão central dessa obra de Halbwachs consiste na afirmação de que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo. Narrando em primeira pessoa, o autor cita acontecimentos de sua vida particular, tais como passeios, viagens, visitas, que provocaram recordações posteriores. Entretanto, ao lembrar-se desses eventos, afirma não estar sozinho, pois em pensamento, situava-se “neste ou naquele grupo” (HALBWACHS, 2006, p. 31). A origem de várias ideias, reflexões, sentimentos, paixões que atribuímos a nós são, na verdade, inspiradas pelo grupo.

Halbwachs não descarta totalmente a memória individual e se refere a ela como uma forma de intuição sensível: “[...] haveria, na base de toda lembrança, o chamado a um estado de consciência puramente individual que – para distingui-lo das percepções onde entram elementos do pensamento social – admitiremos que se chame intuição sensível” (HALBWACHS, 2006, p.41 – grifo nosso).

---

<sup>6</sup> Por exemplo, a evolução identitária pelo qual passou a mulher ocidental e a mulher oriental [que muitas vezes, é submetida a regimes fechados].

<sup>7</sup> A obra mais conhecida de Halbwachs, muito citada em trabalhos sobre memória, publicada postumamente em 1950. Extraída de anotações deixadas pelo autor, reafirma as relações entre sociedade e pensamento.

Interessa-nos sua compreensão sobre as lembranças, que para Halbwachs, podem, a partir da vivência em grupo, ser reconstruídas ou simuladas. Podemos criar representações do passado assentadas na percepção de outras pessoas, no que imaginamos ter acontecido ou pela internalização de representações de uma memória histórica, como pode ser visto no *corpus* que selecionamos para exemplificação na nossa tese.

A lembrança, de acordo com Halbwachs, “[...] é uma imagem engajada em outras imagens” (HALBWACHS, 2006: pp. 76-78). Ou ainda, “[...] a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada”. (HALBWACHS, 2006: pp. 75-6).

Em suma, a memória para ele teria um fundo social, coletivo. Ninguém poderia lembrar-se realmente de algo fora do âmbito da sociedade, pois a evocação de recordações é sempre feita recorrendo aos outros, seja à família ou aos demais grupos. As lembranças podem ser simuladas quando, ao entrar em contato com as lembranças de outros, acabamos por expandir nossa percepção do passado, contando com informações dadas por outros integrantes do mesmo grupo. Por conta de diferentes debates e apropriações, ao longo dos anos, surgiram críticas – algumas valorativas, outras nem tanto – às suas formulações. No entanto, fato é que depois dos estudos de Halbwachs, quaisquer estudos sobre memória não podem desconhecer sua obra.

Outra contribuição aos estudos sobre a Memória vem do sociólogo Michael Pollak, que explorou as ligações entre a memória e o sentimento de identidade. A partir dos elementos constitutivos desta – pertencimento ao grupo, continuidade dentro do tempo, e sentimento de coerência –, Pollak (1992, p. 5) afirma que a memória colabora no sentimento de identidade [...] na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”.

Weber e Pereira (2010, p.113)<sup>8</sup> salientam que “[...] a relação entre a memória e a identidade está, portanto, baseada no pertencimento do indivíduo a um grupo social”. Pollak [que estudou a identidade em situações extremas], introduz a análise da dimensão política da memória, afirmando que a memória de um grupo, muitas vezes, constitui-se através de “verdadeiras batalhas”, na disputa sobre qual versão predominará sobre determinado episódio. Entre o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido são feitas escolhas, tornando a memória e o esquecimento “os dois lados da mesma moeda”.

Para Pollak (1989, p.2) “não se trata mais de ligar os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade”. Para definir qual memória será guardada, é necessário o trabalho de enquadramento, elaborado por um grupo, uma sociedade ou nação, para reforçar sentimentos de pertencimento. A referência ao passado é muito importante para a coesão interna dos grupos e para defender as fronteiras daquilo que os integrantes têm em comum.

Essa compreensão sobre a dimensão política da Memória é interessante aos objetivos desta tese, pois acreditamos que a biografia, escrita por Alzira Vargas sobre a vida de seu pai, não é apenas um simples registro, é a presença da memória seletiva, enquadrada em um espaço de ressignificações. Dessa forma, pontuamos que um gênero biográfico vai bem além da narrativa de vida de uma dada pessoa, passando por interesses múltiplos, ele pode ser um forte instrumento político e modificador histórico.

Contribui também com nossa pesquisa, a compreensão de Nora (1993)<sup>9</sup> sobre memória e história. As palavras memória e história evocam o mesmo tempo - o passado. Contudo, apesar de terem matéria-prima comum, memória e história são distintas. A memória é a vida vivida, digamos assim, está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações

---

<sup>8</sup> Disponível em > <http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03no2/article/view/57/56>

<sup>9</sup> Texto de Pierre Nora > Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Houry. Disponível em > <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>

sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, já a história seria uma reconstrução sempre problemática e incompleta do que não mais existe.

A memória, para esse autor, é sempre um fenômeno atual, um elo vivido no eterno presente, enquanto a história seria apenas uma representação do passado. Esta, é uma operação intelectual que demanda uma análise e um discurso críticos.

A expressão “lugares de memória” cunhada por Nora é esclarecedora para o que propomos neste estudo. Esses lugares nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea,

[...] é preciso criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas [...]. É por isso a defesa pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os *lugares de memória*. Sem vigilância comemorativa, a história depressa as varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de constituí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que elas envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam “lugares de memória”. (NORA, 1993, p. 13).

Enfim, os “lugares de memória” não são um produto espontâneo e natural, eles são uma construção histórica, são lugares com efeito nos três sentidos da palavra, *material, simbólico e funcional*, simultaneamente: i) “lugares materiais” onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; ii) “lugares funcionais” que têm ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas e iii) “lugares simbólicos” em que essa memória coletiva – vale dizer, essa identidade – se expressa e se revela. São, portanto, carregados de uma “vontade de memória”.

Imbuídos dessa compreensão, tentaremos demonstrar como a biografia escrita por Alzira Vargas revela uma “vontade de memória”, materializando-se, assim, em um “lugar de memória” constituído pelo viés histórico. É importante observar que, como salienta Borges (2009, p. 232), a narrativa biográfica pode supor uma modalidade de escrita da História profundamente imbricada nas subjetividades, nos afetos, nos modos de ver, perceber e sentir o outro.

Como estamos vendo, a identidade do sujeito vai resultar de uma combinação de traços de sua identidade social, que constitui o fundamento de sua legitimidade, com traços de sua identidade discursiva, que depende de estratégias de credibilidade e de captação do Outro. É essa combinação que confere o poder de influência ao sujeito falante, o qual precisa apresentar uma “imagem de si”, na medida em que enuncia seus pontos de vista para seus interlocutores: ele mesmo e os outros. Sobre esse posicionamento, Charaudeau (2009, p. 1) esclarece que

há pelo menos três razões que me levam a considerar o tema das identidades sociais e discursivas como particularmente importante. A *primeira* é que, no domínio das ciências humanas e sociais, e diante da expansão da sociologia, este tema justifica a existência de uma disciplina da linguagem em posição central, tecendo ligações entre elas: não há sociologia, nem psicologia social, nem antropologia que não levem em conta os mecanismos linguageiros. A *segunda* diz respeito às ciências da linguagem propriamente ditas, pois o tema das identidades sociais mostra a necessidade de distinguir a língua do discurso, [...] o discurso é fundador da língua. [...]. A *terceira* coloca em evidência o tema das identidades: o da existência de um sujeito, o qual se constrói através de sua identidade discursiva, que, no entanto, nada seria sem uma identidade social a partir da qual se define. (Grifos nossos).

No próximo tópico, revisitaremos os conceitos de Charaudeau para identidade social e discursiva.

## 1.2. A identidade social e a identidade discursiva<sup>10</sup>

A “Identidade social” é estabelecida a partir da legitimidade que o sujeito adquire das instituições, pelas relações hierárquicas. Ela precisa ser adquirida socialmente para que seja digna de crédito. Mas em que consiste essa legitimidade? Charaudeau (2009, p. 3), explica que “[...] a legitimidade depende de normas institucionais, que regem cada domínio da prática social e que atribuem funções,

---

<sup>10</sup> Fizemos um apanhado da teoria de Charaudeau disposta em nossa dissertação de mestrado. ABREU-AOKI, R. L. *A construção narrativo-argumentativa da imagem de um presidente na biografia Getúlio Vargas para crianças*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2012. Dissertação de Mestrado.

lugares e papéis aos que são investidos por meio de tais normas”. Sendo assim, é a partir dessas condições que o indivíduo se tornaria um ser legitimado.

Para tornar esse tema mais claro, tomemos por exemplo, um juiz federal. Esse ator é legitimado por meio da aquisição de um diploma na área em que atua; sua condição institucional é adquirida por meio de um concurso público, aliado a um sistema de nomeação pelos pares ou superiores hierárquicos. Dessa forma, tal profissão é resguardada por leis institucionais. No entanto, sua legitimidade pode ser colocada à prova se, porventura, este ator tiver um comportamento incompatível com o bom desempenho das atividades do Judiciário, com a dignidade, a honra e decoro de suas funções.

Há também, a legitimidade que é concedida por meio do reconhecimento que uma comunidade tem por um de seus integrantes, sendo fundamentada no valor e na estima que o grupo tem por seu representante. Esse é um caso típico de líderes religiosos, em que alguns são instituídos por meio de uma formação, como ocorre no rabinato. Para um rabino ter esse título, ele deve estudar em uma *Yeshivá*, academia judaica, e ser ordenado por outro rabino. Para o judaísmo, ninguém pode, de uma hora para outra, dizer que é um rabino simplesmente – esta legitimidade é atribuída por uma instituição, após anos de estudo, em nome de um *savoir-faire*.

Além da legitimidade, o ser social necessita conquistar a credibilidade de seus pares. Um bom exemplo disso é o do líder Jim Jones, fundador da igreja Templo dos Povos/Jonestown, local em que colocava sua seita em prática. Valendo-se da fé das pessoas e de estratégias de captação, esse líder mostrou-se credível por meio de sua fala, na tentativa de alcançar suas finalidades. Muitos adeptos de Jones concediam a ele e ao seu discurso tanta credibilidade, que em 1978, cometeram um suicídio coletivo<sup>11</sup>, ingerindo cianureto misturado a um suco de uva: ao todo, 909 homens, mulheres e crianças, uma tragédia que ficou conhecida mundialmente.

Resumindo, a identidade social é em parte determinada pela situação de comunicação: “[...] ela deve responder à questão que o sujeito falante tem em mente quando toma a palavra: ‘estou aqui para dizer o quê, considerando o status e o papel que me é conferido nesta situação de comunicação?’” (CHARAUDEAU, 2009, p. 4). No

---

<sup>11</sup> Documentário: “Jim Jones - Massacre de Jonestown”. Disponível em > [https://youtu.be/1Jbk\\_qTupiw](https://youtu.be/1Jbk_qTupiw)

entanto, veremos em seguida que a identidade social pode ser (re)construída, mascarada ou deslocada por meio do discurso.

Enquanto a identidade social está ligada à legitimidade do sujeito comunicante, ser psicossocial, a “identidade discursiva” é projetada no e pelo discurso pelo sujeito enunciador [no espaço do dizer]. Nesse caso, cabe a seguinte pergunta: “estou aqui para falar como?” Para obtermos a resposta para essa indagação, precisamos considerar duas estratégias que necessitam ser utilizadas pelo sujeito falante ao tomar a palavra, são elas: i) a credibilidade e ii) a captação.

Para que o auditório acredite no orador, este tenta passar a impressão de que é sincero e de que suas asserções são verdadeiras. Para isto, ele deve tentar projetar uma imagem de si – um *ethos*<sup>12</sup> – que lhe permita, estrategicamente, ser levado a sério. Nesse sentido, o sujeito comunicante pode adotar diferentes atitudes discursivas, a saber: a neutralidade, silenciando em seu discurso qualquer pista que aponte um julgamento ou avaliação pessoal; o distanciamento, como é o caso de especialistas que se esforçam para não influenciar sua pesquisa com o seu ponto de vista; as subjetividades inerentes de qualquer sujeito; o engajamento, mostrando em seu discurso ser favorável a uma causa ou não, por meio de argumentos, seleção de palavras, modalizações etc.

Tais atitudes discursivas estariam a serviço de uma atitude demonstrativa, que apresenta argumentos de um modo racional, de maneira que o interpretante deveria aceitar sem hesitar, pois, o fato é apresentado como uma verdade incontornável. Nesse caso, de acordo Charaudeau (2009) persuadir o outro equivale a colocá-lo em um universo de evidências que exclui a possibilidade de discussão.

Ainda de acordo com Charaudeau (op.cit.), as estratégias de captação servem também para as situações em que o enunciador não está frente a frente com o seu interlocutor. O objetivo deste projeto de fala é *fazer-crer*, colocando o interlocutor em uma posição de *dever-crer*. Considerando o nosso *corpus*, percebemos que tal fato acontece quando há o uso de estratégias de sedução, por exemplo, em que a

---

<sup>12</sup> Sinteticamente, podemos dizer que o conceito de *ethos* pode ser definido como a imagem que o locutor constrói de si mesmo em seu discurso. *Ethos* pode referir-se também à imagem prévia que o outro (narrador, personagem ou leitor) pode ter do enunciador ou, ao menos, com a ideia que este faz do modo como seus alocutários o percebem. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 220).

narradora tenta convencer o leitor de que Getúlio Vargas foi um ser predestinado, um herói preparado desde a tenra infância para ser o presidente do Brasil. Tal posição influencia o imaginário de seu auditório, que passa a idealizar Getúlio Vargas como um Salvador da Pátria, que ajudou o País e o povo brasileiro a se livrarem de tantas dificuldades oriundas da República, cumprindo uma missão.

Outro aspecto interessante é o da dramatização em que o sujeito descreve fatos que dizem respeito às intempéries da vida, relatos recheados de analogias, metáforas, etc. A narrativa apoia-se, geralmente, em valores afetivos, socialmente compartilhados, pois se trata de despertar certos sentimentos, de *fazer-sentir*.

Desse modo, podemos dizer que a identidade é um construto das características psicossociais do sujeito e as imagens de si que são construídas discursivamente. A identidade psicossocial concede legitimidade para tomar a palavra e, discursivamente, este sujeito vai adquirir sua credibilidade, construindo imagens positivas e aceitáveis de si ou de outrem, conforme suas intenções, em concordância com valores e crenças que a sociedade compartilha como positivos e aceitáveis.

Em outras palavras, a identidade do sujeito comunicante é compósita. Ela inclui dados biológicos - “somos o que nosso corpo é”, dados psicossociais atribuídos ao sujeito - “somos o que dizem que somos”, dados construídos por nosso próprio comportamento - “somos o que pretendemos ser”. O que chamamos, por comodidade, de identidade social e o que chamaremos de identidade discursiva.

Em nosso material de análise, podemos observar a “imagem de si” de Alzira Vargas sendo projetada por ela mesma, já no primeiro parágrafo do texto: “Tomei conhecimento da existência de meu Pai em começos de 1923, quando o perdi pela primeira vez”. (PEIXOTO, 1960, p.1). Face a isso, vemos que, por mais que a autora *faça-creer* que seu texto é da ordem biográfica [o narrar a vida de um outro], podemos dizer que sua narrativa é escrita de maneira autobiográfica, na medida em que sua narração é assumida por um Eu.

Toda a “narrativa biográfica” é apresentada por Alzira Vargas, mas não na terceira pessoa como é típico das biografias, ela o faz em primeira pessoa, marcando sua presença como narrador-personagem. Em alguns momentos essa narradora traz outras vozes em seu texto: a de Getúlio Vargas e de alguns correligionários, como uma

estratégia de validação do seu discurso. Tais discursos procuram dar uma coerência ao encadeamento de ideias que Alzira pretende defender.

Como se trata de uma “biografia”, notamos que Alzira projeta em seu discurso, uma imagem de outrem, a saber Getúlio Vargas, o seu pai. Nesse caso, trata-se da elaboração da “imagem de si”, por meio da voz de outrem. Ou seja, a noção de *ethos* pode ser expandida para a construção da imagem que o orador faz de outra pessoa.

Em nosso *corpus*, a biógrafa Alzira Vargas durante todo o texto constrói uma imagem para Getúlio, ressaltando aquilo que seriam seus bons atributos, sua boa relação com outras personagens, resgatando sua gênese, etc.

Finalizando, a identidade e o *ethos* são pares no processo discursivo. Como vimos, o sujeito é um híbrido de sua identidade social e discursiva, ele projeta em seu discurso imagens que revelam parte de sua identidade [aquela que se deseja revelar para o seu auditório – mas precisamos considerar que nem sempre esse é um comportamento consciente]. Essas imagens [*ethos*<sup>13</sup>] são análogas às máscaras que podem ser usadas em diferentes situações dependendo da finalidade que se tem. Para Barthes, “[...] uma co-notação: o orador enuncia algo e ao mesmo tempo em que enuncia diz: Eu sou isso, Eu não sou aquilo”. (1970, p. 212).

Gostaríamos de propor uma radial convergente para ilustrar essa questão da identidade social e discursiva.

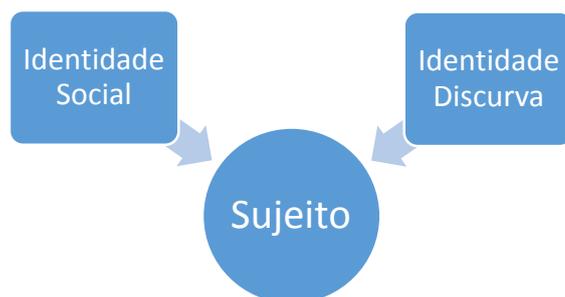


FIGURA 1 – Esquema radial convergente das identidades Social e Discursiva.  
Fonte: elaborado pela autora.

No próximo tópico, adentraremos no aporte teórico que sustenta esta pesquisa. Primeiramente, apresentaremos a teoria Semiolinguística de Charaudeau e,

<sup>13</sup> Ainda que já tenhamos citado a categoria do *ethos*, ela está reservada para outra parte desta pesquisa e nos ajudará a compreender quais imagens Alzira desejou cristalizar para seu pai, nessa biografia.

em um segundo momento, os Modos de Organização do Discurso, desse mesmo pesquisador.

## CAPÍTULO 2 – O ATO DE LINGUAGEM COMO ENCENAÇÃO

### 2.1. A Teoria Semiolingüística

Conforme explicamos anteriormente, nossa pesquisa apresenta na exposição teórica, reflexões sobre o *corpus* escolhido. Dessa forma, neste capítulo apresentamos a Semiolingüística, apontando na biografia *Getúlio Vargas, meu Pai* as categorias que essa teoria oferece e que auxiliarão no processo de significação da produção discursiva enquanto uma narrativa biográfica. Essas categorias serão norteadoras do nosso olhar: tomamos como fundamento conceitos básicos, como o ato de linguagem e a *mise-en-scène*; os sujeitos comunicantes, enunciador, destinatário e interpretante; o contrato comunicativo; os dispositivos utilizados para os diferentes gêneros e modos de organização do discurso.

A Teoria Semiolingüística [TS] de Charaudeau é apropriada aos nossos objetivos, pois não reduz a linguagem a um simples manejo de regras gramaticais<sup>14</sup>, ao contrário disso, a considera como um sistema complexo que envolve muitos aspectos, dentre eles, o contexto-sócio-histórico em que ela está inserida [inclusive esse é um dos motes dessa teoria, considerar a linguagem como algo indissociável de seu contexto de produção, pois é nessa situação que ganhará vida para satisfazer as intenções comunicativas]. Conforme orienta Charaudeau (1992), não se pode falar em ato comunicativo desligado de sua situação de enunciação: os sujeitos do ato de linguagem, tanto os da instância de produção quanto aqueles que estão na instância da recepção; seus lugares de fala; suas intencionalidades e competência comunicacional; o contrato que rege esse ato de linguagem etc.

Dessa forma o uso da linguagem, o comunicar-se com outro, constitui-se em um ato de empoderamento humano. Charaudeau (2008) também relaciona a linguagem a um poder, em suas palavras “talvez o primeiro poder do homem”. É por meio dela, que nos aproximamos de nossos semelhantes, compartilhamos com o Outro nossas

---

<sup>14</sup> Obviamente, o manejo de regras gramaticais também são consideradas nessa teoria, uma vez que nossa análise parte de uma materialidade linguística tracejada em um *corpus* específico. Das formas que a língua é organizada de modo a apreender determinados processos, procedentes das circunstâncias particulares em que se realizam os discursos.

experiências e vivências; além disso, é por meio da linguagem que conseguimos nos mobilizar no mundo, influenciando pessoas e tentando engajá-las em nossos projetos.

Metaforicamente, Charaudeau (2008, p. 7) explica que linguagem é uma atividade humana que se desdobra “no teatro<sup>15</sup> da vida social e cuja encenação resulta de vários componentes”, cada um deles exigindo um *savoir-faire*, que se convencionou chamar competência discursiva. Tal competência resultará da combinação de outras três. São elas:

- *Situacional*, que possibilita a compreensão das condições de produção e recepção da atividade linguageira, da finalidade da troca comunicativa e da identidade dos envolvidos.
- *Semiolinguística*, que consiste em saber organizar a encenação do ato de linguagem de acordo com determinadas visadas [enunciativa, descritiva, narrativa, argumentativa] e a encenação linguageira.
- *Semântica*, que consiste em saber construir sentidos recorrendo às categorias que cada língua oferece, relacionando-os aos saberes de conhecimento e de crença que circulam na sociedade, levando em conta os dados da situação de comunicação e os mecanismos de encenação do discurso.

É a partir do funcionamento desse mecanismo que se produz e se compreende o ato de linguagem, portadores de sentido e vínculo social. Abaixo uma tentativa de esquematizar a competência discursiva:

---

<sup>15</sup>Assim como um ator de teatro utiliza o espaço do palco, cenário, luz, som, atores, texto, para produzir efeitos no sentido em um público esperado, o locutor que fala ou escreve se utiliza dos componentes do dispositivo de comunicação de acordo com os efeitos que ele quer produzir em seu interlocutor. (CHARAUDEAU, 1992, p. 635 – tradução nossa).



FIGURA 2 – Esquema da engrenagem de competência discursiva.  
Fonte: elaborado pela autora.

Sintetizando bem essa questão, Machado (2008, p.189) diz:

Todo sujeito que se comunica e que interpreta um ato de linguagem precisa estar apto a utilizar/reconhecer a forma dos signos, suas regras de combinação e seu sentido em determinado contexto, sabendo que esses signos são empregados para servir de enquadramento à aplicação ou à expressão de um ato comunicativo. Para exercer essa competência precisamos, então, estar munidos de um *savoir-fair* ligado às nossas competências textuais, o que implica forçosamente possuir um certo conhecimento no que diz respeito à construção gramatical, às marcas de coerência de texto [tais como conectores, modalizadores etc], enfim: possuir conhecimentos ligados a tudo o que concerne ao aparelho formal da enunciação. Todavia, essa aptidão precisa também estar ligada ao uso apropriado das palavras do léxico: são elas que divulgam, conforme o contexto em que são usadas, certos valores sociais.

Posto isso, analisaremos nosso material de pesquisa orientando-nos por algumas categorias da Teoria Semiolingüística, que serão explanadas nos próximos tópicos.

## 2.2. A encenação comunicativa

Em uma releitura da Teoria Semiolingüística [TS], Pauliukonis e Gouvêa (2012) explicam que todo ato de linguagem resulta da combinação de dois espaços – o verbal e o situacional – e privilegia a análise da imagem que o sujeito enunciador projeta de si

mesmo em seu discurso [expandindo esse conceito, acreditamos que se pode projetar também a imagem de outros] num emprego de restrições e de manobras. A elaboração dessa imagem pode ser visualizada por meio de um duplo recorte, segundo as autoras: i) o da “enunciação ampliada” – em que se faz o exame do contexto, incluindo os parceiros e as circunstâncias de produção do ato comunicativo; e ii) o da “enunciação restrita” – com enfoque nos procedimentos linguísticos que se constituem como marcas sinalizadoras/pistas na construção de uma imagem ou de um *ethos* legitimador da fala enunciada.

No espaço enunciativo mais amplo, ganham relevância dois princípios básicos que fundamentam o ato comunicativo: o *princípio da alteridade* e o *princípio da identidade*.

- O princípio da alteridade postula que todo ato de linguagem é um fenômeno de troca entre dois parceiros [quer estejam diante um do outro ou não] que devem reconhecer-se como semelhantes e diferentes. São semelhantes porque, para que a troca se realize, é necessário que tenham em comum universos de referência [saberes compartilhados] e finalidades [motivações comuns]; são diferentes porque o outro só é perceptível e identificável na dissemelhança, e porque cada um desempenha um papel particular: o de sujeito-emissor-produtor de um ato de linguagem [o sujeito comunicante], e o de sujeito-receptor-interpretante deste ato de linguagem [o sujeito interpretante]. Assim, segundo esse princípio, cada um dos parceiros está engajado num processo recíproco [mas não simétrico] de reconhecimento do outro, numa interação que o legitima enquanto tal – o que é uma condição para que o ato de linguagem seja considerado válido. Esse princípio é o fundamento do aspecto contratual de todo ato de comunicação, pois implica um reconhecimento e uma legitimação recíprocos dos parceiros entre si<sup>16</sup>.
- O princípio da identidade, que por sua vez, centra-se no próprio indivíduo; é ele que permite dizer: quem sou realmente? Que imagem de mim projeto para o Outro? A identidade desse sujeito é bastante complexa. Nela se articulam dados biográficos e psicossociais atribuídos pelos outros e dados construídos pelo próprio comportamento [o que se pretende ser]. Esses componentes conduzem à construção de duas identidades: uma social e outra discursiva. Há a existência de um sujeito, o qual se constrói através de sua *identidade discursiva*, que, no entanto, nada seria sem uma identidade social a partir da qual define.

---

<sup>16</sup>CHARAUDEAU (2005). Disponível em > <http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-analise-semiolinguistica-do.html>

Essa última é quem concede ao sujeito seu “direito de palavra”, que está fundamentado na sua legitimidade e na sua credibilidade<sup>17</sup>.

Pauliukonis e Gouvêa (2012) explicam que os sujeitos estão sempre dentro de uma situação de comunicação, em relação com seus parceiros da troca enunciativa. E, é nessa troca que são definidas características e contratuais do ato comunicativo: “[...] presença ou ausência física dos parceiros, o canal usado na transmissão, a diversidade de códigos, os comportamentos discursivos esperados na troca, enfim, inúmeros são os elementos que participam dos rituais e caracterizam uma situação interativa”. (p. 57)

Além dos princípios que acabamos de mencionar, há dois outros que fundamentam o ato de linguagem e completam o quadro enunciativo. São eles: o *princípio da influência* e o da *regulação*.

- O princípio de influência estabelece que todo sujeito que produz um ato de linguagem visa atingir seu parceiro, seja para fazê-lo agir, seja para afetá-lo emocionalmente, seja para orientar seu pensamento. Por conseguinte, todo sujeito receptor-interpretante de um ato de linguagem sabe que é alvo de uma influência. Isto confere a este último a possibilidade de interagir, mas obriga os parceiros a levar em consideração a existência de restrições ao exercício da influência. A finalidade intencional de todo ato de linguagem se acha, pois, inscrita no dispositivo sócio-linguístico<sup>18</sup>.
- O princípio de regulação está estreitamente ligado ao princípio de influência, pois a toda influência pode corresponder uma contra-influência. Tal princípio faz parte, consciente ou inconscientemente, daquilo que os parceiros sabem a respeito do ato de linguagem de que participam. Para que a troca implícita ao ato de linguagem não termine em confronto físico ou em ruptura de fala, ou seja, para que ela prossiga e chegue a uma conclusão, os parceiros procedem à “regulação” do jogo de influências. Para isso, eles recorrem a estratégias no interior de um quadro situacional que assegure uma intercompreensão mínima, sem a qual a troca não é efetiva. Este espaço de estratégias está inscrito, igualmente, no dispositivo sócio-linguístico<sup>19</sup>.

---

<sup>17</sup> CHARAUDEAU (2009). Disponível em > <http://www.patrick-charaudeau.com/Identidade-social-e-identidade.html>

<sup>18</sup> CHARAUDEAU (2005). Disponível em > <http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-analise-semiolinguistica-do.html>.

<sup>19</sup> (Op. Cit.).

Resumidamente, enquanto o primeiro princípio procura envolver e afetar emocionalmente o parceiro, alvo de sua influência, o princípio da regulação, que consiste no conjunto de restrições do sistema, torna possível e necessário recorrer-se a estratégias que regulam e permitem a intercompreensão. (PAULIUKONIS; GOUVÊA, p. 2012).

Todo ato de linguagem, como se está vendo, é um evento de produção e interpretação de sentidos, produzido nas circunstâncias de discurso, e que depende dos saberes supostos que circulam entre os protagonistas da linguagem e que é regulado por um contrato de comunicação. Em nosso material de análise, o contrato é o discurso biográfico sobre a vida de Getúlio, com regras específicas de ocorrências. No entanto, conforme veremos, esse contrato é flexível. Nosso *corpus* é um exemplo claro disso, pois apesar de apresentar como proposta um livro sobre a vida de seu pai, Alzira utiliza uma manobra discursiva e acaba por falar sobre si também – tornando o texto biográfico e autobiográfico simultaneamente.

Para que o ato comunicativo se realize, como estamos vendo, há a necessidade de uma intencionalidade dos sujeitos da troca, parceiros linguísticos [o Eu e o Tu, conforme veremos a seguir]. Esse ato depende da identidade de seus parceiros, ligados por uma intencionalidade e regulação, realizado em determinada situação de influência comunicativa e regulado por um contrato comunicativo. Como se trata de um conceito-chave na constituição do ato de linguagem, vamos detalhá-lo a seguir.

### **2.3. O contrato de comunicação e a identificação dos sujeitos**

A noção de contrato assenta-se no pressuposto de que seres sociais pertencentes a um mesmo corpo social estabelecem uma relação de “convivência” e de cumplicidade quanto ao uso dos elementos de sua comunicação e, por isso, lançam mão de estratégias que permitirão colocar em cena suas intenções [o que poderá ser feito de forma consciente ou não]. Dessa forma, pode-se afirmar que, todo ato de

comunicação social pressupõe um determinado contrato<sup>20</sup>. Nos termos de Charaudeau (2008, p. 56),

A noção de contrato pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais estejam suscetíveis de chegar a um acordo sobre as representações linguageiras dessas práticas sociais. Em decorrência disso, o sujeito comunicante sempre pode supor que o outro possui uma competência linguageira de reconhecimento análogo à sua. Nessa perspectiva, o ato de linguagem torna-se uma proposição que o EU faz do TU e da qual espera uma contra partida de convivência.

Ao propor que no ato de linguagem há uma situação de troca que depende de uma intencionalidade e se realiza em espaços de restrição, Charaudeau propõe um modelo de estruturação desse contrato em três níveis: “situacional”, “comunicacional” e “discursivo”. O atendimento a essas condições permite que se chegue à construção do texto como um processo discursivo, foco de interesse de análise nesta abordagem.

Pauliukonis e Gouvêa (2012), fazendo uma releitura desses elementos, explicam que o *nível situacional* (1) dá conta do espaço externo, lugar que determina: a identidade dos parceiros [quem fala com quem?]; a finalidade do ato [para que se fala?]; o domínio do saber que é veiculado pelo objeto da troca [sobre o que se fala?]; e o dispositivo [por meio do que se fala?]. Por fim, o nível discursivo corresponde ao “lugar” de intervenção do sujeito enunciador e deve atender às condições de legitimidade, de credibilidade e de captação.

Dessa forma, o ato comunicativo é um fenômeno que combina o fazer e o dizer, articulados em um duplo circuito comunicativo, o que Charaudeau batizou de Quadro enunciativo. Esse quadro é constituído por um circuito externo > sede do fazer; e um circuito interno > sede do dizer – indissociáveis um do outro.

O fazer é o lugar da instância situacional em que atuam dois parceiros/seres sociais da troca linguística: o sujeito comunicante [EUC] e o sujeito interpretante [TUi].

---

<sup>20</sup> Empréstimo do domínio jurídico, que compreende que os indivíduos sejam capazes de entrar em acordo a propósito das representações de linguagem.

No nosso caso, o EUC da narrativa biográfica, da dedicatória<sup>21</sup> e dos agradecimentos é a escritora Alzira Vargas; mas em relação à Sinopse, temos um outro EUC, que seria a Editora Globo. Em relação ao TUI, este corresponderia aos seres reais, que podem ou não se interessar pela biografia, podem ou não ler a biografia, ou até mesmo concordar ou discordar daquilo que o EUC desejou *fazer-sentir, fazer-saber, fazer-criar*.

Em relação ao nível do dizer, [que corresponde à instância discursiva] é nesse espaço que ocorre a encenação do dizer, no qual participam os protagonistas, sujeitos enunciadore [EUE] e sujeito destinatário [TUD] – que são seres da palavra/seres de papel. Em nosso caso, os enunciadore serão Alzira Vargas narradora, Getúlio Vargas, e outras personagens escolhidas pela autora.

Dessa forma, o quadro do Charaudeau que apresentaremos a seguir, na FIGURA 3, configura apenas uma parte do ato comunicativo relativo ao nosso material de análise. Conforme explicamos, os sujeitos desse quadro não são estáticos, e surgem juntamente com os momentos enunciação: nos turnos de fala, nos discursos direto, indiretos, nos fluxos de consciência etc, em uma troca contínua e constante.

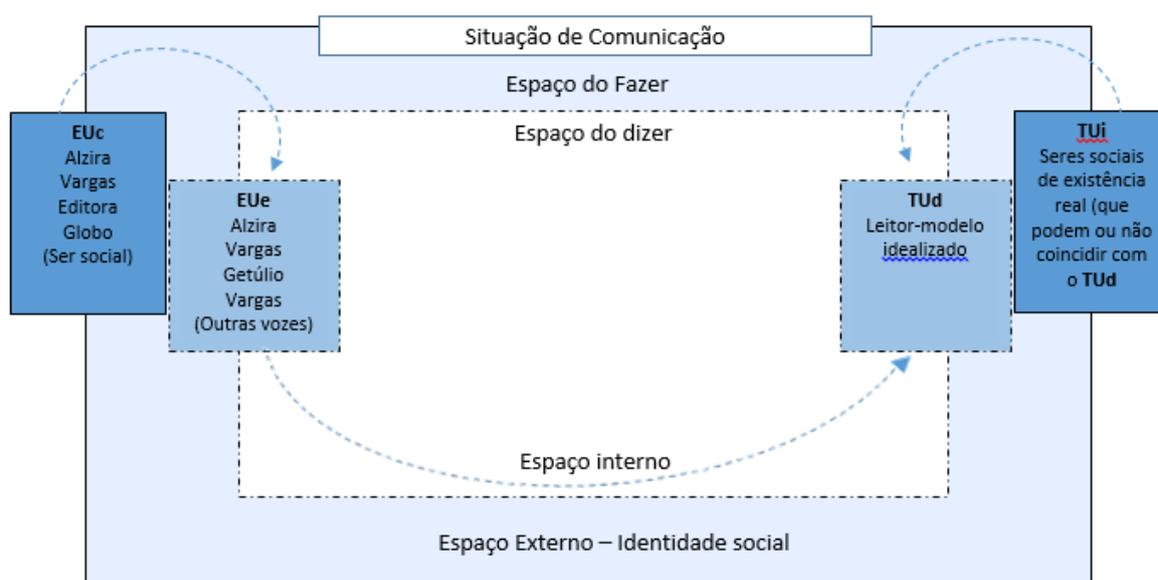


FIGURA 3 – Encenação do ato de linguagem I.  
 Fonte: P. Charaudeau, 2009, p. 52 – adaptado

<sup>21</sup> A Dedicatória da biografia encontra-se no ANEXO 4.

Nesse sentido, o ato comunicacional, como vimos, não pode ser compreendido como um simples esquema comunicacional simétrico, mas como um processo dialético e assimétrico entre quatro instâncias subjetivas que determinarão dois processos [um de produção e outro de interpretação].

Os sujeitos: comunicante [EUc] e interpretante [TUi] são, na concepção de Charaudeau, “sujeitos da ação” que realizam uma *mise-en-scène* discursiva no ato de comunicação, quando atuam como parceiros. Esses sujeitos se ligam a dois outros, que são da “ordem discursiva”: o sujeito enunciador [EUe] que constrói uma imagem de si, ao mesmo tempo em que dirige a um destinatário [TUd], também idealizado. Dessa forma, por meio desse procedimento interlocutivo, ocorre um desdobramento dos lugares enunciativos. (PAULIUKONIS; GOUVÊA, 2012).

Retomando, a TS considera o ato de comunicação como um “jogo” que se mantém em uma constante manobra de equilíbrio e de ajustamento entre as normas [restrições] de um dado discurso e a margem de manobras permitida pelo mesmo discurso. Por esse ponto de vista, todos os atos de comunicação são considerados como uma encenação teatral, que combinam uma dada situação de comunicação com uma determinada organização discursiva e com um determinado emprego de marcas linguísticas. Pauliukonis e Gouvêa (2012, p. 59) reiteram a necessidade de uma competência de produção/interpretação, que ultrapassa o simples conhecimento das palavras e suas regras de combinação, que requer um saber bem mais global, sobre as operações discursivas realizadas e que compreende os elementos contextuais próprios da interação social.

Conforme pontuamos, o ato de linguagem é situacional, por esse motivo, precisamos considerar o recorte histórico e os sujeitos envolvidos na produção biográfica escolhida como *corpus* desta pesquisa. Com base na descrição do quadro comunicacional proposto por Charaudeau, apresentamos, de modo mais sistemático, os sujeitos do discurso presentes em nosso *corpus*, a biografia *Getúlio Vargas, meu Pai*.

O EUc-escritora, em nosso caso a biógrafa Alzira Vargas, é o sujeito empírico do quadro comunicacional, conforme supracitado, proposto por Charaudeau [pertence ao circuito externo/nível do dizer], com identidade reconhecida e com diversas funções sociais, produtora de discursos e textos diversos. É ela quem possui o projeto de

escrita e irá executá-lo. Para tanto, acionará a instância enunciativa [circuito interno/nível do dizer], projetando os EUs: tanto o dela como narradora, quanto o de outros como Getúlio, por exemplo.

É importante destacar, aqui, que nós defendemos uma hierarquização das vozes que podem ser “ouvidas” na biografia. A voz principal é a de Alzira [EUE] que narra e descreve em primeira pessoa, e é ela quem dará espaço para que outros falem. Essas vozes se complementam, convergindo para o projeto de escrita da biógrafa. Exemplificaremos tal ponto de vista com o seguinte fragmento do *corpus*: “Rebentou em São Paulo um movimento armado contra o Governo. Várias guarnições estão sublevadas. Parece que em Mato Grosso e no Rio de Grande do Sul também”. (PEIXOTO, 1960, p. 60). Quem enuncia essa frase é a personagem Getúlio Vargas (EUE2) e sua destinatária, dentro na narrativa é Alzira (TUD2). Porém sabemos que é a Alzira Vargas escritora (EUC), por meio da Alzira Vargas narradora-personagem (EU1) que tal passagem pode ser encenada, pelo viés da memória, dialogando e desejando a adesão de TUD1. A Figura 4 é uma tentativa de esboçar a ideia que apresentamos acima:

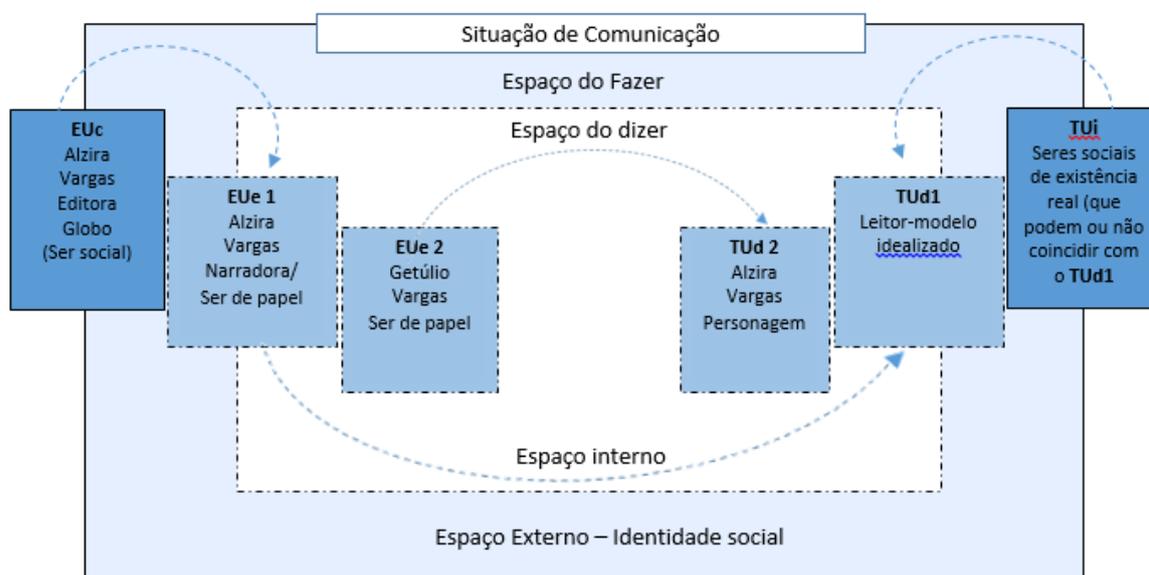


FIGURA 4 – Encenação do ato de linguagem II.  
Fonte: P. Charaudeau, 2009, p. 52 – adaptado

A biografia é elaborada por Alzira do início ao fim. Ao que tudo indica, é ela quem coleta os dados para elaborar seu texto, é ela quem o projeta e executa, organiza o seu ato de linguagem com a finalidade de transformá-lo em uma escrita

sobre seu pai [e, veladamente, sobre si mesma, como veremos]. Esse EUC, além de projetar EUE, engendra um TUD [destinatário idealizado]. Dessa forma, tanto o EUE, quanto o TUD constituirão o resultado da encenação do dizer realizada pelo EUC, que poderá ou não conseguir a adesão do TUI, ser de existência real.

O sujeito empírico Alzira Vargas nos interessa por causa de sua inscrição sócio-histórica no discurso, já que para Charaudeau (1992) não se pode falar em ato comunicativo desligado de sua situação de enunciação, conforme explicamos anteriormente. Dessa forma, reservamos um tópico neste trabalho apenas para falar sobre ela [ser real], ainda que brevemente. Além disso, sentimos a necessidade de falar sobre o arquivo pessoal de Getúlio Vargas, herdado por Alzira após a morte do pai e que lhe serviu de inspiração para escrever a biografia. Ainda, nesse tópico, alertamos que um texto biográfico pode construir ilusões.

É importante ressaltar que o breve histórico sobre esse sujeito empírico, proposta por nós, é o resultado de discursos circulantes anteriores ao nosso *corpus* de análise, coletados por nós em fontes diversas, ou seja, o *ethos* prévio<sup>22</sup> de Alzira Vargas [ser real e ser de discurso].

Os EUEs também serão analisados, posteriormente, nos capítulos que abordam as categorias do Modo de organização do discurso e do *Ethos*.

---

<sup>22</sup> Maingueneau (2005) explica que ainda que a imagem do locutor, ao mesmo tempo em que se constrói no e pelo discurso, fica atrelada às representações coletivas pré-existentes. É nesse sentido que ele distingue *ethos discursivo* de *ethos prévio*. Aquele refere-se à imagem que o locutor constrói de si mesmo no decorrer do evento enunciativo; enquanto este diz respeito à imagem que o orador tem no seu espaço social e às representações que circulam sobre sua pessoa antes mesmo de qualquer interação verbal.

### CAPÍTULO 3 – O EUc ALZIRA VARGAS [SUJEITO-COMUNICANTE-CIDADÃ] & O NÍVEL DO FAZER

“Assim como a morte definitiva é o fruto último da vontade de esquecimento, assim a vontade de lembrança poderá perpetuar-nos a vida”. (José Saramago, 1997)<sup>23</sup>

O material de análise desta pesquisa se insere no gênero biográfico, um *locus* privilegiado para a reconstituição da memória. Sua materialização discursiva é elaborada por Alzira Vargas [AV], filha e braço direito de Getúlio Vargas [GV], tanto na vida pública quanto na política. Como todos os textos, esse também tem uma história e é fundamental que ela seja resgatada para que compreendamos os meandros que o perpassam.

Essa empreitada se sustenta na compreensão que nós, analistas do discurso, temos sobre a linguagem, um ato indissociável de seu contexto histórico-social. Esse posicionamento é responsável por nos ajudar a compreender: as instâncias de produção do discurso; os parceiros da troca linguageira e seus estatutos; a finalidade do ato comunicativo; e as circunstâncias materiais nas quais se realiza a comunicação.

Dito de outra forma, é importante considerar as condições sociais em que as manifestações linguageiras são produzidas, uma vez que toda situação de comunicação determina um uso estratégico da língua, apropriado às suas especificidades e gerado pelas intenções comunicativas dos sujeitos envolvidos nessa interação. Como lembra Bourdieu (1986, p.190), “[...] não podemos compreender uma trajetória sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou”.

Nessa direção, faremos uma incursão na história de vida da biógrafa Alzira Vargas, bem como buscaremos dados sobre a situação comunicativa e sócio-histórica que fomenta a escrita da biografia *Getúlio Vargas, meu Pai*. Posteriormente, contrastaremos alguns dados que a biógrafa desejou cristalizar [na tentativa de

---

<sup>23</sup> SARAMAGO, José. *Todos os nomes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 209.

rememorar positivamente o legado deixado pelo pai e registrar a “verdade”<sup>24</sup> sobre ele] com elementos oriundos de estudos históricos e jornalísticos sobre o *modus operandi* do estadista Getúlio Vargas. Esses passos são necessários, pois acreditamos que uma análise eficaz acontece a partir da interdiscursividade.

Em um primeiro momento, pode parecer estranho a escolha que fizemos. Qual o motivo de focalizar a trajetória de vida da biógrafa, antes mesmo da trajetória do biografado? A resposta parece-nos simples, a biógrafa é a filha de Getúlio Vargas, foi sua confidente em momentos políticos e familiares, a “guardiã da memória”, alcunha que ela mesma adotou após a morte do pai. Por isso, interessa-nos o ponto de vista da narradora, as representações que ela registra, as imagens ou visões de mundo criadas por seu discurso, enquanto possibilidades semânticas de influência. Sendo assim, discorreremos brevemente sobre Alzira Vargas. Nessas próximas linhas, convidamos o leitor a observar que a trajetória de vida de Alzira, por muitas vezes, se entrelaça à de Getúlio, parecendo-nos impossível separar tais histórias<sup>25</sup>. A personificação de Alzira é arquitetada não apenas pelo que se sabe a respeito dela, mas também, pelo discurso que ronda a figura de seu pai.

### **3.1. Breve histórico sobre Alzira Vargas**

Alzira Sarmiento Vargas [Alzira Vargas do Amaral Peixoto por casamento] nasceu em São Borja/RS, no dia 22 de novembro de 1914, filha de Darci Sarmiento Vargas e Getúlio Dornelles Vargas, que viria a ser presidente da República de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954. Em meados de 1930, com a vitória da Revolução liderada por seu pai, Alzira transfere-se para o Rio de Janeiro e inicia sua carreira política.

Embora no início tenha desenvolvido atividades de pouca expressividade como datilografia de documentos, tradução e decifração de telegramas, sete anos depois,

---

<sup>24</sup> Sobre a “verdade”, ressaltamos que Alzira sempre deixou claro seu objetivo de desmascarar as informações negativas, principalmente da imprensa, acerca de seu pai - notícias mentirosas que cabia a ela desmenti-las.

<sup>25</sup> Grande parte das informações sobre Alzira foi retirada do site do CPDOC, porém em outras fontes observamos a mesma ocorrência: retratam Alzira atrelando sua imagem à de Getúlio.

[em 1937]<sup>26</sup>, quando cursava o último ano da faculdade de Direito, é oficialmente nomeada auxiliar de gabinete, passando a integrar o Gabinete Civil da Presidência da República.

Nessa posição, Alzira exercia influência sobre várias outras lideranças partidárias e de um modo particular, organizava a biblioteca e o acervo pessoal do pai e/ou patrão, como costumava chamá-lo. Gomes (1996), atenta para o fato de que não haveria, para Getúlio Vargas, uma pessoa melhor para desempenho dessa função: uma mulher com ligações acima de quaisquer suspeitas e capaz de pôr ordem no interior da trama política, ao mesmo tempo privada e pública, capaz de “arrumar a política” nos seus mínimos detalhes e sem indiscrições.

Esta última função, de arquivista e memorialista, nos chama atenção, pois é a partir dela, que Getúlio Vargas passa a compartilhar com a filha “coisas que não contava para ninguém”<sup>27</sup> e a considerá-la como sua “segunda consciência”<sup>28</sup>. A denominação “segunda consciência” representa para nós bem mais que um simples trabalho de arquivista, trata-se de uma extensão do EU, de uma assimilação imagética, porque não dizer, de um mimetismo/*mímesis*<sup>29</sup>. Mais adiante, mostraremos como tal característica contribuiu para o projeto de escrita e solidificação da memória coletiva/recordação idealizado pela autora. Ainda sobre sua função de arquivista, ele pode ser considerado um marco na trajetória de Alzira, pois é esse trabalho, que mais tarde, legitimará sua autoimagem de “guardiã da memória”.

---

<sup>26</sup> Alzira permaneceu nele até o fim do Estado Novo – novembro de 1945. Ela relata tais fatos, no primeiro dos dois depoimentos prestados ao setor de história oral do CPDOC, em 1979 e 1991. Após este período, enquanto Getúlio Vargas esteve no Rio Grande, Alzira foi um dos elos mais importantes para que Getúlio se comunicasse com a política nacional.

<sup>27</sup> (PEIXOTO, 1960, p. 59).

<sup>28</sup> (Op. Cit., p. 60).

<sup>29</sup> Utilizamos o termo mimetismo não apenas como aquele derivado da biologia que o compreende exclusivamente como fisiológico, mas também como uma forma de se relacionar com o meio por uma forma de assimilação cognitiva elaborada (*mímesis*). Essa questão pode ser melhor compreendida pelos estudos de Lüdke (1981), segundo ele “a adaptação coagida pelo poder superior da natureza, o fazer-se igual, transforma-se de mimetismo em *mímesis* quando ela, como imitação, é efetivada de modo consciente e intencional, leva à duplicação da natureza. Ou seja, o mimetismo seria algo realizado sem a mediação da consciência, de modo automatizado, como um ato reflexo, ou pelo menos, sem nenhum componente de ordem decisória. Já a *mímesis* seria caracterizada pelo aumento da intervenção do aspecto consciente. Este par de parêntese é apenas para ajudar na compreensão do termo destacado acima, no entanto, não é intuito deste trabalho se aprofundar nesses conceitos.

Em 1939, durante o Estado Novo [1937-1945], Alzira casa-se com o interventor federal do estado do Rio de Janeiro, o oficial da Marinha Ernani Amaral Peixoto<sup>30</sup>, com quem teve uma filha<sup>31</sup>. Ao lado dele, atuou como mensageira entre Vargas e o presidente americano Franklin Roosevelt, realizando várias viagens aos Estados Unidos<sup>32</sup>. A condição de filha de estadista e esposa de Ernani Amaral Peixoto possibilitou a Alzira fazer parte da política brasileira. Como salienta Gomes (1996) “[...] foi nessa qualidade que ela participou de forma privilegiada dos círculos mais restritos do poder, podendo conhecer e acompanhar ‘de dentro de casa’ a trama e algumas personagens principais da história do Brasil”.

Em 1945, Getúlio Vargas é deposto por um movimento militar liderado por generais que compunham seu próprio ministério. Também em 1945, Amaral Peixoto [marido de Alzira] renunciou ao cargo de interventor para concorrer às eleições para presidente do estado. Porém, a deposição de Getúlio Vargas e a revogação do decreto que antecipava as eleições estaduais o levaram a disputar, com êxito, uma vaga na Assembleia Nacional Constituinte, quando se iniciou o processo de redemocratização do país. Ele foi um dos fundadores do Partido Social Democrático [PSD], agremiação que aglutinava os interventores estaduais e demais autoridades que haviam apoiado o Estado Novo. Desde então, tornou-se a maior liderança da seção fluminense do PSD, que presidiria de 1951 até 1965, quando o partido foi extinto.

Nota-se que durante o afastamento de Getúlio<sup>33</sup>, Alzira continuava a frequentar os círculos da política brasileira. Vargas se manteve permanentemente informado, principalmente através das correspondências que mantinha com a filha<sup>34</sup>, sua melhor e mais segura informante. Foi sobretudo por intermédio dela que Vargas definiu os passos futuros, elaborou pronunciamentos, corrigiu estratégias, disposto sempre a

---

<sup>30</sup> O casamento com Ernani lhe proporcionou uma visibilidade política ainda maior. Permaneceu ao lado do marido por quase 48 anos.

<sup>31</sup> Celina Vargas do Amaral Peixoto, [Moreira Franco por casamento] – herdeira e sucessora de Alzira na missão de guardiã da memória de Getúlio Vargas.

<sup>32</sup> Estas informações acerca de Alzira Vargas foram concedidas pelo CPDOC > [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/alzira\\_vargas\\_do\\_amaral\\_peixoto](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/alzira_vargas_do_amaral_peixoto)

<sup>33</sup> Sobre o lapso temporal de 1945 a 1949, em que Getúlio fica afastado da Presidência da República, fizemos um resumo, que se encontra no Anexo 1, com o intuito de colaborar para a compreensão desta conjuntura.

<sup>34</sup> Sobre as trocas de cartas entre Alzira e Vargas, sugerimos as seguintes leituras: NETO, Lira. “Getúlio: Da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954)”. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras & “Getúlio Vargas” - Biblioteca Digital - Câmara dos Deputados.

manter um progressivo retraimento até conseguir reajustar a situação, e assim, manter o controle sobre o partido e suas ações.

Lira Neto (2014) também contribui com essa questão, quando revela que em uma das cartas<sup>35</sup> trocadas entre Alzira e o pai, este enumera os perigos que espreitavam todos os caminhos possíveis. Na última linha, pede a opinião da filha: “Que pensas?”. As considerações de Alzira convenceram o pai de que era hora de regressar pela rota do voto.

Em 1950, quando eleito pelo povo por voto direto, Getúlio retorna à Presidência. Ernani Amaral Peixoto retoma o governo do Rio, dessa vez eleito pelas urnas. Alzira volta a assessorar o pai e desempenha um papel importante na crise político-militar de 54<sup>36</sup>, que termina com o trágico suicídio de Vargas.

Ao “sair da vida e entrar na história”<sup>37</sup>, Getúlio Vargas reorienta a atuação política de sua filha, que passa a circular apenas nas adjacências institucionais. Em 1956, durante o governo de Juscelino Kubitschek, Ernani Amaral Peixoto é nomeado embaixador nos Estados Unidos. Alzira segue com o marido para Washington e se mantém reclusa até 1959. Nesse percurso, como salienta Nedel (2011), ela avalia a vida sem o pai e volta ao Brasil determinada a ser a defensora da memória de Getúlio Vargas e de seu legado como homem público. De volta ao País, publica em 1960<sup>38</sup> a biografia *Getúlio Vargas, meu Pai pela* editora da livraria Globo.

Além de outros bens, Alzira herdou o arquivo pessoal<sup>39</sup> de GV, que ela mesma organizou e cuidou desde 1930, conforme mencionamos anteriormente. É ao espólio, entendido como um verdadeiro repositório de “verdades”, que Alzira recorreu na

---

<sup>35</sup> Nesta carta pode-se perceber a empatia que havia entre os dois, pela maneira como se tratam: Alzira chama o pai de “Ge” e o pai a trata por “Rapariguinha”.

<sup>36</sup> Concordamos com Gomes (1996), sobre o fato de que apesar dos laços familiares, *conditio sine qua non*, terem facilitado o ingresso de Alzira à esfera do poder político, ela não foi uma personalidade a reboque, sem autonomia de ideias e ações. Foi exatamente nesta situação *sui generis* de filha e esposa que ela teve condições de construir uma carreira de visibilidade montada em sua competência. Ainda sobre sua performance, considerando que ainda hoje são poucas as mulheres que participam da vida pública do país, com repercussão e reconhecimento, é inegável a expressividade de Alzira Vargas na história político-social do Brasil.

<sup>37</sup> Parte da *Carta-testamento* supostamente escrita por Getúlio, dias antes ao seu suicídio.

<sup>38</sup> O livro de Alzira Vargas do Amaral Peixoto foi publicado pela primeira vez em 1960 e reeditado em 2005 pelo Instituto Estadual do Livro do Rio Grande do Sul, com notas de Celina Vargas do Amaral Peixoto (filha de Alzira) e do pesquisador Francisco Reynaldo de Barros.

<sup>39</sup> Consideramos arquivo assim como Bellotto (2004, p. 256), “papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual [...] de qualquer cidadão que apresente interesse para a pesquisa histórica (...)”.

busca de subsídios, que entrelaçados a suas experiências, resultaria no conteúdo do livro. Com essa obra, a filha de Getúlio Vargas parece estabelecer um marco: encerrar o doloroso processo de luto e regeneração identitária e, ao mesmo tempo, inaugurar seu ingresso definitivo na carreira de memorialista da era e da família Vargas.

Após a escrita do livro, foram raras as aparições de Alzira e sempre tiveram relação com a tentativa de preservar a imagem do pai. A primeira delas, foi na entrevista para a revista *O Cruzeiro*, em 1967<sup>40</sup>, para rebater a insistência de Carlos Lacerda que contestava a autoria da *Carta-testamento*<sup>41</sup>. É nesse momento que a versão original, manuscrita da carta, foi divulgada pela imprensa pela primeira vez.

Sua última manifestação foi em meados de 1991. Já com idade avançada, Alzira concede uma entrevista - com formato de depoimento - para a coordenadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil [CPDOC], Ângela de Castro. Segundo Gomes (1996), seu desejo e motivação eram os mesmos de sempre, recomeçar um trabalho de reedição sobre o ciclo Vargas. No entanto, esse recomeço foi interrompido pela doença e morte de Alzira em 26 de janeiro de 1992. Nessa entrevista, ela desabafa dizendo que por muitas vezes esteve cansada e desiludida, principalmente com a imprensa que tentou sistematicamente deturpar e se esquecer da memória de seu pai. (GOMES, 1996, p. 17).

O arquivo pessoal de Vargas compôs o acervo pessoal de Alzira até 1973. A partir dessa data ela decide doar parte dele ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas [FGV]. Da posse do acervo até a doação há uma transição importante, discorreremos sobre ela no próximo tópico.

---

<sup>40</sup> [http://www.al.sp.gov.br/noticia/impressao/?id=359064&ver\\_imp=true](http://www.al.sp.gov.br/noticia/impressao/?id=359064&ver_imp=true)

<sup>41</sup> A *Carta-testamento* é até hoje uma incógnita, pois existem duas versões dela: uma manuscrita, bastante concisa, e outra mais longa, datilografada, que foi lida como a mensagem oficial de Getúlio ao povo brasileiro. Em ambas, Getúlio informa que deu cabo à própria vida. Um caso emblemático na história política brasileira, de uma morte a qual associou-se o atributo da heroicidade do estadista, já que a interpretação do gesto o aproximou do sacrifício pessoal perpetrado para solucionar a crise que assolava o país. Segundo especialistas, ao suicidar-se, Vargas teria dado um “golpe de mestre”, conseguindo reverter a situação política e calar a oposição que fechava o cerco a sua volta. Além disso, teria contribuído, decisivamente, para a produção do “mito Vargas”, na medida em que teria criado as condições de redefinição de sua própria história, obrigatoriamente avaliada, a partir de então, sob a ótica da grandeza e da tragédia desse momento. As cartas datilografadas e manuscritas encontram-se nos ANEXOS 5 e 6.

### 3.2. Entre o particular e o público: o arquivo de Alzira Vargas

Ressaltamos que não é interesse desta pesquisa um estudo delongado sobre arquivos, no entanto é importante explicar a função das fontes e sua relação com a memória e a história. Parece ser recorrente a prática dos biógrafos em consultar arquivos pessoais, a nosso ver, considerados como portais que dão acesso direto à personagem e sua história de vida. Talvez uma esperança de estreitar o espaço temporal entre passado e presente.

Ao consultar os arquivos, o biógrafo faz um recorte, selecionando as informações de seu interesse, que unidas a outras fontes originarão os insumos para o seu texto. Acreditamos que ao escolher esses elementos e moldá-los em um novo suporte, o biógrafo estaria projetando uma nova realidade, editada sob seu ponto de vista. Sim, pois a produção de uma biografia passa pelo domínio da escolha, com base em intenções, restrições e estratégias, tendo em vista os atores envolvidos nesse processo, sejam os biografados, a família deles ou os leitores. As informações explícitas, implícitas ou silenciadas no texto são marcas subjetivas desse profissional e, como sabemos, não há seres humanos desprovidos de preferências.

Entendendo que é impossível apreender o passado em sua totalidade, tentamos nos aproximar dele por meio das representações feitas, precisamos nos lembrar de que cada uma dessas representações é feita a partir de óticas distintas, perpassadas por valores, crenças, ideologias etc. Dessa forma, se pegarmos cinco biografias diferentes de Getúlio Vargas, escritas por autores distintos, elas poderão ser semelhantes em alguns aspectos, como nomes e datas de fatos históricos, por exemplo, porém estes divergirão na maneira em que serão narrados.

Em suma, seguindo o raciocínio de Jesus Menezes (2013), o conhecimento do passado e seus usos no presente se dão sempre dentro de práticas sociais de interpretação e reprodução da história. A consciência histórica de cada indivíduo se desenvolve dentro de um sistema sócio-comunicativo de interpretação, objetivação e uso público do passado.

Ainda sobre os arquivos, Nedel (2011, p.1) nota que “[...] expostos às intervenções dos titulares, dos herdeiros e das instituições de custódia, os papéis

originalmente produzidos ou acumulados no espaço da intimidade ressurgem em novos contextos, investidos de novos significados”.

Frente a essa noção, seria ingenuidade pensar nos arquivos como fontes objetivas e reveladoras de “verdades” acerca do passado, o que temos são verossimilhanças. Os arquivos são, antes de mais nada, *flashes* de uma vida, construídos e editados [conscientemente ou não], ressignificados à medida que circulam socialmente. Refletindo sobre essa questão, passamos a considerar os arquivos, em si, como produtores de história e, não apenas, fontes para pesquisadores, pois eles apresentam um caráter biográfico.

Os arquivos deixados como espólio passavam e, ainda passam, a ser propriedade dos herdeiros, particulares, como é o caso de Alzira Vargas; de grupos políticos ou profissionais; de instituições associadas à sua trajetória, como exemplo, o CPDOC etc. Dessa forma, constituem um privilégio exclusivo, um pedaço da história a ser conhecida por poucos.

A relação entre biógrafos e controladores dos arquivos, principalmente dos particulares, constitui-se numa forma de alimentação do processo de elaboração da história. Losso (2009) salienta que a forma de acesso aos documentos tornou-se a peça-chave para a orientação dos rumos que algumas pesquisas assumiriam e, conseqüentemente, foi um fator de forte influência no desenho dos resultados delas.

Após receber o arquivo de Getúlio como herança, Alzira Vargas o carregou, literalmente, por muitos anos, e fez jus ao título que deu a si de guardiã. Em depoimento ao CPDOC em 1979, ela conta:

Até 45, **eu organizei** o arquivo. Depois, minha vida ficou muito tumultuada. [...] Mudei de casa tantas vezes que **até para conseguir fugir com aquele arquivo**, de quarenta e tantos volumes, nas vistas da polícia, foi uma lenha. Eles **estavam secos atrás dos papéis; havia documentos que comprometiam muita gente**. (PEIXOTO, 1981, p. 13 – grifos nossos).

O espólio de Getúlio Vargas ficou mais de 20 anos sob a posse de Alzira, sem ser consultado. Depois disso, passou a ser liberado para poucos, considerados dignos de sua confiança. Esse comportamento se alinhava ao seu objetivo de manter no presente

e projetar para as gerações futuras a ideia de que Vargas foi um cidadão, pai e estadista íntegro e bom em todas as suas tomadas de decisão. Para Alzira, a memória dele não podia ser manchada como muitos estavam tentando fazer. No trecho abaixo, ela expressa essa questão:

A primeira vez que tomei conhecimento de fatos sobre Papai, foi quando ele me entregou a primeira fornada de papéis, levei um susto. **O que era corrente no público era mentira. A verdade estava ali, nos papéis.** (Peixoto, 1981, p. 13 – grifos nossos).

Alzira queria *fazer-creer* que os opositores de Getúlio, sempre tidos pelos Vargas como inimigos, queriam macular o passado de seu pai e o nome de sua família, e, para isso, eram capazes de inventar informações mentirosas. Essa era sua justificativa para proteger o arquivo e restringi-lo apenas a pessoas de sua confiança. Estas seriam os aliados e colaboradores do plano de Alzira: contrapor as inverdades que circulavam sobre seu pai, perpetuando a imagem que ele mesmo cuidadosamente projetou durante toda sua vida como homem público.

Alzira Vargas se afastou dos jornalistas e, estrategicamente, se aproximou dos historiadores e brasilianistas<sup>42</sup>. Entre eles, destacamos os mais assíduos frequentadores da casa dos Peixoto, o brasileiro Hélio Silva, o polonês Estanislau Fischlowitz e os norte-americanos Stanley Hilton e Foster Dulles. Ela costumava dizer que “[...] fazer política implicava telefonar, manter alguns amigos e ter informação privilegiada”. Dessa forma, munida de sua influência, manipulou dados históricos e seus aliados, fazendo valer sua versão sobre os acontecimentos da vida de Vargas. E assim, estrategicamente, ela colocou a história do país a serviço da memória do pai e de sua família e se tornou uma agente colaboradora da historiografia. (NEDEL, 2011)<sup>43</sup>.

“Alzirinha”, como era conhecida na crônica jornalística e tratada por amigos, se valia de práticas ditatoriais e manipuladoras, talvez um resquício dos métodos aprendidos com a experiência familiar na política. Nedel ( op.cit) lembra muito bem que suas estratégias de ação se baseavam nos princípios de informalidade e de fidelidade

---

<sup>42</sup> Termo cunhado no Brasil para designar pesquisadores estrangeiros, principalmente os norte-americanos interessados em assuntos brasileiros.

<sup>43</sup> Conteúdo da palestra proferida pela pesquisadora Letícia Borges Nedel na Universidade Federal de Santa Catarina, no dia 20 de setembro de 2012.

ao clã, no controle da informação, na seletividade e vigilância. Em um sistema de trocas em que o carisma e troca de favores eram ingredientes fundamentais.

Um dos exemplos mais representativos dessa afirmativa é a carta trocada entre Estanislau Fischlowitz e Alzira. Nela, ele comenta sobre a revisão que fizeram no trabalho *The Vargas Story* escrito por Foster Dulles [um brasilianista que frequentava as reuniões na casa de Alzira] antes de ser publicado. Abaixo, fragmento da carta:

Ilustríssima amiga, dona Alzirinha, fiquei muito triste, tristíssimo, sabendo que a prezada Senhora não pôde honrar a m. família com sua participação no jantar de ontem [...]. Foster Dulles revelou-se em contatos pessoais, de acordo com sua impressão pessoal, Dona Alzirinha, gringo relativamente simpaticone. O trabalho, árduo e laborioso, da prezada Senhora com a revisão do manuscrito dele deu resultados esperados. Aquele yankee aceitou quase 98% de ss. emendinhas e, de mesmo modo, quase todas de m. autoria. Assim, o vulto do dr. Getúlio ressaltará na monografia em apreço de modo conforme às nn. Idéias comuns. Haverá celeuma terrível no meio de antigetulistas e imagino que meterão pau em mim. Não importa! – parabéns! (Documento do acervo de AVAP – 1944.05.05. Pasta I. Preservamos o texto conforme o original – grifos nossos).<sup>44</sup>

Nesse trecho, fica claro que a monografia do norte-americano Dulles foi um trabalho feito a seis mãos. Ele escrevia o texto, enquanto Alzira e Fischlowitz o editavam criteriosamente, blindando e dando prestígio à imagem de Getúlio. A monografia, uma ode a GV, incomodaria os antigetulistas por seu teor protecionista. Nedel (2011, p. 12), em um de seus artigos, relata que Alzira “[...] cobrava partido dos autores, opinava sobre os resultados das pesquisas e lia tudo o que lhe era enviado na forma de artigos, livros, teses e conferências”. De modo significativo, os resultados das consultas eram avaliados por ela em termos de censura.

Outra prova de que Alzira trocava favores com seus aliados [leia-se copartícipes do projeto apologético “a memória de Vargas não pode morrer”], está na dedicatória que Hélio Silva escreve para Alzira no segundo volume de sua obra *O ciclo de Vargas – a grande marcha*, datado de 1964.

---

<sup>44</sup> Arquivo de Alzira Vargas do Amaral Peixoto – CPDOC.

Quero e devo destacar um nome nimbado de ternura. Desejaria dizer-lhe a minha gratidão em palavras que tivessem o timbre amigo da voz paterna. Porque é a uma filha que me dirijo. A uma senhora de cabelos grisalhos e olhos melancólicos, em quem até o sorriso se tornou triste. E calou suas queixas e dominou sua emoção para dar a seu pai um derradeiro tributo de saudade, abrindo-me arquivos até então cerrados para que pudesse escrever a verdade. Nada pediu, além de justiça. (SILVA, 1964 – grifos nossos).

Os termos “timbre amigo”, “voz paterna”, “a uma filha que me dirijo” apontam a intimidade entre o escritor e a filha do biografado. Em seguida, “o sorriso se tornou triste”, “calou suas queixas”, “dominou sua emoção para dar ao pai um derradeiro tributo de saudade” salientam o projeto de Alzira, que não poupou esforços no resgate, reconstituição sistemática e manutenção da imagem de Getúlio Vargas, seu pai. E por último, “abrindo-me arquivos até então cerrados”, “escrever a verdade”, “nada me pediu, além de justiça” são flagrantes de um pacto preestabelecido. Os arquivos eram abertos para pessoas selecionadas, com uma missão específica: falar a verdade sobre seu pai e fazer justiça a sua história – conforme as lentes de Alzira Vargas.

Se retomarmos rapidamente o excerto “O que era corrente no público era mentira. A verdade estava ali, nos papéis”<sup>45</sup>, percebemos que o lexema “verdade” também aparece ali. Alzira instaura, em seu discurso, um maniqueísmo, o bem contra o mal: representariam o bem as pessoas interessadas em contar a verdade sobre Getúlio, lembrando que, nesse caso, a verdade estava associada a uma lembrança positiva do legado do estadista. E, representariam o mal, os opositores, antigetulistas, logo inimigos dos Vargas.

Outro acontecimento que merece ser mencionado é o I Congresso Brasileiro de Arquivologia, sediado no Rio de Janeiro em 1972. Dentre os participantes, estavam dois dos frequentadores da casa de Alzira Vargas: Stanley Hilton [brasileirista] e Hélio Silva [brasileiro]. O primeiro deles havia sido contratado recentemente pela Capes<sup>46</sup>, para coordenar o Centro de Estudos de História Contemporânea do Brasil, núcleo ligado ao

---

<sup>45</sup> (PEIXOTO, 1981, p. 13)

<sup>46</sup> Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Arquivo Nacional. Nesse trabalho, Stanley era responsável pela catalogação de documentos compreendidos pelo período de 1925 -1959.

Em sua palestra, Hilton denuncia um traço recorrente nos resultados das pesquisas brasileiras: o personalismo, ou seja, uma ênfase no relacionamento pessoal. Declarou que “[...] os historiadores brasileiros abandonaram a pesquisa da História Contemporânea no Brasil, por temerem a reação desfavorável ante a revelação de fatos que se preferiam manter em segredo”<sup>47</sup>.

Em contrapartida, segundo participantes no referido congresso, Hélio Silva [amigo íntimo de Alzira], contestou as considerações de Hilton, alegando que eram falaciosas. As acusações ecoaram na imprensa. Raul do Rego Lima, diretor do Arquivo Nacional, apoiou a declaração de Hilton e a reiterou: “[...] a grande verdade é que muitos pesquisadores e historiadores, no Brasil, procuram esconder certos fatos para não ferir suscetibilidades de parentes vivos de vultos famosos e destruir o culto das personalidades que só deveriam ser lembradas pelo seu lado mau”<sup>48</sup>.

A polêmica refletiu também no Congresso Nacional, no pronunciamento do senador Ernani do Amaral Peixoto [marido de Alzira Vargas]. Consideramos essencial para a compreensão desta pesquisa a leitura dos três excertos a seguir, recortados da declaração<sup>49</sup> de Ernani do Amaral Peixoto Amaral Peixoto.

1. O que há de grave em tudo isto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é que esse jovem que acaba de se formar pela Universidade do Texas, onde foi aluno de um brasileiro, nosso eminente patricio José Honório Rodrigues, esse jovem que veio ao Brasil para escrever a sua tese e aqui resolveu ser professor, doutrinar, inclusive falar sobre a nossa política, sobre a nossa orientação, e interpretar os fatos de nossa História, o que há de grave é que foi dada a esse jovem autorização para classificar, no Arquivo Nacional, duzentas caixas de documentos brasileiros que não foram até agora selecionados, examinados por qualquer pesquisador brasileiro. Não sabemos o que lá consta. (Anais do Senado Federal, República. 1972, Livro 12, p. 217 – Mantemos a escrita original).
2. Acho, Sr. Presidente, Srs. Senadores, perfeitamente razoável, justificando-se todos os pontos de vista, a idéia do Diretor do Arquivo Nacional, de proceder ao inventário do que se acha dentro daqueles

---

<sup>47</sup> Anais do Senado Federal, República. 1972, Livro 12, p. 217.

<sup>48</sup> In: *Pesquisa Falha, admite diretor do arquivo*. O Estado de São Paulo: 24/10/1972, p. 19.

<sup>49</sup> ANEXO 2 – Pronunciamento de Ernani do Amaral Peixoto na íntegra

baús. Devem ser documentos da mais alta importância para a História do Brasil. Mas não é possível que se dê a um estrangeiro o direito de fazer esse inventário, o direito de rever antes de nós essa documentação. Não temos no Brasil quem possa assumir esse encargo? Não temos Hélio Silva? O Sr. José Honório? Não temos tantos historiadores [...]. (Anais do Senado Federal, República. 1972, Livro 12, p. 217 – Mantemos a escrita original/grifos nossos).

3. Acredito que todos os países procedem deste modo e, por isso, não compreendo que se entregue no Brasil uma parte da nossa História – a dos últimos 50 anos da vida política do Brasil – a um cidadão estrangeiro que não tem esse título altamente qualificado, pois ele acaba de se formar, veio para o Brasil não para lecionar, mas para completar o seu curso, para fazer a sua tese de mestrado e aqui se arvorou em professor. Sou favorável ao intercâmbio de professores e alunos. Acho válida a idéia do aproveitamento de jovens universitários para esse mister, mas orientados por um brasileiro. (Anais do Senado Federal, República. 1972, Livro 12, p. 217. Mantemos a escrita original – grifos nossos).

Hilton, preocupado com a repercussão da sua palestra e as consequências na sua relação com Alzira Vargas, vai até a casa dos Peixoto para oferecer explicações. Não encontrando Alzira, deixa o seguinte bilhete:

Patroa. Bastante confuso e magoado, passei aqui para falar com a senhora e o Senador sobre o discurso pronunciado no Senado 5ª Feira passada, discurso que só li na íntegra hoje. Já que a senhora me conhece tão bem, e sabe quanto são falsas as informações que andam repetindo, quero crer que o discurso não foi publicado. Telefonarei depois. Um abraço do mesmo amigo e admirador de sempre, Stanley. (“Bilhete de Stanley Hilton a AVAP”, RJ, 30/10/72. Anexado ao bilhete, um recorte de jornal com a manchete “Peixoto não quer que americano examine documentos brasileiros” – AVAP gv acgv 1944.05.05 – pasta I. Mantemos a escrita original – grifos nossos).

Gostaríamos de lembrar que Hilton, como explicamos anteriormente, pertencia ao seleto grupo que frequentava a casa de Alzira Vargas e tinha, privilegiadamente, acesso ao acervo pessoal de Alzira e Getúlio Vargas.

Ainda sobre o privilégio exclusivo sobre o acervo de Getúlio, gostaríamos de pontuar mais um fato. Celina do Amaral Peixoto, filha de Alzira, e sua amiga Aspásia Camargo, ambas sociólogas, após doutorado na França, voltam ao Brasil com ideias inovadoras, sendo, a principal delas, fundar a CPDOC. Nele, como explica Nedel (2011)

desejavam fazer uma nova proposta sobre os arquivos e história política contemporânea do Brasil. Posteriormente, integraram-se ao grupo outras pesquisadoras, como Lucia Lippi Oliveira, Ângela de Castro Gomes, Rosa Maria Barbosa de Araújo e Marieta de Moraes Ferreira. Para elas, os arquivos de pessoas ligadas aos acontecimentos da revolução de 30, do Estado Novo, a “redemocratização” e instalação de um novo regime ditatorial eram ferramentas indispensáveis para compreender e até mesmo criticar e autocriticar nosso passado. (NEDEL, 2011)

Em 1973, convencidos pela filha, Alzira Vargas e Ernani Amaral Peixoto doaram o arquivo para a Fundação Getúlio Vargas. Essa Fundação, desde 1944, era coordenada por Luís Simões Lopes, fiel aliado político de Getúlio e amigo de Alzira, um antigo colega de serviço no gabinete da presidência. Reverente à memória do ex-chefe e correligionários, permitiu a criação de uma unidade destinada ao espólio varguista, o CPDOC. Desde então, o instituto passou a ser frequentado por vários pesquisadores.

De acordo com Celina Vargas, filha de Alzira, os pesquisadores vinham consultar os arquivos, mas tinham que “pagar pedágio”, fazendo uma palestra, falando sobre o que estavam fazendo no momento. “Eles tomaram conhecimento do nosso trabalho e viram que íamos melhorar a vida deles, pois em vez de irem para a sala de jantar da dona Alzira pesquisar o arquivo Vargas, teriam uma sala no CPDOC e um acervo organizado”<sup>50</sup>.

Após a doação do acervo, Alzira ainda tentou controlar as pessoas que frequentavam o CPDOC e estender a censura prévia à produção dos pesquisadores, mas dessa vez, sem sucesso. Sobre esse comportamento, Celina Vargas comenta:

---

<sup>50</sup> (AMARAL PEIXOTO, 1999, p. 239).

Na minha cabeça sempre foi cristalino que o CPDOC não seria uma instituição getuliana. Queria uma instituição que estudasse um período que marcou o país – e quanto a isso não tenho dúvidas. Posso até ter recebido alguma crítica, mas tenho tranquilidade para dizer que nunca quis criar um “mausoléu”, mesmo porque sempre tive aversão ao estilo laudatório, ao estilo populista. Tanto que nunca fiz disso meu projeto de vida. Mesmo minha mãe, que me pedia para ler as coisas do CPDOC antes de serem publicadas, muitas vezes não foi atendida. Lia depois de publicadas. E muitas coisas ela leu, não gostou, mas teve que engolir. De minha parte, sempre tive muito claro dentro de mim que, em torno do arquivo de Getúlio, eu iria criar um centro de reflexões sobre o Brasil. (AMARAL PEIXOTO, 1999, p. 240. Mantemos a escrita original – grifos nossos e aspas da autora).

Com essa declaração, Celina reafirma a postura que sua mãe sempre teve em relação ao espólio de seu avô - fez dele seu projeto de vida, monopolizou e manipulou as informações. Parece, também, que Celina deseja *fazer-saber* e *fazer-criar* que rompeu com essa característica autocrática dos Vargas. E que o arquivo do seu avô e o CPDOC, de modo geral, deveriam constituir um centro de estudos para se refletir sobre a história do Brasil sem restrições ou censura<sup>51</sup>. Mas não é nosso objetivo falar sobre Celina, o que queríamos era apenas destacar parte de suas colocações em relação a sua mãe.

---

<sup>51</sup> Gostaríamos de ressaltar o que já havíamos dito anteriormente, sobre nossa dificuldade em trabalhar com material de arquivo no Brasil. Durante o mestrado, pareceu-nos que a Fundação Getúlio Vargas não estaria muito disposta a fornecer o material por nós requisitado, a saber “Getúlio Vargas para Crianças. Para começar, não era possível ter acesso ao original, mesmo sendo pesquisador. O material solicitado, além de ser pago, não tinha qualidade, as páginas estavam encadernadas de forma desordenada e o número de algumas páginas foi cortado devido a fotocópias malfeitas, o que julgamos ser um desrespeito ao pesquisador e também ao consumidor. Além disso, o custo por uma cópia escaneada era alto e não havia garantia de qualidade. Gostaríamos de deixar registrada aqui essa nossa dificuldade, pois acreditamos que a pesquisa sobre documentos brasileiros e, por consequência, sobre assuntos nacionais, deveria ser incentivada com acervo disponível *on-line* e livre acesso para os pesquisadores que venham a se interessar, a exemplo de tantas outras fundações e acervos nacionais encontrados na Europa e países da América do Norte. Com isso, percebemos a precariedade de pesquisa em acervos em nosso país e esperamos que nosso trabalho possa lançar alguma luz para este problema no sentido de mostrar a importância deste tipo de pesquisa. Fechamos nosso parêntese.

### 3.3. A ilusão biográfica

Como vimos no tópico anterior, a intenção de desmentir as “falsas” interpretações sobre Getúlio nunca foi abandonada pela detentora dos arquivos, levando-a a investir pesadamente no controle da memória histórica fabricada a partir dos documentos que mantinha em seu domínio. Dessa forma, Alzira exigia dos pesquisadores o mesmo compromisso de fidelidade que era cobrado dos antigos aliados políticos. Esse objetivo definia a utilidade do acervo no “dever de memória” (HEYMANN, 2007) vislumbrado pela herdeira.

A relação entre biógrafos e detentores dos arquivos influenciou consideravelmente os processos de elaboração da história. O acesso aos documentos, a seleção dos materiais e posterior revisão daquilo que era escrito, a partir desses insumos, orientavam os rumos que uma dada pesquisa assumiria e, conseqüentemente, seus resultados. Como salienta Monjaret (2005, p.55).

Os arranjos, classificações, enfim, todos os atos que constituem, no limite, uma dada cartografia aos fundos pessoais têm mais a ver com a atualização interessada do passado do que com o congelamento de lembranças. Em outras palavras, a ação de acumular papéis é parte de uma seleção contínua, que implica na construção de um traço identitário manipulável, numa recomposição de imagens a partir de objetos.

Grande parte da história do Brasil e de seus vultos históricos foi descrita do ponto de vista da elite envolvida nos eventos narrados, em especial, a elite que seria beneficiada por ela. No caso Alzira Vargas, como demonstramos, o valor de uso dos documentos próprios e familiares, especialmente dos registros produzidos e acumulados por seu pai, esteve estreitamente vinculado ao exercício de um papel autodelegado: o de “guardiã da verdade” – reconhecido por pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

Como dissemos anteriormente, não temos a intenção de dissertar sobre o conceito de arquivos, composição, funções etc. Porém, foi necessária essa breve abordagem para demonstrarmos o poder que Alzira teve sobre o legado de GV e, conseqüentemente, sobre a história que se contou sobre ele.

Naquela época, muitos trabalhos foram desenvolvidos em torno da figura de GV por pesquisadores e aliados políticos de Alzira, naturalmente, e também pelos antigetulistas que não se submeteram aos desmandos alzirenses e aos seus próprios escritos. Dentre os trabalhos elaborados por Alzira, tomamos conhecimento da biografia *Getúlio Vargas, meu Pai*, que atraiu nossa atenção, a começar pelo título.

A obra retrata uma das figuras políticas mais paradoxais do Brasil, um presidente enigmático, que até hoje divide opiniões entre brasileiros e estrangeiros. Isso é possível, porque o varguismo é uma lembrança que foi bem construída pela memória oficial, com o auxílio da máquina da propaganda e de seus colaboradores. Também é recordada com nostalgia pelos trabalhadores que se sentiam dignificados ou beneficiados pela política do “pai dos pobres”<sup>52</sup>. (CAPELATO, 1998).

Muitos defendem os feitos de Vargas, suas contribuições sociais como leis trabalhistas, possibilidade do voto feminino, desenvolvimento econômico, etc. Porém, ao se acionar o passado, é necessário rememorar igualmente o lado obscuro da política varguista, sustentada pelo abuso de poder, manipulação das massas, controle da imprensa e das artes, supressão de direitos, torturas e assassinatos de opositores, políticos ou não.

As narrativas historiográficas, como é o caso do nosso material de análise, são obras que possivelmente despertam nos leitores sentimentos de identificação, pertencimento e curiosidade, principalmente, quando a proposta do autor é algo próximo a despír a personagem de sua exterioridade conhecida, trazendo novidades sobre sua vida íntima<sup>53</sup> – mostrando-o como pessoa comum e, ao mesmo tempo, seus feitos profissionais, seus louros de sucesso. Assim, é comum que o leitor, ao final de uma biografia, tenha a sensação de que conhece bem a vida do biografado. No entanto, o máximo que a biografia pode oferecer é uma reconstrução, um efeito de real. (PENA, 2004).

---

<sup>52</sup> Havia um discurso oficial que propagava a paz social, segundo o qual, inexistiam quaisquer insatisfações políticas e sociais, não haviam greves, reivindicações ou mobilizações dos trabalhadores. ” (TINOCO, 1955, p. 142). “O mito da doação se propagou com a maior intensidade, a partir do Estado Novo, e pela sua difusão se tentou *fazer-crer* que a legislação social não passaria de uma dádiva caída dos céus getulistas sobre a cabeça dos trabalhadores brasileiros” (PARANHOS, 1999, p. 23).

<sup>53</sup> Esse fenômeno pode ser observado no sucesso de vendagem da trilogia escrita por Lira Neto, biógrafo de Getúlio, que promete revelar novidades e segredos sobre a vida do estadista.

Como pontuam Rondelli e Herschmann (2000), à biografia não resta outra trajetória a não ser tornar-se uma reunião de fragmentos dotados de sentidos e que permitirão ao leitor elaborar uma imagem sobre quem teria sido o sujeito sobre quem se escreve, sob o ponto de vista de quem escreve. Para Le Goff (1994), os documentos ou os testemunhos que ficam como vestígios do passado são obras de seleção, escolha do historiador e não a verdade do passado. Ou seja, as biografias tanto revelam como ocultam.

Diante disso, propomos que a biografia *Getúlio Vargas, meu Pai* seja analisada junto aos seus lugares de fala, aos seus universos de ancoragem, considerando o entorno do seu processo de elaboração e a interdiscursividade com outros registros históricos [científicos, oficiais, jornalísticos]. Ou seja, deve-se questionar sobre i) quem produziu determinado vestígio?; ii) em qual situação?; iii) com quais interesses? A credibilidade das fontes deve estar atrelada à suspeição das mesmas.

Um leitor ingênuo pode não considerar tais fatores, não ter um conhecimento prévio sobre os fatos apresentados pela biografia, pode acreditar na transparência do texto, aderir ao projeto de escrita e internalizar os fatos como uma verdade inquestionável. Além disso, pode crer que aquela obra revela um sujeito por inteiro e toda uma vida, caindo na armadilha da ilusão biográfica (BOURDIEU, 1986).

Ainda nesse sentido, Lejeune (2008) defende a ideia de que o leitor, incluímos neste grupo, precisa ler uma biografia considerando a intenção de quem a produziu. Aliado a essa questão, Peneff (1990) adverte a respeito de um traço recorrente nas biografias: a maioria das histórias de vida consiste em verdadeiras apologias. Em outras palavras,

Há uma tendência de escassez de atos errados ou imorais, de práticas injustas ou violentas, de comportamento fraudulento de quase todo o tipo da parte do biógrafo. A maior parte das histórias de vida tenta falar com uma única voz, sem contradições e sem oponentes. Partes quase inteiras da vida são deixadas de fora, especialmente, os episódios dolorosos ou questionáveis que poderiam trazer danos à imagem do biografado. (PENEFF 1990).

Obviamente, ninguém biografa em vão. Biografa-se com finalidades específicas: exaltar, criticar, denunciar, renegar, apologizar, santificar, dessacralizar. Tais

finalidades e intenções fazem com que, ao se retratarem histórias de vida, experiências singulares e trajetórias individuais, uma nova ordem seja instaurada. Por isso, devemos questionar a autenticidade dos fatos narrados, relacioná-los com outros textos e tentar revelar aquilo que é dito ou não. É nesse entremeio que nos aproximamos de um conhecimento lúcido sobre a história.

Finalizando, recorremos aos estudos de Benveniste ([1974]1983), nome obrigatório nos estudos linguísticos, que em sua época já sinalizava essa problemática. Para o autor, o tempo torna-se efêmero porque, ao contar o que aconteceu ontem, os fatos já não são mais os mesmos, eles são recontados sob a ótica de quem narra. Existe um tempo físico no mundo, uniforme e contínuo, e o tempo psíquico dos indivíduos, variável segundo suas emoções e seu mundo interior.

## CAPÍTULO 4 – DESCRIÇÃO DO CORPUS

O *corpus* escolhido para este trabalho é a (auto)biografia *Getúlio Vargas, meu Pai* escrita por Alzira Vargas, filha de Getúlio Vargas, publicada nos anos 60, no Rio de Janeiro e em Porto Alegre pela editora Globo.

Seus elementos paratextuais<sup>54</sup>: a capa; a sinopse na contracapa; a dedicatória; os agradecimentos; o índice; a introdução [que em nosso material se configura como um paratexto, pois vem separada do texto principal e é estruturada como um poema] e o apêndice são importantes para a análise do *ethos*, pois a partir daí o perfil de Getúlio já vai se delineando.

Na capa do livro, por exemplo, encontramos o título da obra, como bem lembrou Eco (2001), “os títulos delineiam, sugerem e apresentam aquilo ou aquele(a) que será narrado(a); eles são já são uma interpretação”. O título de um livro sinaliza uma possível interpretação, antecipa informações, podendo formar de antemão uma opinião prévia do leitor. Além disso, pode-se ver uma foto em que a biógrafa aparece abraçada como o biografado, fato que dificilmente aconteceria em outras biografias. Os dois estão sorrindo em uma relação de afeto, que demonstra proximidade entre eles e uma faceta simpática de GV - o sorriso de Getúlio, a propósito, foi fortemente explorado durante todo o seu governo, para cativar o povo.

O extrato icônico aparecerá em dois momentos: na capa e na contracapa, como poderá ser visto a seguir. Fotografias, muitas vezes podem testemunhar fatos narrados, dando uma ideia de real.

---

<sup>54</sup> Recurso textual que segue o texto mais importante. Ele está posicionado exatamente na fronteira do conteúdo fundamental de um livro. E nesta disposição espacial atua como princípio intermediário entre a obra e quem a lê. Esta intrincada ponte pode ser realizada por meio de títulos, subtítulos, intertítulos, capas, prólogos, preâmbulos, apresentações, introduções, epígrafes, notas de rodapé, anotações no final do livro ou nas margens das páginas, observações, sumários, bibliografias, ilustrações impressas na folha de rosto, dedicatórias, tiras, entre outros.

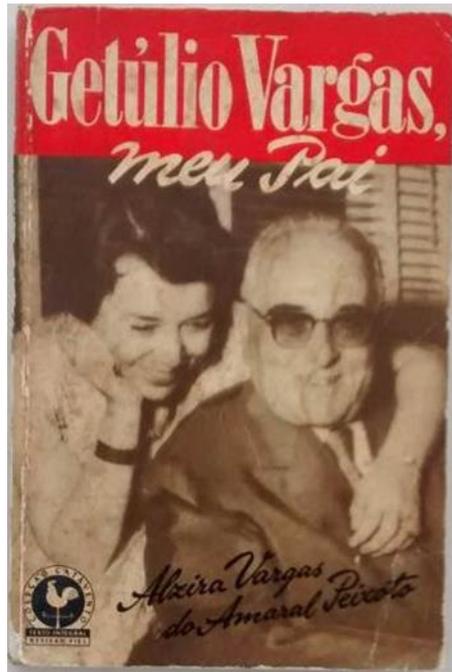


FIGURA 5 – Capa da biografia

Além desses subsídios supracitados, é na capa que aparece o nome da autora: Alzira Vargas do Amaral Peixoto. Sobre o nome próprio, Bourdieu (1996) pontua que nele institui-se uma identidade social constituinte e duradoura que garante a identidade do indivíduo biológico, em todos os campos possíveis nos quais ele intervém como agente, isso é, em todas as suas histórias de vida possíveis. Nesse sentido, o nome próprio constitui a base para o estado civil, que se inicia com a certidão de nascimento, é o acesso à existência social, como explica Bourdieu (idem, p. 79) “é o verdadeiro objeto de todos os ritos de instituição ou de nomeação sucessivos pelos quais se constrói a identidade social”.

O nome Alzira Vargas do Amaral Peixoto além de identificar a autora do livro, refere-se também ao seu lugar de fala, ao estatuto social que a credencia como uma biógrafa que tem credibilidade e legitimidade para relatar a história do estadista. Ela foi auxiliar de gabinete de Getúlio, fato que concede à biografia um caráter oficial; e também filha dele, característica privilegiada para quem viveu com o estadista na intimidade e quer revelar fatos sobre sua vida.

Na *contracapa* temos a sinopse do livro. Apesar de não ser assinada por uma pessoa física, há ao final do texto o nome da Editora Globo que lhe dá validade. Nela está a segunda e última foto usada em toda a biografia: Getúlio Vargas andando a

cavalo, foto essa que talvez ilustre bem a metáfora que Alzira faz entre seu pai e Dom Quixote, o cavaleiro solitário.



FIGURA 6 – Contracapa/Sinopse da biografia

Para facilitar a leitura, transcrevemos abaixo o texto da contracapa/sinopse, marcando cada um de seus parágrafos para facilitar a análise de alguns trechos.

§1: Centro da política nacional durante um quarto de século, Getúlio Vargas era uma personalidade enigmática, um solitário a cuja intimidade poucas pessoas tiveram acesso. Como vivia no lar, como trabalhava, que pensava de seus contemporâneos, de seus colaboradores, dos políticos com os quais lutou pelo poder? Como se comportava efetivamente diante da família, e que reações tinha o homem diante de fatos que o Chefe de Estado era obrigado a aceitar? §2: A tôdas essas perguntas procuram responder agora a autora dêste livro, com uma serenidade que faz dêle uma peça básica para o processo histórico que há de focar em definitivo o perfil de Getúlio Vargas e a sua obra de govêrno. §3: Mas, história de um homem, êste livro é também o resumo de uma época, desde a Revolução de 23 até nossos dias, passando pela Revolução de 30, a Revolução Paulista, a rebeldia de 1935, o Plano Cohen, o ataque dos integralistas ao Guanabara, o Estado Novo, a perspectiva de guerra com

**as potências do Eixo e outros tantos fatos da história contemporânea do Brasil.** É o **relato fiel** das preocupações, das perplexidades, dos triunfos e reveses do homem público brasileiro mais discutido de nosso tempo. Mas é também uma visão colorida, ora pitoresca, ora dramática, da grande cena política em que atuaram figuras tais como **Oswaldo Aranha<sup>55</sup>, Flores da Cunha, Antônio Carlos, Góis Monteiro, Luís Carlos Prestes, João Neves, Lindolfo Collor<sup>56</sup>, Plínio Salgado, Armando de Salles Oliveira, João Alberto, Virgílio de Mello Salgado, Juracy Magalhães, Gustavo Capanema, Pedro Ernesto, Cordeiro de Farias, Souza Costa, Agamemnon Magalhães, Francisco Campos, Benedito Valladares, Adhemar de Barros** e tantos outros. §4: Aqui está, em suma, num livro de leitura empolgante, a **vida de Getúlio Vargas, tal como a viu e sentiu sua filha e colaboradora.**

Já no primeiro parágrafo, o enunciatório ressalta que Getúlio Vargas era um homem com “personalidade enigmática”, um “solitário e que poucas pessoas tiveram acesso a sua vida”. Essa seleção lexical, responsável por caracterizar o estadista, pode induzir o leitor a pensar da mesma maneira, ou *fazer-crer* que de fato GV era enigmático e que poucas pessoas tiveram acesso a ele. Além disso, o conteúdo do livro parece ser uma promessa de que algo novo será revelado, fato que despertaria a curiosidade do leitor.

Posteriormente, ele lança algumas perguntas “Como vivia no lar, como trabalhava, que pensava de seus contemporâneos, de seus colaboradores, dos políticos com os quais lutou pelo poder? Como se comportava efetivamente diante da família, e que reações tinha o homem diante de fatos que o chefe de Estado era obrigado a aceitar?,” que além de indicarem os temas que serão abordados no livro, instigarem o leitor a prosseguir com a leitura, também o orientam na procura das respostas para tais questionamentos.

No segundo parágrafo, o enunciatório nos apresenta Alzira, filha de GV, a pessoa que teria credibilidade, pois, tinha acesso a sua vida particular; e legitimidade, como auxiliar de gabinete, arquivista de documentos essenciais para a reconstrução histórica daquela época, e partícipe de fatos importantes do cenário político brasileiro.

---

<sup>55</sup> As informações sobre Oswaldo Aranha, Flores da Cunha, Antônio Carlos, Góis Monteiro, Luís Carlos Prestes, João Neves, Lindolfo Collor, Plínio Salgado, Armando de Salles Oliveira, João Alberto, Virgílio de Mello Salgado, Juracy Magalhães, Gustavo Capanema, Pedro Ernesto, Cordeiro de Farias, Souza Costa, Agamemnon Magalhães, Francisco Campos, Benedito Valladares e Adhemar de Barros encontra-se no ANEXO 3.

<sup>56</sup> Foi avô do Fernando Collor de Melo que foi presidente do Brasil de 1990 a 1992. Primeiro presidente a sofrer Impeachment no País.

Como podemos vislumbrar neste excerto “a tôdas essas perguntas procura responder agora a autora deste livro, com uma serenidade que faz dêle uma peça básica para o processo histórico que há de focar em definitivo o perfil de Getúlio Vargas e a sua obra de govêrno”, Alzira Vargas seria a pessoa mais capacitada para responder aos questionamentos elencados pelo enunciatário da sinopse. O narrador seria dessa forma, seria um porta-voz do autor-indivíduo-escritor (EUc), logo, confunde-se com este. Como é recorrente nas autobiografias. O 3º parágrafo será melhor explorado nos Modos de Organização do Discurso.

No quarto e último parágrafo da sinopse, o autor emite sua opinião sobre a obra ao dizer que sua leitura é empolgante, tentando aguçar no leitor o interesse por ela. Além disso, *faz-crer* que no livro está de fato a vida de Getúlio como viu [testemunha ocular] e sentiu [relação de afeto] Alzira – filha e colaboradora.

§4: Aqui está, em suma, num livro de leitura empolgante, a **vida de Getúlio Vargas, tal como a viu e sentiu sua filha e colaboradora.**

Em relação à dedicatória do livro, falaremos sobre seus destinatários [os sobrinhos, filha e pai de Alzira] no tópico Nomear dos Modos de Organização do Discurso. Quanto aos outros quesitos do texto, achamos relevante analisá-los. A biografia é dedicada aos parentes de Getúlio e por meio intermédio deles, aos outros jovens brasileiros:

1. Dedico êste livro a vocês, e por intermédio de vocês a todos os jovens brasileiros que nasceram sob a proteção do nome de Getúlio Vargas, e **não conheceram suficientemente para o poder compreender, julgar e apreciar.** (PEIXOTO, 1960, dedicatória).

Alzira se dispõe a apresentar o Getúlio Vargas verdadeiro, diferente daquele noticiado pela imprensa ou menosprezado pelos opositores. O GV que ela conheceu em sua intimidade, que dividiu com ela seus anseios e segredos. Essa seria a oportunidade de resgatar a imagem correta de GV, aquela que ele mesmo idealizou e desejou deixar como modelo para as próximas gerações.

2. **Ele foi um homem excepcional** que, tendo **vivido tôdas as angústias da adolescência de um povo**, se conservou sempre jovem e **morreu em plena juventude espiritual, deixando um exemplo insuperável dentro da História do Brasil**. (PEIXOTO, 1960, dedicatória – grifos nossos).

3. Tenho lido e ouvido tôdas as **lendas que são contadas, algumas verdadeiras, muitas inventadas, outras fantásticas, a respeito de um homem que todos discutem e poucos entenderam**. (PEIXOTO, 1960, dedicatória – grifos nossos).

Nesses fragmentos, Alzira explica o quanto GV compreendia as angústias dos jovens, porque ele mesmo já havia sido jovem e havia conservado sempre sua juventude espiritual. Implicitamente, parece que a autora deseja *fazer-criar* que, mesmo passando por muitas angústias, GV venceu e por isso pôde deixar um exemplo inquestionável. O teor desse texto nos lembra a narrativa bíblica em que Deus, na figura de Cristo, veio ao mundo como um homem para passar pelas mesmas provas que os humanos e, a partir disso, mostrar como vencê-las, sendo um exemplo vivo.

Nesse próximo excerto, o quarto parágrafo da dedicatória, Alzira exorta e adverte seus sobrinhos e sua filha sobre a responsabilidade que eles têm em razão do legado do avô.

4. **Vocês que carregam nas veias o sangue desse homem**, derramado voluntariamente **para salvar o Brasil de um mal maior, sangue que é um ônus e uma glória; vocês que deverão enfrentar a História amanhã; vocês que deverão explicar o inexplicável; vocês que deverão ser ora endeusados, ora menosprezados** por causa dessa honra e desse ônus, **devem aprender e entender sua grande lição de patriotismo, a maior herança que ele poderia deixar a vocês**. (PEIXOTO, 1960, dedicatória – grifo nosso).

Mais uma vez, a biógrafa utiliza a analogia comparando o sacrifício de Getúlio ao de Cristo<sup>57</sup>. Por meio do sacrifício, entregando-se à morte para que outros tivessem vida, GV teria derramado voluntariamente seu sangue, redimindo e salvando os brasileiros de um mal maior. Nesse ponto, a autora se aproxima da narrativa

---

<sup>57</sup> “Deus prova seu amor por conosco, em que Cristo morreu em nosso favor quando ainda éramos pecadores. Como agora fomos justificados por seu sangue, muito mais ainda, por meio dele, seremos salvos da ira de Deus”. (Romanos 5:8-9). ROMANOS. In: *Bíblia sagrada*. Trad. João Ferreira de Almeida. 33. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 1982.

mitológica que caracteriza suas personagens por meio de comportamentos arquetípicos, imortalizando-as e fazendo-as transcender através dos tempos.

Nesse trecho, Alzira silencia dois fatos importantes: 1. ao se oferecer como sacrifício vivo, Getúlio estaria salvando o Brasil de um “mal maior”, mas que mal seria esse, quem estaria provocando esse mal e por quê?; 2. Getúlio Vargas derramou o seu sangue voluntariamente, no entanto, ela não explicita qual método ele utilizou.

O historiador Boris Fausto em sua obra *História do Brasil* descreve o episódio da seguinte maneira, projetando dessa forma, uma imagem diferente para GV:

Quando o cerco se apertou ainda mais, Getúlio Vargas respondeu com um último e trágico ato. Na manhã de 24 de agosto, suicidou-se em seus aposentos no Palácio do Catete, desfechando um tiro no coração. O suicídio de Getúlio exprimia desespero pessoal, mas tinha também um profundo significado político. O ato em si continha uma carga dramática capaz de eletrizar a grande massa. (FAUSTO, 2003, p. 417).

Conforme Heymann<sup>58</sup> (2005, p. 3-4).

A morte tem um papel importante na construção da ideia de um legado, na medida em que ela é ao mesmo tempo, fim de um percurso e condição de consolidação de uma finalidade, um sentido, para esse percurso. Com a morte, especialmente a morte heroica, os homens públicos fazem a passagem de uma forma de existência dominada pelas vicissitudes conjunturais, pelas disputas que caracterizam o tempo da política, àquela marcada pela noção de continuidade, de superação da própria morte, que caracteriza o tempo histórico. O suicídio de Getúlio é emblemático do ponto de vista de uma morte a qual associou-se o atributo de heroicidade, já que a interpretação do gesto o aproximou do sacrifício pessoal perpetrado para solucionar a crise que assolava o país. (grifos nossos).

Alzira lembra aos seus familiares todo o esforço e sacrifício que seu pai fez por eles e pelo País e que a maior herança deixada por Getúlio foi a lição de patriotismo. Diante disso, adverte-os sobre o futuro:

---

<sup>58</sup> HEYMANN, Luciana. Cinquenta anos sem Vargas: reflexões acerca da construção de um “legado”. Rio de Janeiro: CPDOC. Disponível em > cpdoc.fgv.br/producao.intelectual/arq/1611.pdf

5. **Vocês que deverão enfrentar a História amanhã;** vocês que deverão **explicar o inexplicável;** vocês que deverão ser **ora endeusados, ora menosprezados** por causa dessa **honra** e desse **ônus**. (PEIXOTO, 1960, dedicatória).

No quinto parágrafo, Alzira parece admoestar seus sobrinhos e filha dizendo que nenhum dos atos de GV em toda sua vida pública é motivo de vergonha ou humilhação, pelo contrário, é motivo de orgulho. Além disso, ela explica que mesmo que GV tenha valorizado o nome da família Vargas com sua vida ilibada, eles não deveriam viver sob a sombra dele, teriam que dar prosseguimento a esse trabalho.

6. **Nenhum só de seus atos** em toda sua vida pública **é motivo de desdouro,** de **vergonha** ou de **humilhação para qualquer de seus descendentes.** Mas tampouco nos dá o direito de vivermos do fruto de seu esforço. (PEIXOTO, 1960, dedicatória – grifos nossos).

A seguir, a autora tenta *fazer-ver* com um exemplo vivido por ela e seu pai. As estratégias utilizadas, visam persuadir seus sobrinhos e filha pelo viés da emoção. Se ela consegue suscitar admiração nos seus descendentes em relação a Getúlio [e indiretamente em nós, leitores], cria um clima favorável à sua tese.

7. Em 1947 plantou na Fazenda do Itu inúmeras árvores, que **só darão frutos dentro de vários anos.** Ouvi-o muitas vezes dizer como explicação: **“Isto não é para mim, não verei estas plantas crescidas. Tudo isto é para meus netos”.** (PEIXOTO, 1960, dedicatória – grifos nossos).

Nesse trecho, “Ouvi-o muitas vezes dizer como explicação: ‘Isto não é para mim, não verei estas plantas crescidas. Tudo isto é para meus netos’”, ao utilizar o discurso direto, lançando mão do discurso do outro, a autora evoca a voz do próprio Getúlio Vargas, como uma prova de autenticidade e de testemunho, na tentativa de confortar os seus próprios dizeres.

Para facilitar sua explicação sobre o legado de seu pai, ela parte de uma ilustração simples, que pode ajudar na compreensão de seu objetivo final. Dessa forma, ao dizer que Getúlio plantou árvores na fazenda da família e que ele sabia que

só dariam frutos dentro de vários anos, sendo usufruídos apenas por seus filhos e netos, ela demonstra o caráter doador e desprovido de Getúlio, que não pensava primeiro em si, mas nos outros.

Além disso, esse trecho é uma metáfora do modo de governar de GV. Ou seja, tudo o que Getúlio fez enquanto esteve no poder, não foi em benefício próprio. Ele sabia que não colheria os frutos, ainda assim esforçou-se para deixar um legado ao povo brasileiro, para que os cidadãos usufruíssem do resultado positivo de seus atos.

Por fim, a autora fecha a dedicatória, ensinando aos seus sobrinhos e a sua filha que eles devem desfrutar das obras que o avô deixou, porém não devem permitir que elas acabem, para que outros também possam desfrutar delas – ela não deixa explícito quem serão esses “outros”, talvez os bisnetos de Getúlio. Ao mesmo tempo, a autora adverte que os netos devem se orgulhar de GV e fazer valer sua obra.

8. **Aproveitem da sombra que êle lhes deixou**, saboreiem as **frutas** das árvores **que êle plantou**, mas não as deixem morrer, nem esqueçam de as **replantar para que outros** as colham também. (PEIXOTO, 1960, dedicatória – grifos nossos).

9. **Orgulhem-se dêle** mas **não percam o sentido da obra que êle começou** para vocês. (PEIXOTO, 1960, dedicatória).

Fato interessante é que na dedicatória, Alzira fala explicitamente aos seus parentes e lhes confere a obrigatoriedade de perpetuar a obra do avô, no entanto, indiretamente, ela revela aos outros leitores informações importantes que todos devem ter sobre seu pai.

A próxima parte do livro, não menos rica em detalhes, é reservada ao *Agradecimento*, redigido com uma carga semântica associada à dor e ao sofrimento, compreensível para alguém que viveu o trauma de perder o pai/chefe/amigo/companheiro de forma tão trágica.

## Agradecimento

Este livro não tem prefácio. Foi escrito com o sangue de minhas veias, com as lágrimas que ainda me sobravam e com um resto, um rebotalho, de energia nervosa que por algum motivo foi poupada. Não merece um prefácio. Não deve ter um prefácio e não o terá.

Em vez de um prefácio, vários agradecimentos. O primeiro a alguém que me obrigou a secar os olhos; a segurar a pena, ainda que com mão trêmula e indecisa; que me forçou a ser forte; que não poupou minha angústia, não teve dó de minhas noites insones e acicatou ao máximo, quase ao paroxismo, o dever de cumprir com o meu dever.

Obrigada, doutor.

Depois? Depois, depois tanta gente me ajudou, tanta gente me estimulou, tanta gente me encorajou, tanta gente susteve e manteve sem interêsse alguma minha coragem periclitante que eu não saberia por quem, nem onde começar.

Pelos médicos que me mantiveram viva quase que a fôrça? Por aquêles que me incentivaram, mesmo reconhecendo a mediocridade do trabalho? Por aquêles que, sem alarde, corrigiram meus pecados gramaticais? Por aqueles que me censuraram e moderaram meus arroubos político-sentimentais? Ou por quem apenas por amor gastou seus dedos, seus olhos e suas horas de lazer para me ajudar?

Não sei. E como não sei, a vocês todos, que sabem que eu sei e que ainda não aprendi a esquecer, que mais posso dizer senão:

OBRIGADA.

Alzira, no primeiro parágrafo, explica que a obra não deverá ter um prefácio. Talvez ela pensasse como Raquel de Queiroz que, em 1956, apresentando *Vila dos Confins*<sup>59</sup>, obra de estreia de Mário Palmério, escreveu “Não acredito e não gosto de prefácios. Se o livro é ruim, o prefácio não adianta; e se o livro é bom, é uma excrescência”. Ao invés de prefácio, a biógrafa diz que fará muitos agradecimentos.

Ao iniciar o primeiro deles [segundo parágrafo], destinado a um certo doutor [a identidade do médico não é revelada], Alzira desabafa com o leitor, numa tentativa de

---

<sup>59</sup> PALMÉRIO, M. *Vila dos Confins*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

demonstrar o estado frágil no qual se encontra após a morte trágica de seu pai e, ao mesmo tempo, sensibilizar seu possível auditório. A seleção lexical tematiza o sofrimento e o sentimento de autocomiseração, o argumento do sacrifício como podemos verificar em: “foi escrito com o sangue de minhas veias”, “com as lágrimas que ainda me sobravam”, “com um resto, um rebotalho, de energia nervosa que por algum motivo foi poupada”, “secar os olhos”, “segurar a pena, ainda que com mão trêmula e indecisa”, “me forçou a ser forte” e “não poupou minha angústia, não teve dó de minhas noites insones”.

Ao final desse segundo parágrafo, Alzira nos faz compreender que, ainda que o “doutor” não tenha considerado seu sofrimento, a tenha obrigado a não chorar mais, a ser forte e escrever o livro [a saber *Getúlio Vargas, meu Pai*], ela era grata, pois ele a impulsionou ao dever de cumprir com seu dever. Com isso, a autora deseja *fazer-criar* que tinha uma missão, um compromisso e um dever de preservar a memória de pai, ainda que fosse necessário recalcar seu sofrimento.

Após agradecer seu médico, que como vimos teve um papel fundamental na missão de Alzira, a autora inicia o próximo parágrafo com a seguinte indagação “Depois?”. Com essa pergunta, a biógrafa posiciona os agradecimentos por grau de importância, sendo o “doutor” o primeiro deles. A partir disso, a própria autora responde a sua pergunta: “tanta **gente** me ajudou, tanta **gente** me estimulou, tanta **gente** me encorajou, tanta **gente** susteve e manteve sem interêsse alguma minha coragem periclitante que eu não saberia por **quem**, nem onde começar”.

Ao utilizar **gente** e **quem**, Alzira aponta genericamente as pessoas que a ajudaram na tarefa de escrever o livro. Ao usar essa estratégia, ela silencia nomes, silencia os cargos dessas pessoas, suas preferências políticas, o nível de credibilidade de cada uma delas, se são seus parentes próximos, se participaram ou não desse projeto. Também evita o equívoco de esquecer o nome de alguém importante ou querido. Além disso, adquire o benefício da dúvida, uma vez que não saberemos se foi uma ou cinquenta pessoas que a ajudaram em tal empreitada.

No último parágrafo, Alzira cita novamente os médicos, os quais segundo seu relato: a “mantiveram viva quase que a fôrça”; mantém a *identificação genérica*, como pode ser verificado nas palavras negritadas no fragmento: “Por **aqueles** que me

incentivaram, mesmo reconhecendo a mediocridade do trabalho? Por **aquêles** que, sem alarde, corrigiram meus pecados gramaticais? Por **aquêles** que me censuraram e moderaram meus arroubos político-sentimentais? Ou por **quem** apenas por amor gastou seus dedos, seus olhos e suas horas de lazer para me ajudar?"; e, nesse mesmo fragmento, podemos notar que a biógrafa elenca ações praticadas por seus benfeitores, com o intuito de ajudá-la, como: "aquêles que me **incentivaram**, mesmo **reconhecendo** a mediocridade do trabalho", "aquêles que, sem alarde, **corrigiram** meus pecados gramaticais", "aquêles que me **censuraram** e **moderaram** meus arroubos político-sentimentais", "quem apenas por amor **gastou seus dedos** [...] para me ajudar".

Por fim, ela encerra a parte de Agradecimento reconhecendo que não sabe a quem agradecer e por isso, agradecerá a todos que, certamente, se reconhecerão como destinatários de seus agradecimentos: "Não sei. E como não sei, a vocês todos, que sabem que eu sei e que ainda não aprendi a esquecer, que mais posso dizer senão: obrigada". Implicitamente, Alzira manifesta a saudade que tem do pai, que ainda não aprendeu a esquecer, como em uma confissão ou quem sabe um pedido de socorro.

Até este ponto da pesquisa, investigamos os elementos detectados nos paratextos, dentre os quais destacamos a *capa*, *contracapa/sinopse*, *dedicatória* e *agradecimento*. Esses dados também são importantes para caracterizar a narrativa analisada por nós como representante do gênero biográfico, além disso, eles contribuem na elaboração dos *ethé* de Alzira e Vargas e na versão histórica que a filha do estadista desejou eternizar.

Em relação ao conteúdo da biografia [texto principal], ele foi dividido em dez capítulos, que abarcam os fatos mais relevantes da vida política de Getúlio. Dessa forma, tem-se a seguinte estruturação:

CAPÍTULOS	DATAS
Capítulo 1	1923
Capítulo 2	1930
Capítulo 3	1932
Capítulo 4	1933
Capítulo 5	27 de novembro de 1935
Capítulo 6	11 de maio de 1938
Capítulo 7	1936
Capítulo 8	1937
Capítulo 9	O Plano Cohen e o Estado Novo
Capítulo 10	Os problemas do Estado Novo

Quadro 1 – Divisão dos capítulos da narrativa pela biógrafa.  
 Fonte: elaborado pela autora.

O texto é narrado por Alzira Vargas em primeira pessoa [não em terceira pessoa como é corriqueiro em biografias] marcando sua presença como narradora-personagem. Ela reconstrói ações, encena diálogos que teve com o pai e diálogos que o pai teve com outras personagens, intercalando-os com comentários explicativos acerca de sua personalidade e a do pai. Conta a história na condição de filha, de funcionária do governo getulista, de guardiã da memória e de testemunha ocular, como alguém que deseja confidencializar um fato e evitar uma injustiça.

Analisando os elementos do texto, percebemos que o *corpus* é um interessante gênero híbrido biográfico e autobiográfico simultaneamente. O pretexto de Alzira é falar sobre o pai, por isso a obra é de cunho biográfico, no entanto, ao resgatar a memória de GV que perpassa a dela, Alzira autobiografa-se. Sendo assim, cria-se um jogo de espelhos em que duas imagens são projetadas, elas se entrecruzam, se completam e em alguns momentos, se sobrepõem em um efeito caleidoscópico.

Essa mobilização nos remeteu à questão da alteridade, citada nos trabalhos de Bakhtin ([1979]2003). O autor defende que sendo o ser humano um ser-social, ele constitui-se e perpetua-se por meio da sua relação com o outro. Ou seja, o OUTRO é condição *sine qua non* para a existência do EU<sup>60</sup>. Parafrazeando, Getúlio seria a

---

60 Ainda sobre o Princípio da alteridade, valioso para nós, a título de ilustração recuperamos a história das meninas-lobo: Amala e Kamala. Elas foram duas crianças selvagens encontradas na Índia no ano de 1920. A

condição *sine qua non* para a existência de Alzira. Obviamente que, nesse caso, consideramos os aspectos estratégicos e intencionais da autora ao utilizar a imagem de seu pai para elaborar a sua. Entretanto, o objetivo deste trabalho é a análise dos *ethé* projetados para o protagonista Getúlio Vargas e não os projetados pela/para a narradora. É nossa intenção, desenvolver essa questão em estudos futuros.

Continuando sobre a estruturação do texto, notamos que grande parte das biografias de Getúlio Vargas são narrativas que apresentam uma sequência cronológica elaborada a partir de uma seleção de fatos históricos significativos, cuja intenção é mostrar as tomadas de decisão, as estratégias políticas, a mobilização de personagens que faziam parte do entorno do Presidente e a postura do estadista frente a cada desafio. Ao organizarem a narrativa dessa forma, alguns biógrafos conseguem acentuar o caráter exemplar de Getúlio, outros usam esse mesmo artifício para demonstrar o contrário. Tudo dependerá do lugar de fala de cada biógrafo, da crença que cada um deles tem acerca de Vargas, dos efeitos de sentido que se deseja provocar no auditório, ou seja, do tripé: linguagem, sujeito e história.

Em sua obra, Alzira obedece à tradição da narrativa linear, baseada no tempo *Kronos/cronológico* [χρόνος], isso é, com duração controlada e que se finda. Essa categoria de tempo obedece a uma lógica, é contabilizável, quantificável, é comum e previsível; o tempo, aqui, pode ser mensurado e dividido em anos, meses, dias, horas, é um tempo universal e que serve como um norteador para muitos processos sociais.

Dessa forma, o leitor observa a evolução da vida das personagens, desde o nascimento e, em alguns casos, passando pela juventude, pela idade madura até a velhice e morte. Além disso, é por meio dessa marcação temporal que a biógrafa pode retomar alguns fatos históricos e os organizar em uma linha do tempo que vai de 1923 a 1954.

---

primeira delas tinha um ano e meio e faleceu um ano mais tarde. Kamala, no entanto, já tinha oito anos de idade e viveu até 1929. Elas eram como lobos, não falavam, não sorriam, andavam de quatro, uivavam para a lua e a visão era melhor à noite do que ao dia, isso, porque foram criadas por lobos e tinham a partir deles, o espelhamento e alteridade.

Concomitantemente, Alzira recorre ao *Kairós*<sup>61</sup> [καίρός] um tempo não-racional, qualificável, pessoal, imprevisível e mutável, que não pode ser compartilhado com o outro em sua completude. Mesmo sendo enunciado, só pode ser compreendido plenamente por aquele que o viveu (MARTINS et al, 2012). O *Kairós* é irreduzível e transcorre de uma forma relativa à presentificação de cada um que o percebe e o vivencia (RIBEIRO, 1962). Essa é a representação de um tempo subjetivo, psicológico, construído pelo fio da memória, oportuno para a eternização de momentos e de pessoas.

Numa perspectiva memorialística, Alzira Vargas faz referência aos acontecimentos históricos, ora cronologicamente ora por meio de *flashbacks*, apresentando uma versão que reforça positivamente a imagem de seu pai, beirando, não raramente, a narrativa mitológica.

Na próxima parte do trabalho demonstraremos as análises dos Modos de Organização da narrativa biográfica.

---

<sup>61</sup> Era representado por um jovem atlético, com asas nos pés, que tinha como principal característica transitar em velocidade vertiginosa por todo o mundo de forma aleatória, sendo, assim, impossível se prever um encontro com ele (RIBEIRO, 1962).

## CAPÍTULO 5 – OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO

Como vimos, um texto dependerá da *Situação de comunicação* na qual e para qual foi concebido, das diversas ordens de organização do discurso que foram utilizadas para construí-los e do *Gênero de texto*. Neste capítulo, explicaremos o modo como a biografia *Getúlio Vargas, meu Pai* foi organizada, como os elementos narrativos foram articulados na materialidade linguística a fim de atingir o objetivo de sua escritora. É a partir desses modos que compreenderemos como a identidade de Getúlio Vargas é apresentada no texto para o leitor.

### 5.1. O Gênero biográfico

Antes de nos atermos com mais precisão aos modos de organização do discurso [MODs] na biografia *Getúlio Vargas, meu Pai*, é relevante colocarmos algumas questões sobre o estudo desse gênero. Consideramos o *gênero biográfico* com um macrogênero, que abarca dois subgêneros, a *biografia* e a *autobiografia*.

O gênero biográfico, de acordo com Calligaris (1998), surgiu no século XVIII, propiciado pela expansão e afirmação dos direitos individuais, que o ideário da Revolução Francesa tão bem expressou. Histórias de vida sempre foram escritas, porém a concepção de que a vida é uma história surgiu com a Era Moderna. A retomada dessa tradição da literatura, da história e da política não se deu em um único movimento.

Segundo Pereira (2000), o gênero biográfico se fez acompanhar da “revalorização da história Oral, como fonte/método/técnica de pesquisa, bem como dos arquivos pessoais – autobiografias e toda sorte de documentos pessoais, como diários, memórias, correspondências etc. – como preciosa fonte histórica”.

Não é objetivo desta pesquisa se debruçar sobre a gênese, percurso histórico, semelhanças e diferenças entre os subgêneros biografia e autobiografia<sup>62</sup>. No entanto, propomos uma breve distinção desses subgêneros para efeito de esclarecimento.

A autobiografia consiste na narrativa da própria existência. Como esclarece Queiroz (1988), é o próprio narrador quem se dispõe a narrar sua vida e tece a história da maneira que lhe parece mais conveniente, e este narrador detém o controle sobre os meios de registro.

Lejeune (2008, p. 14) define a autobiografia como uma “[...] narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, em particular a história de sua personalidade”. Em uma de suas discussões sobre a questão autobiográfica, o autor propõe, a partir de um critério textual, um pacto instaurado através da identidade [autor/narrador-personagem]. Nas palavras do autor:

O pacto autobiográfico é a afirmação, no texto, dessa identidade, remetendo, em última instância ao nome do autor, escrito na capa do livro. As formas do pacto autobiográfico são muito diversas, mas todas elas manifestam a intenção de honrar sua assinatura. (LEJEUNE, 2008, p. 26)

Um das formulações mais concisas sobre o pacto autobiográfico realizadas por Lejeune, define-o como “o engajamento de um autor em contar diretamente sua vida [ou uma parte, ou um aspecto de sua vida] em espírito de verdade”<sup>63</sup>.

Charaudeau (2012, p. 52-54) defende que a posição de testemunha confere ao informante o status de “portador da verdade”, pois sua fala tem o objetivo e específico de contar aquilo que viu e ouviu. Podemos perceber traços autobiográficos em nosso *corpus*, como exemplo, a marca do pronome pessoal Eu assumido por Alzira Vargas.

Já a biografia, de acordo com Queiroz (1988), é a história de vida de um indivíduo narrada por outrem. No caso de biografias autorizadas de pessoas ainda viva,

---

<sup>62</sup> Sobre tais aspectos, gostaríamos de sugerir a leitura da tese de doutorado de Mariana Ramalho Procópio-Xavier, intitulada *As configurações discursiva de biografias a partir de algumas balizas de História e Jornalismo*.

<sup>63</sup> LEJEUNE, Philippe (2006) *Qu'est-ce que le pacte autobiographique?* Disponível em: [http://www.autopacte.org/pacte\\_autobiographique.html](http://www.autopacte.org/pacte_autobiographique.html)

há uma dupla intermediação que é consubstanciada pela vontade do ser biografado, que deseja que sua existência seja narrada [e a escrita do biógrafo/pesquisador que medeia a narrativa.

Dessa forma, na autobiografia há uma coincidência entre o ser que narra e o ser-narrado. Um só sujeito é quem seleciona e constrói a narrativa de si. Em relação à biografia, a escrita é feita por um mediador, não havendo coincidência entre narrador [biógrafo] e ser-narrado. Sendo assim, o processo de escrita passaria por três operações sucessivas, que, segundo Chevalier (1979), são o recorte do texto, a montagem e a transcrição da linguagem oral para a escrita.

Em nosso material de análise, percebemos que o texto foi elaborado e articulado seguindo o modelo de uma biografia e, ao mesmo tempo, de uma autobiografia, constituindo um híbrido. Alzira tem o pretexto de falar sobre seu pai, no entanto ao narrar a história de Getúlio Vargas, ela narra sua história de vida também – demonstrando que é impossível separar tais vidas.

Acreditamos que o pertencimento de um discurso a um gênero [e não a outro] já é um indício de quais tipos preponderantes de argumentos podem ser encontrados na estrutura textual e quais modalidades da adesão podem ser instituídas. Em nosso caso, há uma dupla dimensão: biográfica e autobiográfica – por isso, cremos que a mescla do gênero bio/autobiográfico atende a intenção de Alzira em seu projeto de escrita.

Antes de passarmos para o próximo tópico, enfatizamos, com Charaudeau (2004), que o gênero discursivo é situacional. Sendo assim, consideramos o conjunto de restrições e estratégias que o conduz, a identidade e os papéis dos parceiros; o lugar que eles ocupam na troca; e a finalidade que os religa em termos de visada, o propósito que pode ser convocado e as circunstâncias materiais nas quais a troca se realiza.

Ressaltamos, também, que os gêneros, com sua carga retórica específica, são capazes de socializar a palavra individual, encaixando-se em formas conhecidas e repertoriáveis que determinam um certo horizonte de expectativas. Além disso, são importantes como elementos mediadores da comunicação, instaurando a finalidade da

troca, a distribuição dos papéis e as relações de força entre os parceiros. (AMOSSY, 2006)<sup>64</sup>.

No próximo tópico, demonstraremos os modos pelos quais o discurso de Alzira Vargas foi organizado na materialidade linguística.

## 5.2. Modos de organização

Os *Modos de Organização do Discurso* constituem os princípios de organização da matéria linguística, princípios que dependem da finalidade comunicativa do sujeito falante: enunciar, narrar, descrever e argumentar. (CHARAUDEAU, 2009, p. 68). Eles estão relacionados aos protagonistas, seres de fala, instância interna do *Quadro comunicacional*.

Esses modos não são completamente separados uns dos outros, eles imbricam-se embrenham-se no desenvolvimento dos textos. O sujeito pode utilizar um ou mais modos ou até mesmo, a combinação deles, dependendo do espaço de manobras que possui. Cada um dos modos, propõe à sua maneira, a organização do mundo referencial, de forma que uma *mise en scène* original dê lugar a uma *mise en description*, *mise en narration* ou ainda, *mise en argumentation*. Para compreender como cada modo funciona, é mister analisar a função que os compõem. É necessário dizer ainda que o modo enunciativo perpassa todos os outros modos, ou seja, pode-se dizer que narrar, descrever e argumentar são estruturados pelo modo enunciativo que embrenham. Discorreremos brevemente sobre ele, no próximo tópico, uma vez que nosso foco está nos Modos narrativo e descritivo.

### 5.2.1. O Modo Enunciativo

O *Modo Enunciativo* é uma categoria de discurso que aponta para a maneira pela qual o sujeito falante age na encenação do ato de comunicação. Como explica Charaudeau (2009, p. 82):

---

<sup>64</sup> AMOSSY, Ruth. *L'argumentation dans le discours*. Deuxième édition. Paris: Armand Colin, 2006.

no âmbito da análise do discurso, que é a nossa perspectiva, o verbo enunciar se refere ao fenômeno que consiste em organizar as *categorias da língua*, ordenando-as de forma a que deem conta da posição que o sujeito falante ocupa em reação ao *interlocutor*, em relação *ao que ele diz* e em relação *ao que o outro diz*. (grifos do autor).

O *Modo Enunciativo*, na elaboração de Charaudeau, tem três funções específicas: i) estabelecer uma relação de influência do locutor sobre o seu interlocutor, demonstrando um comportamento “alocutivo”; ii) revelar o ponto de vista do locutor, numa relação de influência do locutor com ele mesmo, num comportamento “elocutivo” [nesse caso, o sujeito falante enuncia seu ponto de vista sobre o mundo, sem que o interlocutor esteja implicado nessa tomada de posição]; iii) retomar a fala de um terceiro, em um comportamento “delocutivo”.

Percebemos o comportamento alocutivo da narradora Alzira quando ela impõe um comportamento ao seu interlocutor e atribui papéis languageiros tanto para si, quanto para seus interlocutores. Tomemos, como exemplo, um excerto da dedicatória escrita pela narradora aos seus sobrinhos:

[Excerto1]

Vocês que carregam nas veias o sangue desse homem, derramado voluntariamente para salvar o Brasil de um mal maior, sangue que é um ônus e uma glória; vocês que deverão enfrentar a História amanhã; vocês que deverão explicar o inexplicável; vocês que deverão ser ora endeusados, ora menosprezados por causa dessa honra e desse ônus, devem aprender e entender sua grande lição de patriotismo, a maior herança que ele poderia deixar a vocês. (PEIXOTO, 1960, dedicatória – grifos nossos).

Podemos notar que Alzira destaca e estabelece a identidade de seus sobrinhos dentro de um conjunto de interlocutores possíveis, designando-os por um termo de identificação: vocês [os sobrinhos/herdeiros] que carregam nas veias o sangue desse homem [no caso, Getúlio Vargas].

Além disso, ela espera que esses interlocutores reajam à interpelação feita, e se reconheçam na identificação feita: “vocês que deverão enfrentar a História amanhã, explicar o inexplicável, que deverão ser ora endeusados, ora menosprezados por causa

dessa honra e desse ônus, devem aprender a entender sua grande lição”. Ao mesmo tempo, ela estabelece um julgamento, uma premissa, postulando que seus interlocutores sejam responsáveis por perpetuar a memória de Getúlio Vargas: “você deverão explicar o inexplicável”.

O comportamento elocutivo ocorre quando uma enunciação tem como efeito modalizar subjetivamente a verdade do propósito enunciado, revelando o ponto de vista interno do sujeito falante. (CHARAUDEAU, 2009). Esse comportamento também pode ser observado em nosso *corpus* de análise, especialmente quando Alzira faz constatações, demonstra um saber, expressa opiniões e apreciações. Vejamos um exemplo.

[Excerto 2]

Em 1947 plantou na Fazenda do Itu inúmeras árvores, que só darão frutos dentro de vários anos. Ouvi-o muitas vezes dizer como explicação: “Isto não é para mim, não verei estas plantas crescidas. Tudo isto é para meus netos”. Aproveitem da sombra que ele lhes deixou, saboreiem as frutas das árvores que ele plantou, mas não as deixem morrer, nem esqueçam de as replantar para que outros as colham também. (PEIXOTO, 1960, dedicatória – grifos nossos).

No excerto acima, pode-se ainda reconhecer um exemplo da modalidade *delocutiva*, quando Alzira comporta-se como porta-voz de um testemunho: “Ouvi-o muitas vezes dizer como explicação: ‘Isto não é para mim, não verei estas plantas crescidas. Tudo isto é para meus netos’” (grifos nossos). A efetivação de tal escolha pode ser considerada uma estratégia de credibilidade, por conferir objetividade ao discurso enunciado. Em nome de sua credibilidade, Alzira se coloca como uma fornecedora de informação, nos dizeres de Charaudeau (2012, p. 78): “simples mediadora entre os acontecimentos do mundo e sua encenação pública, assumindo-se como a testemunha mais objetiva possível”.

### 5.2.2. Diferenciando os Modos de Organização Descritivo e Narrativo

O *Modo de organização descritivo* se assemelha e, até se confunde, ao modo narrativo, constituindo uma imbricação. No entanto, cada um tem suas

especificidades. Como explica Charaudeau (2009b, p. 108), “um texto pode se inscrever no modo de organização descritivo, enquanto em seu conjunto, possui outra finalidade além de uma pura descrição”. Além disso, diferenciar os modos descritivo e narrativo por meio de marcas linguísticas pode não ser um critério confiável para caracterizar um texto, já que tal diferenciação dependerá da situação de comunicação.

O termo descritivo é utilizado por Charaudeau (2009) para definir um procedimento discursivo. O modo descritivo está para as qualificações do relato, enquanto o narrativo está para as suas funções do relato:

[...] descrever está estreitamente ligado a contar, pois as ações só têm sentido em relação às identidades e às qualificações de seus actantes. Não é a mesma coisa dizer: “O leão salvou o camundongo”, e dizer: “O pequeno camundongo salvou o leão, o rei dos animais”; aliás, todas as fábulas que contam como um personagem se livra de uma situação perigosa com a ajuda de um artifício só podem ser compreendidas na medida em que um dos personagens é identificado e qualificado como forte e ameaçador [o lobo, por exemplo] e o outro, como frágil e ameaçado, mas esperto [a raposa]. (CHARAUDEAU, 2009, p. 111–112).

Os componentes de uma construção descritiva são: nomear, localizar/situar e qualificar. *Nomear* significa fazer com o que os seres existam no mundo a partir de classificações dadas em função das semelhanças e diferenças na comparação com outros seres. *Localizar/situar* é determinar o espaço e o tempo que o ser ocupa, e está diretamente relacionado com o componente nomear, já que suas características também são dependentes da sua posição espaço-temporal. *Qualificar*, para o referido teórico, é atribuir particularidades, é algo mais específico e singular do que nomear.

Qualificar é, então, uma atividade que permite ao sujeito falante manifestar o seu imaginário, individual e/ou coletivo, imaginário da construção e da apropriação do mundo [outros dirão “predação”] num jogo de conflito entre as visões normativas impostas pelos consensos sociais e as visões próprias ao sujeito. (CHARAUDEAU, 2009, p. 116).

Ao construir o mundo de maneira subjetiva, o sujeito descreve os seres e seus comportamentos a partir de seu ponto de vista, que não é necessariamente verificável.

“O universo assim construído é relativo ao imaginário pessoal do sujeito” (CHARAUDEAU, 2009, p. 125). Dessa forma, o princípio da localização fornece pontos de referência à organização da trama narrativa que diz respeito à localização da sequência no tempo e no espaço e à caracterização dos participantes. Resumindo:

- O descritivo pode ser combinado com o narrativo e o argumentativo no âmbito de um mesmo texto;
- Um texto pode ser organizado de maneira descritiva, ora em parte, ora em sua totalidade;
- O descritivo é um modo de organização que pode intervir tanto em textos literários quanto em textos não-literários.

Já o *Modo de organização narrativo*, apresenta algumas peculiaridades, decorrentes das diferentes formas de se entender o termo narrar. Charaudeau (2009) indo além da definição do dicionário ou da definição de que o narrar seria o enumerar/mostrar uma sequência de fatos ou acontecimentos, nos apresenta o termo como

[...] uma atividade linguageira cujo desenvolvimento implica uma série de tensões e até mesmo de contradições [...] é também construir um universo de representações das ações humanas por meio de um duplo imaginário baseado em dois tipos de crenças que dizem respeito ao mundo, ao ser humano e à verdade. (CHARAUDEAU, 2009, p. 154).

O Modo narrativo é um dos componentes da narrativa. Enquanto a narrativa é uma totalidade, o modo narrativo é uma forma de organizar tal totalidade, mas pode também aparecer em gêneros de discursos de forma não predominante. Um exemplo é o uso da narração em gêneros tipicamente argumentativos, como uma defesa no Tribunal do Júri.

A organização descritiva do mundo pode ser taxionômica, classificando os seres do universo. De um lado, pode ser descontínua, sem ligação necessária entre seres e propriedades e, de outro, pode ser aberta, sem início ou fim necessários. Já o *Modo narrativo* organiza o mundo de forma sucessiva e contínua, num encadeamento progressivo, com início, meio e fim (CHARAUDEAU, 2009).

O narrativo caracteriza-se pela construção de uma sucessão de ações, que deve ser delimitada em seu princípio e fim para haver coerência. Essa sucessão é motivada pela intenção do sujeito, “que elabora um projeto de fazer e tenta conduzi-lo bem” (CHARAUDEAU, 2009, p. 168).

É necessário não confundir gênero textual e modo de organização do discurso. Não se trata de elaborar uma tipologia dos textos narrativos, mas de colocar em evidência os componentes e os procedimentos de um modo de organização cuja combinação deve permitir compreender melhor as múltiplas significações de um texto particular.

Os principais componentes da estrutura narrativa são os actantes, sujeitos da narrativa que desempenham papéis relacionados às ações das quais dependem; os processos, que determinam as relações entre os actantes e suas devidas funções; e as sequências, que associam os actantes e os processos em uma finalidade narrativa segundo princípios de organização.

No *corpus* de análise, procuramos identificar quais são os actantes principais, quais papéis são desempenhados por eles e, quais são suas principais ações. Os processos e sequências não foram analisados sistematicamente, por não serem o objetivo principal traçado por nós. Sendo assim, nosso foco estará na categoria de actantes.

Na etapa de análise do *corpus*, verificaremos como os processos descritivo e narrativo colaboram para a sustentação da imagem de Getúlio Vargas que Alzira desejou criar no imaginário social daquela época (1960) e na posteridade. Evidentemente, em um relato, descrição e narração estão intimamente ligadas, porém, por uma questão metodológica, consideraremos as especificidades de cada um desses modos, exemplificando-os com fragmentos do *corpus*.

### **5.2.3. O Modo Descritivo**

Conforme pontuamos anteriormente, são três os componentes que constituem o modo de organização descritivo: nomear, localizar-situar e qualificar. Esses elementos são ao mesmo tempo autônomos e indissociáveis. Com eles, é possível

formar a base da identidade civil dos actantes: nome, sobrenome, data e local de nascimento, sinais particulares, fotos etc. O descritivo é uma categoria que serve para construir uma imagem atemporal do mundo.

Como elucida Charaudeau (2009, p.116), “a partir do momento em que os seres do mundo são nomeados, localizados e qualificados, é como se eles fossem impressos numa película para sempre”. Esse fenômeno pode ser constatado na biografia escrita por Alzira, que tentou veementemente projetar uma imagem atemporal para seu pai, impressa, cristalizada e encadernada.

Descrever é um processo que fixa imutavelmente lugares [localização] e épocas [situação], maneiras de ser e de fazer das pessoas, características de objetos. (CHARAUDEAU, 2009). De fato, as personagens e lugares descritos, por Alzira acham-se imortalizados.

Em relação à descrição, há um fator importante que precisa ser considerado pelo analista do discurso, que diz respeito ao ponto de vista de quem descreve, ou seja, a maneira como o sujeito percebe seu entorno, que difere da construção descritiva pelo ponto de vista objetivo, que constituiria uma visão de “verdade” /uma verossimilhança realista<sup>65</sup>, qualificando os seres e fatos, por exemplo, com a ajuda de traços que são verificáveis por qualquer pessoa.

Percebemos, no material que analisamos, que a descrição pelo ponto de vista objetivo é utilizada nos casos de dados que são compartilhados pelos membros de uma comunidade social, que já tiveram contato com a história de vida [seja política ou pessoal] de Getúlio Vargas. O simples fato de Alzira dividir muitos capítulos da biografia por datas históricas [1923, 1930, 1932, 1933...] sinaliza fatos que podem ser verificados e podem gerar um consenso sobre o estado do mundo como uma realidade em si, “uma verdade”.

Observamos que esses procedimentos estão presentes em trechos que têm por finalidade definir ou explicar em nome de um saber; ou incitar em nome de um

---

<sup>65</sup> Charaudeau (2009, p. 121) explica que “não se trata de verdade no mundo, mas de um imaginário social compartilhado que representa ou constrói o mundo segundo o que crê ser verdade, e que é apenas uma ilusão de verdade, um fantasma de verdade. É preferível, pois, definir essa função como verossimilhança realista”.

testemunho que procura dar conta da realidade, como podemos notar no exemplo a seguir:

[Excerto 3]

Surge a famosa questão do Acre, entre o Brasil e a Bolívia [...] apresentou-se ao comandante de seu Batalhão. O 25º Batalhão de Infantaria recebera ordens de marchar para o Mato Grosso, aquartelar em Corumbá e defender a fronteira.

No excerto [3], há dados históricos, nomes de lugares, como o do batalhão, que podem ser verificados. Com esses dados, além de marcar um ponto de vista objetivo, o escritor produz um efeito de real a seu texto. É perceptível que o procedimento localizar-situar aponta para um recorte objetivo do mundo. Contudo, mesmo nesse caso, não se pode perder de vista que esse recorte depende da visão que um Ser projeta sobre esse mundo.

Já os procedimentos de construção subjetiva do mundo [ponto de vista subjetivo] consistem em dar ao sujeito a possibilidade de descrever os seres do mundo, seus comportamentos por meio de uma visão pessoal, nem sempre passível de verificação. Dessa forma, a descrição torna-se uma estratégia conveniente para a argumentação. Emediato (2008, p. 147) contribui com essa questão ao explicar que “por meio da qualificação subjetiva do mundo, dos seres e dos objetos, o sujeito que descreve pode ter como objetivo influenciar o seu interlocutor orientando sua maneira de ver e apreciar as coisas”.

Sendo assim, o universo é descrito tendo como base o imaginário do sujeito. Esse imaginário, como explica Charaudeau (2009) pode ser o resultado de uma intervenção pontual do narrador a propósito da descrição do mundo. Essa intervenção deixa transparecer os sentimentos, os afetos e as opiniões do sujeito descritor, a tal ponto que, às vezes, o mundo descrito pode se confundir com os estados de alma daquele que descreve. Um exemplo representativo dessa descrição subjetiva pode ser visto no excerto [4]:

[Excerto 4]

[...] Suponho que tenha sido dessa data em diante que Papai passou a me chamar de “segunda consciência”. Descobri um meio de obrigá-lo a falar de si próprio e repartir comigo pelo menos uma parte de suas preocupações. [...] Eu observava continuamente e sentia, como se fôra em mim mesma, quando desejava apenas uma presença humana, silenciosa, ou quando necessitava de uma provocação que o fizesse falar, dando liberdade aos pensamentos que o oprimiam, sem perigo de indiscrições. (PEIXOTO, 1960, p. 60 – grifos nossos).

No fragmento acima, Alzira descreve uma cena entre ela e seu pai, deixando transparecer seu afeto pelo pai, revelando reflexões e apreciações pessoais. Alzira parece interpelar o leitor, compartilhando com ele que seu pai passou a chamá-la de “segunda consciência” [um outro como a mim mesmo], gerando, dessa forma, um efeito de confiança.

Em nosso material de análise, há uma combinação dos dois pontos de vista: o subjetivo e o objetivo. Pelo viés subjetivo, Alzira tenta revelar resíduos de memória que transmitem para o leitor seus anseios pessoais, o que sente em relação aos fatos, a pessoas e a seu pai. Com o ponto de vista objetivo, ela seleciona dados que podem ser verificáveis no mundo e por isso, dão a seu texto um efeito de realidade, de verdade.

Em suma, o descritor intervém de maneira explícita ou não, em seu texto, e produz um certo número de efeitos, entre os quais: o efeito de saber, os efeitos de realidade e de ficção, o efeito de confiança, o efeito de gênero. Porém, trata-se apenas de possíveis efeitos, pois como esclarece Charaudeau (2009), o leitor pode ou não perceber tais efeitos e, ademais, eles podem não ser decorrentes de uma intenção consciente por parte do sujeito que descreve.

Com o efeito de saber, por exemplo, Alzira engendra para si uma imagem de descritora sábia que conheceria o mundo a ser relatado, em seus mínimos detalhes e que utiliza esse conhecimento para trazer a prova da veracidade de seu relato ou de sua argumentação.

Outro efeito importante é o de gênero, que resulta no emprego de alguns procedimentos de discurso que são suficientemente repetitivos e característicos de

um gênero para tornar-se o signo deste. Esse efeito permite ao leitor caracterizar um texto como biografia, autobiografia, um romance, uma história em quadrinhos, o que Bakhtin ([1979]2003) escolheu denominar como formas relativamente estáveis de enunciados – gêneros discursivos.

A partir deste ponto, passamos a verificar no nosso *corpus* as ocorrências do modo descritivo. Os fragmentos escolhidos se relacionam ao ser biografado [Getúlio] e principais protagonistas. Nossas ponderações terão como base os procedimentos de nomear, localizar-situar e qualificar. Ressaltamos que além do texto principal recorreremos aos seus paratextos<sup>66</sup>.

#### a) **Procedimentos linguísticos para Nomear**

Segundo Charaudeau (2009), a nomeação tem como finalidade a identificação, ou seja, ela estabelece a existência dos seres, mas esse processo não corresponde a uma simples “etiquetagem” de uma referência preexistente. Ele é o resultado de uma operação que incide em fazer existir seres significantes no mundo, ao nomeá-los. É importante ressaltar que essa identificação dos seres no mundo é limitada pela finalidade das situações de comunicação nas quais se inscreve, e relativizada, tornando-se até mesmo subjetiva, de acordo com a intenção do sujeito descritor.

Dentre as categorias linguísticas utilizadas para a nomeação, estão a denominação, a indeterminação, a atualização, a dependência, a designação, a quantificação e a enumeração. Em nosso *corpus* há a utilização de todas elas, pois são inseparáveis em uma narrativa, porém a mais empregada foi a de *denominação*, por isso é nela que colocamos nosso foco.

Nos termos de Charaudeau (2009), a denominação identifica os seres sob a forma de nomes comuns ou próprios, podendo ser de um ponto de vista geral [identificação genérica] ou particular [identificação específica]. Em nosso *corpus* a

---

<sup>66</sup> Recurso textual que segue o texto mais importante. Ele está posicionado exatamente na fronteira do conteúdo fundamental de um livro. E nesta disposição espacial atua como princípio intermediário entre a obra e quem a lê. Esta intrincada ponte é realizada por meio de títulos, subtítulos, intertítulos, capas, prólogos, preâmbulos, apresentações, introduções, epígrafes, notas de rodapé, anotações no final do livro ou nas margens das páginas, observações, sumários, bibliografias, ilustrações impressas na folha de rosto, dedicatórias, tiras, entre outros.

maioria das personagens tem nomes próprios seguidos de seus sobrenomes, e esses nomes servem para caracterizá-los juntamente com suas qualidades, comportamentos e grau de importância na sociedade. Por meio da denominação, podemos identificar quais são os protagonistas e quais são as personagens secundárias e identificar também os lugares e os fatos históricos que compõem a narrativa, por isso, essa é uma categoria essencial para o gênero biográfico.

Em toda a biografia podemos observar o caso de identificação específica, categoria a partir da qual o leitor passa a conhecer as personagens da narrativa e nomes ligados a ela de alguma forma. Na contracapa/sinopse do livro) por exemplo, temos o nome de Getúlio Vargas, o de Alzira Vargas [sua filha e colaboradora] e de vinte outras pessoas que, no decorrer da narrativa, terão papéis sejam como aliadas ou oponentes. Apesar de não ser assinada por uma pessoa física, há, ao final do texto, o nome da Editora Globo que valida a biografia e se responsabiliza por seu conteúdo.

No terceiro parágrafo da sinopse, o enunciador, Editora Globo, elenca nomes<sup>67</sup> que fizeram parte do cenário político da era Vargas. Entre eles, Oswaldo Aranha, Flores da Cunha, Antônio Carlos, Góis Monteiro, Luís Carlos Prestes, João Neves, Lindolfo Collor, Plínio Salgado, Armando de Salles Oliveira, João Alberto, Virgílio de Mello Salgado, Juracy Magalhães, Gustavo Capanema, Pedro Ernesto, Cordeiro de Farias, Souza Costa, Agamemnon Magalhães, Francisco Campos, Benedito Valladares e Adhemar de Barros.

Em relação à capa, vemos que o título não faz menção apenas ao nome Getúlio, mas sim a Getúlio Vargas, como é conhecido no cenário político. Além disso, o sobrenome Vargas especifica a qual Getúlio a autora estaria se referindo e, ao mesmo tempo, faz menção ao seu próprio nome de família. Para a assinatura de autora, ela utilizou o nome de casada: Alzira Vargas do Amaral Peixoto [nome que agrega duas famílias: os Vargas e os Amaral Peixoto – do marido].

Na dedicatória do livro encontramos os nomes dos destinatários do texto, eles são alguns parentes de Alzira que recebem um importante destaque, porque segundo

---

<sup>67</sup> A título de curiosidade e rememoração, a minibiografia dessas personalidades, retiradas na íntegra do site do CPDOC, encontra-se no ANEXO 3.

Alzira, são eles que perpetuarão o legado de Getúlio Vargas. Os nomes são elencados, como pode ser visto a seguir:

[Excerto 5]

Getúlio Vargas da Costa Gama,  
Cândida Darci Vargas,  
Edith Maria Vargas da Costa Gama,  
Celina Vargas do Amaral Peixoto,  
Yara Maria Tavares Vargas,  
Getúlio Dornelles Vargas.

Quem encabeça a lista é Getúlio Vargas da Costa Gama, filho de Jandyra Sarmiento Vargas e neto do estadista Getúlio Vargas. Depois, o de Cândida Darci Vargas, filha de Luthero Vargas, o primogênito do presidente Getúlio. Em terceiro lugar, Edith Maria Vargas da Costa Gama<sup>68</sup>, filha de Jandyra Sarmiento Vargas. Na quarta posição, Celina Vargas do Amaral Peixoto, filha única de Alzira Vargas e Ernani do Amaral Peixoto [todos esses sobrinhos de Alzira]. Em seguida, Yara Maria Tavares Vargas, filha primogênita de Manuel Sarmiento Vargas, apelidado de Maneco<sup>69</sup>. E por último, seu pai, Getúlio Dornelles Vargas. Observa-se mais uma vez, que os nomes próprios são acompanhados por seus sobrenomes.

Outra ocorrência de identificação específica pode ser observada ao se fazer uso de apelidos ou substantivos comuns para se referir a uma personagem. Alzira nomeia Getúlio Vargas de modos diversos: i) Pai, substantivo comum que será grafado em todo o texto com a inicial maiúscula, indicando que não se trata de qualquer “pai” e sim, de seu “Pai” - Getúlio Vargas, meu Pai; ii) Dom Quixote, quando menciona que Getúlio Vargas era um sonhador, um cavalheiro solitário; iii) Patrão ou Chefe, a partir do momento em que começa a trabalhar ao lado de Getúlio.

A identificação genérica também foi encontrada em nosso material de análise. Ela corresponde aos nomes comuns que fazem referência a uma categoria genérica.

---

<sup>68</sup> Em 1951, após o divórcio, Jandyra sem condições psicológicas para criar os dois filhos entrega Getúlio Vargas da Costa Gama, de dez anos, aos cuidados da avó e a menina Edith Maria Vargas Costa Gama, de nove anos, para a tia Alzira Vargas, que nessa época já estava casada com Amaral Peixoto.

<sup>69</sup> Manuel Sarmiento Vargas morreu como o pai. Em 15 de janeiro de 1997, aos 79 anos, ele suicida-se com um tiro no peito. Deixa assim como GV uma carta, nela escreve “não pretendo entrar na história, mas simplesmente deixar a história passar”. Fonte: Folha de São Paulo, 16 de janeiro de 1997.

No fragmento: “Getúlio Vargas era uma personalidade enigmática, um solitário a cuja intimidade poucas pessoas tiveram acesso” [Sinopse da biografia], ao utilizar o substantivo pessoas associado ao advérbio poucos, o enunciatório não especifica quem estaria dentro desse seletivo grupo. Há um silenciamento de informações sobre quais seriam as poucas pessoas que teriam acesso à intimidade de GV, o que destaca ainda mais a importância de Alzira Vargas e o privilégio que ela tinha. No excerto [6] também podemos verificar a identificação genérica.

[Excerto 6]

Dedico êste livro a vocês, e por intermédio de vocês a todos os jovens brasileiros que nasceram sob a proteção do nome de Getúlio Vargas, e não conheceram suficientemente para o poder compreender, julgar e apreciar. (PEIXOTO, 1960, dedicatória – grifos nossos).

O livro é dedicado primeiramente a alguns jovens da família Vargas [categoria específica], porém, ao iniciar o texto, Alzira explica que, por intermédio dos seus sobrinhos, ela dedica o livro também aos outros jovens brasileiros. Àqueles que nasceram sob a proteção de Getúlio Vargas, mas que não tiveram tempo suficiente para conhecê-lo, e, portanto, estariam inaptos para compreender, julgar e apreciar o legado varguista. Sabemos que são jovens brasileiros, mas não sabemos quais [poderiam haver jovens antigetulistas, de oposição, que viviam em outro país, etc.].

A utilização da quantificação imprecisa foi utilizada também em muitos momentos da narrativa em que Alzira não desejou apresentar dados específicos e ideias precisas. Ao contrário disso, foi mais interessante o uso de generalizações como: alguns, outros, todos, tudo, inteiro, etc., seja em relação a pessoas, seja em relação à expansão territorial do País o uso de expressões ou palavras como: Temos como exemplos,

[Excerto 7]

Getúlio Vargas devia ou não seguir com o Estado-Maior da Revolução? Duas correntes se formavam. Alguns julgavam que não se devia arriscar a vida do Chefe, pois criaria um impasse perigoso se alguma coisa acontecesse [...]. Outros concordavam com a tese de Papai . Se o Chefe não corre os mesmos riscos de seus comandados não pode inspirar confiança. (PEIXOTO, 1960, p. 57 – grifos nossos).

Constatamos também, dois outros casos de identificação genérica interessantes que chamaremos de metafóricas e metonímicas, como nos exemplos que seguem, respectivamente:

[Excerto 8]

O 24 de Outubro nos pegou a todos de surpresa [...]. O clamor das ruas me tranquilizou. Foguetes, vivas, lenços vermelhos que se agitavam e sorrisos que se abriam, tudo gritava que as notícias eram boas (PEIXOTO, 1960, p. 74 – grifos nossos).

[Excerto 9]

Antes de embarcar, lançara uma proclamação que terminava com estas palavras: “Rio Grande, de pé pelo Brasil! Não desmentirá teu destino heróico !” Li emocionada e achei-a maravilhosa: “Rio Grande, de pé pelo Brasil!”. Todo o meu sangue gaúcho vibrava. (PEIXOTO, 1960, p. 22 – grifos nossos).

No caso do excerto [9], Alzira cita o desfecho da proclamação que Getúlio fez em 1930, antes de partir para a Revolução. A expressão metonímica [nesse caso, o todo pela parte]: “Rio Grande, de pé pelo Brasil!”, denota um valor coletivo, inclui todos os habitantes do estado: mulheres e homens, adultos e crianças, eleitores ou não, aliados ou oponentes, sem distinção, criando uma unidade.

O uso desses termos proporciona a ideia de um todo, de que todos estavam envolvidos com a causa varguista. Porém, sabemos que as generalizações escondem as exceções. Esse tipo de estratégia presta-se à eliminação das oposições, mascarando e silenciando o fato de que em qualquer governo sempre há os que se opõem. (ABREU-AOKI, 2012).

## **b) Procedimentos linguísticos para *Localizar-situar***

O uso dessa categoria determina o lugar que os seres ocupam no espaço e no tempo. Esses componentes fazem parte dos procedimentos de construção do mundo, ou seja, estabelecem que tais seres sejam inseridos em um determinado lugar e que

suas ações aconteçam em um dado momento. Dessa forma, *Localizar-situar* fornecerá pontos de referência à organização da trama narrativa.

Em nosso material de análise, a localização espacial e temporal é ancorada em lugares, datas históricas e eventos reais, pertencentes ao mundo factual. Isso atribui ao texto um efeito de realidade e verdade, como no exemplo a seguir retirado da sinopse:

[Excerto 10]

[...] resumo de uma época, desde a Revolução de 23 até nossos dias, passando pela Revolução de 30, a Revolução Paulista, a rebeldia de 1935, o Plano Cohen, o ataque dos integralistas ao Guanabara, o Estado Novo, a perspectiva de guerra com as potências do Eixo e outros tantos fatos da história contemporânea do Brasil.

Com esse fragmento, a editora Globo ressalta que, mais que desnudar a vida particular de GV, a obra garante ser o resumo de uma conjuntura histórico-político. Conforme explicamos, como se trata da biografia de uma figura política e histórica, as localizações espaciais e temporais, utilizadas na narrativa, como exemplo, a Revolução de 23, a Revolução de 30, a Revolução Paulista, a rebeldia de 1935, o Plano Cohen, o ataque dos integralistas ao Guanabara, o Estado Novo, etc. são ancoradas em lugares e datas pertencentes ao mundo factual, atribuindo ao texto a ilusão de objetividade e verossimilhança, provocando um efeito de real.

Ressalta-se que, ainda que as datas e lugares sejam baseados em “fatos reais”, eles são mencionados no texto a partir do recorte e intenção do escritor, que cria e recria a sua história dentro da situação de comunicação na qual se insere. Dessa forma, sabemos que tal história não será a realidade propriamente dita, mas sim o espectro de um mundo possível. (ABREU-AOKI, 2012).

Os lugares e datas mencionados no *corpus* giram em torno do protagonista Getúlio Vargas. Esses componentes ajudam a montar a cena em que ele atuou durante toda a narrativa, como veremos em outros exemplos extraídos do *corpus*.

No trecho abaixo, notamos que Alzira descreve o Rio Grande, não como uma localização geográfica qualquer, mas como um lugar especial no mundo, em que ela e Getúlio Vargas nasceram e cresceram.

[Excerto 11]

[...] O Rio Grande nascera “peleando”. Lutara para ser brasileiro, lutara para se conservar brasileiro e lutará sempre para que o Brasil continue a ser Brasil. O gaúcho pintara com o vermelho de seu sangue as verdes coxilhas dos pampas e sobre elas o sol derrama todos os dias novas fontes de vida. É essa a bandeira da minha terra: Solo, Sangue e Sol. Aquelês homens endurecidos pelas lutas, cujo lar era o lombo do cavalo, legaram-nos uma herança pesada [...] ódios recalcados, malquerenças às vezes infantis, o culto à coragem e ao estoicismo, o hábito da solidão [...] fizeram do gaúcho um ser inquieto, ensimesmado e orgulhoso. Nascera para herói, era preciso continuar. (PEIXOTO, 1960, p. 3 – grifos nossos).

A cidade natal de Getúlio [São Borja] localizada no estado do Rio Grande, é apresentada na descrição acima por qualificadores [categoria que veremos no próximo tópico] que engrandecem o cenário em que o estadista nasceu. Sendo assim, se ele nasceu no Rio Grande do Sul, e este lugar é caracterizado pela grandeza de homens robustos e corajosos, que nasceram lutando e para serem heróis, então, Getúlio será como seus conterrâneos, sentido que é produzido por um silogismo simples: todos os homens que nasceram no Rio Grande são heróis, valentes e estoicos, etc., Getúlio Vargas nasceu no estado do Rio Grande; logo Getúlio é um homem herói, valente e estoico.

Além da influência recebida pelo comportamento de seus conterrâneos, a biografia nos faz-saber que ele também foi marcado pelas histórias que ouvia sobre o Rio Grande. Getúlio escutava tais histórias vindas também de pessoas simples, como os peões da estância em que morava, demonstrando assim, um comportamento simples do protagonista que valorizava o homem do campo. Observe o excerto [12]:

[Excerto 12]

Havia sabido por meio dos peões da estância, quantas vezes havia sido devastado e despovoado os campos de Santos Reis, seu paraíso [...] Havia sido marcado pelo “minuano” que lhe soprava aos ouvidos as lendas e as tradições do Rio Grande, durante longas galopadas solitárias”. (PEIXOTO, 1960, p. 4 – grifos nossos).

Desse modo, percebemos que a localização espacial não aponta apenas um lugar específico, mas influencia, implicitamente, o temperamento e as atitudes do

protagonista, colaborando para a construção da imagem de um herói forte e robusto, mas simples, ao ponto de “dar ouvidos” à sabedoria popular, por exemplo.

Sobre o *Localizar-situar* ainda há outras menções importantes, como o os lugares em que GV estudou e as datas, dos lugares e datas em que a família Vargas precisou mudar de casa para acompanhar GV em seus muitos cargos públicos. Abaixo, mencionamos alguns exemplos.

[Excerto 13]

Fora mandado, menino ainda, em 1900, estudar preparatórios na afamada Escola de Ouro Preto, onde estavam seus dois irmãos Viriato e Protásio [...]. Pouco se demorou. Um conflito entre estudantes motivado por exaltações de juventude fogosa [...] provocou a morte de um deles [...]. Voltou traumatizado para casa [...] A histórica cidade mineira havia entrado em seu coração. Fôra o marco de sua primeira ilusão desfeita e o primeiro embate com a realidade. (PEIXOTO, 1960, p. 5 – grifos nossos).

No Excerto [13], Alzira nos apresenta a primeira vez que Getúlio Vargas, ainda menino, saiu do “aconchego” de sua família e foi sozinho estudar em outro estado, o de Minas Gerais, aparentando ser autônomo e corajoso. A narradora explica que lá estavam dois de seus irmãos, mais velhos que ele, o que poderia ser uma segurança para Getúlio. Porém, mais adiante veremos que seus irmãos se envolveram em um assassinato. Por esse motivo, Alzira destaca que Ouro Preto foi um marco na vida de Getúlio e que ele voltou traumatizado de lá. No entanto, não fica claro para o leitor qual o tempo efetivo que GV ficou em Ouro Preto. Foram dias ou meses? Não sabemos, pois há uma marca de determinação imprecisa em “Pouco se demorou”.

Já o Excerto [14] mostra a primeira vez que a família de Getúlio: Darcy [sua esposa] e três de seus filhos [Alzira, Manoel Antônio e Getúlio Filho] saíram de São Borja, passaram por Porto Alegre e se dirigiram ao Rio de Janeiro para acompanhar Getúlio Vargas na posição de Deputado Federal.

[Excerto 14]

O trenzinho da B.G.S. [*Brazil Great Southern*], famoso por seu impecável horário “sai quando quer, chega quando pode”, deixou S. Borja devagar, e devagar continuou até Uruguaiana. Carregava para Pôrto Alegre uma jovem senhora e três crianças assustadas. (PEIXOTO, 1960, p. 26 – grifos nossos).

No Excerto [15], Alzira descreve para o leitor as primeiras impressões que teve do Rio de Janeiro e, no [16], do primeiro lugar em que a família Vargas foi morar depois que saiu da casa em São Borja [sua cidade natal]. Nota-se que os *Localizar-situar* frequentemente vêm acompanhados de qualificadores e, juntos, eles traduzem os sentimentos que a narradora deseja transparecer, diretamente associados a tais lugares.

[Excerto 15]

Não gostei do Rio de Janeiro. Chegamos em uma tarde sombria e chuvosa. As ruas estreitas e escuras, sem horizonte, o movimento de automóveis e o barulho [...] pequenas implicâncias contra a Capital. O espírito prevenido pelas notícias de assaltos e assassinatos misteriosos, desastres e acidentes de rua, prisões inexplicáveis para mim, que os jornais noticiavam, tudo me impedia admirar a extraordinária beleza da cidade. Nem a visita da famosa Baía de Guanabara me emocionou. Como prever que essa primeira mudança era o início de minha vida de cigana, também não gostei do local que Papai escolhera para nossa morada. (PEIXOTO, 1960, p. 27 – grifos nossos).

[Excerto 16]

Uma suntuosa escada de mármore, único luxo da que a pensão, proporcionava a nosso apartamento entrada independente. Uma ladeira misteriosa, à esquerda do prédio, era nosso esconderijo e o único lugar onde podíamos brincar sem perigo. Adeus pés descalços – é proibido pisar na grama do jardim. Adeus correrias descuidadas – o bonde passa em frente, a menos de um metro da calçada. Adeus cantorias, gritos e choros de liberdade - a gente da cidade fica impaciente com barulho de crianças. Adeus laranjeira amiga, frutas roubadas, quedas de cavalo. Os subsídios de um deputado federal, com cinco filhos, não permitiam que tivéssemos maiores comodidades, nem a veleidade de possuir um chão só para nós. (PEIXOTO, 1960, p. 27 – grifos nossos).

Na narrativa, Alzira diz que foram muitas as mudanças que Getúlio Vargas precisou fazer: de cargo, de casa, de cidade, de estado, sacrificando, na maioria das

vezes, sua esposa e os filhos [que precisavam também mudar de escola e fazer novos amigos] em nome de um chamado, de uma missão, de uma predestinação e supremacia do interesse público. Veja-se o fragmento seguinte:

[Excerto 17]

Papai havia sido convidado pelo Presidente Washington Luiz, recentemente eleito, para ser seu Ministro da Fazenda. Nova mudança. A casa da Rua Buarque de Macedo tornara-se pequena [...]. Fomos morar na Ladeira do Ascurra, em prédio pertencente ao Ministério da Fazenda. O aluguel era módico e o espaço maior para nossa família poder se reunir. Jandyra já estava conosco. Luthero veio logo depois, transferido do Colégio Militar de Pôrto Alegre para o do Rio de Janeiro. [...] A casa da Ladeira do Ascurra [...] era a realização de nossos sonhos. Um grande jardim, logo à entrada, nos isolava da rua. [...] A casa do Ascurra é hoje o lar de várias crianças, mantidas pelo Governo. [Que elas sejam tão felizes quanto eu fui nesse lugar, é o que desejo]. Foi lá que comecei a gostar do Rio de Janeiro. (PEIXOTO, 1960, p. 33 – grifos nossos2).

Como podemos notar, Alzira toma como referência o lugar Rio de Janeiro para demonstrar os sentimentos que tanto ela, quanto a família, tinham em relação às mudanças necessárias para a ascensão da carreira do pai.

Nos exemplos [14] e [17], ela conta que em um primeiro momento, apenas ela e os dois irmãos mais novos puderam ir para o Rio de Janeiro morar com os pais. E que, posteriormente, foram Jandyra e Luthero, dando-nos a impressão de que não havia espaço para um casal e cinco filhos na casa que puderam alugar inicialmente. Tomando como base as datas em que Getúlio foi deputado federal e líder da bancada gaúcha [1923 -1926] e, posteriormente, Ministro da Fazenda de Washington Luiz [1926-1927], constata-se que a família Vargas ficou separada por um bom tempo.

Outra data importante é o ano de 1903, que pode ser considerado um divisor de águas no currículo de Getúlio, de acordo com a biografia. É nesse ano que GV entra na Faculdade de Direito e, a partir desse ponto, deixa de ser um simples civil, um simples militar e inicia sua formação política. Como nos conta Alzira: “Com a entrada para a Faculdade de Direito [...] vieram para êle as primeiras campanhas políticas, a formação de sua cultura clássica, os primeiros discursos de fôlego e sua revelação como líder nato, sem que o buscase, como numa predestinação” (p. 8 – grifos nossos). A

narradora menciona a entrada na Faculdade de Direito, mas esse lugar e tempo são apenas um pretexto para contar como foi desencadeado o processo de liderança, inato, que estava adormecido em seu pai.

Por fim, gostaríamos de destacar dois últimos exemplos para o *Localizar-situar* que diz respeito à primeira casa que Getúlio e Darcy tiveram, em São Borja, que foi um presente de casamento de seu pai [Manoel do Nascimento Vargas], e onde nasceram todos os seus filhos. Alzira, sempre que se remete a essa casa em São Borja a nomeia por Lar, lugar da sua saudade, lugar carregado de sentimentos bons.

[Excerto 18]

Chegamos, finalmente, à nossa casa, na rua 7 de Setembro, sem número, a única que realmente tivera até então. A casa construída por meu Pai, quando se casou, a casa onde todos nós nascemos, a casa onde fizemos nossas travessuras de crianças, a casa que tinha cheiro de lar, a casa que não é mais nossa. Agora é só dêle . Tornou-se museu. (PEIXOTO, 1960, p. 36 – grifos nossos).

Nesse fragmento, podemos perceber o quanto a casa de São Borja representava para Alzira Vargas. Não era um lugar qualquer, era um lugar específico, único dentre tantos outros, fruto de lembranças inesquecíveis que serão resgatas muitas vezes ao longo da narrativa. Esse Lar, após a morte de Getúlio, tornou-se, como explica a autora, o Lar da memória do Pai, um museu em homenagem ao legado de Getúlio.

Ainda sobre São Borja, podemos perceber que, assim como Alzira, essa cidade era especial para Vargas, como narra a biógrafa: “São Borja sempre foi o ponto final de tôdas as campanhas de Papai. Era sua meta. Parece que buscava em sua cidade as novas energias de que precisava para continuar”. (p. 36)

### c) Procedimento linguístico para *Qualificar*

Analisaremos alguns fragmentos do nosso corpus que utilizaram os procedimentos do *Qualificar*. Esse procedimento, de acordo com Charaudeau (2009), permite que uma visão objetiva ou subjetiva do mundo seja elaborada e, quando associado aos outros procedimentos, pode produzir um efeito de real ou de ficção. Tal categoria pode descrever tanto seres humanos, em relação ao vestuário, gestos, posturas, idade, gênero, comportamento, etc., quanto seres não-humanos: paisagens, lugares, fatos históricos, seres conceituais ou fenômenos.

Quando um biógrafo adota o procedimento de qualificação objetiva de um personagem, por exemplo, ele deve apresentar elementos qualificatórios capazes de serem confirmados pelo leitor, seja por informações prévias que este já possua, seja pelas provas que o próprio biógrafo apresenta em sua narrativa [...].

As qualificações subjetivas, por sua vez, são aquelas que apresentam valoração pessoal a um objeto, ser ou situação, atuando também, como contextualizadores nos episódios narrados. (PROCÓPIO-XAVIER, 2012). Vejamos os exemplos a seguir.

[Excerto 19]

Naquele entardecer do ano de 1923, [...] êle trajava farda de mescla azul, com talim e botas pretas; galões de coronel. Um revólver negro à cintura, um chapéu de abas largas e uma capa enorme sôbre os ombros, ainda o tornavam mais estranho. Era meu Pai e envergava o uniforme da “Briosa”, como era conhecida em todo o Estado a Brigada Militar do Rio Grande do Sul. (PEIXOTO, 1960, p. 2 – grifos nossos).

O fragmento [19] é elaborado de forma objetiva: Alzira descreve o uniforme que seu pai usava, comum a todos os militares da Brigada Militar do Rio Grande do Sul naquela época. No entanto, quando ela diz que “a capa enorme nos ombros o tornava ainda mais estranho” emite uma opinião, sua subjetividade.

No fragmento [20], Alzira faz uma descrição mais subjetiva, baseando-se em apreciações sobre seu pai. Nesse fragmento podemos notar a afeição da narradora Getúlio, ao revelar que notou naquele momento, o quanto ele era bonito, como seu

olhar era bondoso e seu sorriso claro e alegre, bem diferente do “outro pai”, que até então, ela pensava conhecer.

[Excerto 20]

Assustada, olhei-o com interêsse pela primeira vez. Curioso, nunca havia notado que meu Pai era bonito: uma basta cabeleira negra ligeiramente ondulada, um olhar bondoso, nada parecido com aquele que tanto temíamos quando ousávamos perturbar suas meditações, e um sorriso claro e alegre como para nos tranquilizar e evitar lágrimas. (PEIXOTO, 1960, p. 2 – grifos nossos).

O procedimento de qualificação, pode ser observado a partir do uso elementos como: i) acumulação de detalhes e de precisões de tipo factual, sobre maneiras de ser e de fazer, às vezes com recursos especializados, mais ou menos técnicos, acompanhados de definições como num texto científico, com o objetivo de produzir um efeito de coerência realista; ii) emprego de analogias, ou seja, o procedimento consiste em fazer corresponder os seres do universo e as qualidades que pertencem a âmbitos diferentes. Essa analogia pode ser explícita, pelo emprego de termos de comparação; ou implícita, pelo aspecto de transferência de sentido, com a utilização de metáforas, metonímias, etc.

Em nosso material de análise, houve uma frequência maior do uso da qualificação subjetiva, resultado da opinião daquela que descreve. Podemos observar que Alzira escreve a biografia por um viés memorialista, partindo de suas experiências e lembranças. No entanto ela diz (1960, p. 261) que “dentro do possível, tentarei não tomar partido, limitando-me à função de narradora”. Contrariamente, podemos notar que em toda a narrativa era qualificará seu pai, quase somente, por atributos positivos.

O Getúlio de Alzira Vargas é quase isento de defeitos, veremos no capítulo sobre o *Ethos*, que dificilmente ela apresentará uma falha de seu pai. Esse modelo de escrita, quase uma Ode, é frequente em biografias que desejam criar a imagem de um herói, de um mito, de um ser extraordinário. Em vários momentos da narrativa, Alzira faz-crer que GV estava predestinado a ser o Presidente, pois a ele fora dada a incumbência de salvar o Brasil e os brasileiros. Um exemplo dessa predestinação está

ligado a momentos em que algumas personagens, falam sobre o destino de Getúlio, como uma profecia, um vaticínio. Vejamos um exemplo:

[Excerto 21]

Pôrto Coelho<sup>70</sup> [...] foi enviado a Pôrto Alegre para cumprir sua pena, continuou escrevendo a Papai enormes epístolas, dignas de estudo. Em uma delas, após interessantíssimo estudo sôbre as modificações sociais e políticas que a guerra de 1914 traria ao mundo, fêz-lhe um apêlo profético. Pedia que não se deixasse desgastar em questiúnculas municipais, poupasse o próprio nome, que constituiria, para o Estado, uma grande esperança e não tardaria o momento em que fôsse lembrado para posições da mais alta envergadura. (PEIXOTO, 1960, p. 18 – grifos nossos).

Nessa parte da biografia, Alzira descreve um fato histórico ocorrido entre 1912 e 1913, quando Getúlio Vargas vai até Itaqui, para defender seu amigo Pôrto Coelho. Segundo Alzira, o homem respondia por um crime passional; outras fontes de pesquisas, por nós consultadas, são mais precisas em relação a essa informação, apontando para o crime de assassinato. Alzira menciona vagamente o motivo de esse homem estar preso, e parte para a qualificação dessa personagem, que mais interessa ao seu projeto de escrita.

Segundo Alzira, esse amigo de Getúlio, Pôrto Coelho, era um autodidata de brilhante inteligência. Suas cartas, escritas durante sua prisão, eram observações políticas que a obrigariam a escrever outro livro. Mesmo na condição de preso, Pôrto Coelho era esforçado e estudioso. Tais descrições deixam transparecer para o leitor que Coelho sabia o que estava dizendo ao profetizar o futuro de Getúlio.

Além da tessitura elogiosa dada ao seu pai, ela faz o mesmo em relação aos seus familiares, aliados de Getúlio seus ídolos e até mesmo ao lugar em que nasceram, por meio de uma seleção lexical que rende atributos bons a esse conjunto de pessoas. A aposta da biógrafa é nos levar à compreensão de que os familiares, os aliados, os

---

<sup>70</sup> Armando Porto Coelho residia em Itaqui onde exerceu os cargos de professor público e escrivão de órfãos, tendo pedido demissão para advogar. Fazia nessa cidade oposição ao Cel. Aranha, pai de Oswaldo Aranha, sendo que esse último também fez parte da denominada “geração de 1907” Armando Porto Coelho era amigo da família Vargas, devendo-lhe favores. Era missivista no jornal O Uruguay. Em 1914 ocupava a função de administrador da Mesa de Rendas de São Borja. Getúlio Vargas tornou-se seu advogado, defendendo-o da acusação do assassinato.

ídolos e até mesmo o lugar onde Getúlio nasceu, tudo isso contribuiu para a trajetória e para os atributos positivos de GV. Essa tessitura pode ser revelada ao se observar a maneira como os adjetivos, expressões adjetivas ou classes de palavras que representam positivamente tal grupo foram utilizados.

Em contrapartida, outras escolhas serão feitas para os opositores de seu pai. Para esse grupo, as representações serão negativas. Essa estratégia ocorre também, quando Alzira traz para o seu texto, por meio do discurso direto ou indireto, a voz de seu pai – que utilizava a mesma estratégia de qualificação. Alzira apresenta qualificadores elogiosos usados para aqueles que eram aliados de seu pai, como vemos no Excerto [22]: “Faltava resolver quem assumiria a Presidência do Estado. A escolha recaiu sobre Oswaldo Aranha [...]. Seria imprudente deixar o Estado nas mãos de quem merecesse menos confiança. (PEIXOTO, 1960, p. 58 – grifos nossos).

No trecho acima, Alzira faz menção à *Revolução de 1930*<sup>71</sup>, um movimento armado iniciado no dia 3 de outubro, sob a liderança civil de Getúlio Vargas e sob a chefia militar do tenente-coronel Góis Monteiro, com o objetivo imediato de derrubar o governo de Washington Luiz e impedir a posse de Júlio Prestes, eleito presidente da República em 1º de março anterior. Oswaldo Aranha, qualificado por Alzira como “merecedor de confiança” é o escolhido para assumir a Presidência do Estado provisoriamente, enquanto Getúlio liderava a Revolução. O movimento tornou-se vitorioso em 24 de outubro e Vargas assumiu o cargo de presidente provisório a 3 de novembro do mesmo ano. Oswaldo Aranha e Getúlio Vargas foram amigos por mais de 30 anos.

Vejamos o fragmento [22]:

---

<sup>71</sup> Dados retirados do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.

[Excerto 22]

Luiz Carlos Prestes, gaúcho; Siqueira Campos, paulista e João Alberto, pernambucano [...] tinham solidificado no exílio a forte amizade que os unia, desde os tempos da Coluna Prestes. Os dois últimos achavam-se no Brasil, com risco de ser presos, ultimando os preparativos da Revolução, quando souberam que Prestes tinha escolhido um caminho diferente do deles estava pronto para lançar um manifesto em que fazia sua profissão de fé comunista. João Alberto esgotara todos os argumentos para atrair o amigo de tantos anos e dissuadi-lo dessa idéia . Siqueira Campos seria a última tentativa. Era o único com ascendência sôbre Prestes capaz de o demover. Embarcaram juntos secretamente para Buenos Aires com o intuito de recuperar o companheiro. O avião em que viajavam caiu no mar. Siqueira Campos, que tanta falta veio a fazer, durante o período pré e pós-revolucionário, pereceu. João Alberto conseguiu salvar-se, traumatizado na alma e no físico. Voltar à luta, mas já não era mais o vibrátil “dr. Nelson”. Informou que Luiz Carlos Prestes pusera um ponto final nas conversações. Não abandonaria as novas idéias que abraçara. Ao ouvir os motivos de sua recusa, Papai disse: “É uma pena. Sempre tive impressão de que Prestes seria um homem destinado mais a construir do que a destruir. (PEIXOTO, 1960, p. 56 – grifos nossos).

Os indicativos: “escolhido um caminho diferente do deles”; “Alberto esgotara todos os argumentos para atrair o amigo e dissuadi-lo dessa ideia [leia-se: Comunismo]”; “Estava pronto para lançar um manifesto em que fazia sua profissão de fé comunista”; “intuito de recuperar o companheiro”; “Prestes não abandonaria as novas ideias”; e principalmente este: “Papai disse: é uma pena. Sempre tive a impressão de que Prestes seria um homem destinado mais a construir do que a destruir” demonstram que aqueles que não concordavam com o Projeto de Getúlio Vargas não eram bem quistos por ele, ao contrário, tornavam-se seus opositores e são desqualificados na biografia escrita por Alzira Vargas. No caso de Carlos Prestes: um comunista irrecuperável e destruidor.

As representações em torno dos comunistas durante o governo getulista sempre foram muito fortes. Eles eram caracterizados não apenas como inimigos de Getúlio (posicionando-se contra o seu mandato), mas, também, inimigos de Deus, da família, logo, do povo brasileiro. A simbologia que se associava a esse grupo é que eles representavam o mal.

Tanto nesta biografia de Alzira Vargas, que estamos analisando, em discursos de Getúlio Vargas, durante seu governo, quanto em seu Diário [publicado postumamente] há uma recorrência de qualificadores como: espírito decaído, políticos carcomidos, inimigos do Brasil, nocivos à Nação, etc. para aqueles que se posicionaram contra o getulismo.

Todas as atitudes de Getúlio e objetivos do Estado Novo, implantados por ele, foram justificados como uma salvação para o País frente ao perigo latente dos comunistas (FAUSTO, 2003). A construção discursiva em torno do comunismo foi utilizada como grande catalisador<sup>72</sup> de sentimentos que mobilizavam temores de desintegração da sociedade e instauração do caos.

O Excerto [23] também segue a mesma lógica do Excerto [24], que é a de desclassificar e reprovar o comportamento ou índole dos opositores do Governo getulista.

[Excerto 23]

Todos os Governos estaduais com exceção de Minas Gerais, onde Olegário Maciel, sucessor de Antônio Carlos, mantinha os compromissos assumidos com a Revolução, tinham ficado acéfalos em 24 horas. Estariam tão minados e desmoralizados que nenhum Chefe surgiria para os defender? Seria possível que tantos homens eminentes abandonassem seus postos, sem luta e muitos sem dignidade? Valeria a vida mais do que a honra? (PEIXOTO, 1960, p. 65 – grifos nossos).

Resumindo o panorama histórico<sup>73</sup> do trecho acima: em meados de outubro de 1930, a revolução já era vitoriosa em quase todo o país, restando apenas São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pará [que ainda resistiam ao governo getulista]. Alzira explica que tais estados haviam ficado “acéfalos em 24 horas”, ou seja, sem um governante, sem um guia, os quais Alzira tenta qualificar, indiretamente, como “minados”, “desmoralizados” e “sem dignidade”.

No excerto [24], temos um outro exemplo de desqualificação daqueles que não aderiram aos planos de Getúlio Vargas de imediato, principalmente, os paulistas.

---

<sup>72</sup> Ver Plano Cohen > <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo/PlanoCohen>

<sup>73</sup> Maiores informações: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Revolucao1930>

[Excerto 24]

Getúlio não tinha tempo a perder. Precisava deixar em São Paulo um homem de responsabilidade e seguir sem demora para o Rio, antes que os fatos se apresentassem já consumados. Ouviu, auscultou, sentiu, mas não entendeu: “São Paulo, berço dos bandeirantes, terra de pioneiros, estimulador do progresso, é o fabricante dos políticos menos hábeis do Brasil”. [...] Decide-se então por João Alberto Lins de Barros, amigo e companheiro de desdita do paulista Siqueira Campos. Seria o nome dêste revolucionário, de todos, o mais querido e respeitado por sua integridade e destemor, o naturalmente indicado para dar tranquilidade à terra bandeirante. (PEIXOTO, 1960, p. 66 – grifos nossos).

Getúlio Vargas elege então, como interventor federal no governo de São Paulo, o recifense João Alberto Lins de Barros, que, de acordo com Alzira, o mais querido e respeitado por sua integridade e destemor.

A escolha de um recifense, ao invés de um paulista, ocorreu porque os paulistas se opuseram ao governo comandado por Getúlio Vargas após o “Golpe” de 1930 e, posteriormente, na Revolução Constitucionalista de 1932.

No fragmento [24] Alzira faz uso do discurso direto para mostrar o que Getúlio pensava sobre os paulistas: “São Paulo, berço dos bandeirantes, terra de pioneiros, estimulador do progresso [...]”, no entanto, conclui: “fabricante dos “políticos menos hábeis do Brasil”.

Resumindo, o procedimento *Qualificar* pode ser encontrado na biografia analisada por nós, como uma estratégia discursiva, uma vez que qualificadores ou desqualificadores são empregados conforme as intenções da biógrafa: quando Alzira/Getúlio referem-se aos seus pais, irmãos, parentes, amigos, na maioria das vezes, são usados qualificadores elogiosos; e para aqueles que não são seus amigos, ou foram oponentes de seu pai, ela os qualifica negativamente.

Sendo assim, por meio de categorias da língua, da descrição, a biógrafa tentou criar para GV uma identidade positiva. Procuramos apontar alguns qualificadores que revelam suas intenções e apontam as manobras utilizadas para persuadir seu leitor “a ver e sentir” a pessoa de Getúlio Vargas e seus feitos por meio dos atributos que lhe foram aplicados. Tais aspectos nos ajudarão, em nossa segunda empreitada [capítulo

6], a mostrar quais *ethé* de Vargas podem ser evidenciados por meio das pistas linguísticas deixadas pela escritora.

Lembramos que, por mais que haja uma tentativa didática para a exposição de cada um dos procedimentos do Modo Descritivo, eles aparecem embrenhados no texto, por um processo de retroalimentação.

#### **5.2.4. O Modo Narrativo**

Charaudeau (2009) esclarece que, primeiramente, é necessário não confundir gênero textual e modo de organização do discurso. Não se trata aqui, de elaborar uma tipologia dos textos narrativos, mas de colocar em evidência os componentes e procedimentos de um modo de organização cuja combinação permita uma melhor compreensão das múltiplas significações.

Podemos resumir essa questão da seguinte maneira: a narrativa é considerada uma totalidade, enquanto o modo narrativo é apenas um de seus componentes. A narrativa corresponde à finalidade de contar e, para colocar tal finalidade em prática, utilizam-se o modo de organização descritivo [sobre o qual falamos no tópico anterior] e o narrativo. Ou seja, a narrativa engloba os modos de organização.

Para que uma sequência de acontecimentos contados se transforme em narrativa, é necessário que se tenha um contador de história, além disso, uma intencionalidade que impulsiona essa prática, do mesmo modo, um ouvinte – destinatário da narrativa, um contexto e, finalmente, a organização da materialidade discursiva.

É importante lembrar que o ato de narrar é posterior à existência de uma realidade que se apresenta necessariamente como passada, porém, o ato de narrar tem a propriedade de fazer surgir em seu conjunto, um universo outro, o universo narrado. Este predomina sobre a outra realidade, a qual passa a existir somente através da atividade narrativa.

Dessa forma, como pretender que uma narrativa possa ser o reflexo fiel de uma realidade passada [mesmo que essa realidade tenha sido vivida pelo sujeito que narra]? Esse é um impasse para o *fazer-criar* no verdadeiro, no autêntico, na realidade,

conforme elucida Charaudeau (2009). Por esse motivo, não acreditamos no resgate absoluto do passado, o que temos, são lampejos de memória, que passam pelo desejo de se contar um tempo pretérito ou, de versões distintas da história que perpassam crenças, ideologias e intenções.

Mas de que forma, o narrador faz-criar que sua versão da história é “verdadeira”? É por meio de uma mescla de elementos ficcionais e factuais que se cria uma rede de significados verossímeis. O *corpus* selecionado por nós, consiste, portanto, de uma tentativa de testemunhar um tempo histórico que, de acordo com Charaudeau (op. cit.), pelo acúmulo dos documentos de arquivos, das investigações, reconstruiriam o mais objetivamente possível uma parte da realidade passada.

Porém, é importante destacar que apesar de nossa tentativa de apresentar a biografia em questão como uma narrativa histórica, percebe-se que o texto aproxima-se bastante das narrativas de heróis [que os propõem como modelo e fazem deles os arquétipos de um ideal de ser] e de hagiografias [que tem como objetivo ultrapassar a experiência particular de um ser para se erigirem em exemplo universal].

O modo de organizar uma narrativa pode então, auxiliar o biógrafo em seu projeto de escrita e no sucesso de seu empreendimento discursivo. Esse modo consiste na construção de uma sucessão de ações, que deve ser delimitada em seu princípio e fim para que haja coerência na história. Essa sucessão, conforme sugere Charaudeau (2009b, p. 168) é motivada pela intenção do sujeito “que elabora um projeto de fazer e tenta conduzi-lo bem” para que tenha êxito.

Como já mencionamos, a lógica narrativa será elaborada a partir de três componentes básicos: os actantes, os processos e as sequencias. Estes serão selecionados tendo como ponto de partida a situação de comunicação, a intenção de escrita, o público a que se pretende aderir, etc. São muitas as variáveis que determinarão a configuração de uma narrativa. Dentre os principais componentes da lógica narrativa destacamos, para este trabalho, os actantes, por desempenharem uma função primordial dentro da estrutura narrativa e, por ser em torno da vida das personagens de uma biografia que a narrativa se desenvolve.

## a) Os actantes

De acordo com a teoria charaudeana (2009), por sua participação na esfera da ação, os actantes do modo de organização narrativo lembram os actantes linguísticos que também são ligados a uma ação. Contudo, não se deve confundir essas categorias, já que no primeiro caso trata-se de uma categoria do discurso, enquanto, no segundo, de uma categoria de língua, o que implica diferenças categóricas.

No nível da língua, o actante está associado apenas à ação, uma vez que a finalidade de tal ação é considerada como um fim em si mesma. Por exemplo, no enunciado: “Getúlio Vargas outorgou ao povo brasileiro uma nova Constituição”, temos um agente [Getúlio], um paciente/objeto [nova Constituição] e um destinatário [o povo brasileiro]. Mas não é possível, a partir desse raciocínio, dizer quais são os papéis narrativos do actante Getúlio. Para isso, seria necessário conhecer o contexto, pois é ele que possibilitará a esse enunciado sua finalidade narrativa.

Sendo assim, é a partir do contexto que conhecemos os papéis narrativos particulares [categoria do discurso] que o agente da ação [categoria da língua] desempenha ou não. E apenas o papel narrativo concederá ao actante sua função como personagem, como pode ser melhor compreendido a partir da explicação a seguir:

- “Getúlio Vargas outorgou ao povo brasileiro uma nova Constituição”, no contexto da biografia, ele fez isso para atender às necessidades sociais e morais do povo brasileiro – nesse caso, o agente Getúlio poderá desempenhar dois papéis: i) de benfeitor > ao criar um benefício para a população; ii) de retribuidor > uma vez que teve todo o apoio do povo para chegar ao poder, ele recompensa seus representados.
- “Getúlio Vargas outorgou ao povo brasileiro uma nova Constituição”, recorrendo a outras fontes de pesquisa, percebemos que ele foi um malfeitor. Sabe-se que Getúlio Vargas outorgou [impôs] uma nova Constituição em benefício próprio, como forma de se manter no poder como Presidente.

Resumidamente, para que as funções exercidas pelas personagens possam ser verificadas, Charaudeau (2009) propõe a identificação dos papéis actanciais dos mesmos. Os papéis actanciais são definidos em função das relações exercidas entre as personagens.

A diferenciação é feita em relação à postura que uma dada personagem tem frente à ação principal: ele sofre ou executa a ação? A partir disso, seguem os desdobramentos dessa ação inicial: se a personagem executou a ação, isto é, se foi ela quem agiu, de que maneira a ação foi realizada? Tendo essas respostas como base, pode-se diferenciar as personagens-agentes [que executam a ação] e as personagens-pacientes [que recebem a ação]. Para vislumbrar melhor essa questão, usaremos o quadro dos Papéis actanciais elaborado por Procópio-Xavier (2012), a partir de categorias criadas por Charaudeau (2009).

AGENTE (age por)	PACIENTE (reage por)	
<b>Agressor</b> - realiza uma ação negativa, isto é, um malefício.	<b>Vítima</b> – é afetado negativamente pela ação de outro actante.	<b>Fuga</b> – evita o confronto.
<b>Benfeitor</b> - realiza uma ação positiva, isto é, um benefício.		<b>Resposta</b> – age contra seu agressor. <b>Negociação</b> – tenta neutralizar a agressão.
<b>Aliado</b> - atua na defesa ou ajuda de um actante, seja agindo diretamente sobre o oponente do actante ou atuando ao mesmo tempo em que seu protegido atua.	<b>Beneficiário</b> – é afetado positivamente pela ação de outro actante.	<b>Retribuição</b> – retribui de maneira benéfica o outro actante.
<b>Oponente</b> - opõem-se aos projetos ou ações de um actante.		<b>Recusa</b> – não aceita o benefício.
<b>Retribuidor</b> - oferece a outro actante uma recompensa ou punição.		

Quadro 2 – Papéis Actanciais.  
Fonte: Procópio-Xavier (2012).

Ressaltamos que essa é uma proposta sugerida por Charaudeau, que admite flexibilidade, permitindo que o uso dessas categorias de análise não acarrete uma aplicação rígida, que poderia determinar actantes fixos. Vale lembrar que a estrutura de actantes de uma história é somente uma das possibilidades de organização discursiva.

O elemento principal da estrutura narrativa são as personagens, que desempenham uma função importante. Por meio dessas funções é possível identificar

quais sistemas de valores estão relacionados às personagens por meio de suas atitudes.

Em nosso material de análise o protagonista é Getúlio Vargas, já que ele é o biografado. Sendo assim, interessa-nos, principalmente, os papéis actanciais desempenhados por ele no decorrer da narrativa, pois apresentarão seu *modus operandi*. No entanto, apontaremos vez ou outra os papéis actanciais acionados para outros figurantes da encenação narrativa também, sejam aliados ou opositores, incluindo Alzira-personagem e membros de sua família.

Na narrativa biográfica de GV, procuramos identificar os papéis actanciais mais recorrentes que auxiliam na formação de traços do perfil de GV, os quais a biógrafa desejou delinear, se alinham a sua intencionalidade. Esse perfil pode ser deduzido pelas ações e condutas que o protagonista apresenta durante toda a narrativa. Essa articulação contribui para a construção dos *ethé* de Getúlio Vargas.

Para comprovar os principais papéis desempenhados pelo biografado, tentamos eleger alguns episódios de maior representatividade em sua vida narrada. Os recortes feitos são um recurso metodológico útil, uma vez que a biografia de *Getúlio Vargas, meu Pai* traz um elevado número de informações que torna inviável seu mapeamento completo, frente aos objetivos e cronograma desta pesquisa.

No caso do *corpus* escolhido, notamos que os momentos mais relevantes foram: a Infância e os anos de formação; a ascensão na carreira; a ditadura no Estado Novo; e a morte [o suicídio].

A infância do biografado é abordada com frequência nas biografias de cunho político, principalmente, pois nelas há uma escolha seletiva de eventos, que, de alguma forma, contribuem para forjar o caráter desse ser, que no futuro, teria um papel de destaque num cenário Nacional. Essa é uma tentativa de induzir o leitor a um *fazer-crer* que, desde a tenra idade<sup>74</sup>, o protagonista estava sendo preparado para determinado fim.

Notamos que, nesse tipo de biografia, ocorrem dois outros fenômenos curiosos: um deles é a recorrência da predestinação. Quase sempre, o biografado

---

<sup>74</sup> Esse mesmo evento já havia sido destacado em nossa dissertação de mestrado > ABREU-AOKI, Raquel. A construção narrativo-argumentativa da imagem de um presidente na biografia Getúlio Vargas para crianças. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2012.

apresenta traços de que nasceu com seu destino determinado e que a liderança lhe é inata. O outro fenômeno diz respeito à descendência<sup>75</sup>, ou seja, os familiares do biografado, principalmente seus pais, terão um papel determinante para sua caracterização dentro da narrativa. Em nosso material, esse fenômeno está relacionado até mesmo aos gaúchos nascidos no Rio Grande do Sul. Vejamos dois exemplos disso:

[Excerto 25]

Getúlio carregava em seu coração a primeira cicatriz. Fôra mandado, menino ainda, [...] para estudar preparatórios na Escola de Ouro Preto, onde estavam seus dois irmãos Viriato e Protásio, bastante mais velhos do que ele. [...] Um conflito entre estudantes, motivados por exaltações de juventude fogosa e irresponsável, provocou a morte de um deles. Os três Vargas foram chamados de volta [...]. Cada um seguiu seu rumo. [...] Getúlio, com apenas 14 anos, não havia tomado parte na luta. [...] Recebera do destino a primeira chicotada. Voltou traumatizado para casa e decidido a escolher seu próprio caminho numa vã tentativa de fugir ao fado que pacientemente o aguardava. (PEIXOTO, 1960, p. 5 – grifos nossos).

Nesse trecho da narrativa, é destacado o episódio que afeta a trajetória Getúlio. Primeiramente, ele foi “mandado”, como já mencionamos, para estudar fora de São Borja [interior do Rio Grande do Sul], em outro estado, na cidade de Ouro Preto, ainda criança. Implicitamente parece que GV ficaria sob os cuidados de seus irmãos, segundo Alzira, bastante mais velhos que ele.

Porém, nesse ínterim, os irmãos de GV e outros adolescentes se envolvem em um conflito que resultou na morte de um deles. Alzira relata que Getúlio, naquela época com 14 anos, não havia participado do episódio. Mas ainda assim, a ele é dado o papel de vítima, pois recebe do destino a primeira chicotada. Volta para São Borja, junto com os irmãos, tendo que desfazer-se de seu objetivo em Ouro Preto.

---

<sup>75</sup> Conforme a análise de Vilas Boas (2008) a descendência está relacionada à tendência determinista e reducionista de muitos biógrafos apresentarem certas características e atitudes de suas personagens como resultado direto da ancestralidade ou da influência familiar. Tais heranças familiares seriam a chave para o entendimento da personalidade, de tendências, preferências, decisões e fracassos do biografado. Contudo, a invocação da ancestralidade ou mesmo o estabelecimento de uma relação de causa e efeito entre recorrências passadas e presentes tendem a reproduzir um modelo de escrita biográfica simplista, automática e convencionalizada. (PROCÓPIO-XAVIER, 2012, p. 53). Esse elemento também foi tratado por ABREU-AOKI (2012, p.171).

Ainda no Excerto [25], Alzira destaca que GV apesar de traumatizado, decide tomar as rédeas de sua vida e escolher o seu próprio caminho. No desenrolar da narrativa, saberemos que o próximo passo será matricular-se na escola de Rio Pardo para ser militar. Entretanto, essa seria uma tentativa vã de fugir do “fado que pacientemente o aguardava”. Apesar de pequeno, o excerto [25] demonstra elementos importantes da narrativa, que auxiliaram a escritora na projeção de imagens para GV e que serão recorrentes. Alzira salienta, ainda, que as contradições da vida do pequeno Getúlio estavam apenas iniciando “Getúlio tinha tudo que um homem, o mais ambicioso, pode desejar; jamais conseguir realizar seus próprios anseios. As portas em que batia permaneciam quase sempre fechadas e as que não buscava abriam-se convidativamente”. (PEIXOTO, 1960, p. 6 – grifos nossos).

GV sempre desempenhará ou sofrerá ações que demonstrarão para o leitor que ele estava sendo preparado para uma espécie de missão determinada pelo “Universo”, por uma força exterior ao mundo factual, que o direciona para um Plano da extraordinariedade. Com sua própria vida, salvará muitas outras. Há uma alusão ao discurso religioso, precisamente ao sacrifício de Cristo – sendo vítima de um fatalismo. Procópio-Xavier (2012, p. 54), em uma releitura de Vilas Boas (2008), explica que:

muitas biografias tendem a apresentar o biografado de uma maneira quase mítica, heroica, como um predestinado. Segundo o pesquisador (2008, p.99), “pelo fato das biografias hoje em dia narrar a vida de pessoas publicamente conhecidas, o fatalismo está diretamente relacionado à faceta carreira/obra do biografado”. Ressona a ideia de que o personagem estava naturalmente fadado ao sucesso, a ser extraordinário, a produzir feitos notáveis. O fatalismo tende, pois, a ocultar ou mascarar as evoluções e involuções da trajetória humana, a negligenciar a complexidade de uma vida.

Sobre o ingresso de Getúlio Vargas na escola de Rio Pardo, dois eventos são importantes. Alzira explica que para ser militar era necessário obter matrícula na Escola Preparatória e de Tática, com sede em Rio Pardo. Getúlio requereu sua inscrição, no entanto, o meio mais fácil e rápido era “sentar praça” no Exército, pois os soldados tinham uma certa prioridade sobre os paisanos e as vagas eram poucas. No

trecho [26], observamos que GV age impulsionado por algo que o impelia a caminhar rumo a sua missão.

Excerto [26]

A entrada de GV para o Exército como praça, somente porque não quis esperar pela chamada que viria a seu tempo, foi a primeira manifestação expressa de sua ânsia, da urgência que o impelia” (PEIXOTO, 1960, pp. 4-5 - grifos nossos).

Continuando esse episódio, a narradora demonstrará o quanto Getúlio sofreu como soldado e aceitou o sofrimento, por saber que algo maior estava por vir. Além disso, aceitou o risco de ser julgado como um “rebelde” ou “desajustado” sem o ser, por não poder abrir mão da sina que precisava enfrentar.

[Excerto 27]

“Sofreu como soldado. Ser soldado, naquela época, representava quase um castigo. Os rebeldes – desajustados, como se diria hoje – é que sentavam praça. Sem o ser, resolve enfrentar essa vida”.

Em seguida, Alzira explica que, geralmente o estágio para soldado era curto, porém o de GV foi longo. A partir dessa colocação, Alzira indaga seu leitor e em seguida responde à questão levantada:

[Excerto 28]

Seria um contratempo ou uma contradição? [...]. Não chegou a concluir o curso. Novamente, pagava pelo que não havia feito. Outra contradição. Teria começado a entender que não se luta contra o destino? Uma insurreição provocada por alguns cadetes insatisfeitos com o tratamento que lhes dava determinado oficial, foi o motivo do desligamento. A rebelião era justa, mas militar não tem o direito de se rebelar. É indisciplina. [...] Papai pertencia a outro alojamento, não tomara parte no movimento e seu nome não fôra sequer citado nas averiguações. No entanto, solidário com seus colegas, pediu que lhe fôsse imposta a mesma punição: desligamento. Foi assim, prontamente atendido. (PEIXOTO, 1960, p. 6 – grifos nossos).

No Excerto [28], Alzira tenta, novamente, *fazer-crer* que seu pai também não teve parte nessa rebelião, que foi praticada por outros. Porém, mais uma vez, ele sofre uma ação/punição que não merecia, por ser solidário aos amigos. Interessante o fato

de que ela, como pode ser visto no fragmento [27], já havia dito que ser soldado era quase um castigo, uma atividade, naquela época, destinada aos rebeldes e desajustados. Ou seja, mesmo sabendo que seus amigos eram “rebeldes” e “desajustados”, GV preferiu ser expulso em solidariedade a eles, abrindo mão de seu sonho.

Manuel do Nascimento Vargas, também militar, foi quem influenciou Getúlio quanto à carreira militar, como podemos verificar no [Excerto 29]: “Havia sorvido dos lábios de seu pai tôdas as reminiscências dos combates e entreveros em que tomara parte. O velho Vargas entrar como cabo, o cabo Vargas, e saíra general. [...] Acalentava o sonho de ser militar como o pai”. (PEIXOTO, 1960, p. 4 – grifos nossos).

Nos próximos episódios, Alzira Vargas (op.cit. p. 7) explica que, algum tempo depois, os alunos que haviam sido expulsos de Rio Pardo puderam retornar à Escola Preparatória e de Tática por causa de uma anistia geral. A escritora faz a ressalva de que, mais tarde, muitos dos que regressaram seriam feitos generais por Getúlio. Assim como eles, Getúlio também fora um soldado raso, porém um soldado raso singular, que, à noite, continuava seus estudos para ser bacharel em Direito). Dessa forma, ela atribui ao pai os papéis de esforçado, de líder e de benfeitor para os amigos.

A escola de Rio Pardo estava prestes a ficar fora dos objetivos de GV, como conta Alzira, não fosse a famosa questão do Acre, entre o Brasil e a Bolívia. A biógrafa relata que Getúlio “não titubeou. [...] apresentou-se ao comandante de seu Batalhão. O 25º Batalhão de Infantaria recebera ordens de marchar para Mato Grosso, aquartelar em Corumbá e defender a fronteira do Brasil. Cancelou a matrícula na Faculdade e seguiu, já então sargento, com seus companheiros de caserna”. A narrativa continua:

[Excerto 30]

De lá escreveu para um amigo: [...] amando conscientemente sua Pátria, sentimento amadurecido pelas continuadas escaramuças de fronteira, o velho sonho de infância reaparecia. Quería voltar herói com o pai ou derramar todo seu sangue em luta gloriosa. Porém, só encontrou marasmo, desordem e indisciplina e regressou com mais uma desilusão desfeita. [...]. O guerreiro que morava nele, recebera o golpe final. Das cinzas nascia um lutador pacífico e perseverante. (PEIXOTO, 1960, p. 7 – grifos nossos).

Nesses trechos, o leitor é levado a crer que Getúlio foi um benfeitor para o Brasil, ao trancar sua faculdade e ir defender seu País na guerra do Acre. Além disso, há também a vitimização, uma vez que foi afetado negativamente, pois “regressou com mais uma desilusão” e “o guerreiro que morava nele recebera o golpe final”. Alzira conta esse episódio para explicar que seu pai largou a carreira militar por causa da desilusão que teve na Revolução Acreana, seguindo então para carreira acadêmica – no curso de Direito. Porém ela não deixa claro para o leitor o motivo de Getúlio ter recebido um golpe final e ter se desiludido tanto<sup>76</sup>.

Porém, como Alzira deseja sempre reforçar a imagem de que o pai era alguém que não aceitava facilmente a derrota e estava firme em seu propósito, ela encerra dizendo que “das cinzas nascia um lutador pacífico e perseverante”, que seria mais tarde, Getúlio Vargas presidente.

Como no Cenário Político as trocas de favores sempre foram corriqueiras e, com Getúlio Vargas não foi diferente, percebemos que durante todo o desenrolar da história ele será benfeitor, pois ajudará alguém e será beneficiário, pois receberá uma recompensa pelos serviços prestados. Um exemplo disso, foi em 1909, de acordo com Alzira:

[Excerto 31]

Com o diploma de bacharel debaixo do braço, ficara algum tempo indeciso. [...] duas oportunidades lhe foram oferecidas em Pôrto Alegre . O prof. André da Rocha, que o estimava e apreciava suas qualidades inatas para o magistério, queria que pleiteasse uma cátedra na própria Faculdade, de onde acabara de sair. O Presidente do Estado lhe havia prometido uma promotoria em reconhecimento aos serviços já prestados ao Partido. (PEIXOTO, 1960, p. 15 – grifos nossos).

Getúlio foi beneficiado com o cargo de Promotor [por Borges de Medeiros] e, adiante, Alzira conta que seu pai, nesse cargo, beneficiou outras pessoas, como é o caso de um humilde operário, que foi acusado de assassinato.

---

<sup>76</sup> Em outras fontes, descobrimos que GV foi incorporado às forças do coronel Antônio Olímpio da Silveira, veterano da Guerra de Canudos, de Antônio Conselheiro, na Bahia. Entretanto o batalhão do coronel não tomou parte na ativa durante os combates da revolução acreana. O batalhão esteve lá apenas para garantir a ordem e as fronteiras. (Fonte: <http://ow.ly/KNICZ>). Além disso, A Questão do Acre foi resolvida pela diplomacia do barão do Rio Branco e não pelas armas, como a biógrafa diz que Vargas esperava.

[Excerto 32]

Em uma das primeiras atuações que teve no cargo, deveria acusar um operário prêso por assassinato. Constava dos autos do processo que este, de regresso à casa, vindo do trabalho, fôra agredido por um desconhecido e ao se defender causara-lhe a morte. O advogado sabedor de que seu adversário seria um inexperiente promotor, empilhara ostensivamente um monte de livros como a dizer: “Vou dar uma sova nesse promotorzinho”. Papai nada levava. Calmamente resumiu o caso. O operário carregava, na ocasião, sob o braço a marmita vazia e no bôlso um formão. Agredido, usara para se defender a única arma que possuía, um formão, seu instrumento de trabalho. Não era, portanto, um criminoso. Agira em legítima defesa e o acusador pedia a absolvição do réu. (PEIXOTO, 1960, p. 16 – grifos nossos).

Nesse fragmento, o leitor é conduzido à compreensão de que apesar de Getúlio Vargas ser um recém-formado e inexperiente promotor, conseguiu a absolvição do operário, por ser justo e sábio.

Até agora tentamos mostrar papéis que foram desempenhados pelo protagonista Getúlio Vargas, nos episódios que compreendem, de uma maneira geral: parte da infância, os anos de formação e parte da ascensão profissional. Ressaltamos que os papéis desempenhados pelo actante GV são observados em contraponto com diferentes papéis exercidos por outros actantes/figurantes. Por exemplo, vimos que GV ajudou na candidatura de Borges de Medeiros sendo seu aliado. Em contrapartida, Borges de Medeiros retribui a ação de Getúlio, indicando-o à Promotoria. Ao aceitar tal proposta, Getúlio é beneficiado, ou seja, foi afetado positivamente pela ação de outro actante.

A partir deste ponto, apresentaremos mais alguns exemplos de episódios sobre as fases da ascensão na carreira, da ditadura no Estado Novo; e da morte [o suicídio].

A biógrafa relata que Vargas não permaneceu muito tempo na Promotoria. Ele desejava voltar para São Borja e também se casar. Alzira apresenta sua mãe Darcy rapidamente, dizendo que era uma moça de 14 anos, órfã de mãe, cujo pai Antônio Sarmiento era um estancieiro e comerciante, além disso, amigo de seu avô, o Coronel Manoel Vargas.

Em seguida, Alzira passa a falar de si mesma, narrando seu nascimento, revelando que era a terceira filha de Getúlio e dizendo que ganhou o nome da avó

materna. Interessante o fato de que, apesar de ser o terceiro filho de Getúlio nascido [ele teve cinco filhos], Alzira não narra o nascimento de nenhum de seus outros irmãos. Além disso, aproveita para criar uma identificação com o nascimento do pai: “por coincidência, como Papai, eu era também o terceiro rebento” (op.cit. p. 17). Dentre muitos outros, esse é um bom exemplo que comprova que o gênero de nosso corpus é uma mescla de uma biografia e de uma autobiografia.

No desenrolar da narrativa Alzira exibirá outros fatos históricos e papéis desempenhados por Getúlio dentro desses “cenários”. Em meados de 1922, relata Alzira:

[Excerto 33]

houve uma vaga de Deputado à Câmara Federal. GV foi escolhido por seu partido para disputar essa eleição. E as eleições foram fáceis. “O voto então só era secreto para o eleitor. Recebia das mãos do coronel [...] a cédula dentro de um envelope, já devidamente fechado e sacramentado. [...]. Assisti, várias eleições desse gênero e ajudei ainda criança a colar muitos envelopes. (PEIXOTO, 1960, p. 19 – grifos nossos).

Era recorrente naquela época que as eleições fossem fraudadas, por causa da tradição do coronelismo. Getúlio Vargas também foi beneficiado por essa prática. Entretanto, em seguida, veremos que o próprio Getúlio na função de presidente do estado do Rio Grande, cargo que ocupou por quase cinco anos, [Presidente do Estado era o termo usado] acabou com as eleições fraudulentas no estado, conforme relata Alzira.

[Excerto 34]

ao assumir a Presidência, sua primeira preocupação foi aproveitar o espírito do povo gaúcho, que ansiava pela paz e trabalho. As eleições municipais, que se realizaram pouco depois da sua posse, deram-lhe essa oportunidade, de demonstrar seu senso de equilíbrio e justiça. Em algumas cidades, redutos oposicionistas, os adversários de seu partido sempre ganhavam, mas nunca eram eleitos. [...] Papai quebrou essa tradição, mandando reconhecer a vitória dos adversários. Obteve trégua política que desejava e se dedicou inteiramente ao que sempre foi sua paixão: o progresso de seu Estado e do País. (PEIXOTO, 1960, p.p. 42-43 – grifos nossos).

Como podemos notar, Alzira destaca inúmeras vezes as oportunidades que Getúlio Vargas teve, os benefícios que recebeu e a maneira como se apropriou disso para beneficiar outras pessoas, sobretudo o País. Como Presidente do Estado, Getúlio promoveu paz, acabando com as fraudes nas eleições; e dedicou-se inteiramente ao que sempre foi sua paixão: “o progresso de seu Estado e do País”.

No entanto, Alzira esclarece que, como todo pioneiro, seu pai não viu o resultado de seus esforços. As obras que ele começou foram, em sua grande maioria, inauguradas por outros. As sementes que ele plantou deram frutos colhidos por outros [repetindo a mensagem dirigida a sua filha e seus sobrinhos, na dedicatória do livro]. Em seguida, a biógrafa elenca feitos de Getúlio Vargas como Presidente do Estado e seus desdobramentos no futuro [seu legado de Presidente da República] que impulsionaram a economia e o desenvolvimento do País. (Op. cit., p. 16): “Papai tinha capacidade de previsão”: o impulso à aviação, o incremento à agricultura e a assistência à indústria extrativa, afirma Alzira Vargas. E completa:

[Excerto 35]

A aviação como meio de transporte comercial, estava dando seus primeiros passos, quando em 1927, um grupo empreendedor, chefiado por Otto Ernst Meyer, de origem germânica, organizou pequena companhia para treinamento de pilotos e transporte aéreo. O estado prontificou-se a auxiliar a empresa, sob a condição de estender suas linhas comerciais, melhorando a comunicação entre várias cidades. A jovem VARIG tomou impulso e hoje (1960) ultrapassa as fronteiras do Brasil. [...] Quando estava no Governo Federal deu à aviação o apoio necessário para que se tornasse o meio de transporte ideal para superar as dificuldades geográficas do país. (PEIXOTO, 1960, p. 44 – grifos nossos).

[Excerto 36]

Ivaar Beckman vinha afirmando há muito tempo que da terra farroupilha brotaria trigo se as sementes fossem selecionadas com o devido cuidado. Recebeu o apoio do Governo do Estado e a semente ideal surgiu. “Plantai trigo” passou a ser a tecla batida por Getúlio Vargas em seus últimos meses como administrador. A uva começava a dar demonstrações concretas de que o clima da serra lhe era favorável e os gaúchos se lançaram na produção de vinho. [...] O Rio Grande do Sul saiu da lista dos Estado monocultores. (PEIXOTO, 1960, p. 45 – grifos nossos).

[Excerto 37]

A extração do carvão em São Jerônimo e Butiá mereceu dêle especial carinho, não só quanto à assistência aos mineiros e suas famílias, como no incremento à produção. Parecia ter previsto com mais de dez anos de antecedência a guerra, o problema da energia, o racionamento de combustível e a criação da Usina de Volta Redonda. Já Presidente da República, várias vêzes o vi enviar emissários seus para verificar as condições de vida dos operários das minas. Jamais negou auxílio a seus proprietários para o desenvolvimento da indústria extrativa. (PEIXOTO, 1960, p. 46 – grifos nossos).

Como podemos ver, Alzira tenta provar, com exemplos, que Getúlio Vargas beneficiou o Brasil, impulsionando a economia, gerando o desenvolvimento da malha aérea brasileira, incrementando a agricultura e a indústria. Tudo isso, porém, sem deixar de se preocupar com o capital humano, “dando assistência aos mineiros e suas famílias” e “enviando emissários seus para verificar as condições de vida dos operários das minas”.

Outro episódio que merece destaque é o de 1930. Alzira começa relatando que a política do Café com Leite, há anos, dominava o Brasil, dando pouca ou nenhuma oportunidade aos outros Estados da Federação. Arthur Bernardes, mineiro, havia sido substituído por Washington Luiz, paulista. Era novamente a vez de Minas, mas não foi o que aconteceu. Washington Luiz decidiu escolher para seu substituto Júlio Prestes, Presidente do Estado de São Paulo. “Ante a isso, o Presidente do Estado de Minas Gerais, Antônio Carlos de Andrada [...] decidiu lançar um outro nome à candidatura para a Presidência do País, um candidato não mineiro, organizando dessa maneira uma “2ª Inconfidência Mineira” (op.cit. p. 48).

Antônio Carlos reagiu e, em uma manobra conspiratória, aliou-se a Getúlio, que foi indicado como o candidato à Presidência; e, na Paraíba, foi indicado o seu vice João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, o governador naquela época. Dessa disputa originou-se o que hoje conhecemos como Aliança Liberal, que era constituída pelos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e da Paraíba (ROSE, 2001).

O Rio Grande do Sul, unido politicamente, era o terceiro maior eleitorado do país. Getúlio Vargas, o Presidente do Estado, havia sido Ministro da Fazenda até bem pouco tempo e era bem querido na esfera Federal. “Getúlio Vargas, no entanto,

hesitava. Sabia que o Govêrno não perde. Se não ganha nas urnas, ganha na apuração” (op.cit. p. 15).

[Excerto 38]

Lançaria o Rio Grande em uma aventura, agora que se estava refazendo das lutas anteriores? Ser derrotado era de menor importância; ser acoimado de ambicioso, também não; mas, submeter seu Estado a uma série de provações, ou a um outro “Pela Ordem”, fazia pensar duas vêzes. Antes de aceitar trocou cartas com o Presidente da República. As respostas eram cordiais e evasivas. Washington Luiz já tinha seu candidato e não estava disposto a se deter no exame de outros nomes, quaisquer que fossem as conseqüências. (PEIXOTO, 1960, p. 16 – grifos nossos).

Há um empenho constante da biógrafa em *fazer-saber* que Getúlio Vargas tentava sempre evitar contendas e negociar a paz. Ao mesmo tempo, era desprovido de vaidade própria, não pensava em si, mas sim, no bem-estar do povo governado por ele. “Ser derrotado era de menor importância; ser acoimado de ambicioso, também não tinha importância, mas, submeter seu Estado a uma série de provações...” esse era o dilema de GV, fazer seus governados passarem por mais dificuldades.

É importante notar que, como a narrativa é perpassada por um viés histórico, os papéis actanciais desempenhados por Getúlio Vargas são, além daqueles dados pela narradora, posicionamentos que ele precisou tomar em algumas conjunturas políticas. Essas ocorrências aparecem em outras biografias e materiais históricos sobre GV, porém, a intencionalidade do escritor é que dará um tom, uma versão diferente à história.

Segundo Alzira Vargas, não eram mais os três estados que solicitavam a candidatura de GV, passaram a ser dezessete estados. “O povo começou a vê-lo com outros olhos, os olhos da esperança [...] clamavam para que empunhasse a bandeira da libertação política do Brasil e instituísse uma verdadeira democracia baseada na vontade popular”. Por esse motivo, Alzira diz que GV cedeu e aceitou. Nessa parte da narrativa, Getúlio Vargas desempenha papéis de opositor dos projetos de Washington Luís, aliado do povo para derrubar o governo vigente, benfeitor, uma vez que fez-creer ser o salvador da Pátria, naquele momento.

Nesse fragmento, percebemos que Alzira nos apresenta a versão de que do povo partia para a ação de querer Getúlio como líder, pois ele, naquela ocasião representaria a “esperança” e a “libertação política do Brasil”.

O Governo Federal [Washington Luís], de acordo como relato de Alzira, “teimoso, mal informado e fraco”, foi deposto, no dia 24 de outubro, por um Junta Governativa Militar formada por três oficiais: Alm. Isaías de Noronha, Gal. Tasso Fragoso e Gal. Mena Barreto – tal junta passará o Governo do País para as mãos de Getúlio Vargas.

Para convencer o Presidente da República da inutilidade de sua resistência, convocaram o Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme. “A atitude digna, correta e patriótica do Presidente Washington Luiz, nesse dia e em todos os que se lhe seguiram, fêz com que a História lhe perdoasse os erros de visão anteriores”. (Op.cit. p. 65).

Ou seja, ao agir dentro dos planos de Getúlio Vargas, o papel desempenhado por Washington Luís passa a ser de um patriota digno e correto e, sendo assim, perdoado por seus erros anteriores. Além disso, no Excerto [38], Alzira já havia mencionado que “Washington Luiz já tinha seu candidato e não estava disposto a se deter no exame de outros nomes”, assumindo, segundo a biógrafa, quaisquer consequências.

Fato que Alzira silencia é que Washington Luís foi conduzido coercitivamente ao Forte de Copacabana, onde ficou detido. Em 21 de novembro, embarcou para um longo exílio nos Estados Unidos e depois, na Europa. Além disso, não custa lembrar que outras fontes apontam para o favorecimento recebido por Getúlio Vargas em 1926, por parte de Washington Luís, quando foi nomeado para a pasta da Fazenda. (ROSE, 2001).

O próximo episódio diz respeito à posse de GV como Chefe do Governo Provisório do Brasil, compreendido entre 1930 e 1934. No Excerto [39], vemos que GV foi beneficiado pela Junta Governativa Militar que lhe confiou o Governo do Brasil. Em seu discurso, Alzira expõe que GV reconhece e enaltece a Junta, seus aliados, retribuindo aos seus aliados todo o esforço feito a favor do Brasil.

Interessante o fato de GV nomear o golpe que acabara de ser instaurado, de “Golpe de Graça” [clemência], de “Revolução Redentora”, pois os militares haviam livrado o País de um simulacro e de maiores sofrimentos – tudo pelo Povo e para o Povo.

[Excerto 39]

No 3 de novembro, Getúlio Vargas recebeu, das mãos da Junta Governativa Militar, o Governo do Brasil. Em seu discurso de posse enalteceu o espírito de compreensão com que atuaram no momento oportuno e o patriotismo dos três oficiais superiores que haviam dado o golpe de graça sobre o “simulacro daquela autoridade claudicante” e poupado ao país maiores sacrifícios. Uma revolução quase incruenta, que havia sacudido o Brasil de ponta a ponta, estava vitoriosa a Revolução Redentora. (PEIXOTO, 1960, p. 69 – grifos nossos).

Observamos que todas as vezes que ações desempenhadas por GV, na narrativa, pudessem parecer atitudes autoritárias ou associar sua imagem a um perfil negativo, houve ressalvas a respeito. Getúlio em alguns momentos precisou desempenhar papéis de agressor ou malfeitor, porém, o fez pensando nos menos favorecidos e na supremacia do interesse público.

Alzira conta que, durante o Governo Provisório, Vargas deu início à estruturação do novo Estado, nomeou interventores para os governos estaduais, implantou a justiça revolucionária, criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e promulgou as primeiras leis trabalhistas. Ela destaca:

[Excerto 40]

Era necessário tomar providências para que o novo Governo fosse reconhecido internacionalmente, para que o comércio, a agricultura, a indústria, a vida do país, enfim, não parasse. Precisava restabelecer na administração e desde já pensar em dar ao Brasil nova leis, novos códigos, nova constituição, mais modernos, mais adequados, sob normas mais atuais. (PEIXOTO, 1960, p. 71 – grifos nossos).

Mas, segundo Alzira, mesmo tendo beneficiado tanto o País, “ao ‘Ditador’ foram credenciados somente os erros e desacertos: as obras construtivas tiveram sempre outros donos” (op. cit. p. 151). Nesse trecho, percebemos que a biógrafa usou

aspas ao relacionar a ditadura à imagem de Getúlio Vargas. Em muitos outros momentos da biografia, veremos que Alzira modaliza sua escrita ao narrar episódios que pudessem abalar a imagem do pai, criando exemplos e argumentos para tentar convencer o leitor de que as decisões de Getúlio foram em prol de um bem maior. A seguir, a seleção de alguns recortes que comprovam essa questão.

Alzira reproduz um diálogo que teve com seu pai, sobre o Golpe de estado e a Constituição outorgada: “Por que não fizeste realizar o plebiscito para dar a essa Constituição foros de estabilidade e legalidade [...]. Estou cansada de só te chamarem de ‘ditador’, ‘usurpador’, ‘continuísta’, ‘oportunista’, com ares não sei se de inveja ou de desprezo”. (Op. cit. p. 371). Em seguida, reporta a resposta de Getúlio Vargas:

[Excerto 41]

O golpe foi justamente para evitar qualquer movimento eleitoral que só poderia prejudicar, nesta ocasião, e me perguntas pelo plebiscito? Não te passou ainda pela cabeça que os dois únicos partidos de âmbito nacional existentes no Brasil têm suas origens fora do Brasil: o comunista e o integralista? Todos os outros representam apenas interesses locais ou regionais [...]. Em 1930, assumi para com o povo brasileiro uma grande responsabilidade. Não tem para mim a menor importância o nome que me dão por aí, contanto que eu cumpra a promessa que fiz. (PEIXOTO, 1960, p. 372– grifos nossos).

Getúlio Vargas justifica o golpe de estado como um mal menor, dentro do cenário que se configurava no Brasil e no exterior, naquela época. Além disso, ele ressalta que sua promessa para o povo brasileiro era a maior motivação, não importando o nome que davam a ele. – Ele seria, dessa forma, um benfeitor e aliado do Povo sem medir esforços. Mas, pelo que parece, GV não governava para os antigetulistas e opositoristas, apenas para aqueles brasileiros que confiavam em seu Governo. Igualmente, ele deixava claro que:

o excesso de liberalismo que passou a imperar, sem controle e sem objetivo, devido às incoerências de alguns e à falta de visão de outros, estava nos conduzindo, como a várias outras grandes nações, com mais experiência política e maior capacidade financeira do que nós, a uma situação de descalabro”. (Op.cit., p. 372).

Frente a essa questão, o próprio Getúlio passa a ser vítima também, já que estava incluído dentre os brasileiros, e responde ao seu agressor, retirando-lhe o poder e governando o País.

Alzira passa então a “advogar”, na narrativa, em defesa do projeto de seu pai. Para isso, inicia uma tentativa de conceituar o Golpe, minimizando seu teor pejorativo e valorizando seus “benefícios”, como podemos vislumbrar nos recortes a seguir:

[Excerto 42]

Teòricamente , os fins não justificam os meios. No entanto, quando os fins são maiores, muito mais importantes do que os meios, haverá alguém que hesite? “É proibido pisar na grama”, diz uma postura municipal. Seu filho do outro lado do belo gramado verde, cai, se machuca e chora. Quem faz a volta pelo longo caminho de terra só para não pisar na grama que é a via mais curta? [...] “Não matarás”, rezam os mandamentos cristãos. Surge a guerra, os mandamentos ficam esquecidos e a lei é: “matar para não morrer”. Quem me disser que um meio, às vezes duvidoso, não muito legal e talvez fora da ética, não pode ser justificado por um grande objetivo, não é honesto consigo mesmo. (PEIXOTO, 1960, p. 380– grifos nossos).

Ou seja, a “ditadura getulista” foi, pelo olhar de Alzira, dos males, o menor. Como ela explica: “os fins não justificam os meios. No entanto, quando os fins são maiores, muito mais importantes do que os meios, haverá alguém que hesite?”; Quem me disser que um meio, às vezes duvidoso, não muito legal e talvez fora da ética, não pode ser justificado por um grande objetivo, não é honesto consigo mesmo”.

Perseguindo seu objetivo, Alzira continua seu discurso. Cabe lembrar, que estamos relevando as atitudes da narradora-personagem, pois elas validam as ações do actante Getúlio Vargas/protagonista.

[Excerto 43]

Esmagada pelo número de iniciativas e realizações da nova fase do Govêrno de meu Pai e plenamente convencida da utilidade e transitoriedade da nova Constituição de 1937, passei a não temer e tornei-me sua defensora e aliada. [...] Se não era totalitário, não chegava a ser ditadura, não era uma democracia no sentido que lhe é dado atualmente, não era oligarquia e muito menos uma monarquia, o que então o Estado Novo? (PEIXOTO, 1960, p. 381– grifos nossos).

Lançando a pergunta “O que então o Estado Novo?”, Alzira continua sua conceituação. Para sustentar sua tese de que o Estado Novo não era uma ditadura. A narradora, estrategicamente, recorre ao *argumentum ad verecundiam*, citando teorias políticas defendidas por Aristóteles, Platão, Dionísio e Péricles; posteriormente por Abraão Lincoln para validar seu argumento. Ao visitar tais teóricos, AV manifesta-se: “De posse de todos esses dados, consegui finalmente enquadrar o Estado Novo”. Em síntese:

[Excerto 44]

na pior das hipóteses, uma Timocracia dirigida democraticamente por um déspota esclarecido<sup>77</sup>, por intermédio de uma constituição outorgada. [...] Talvez, ainda hoje, algumas pessoas, mais por teimosia do que por convicção, se perguntem por que persisto em chamar de democrático todo o govêrno de meu Pai. Se a palavra democracia se tornou sinônimo ou símbolo de vontade popular, não vejo ninguém com mais direito ao título de democrata na História do Brasil do que Getúlio Vargas. Todo os seus atos, mesmo quando dono da “Polaca”, estão aí para demonstrar. (PEIXOTO, 1960, p. 71 – grifos nossos).

Dessa forma, Alzira sintetiza a questão, explicando que o Governo getulista representava a vontade do povo e, se democracia é um símbolo da vontade do povo, porque não dizer que Getúlio era democrático?. E, conclui: “não vejo ninguém com mais direito ao título de democrata na História do Brasil do que Getúlio Vargas”.

O *gran finale* da narrativa biográfica escrita por Alzira, se concentra na morte de Getúlio Vargas [seu suicídio] coincidindo com o ponto final da vida do Getúlio estadista, pai, entre tantos outros, no mundo factual. Esse é o papel mais significativo que Alzira oferece ao seu actante, possibilitando uma projeção de Salvador e Redentor para seu Pai [Getúlio Vargas, ser real]. Vejamos:

---

<sup>77</sup> Leia-se: o despotismo esclarecido foi uma forma reformista de governar característica da Europa, era apoiada por princípios iluministas. Desenvolveu-se no leste europeu onde a economia ainda era atrasada e a burguesia era muito fraca ou inexistente. O despotismo esclarecido visava acelerar o processo de modernização de alguns países e assim aumentar seu poder e prestígio a fim de enfraquecer a oposição ao seu governo. Argumentam que governam em nome da felicidade dos povos.

[Excerto 45]

Getúlio enfrentou muitas dificuldades pelo País, até que esgotados todos os seus recursos de energia, de paciência e de amor, a 24 de agosto de 1954, entregou sua vida para impedir que o povo brasileiro marchasse para o caos. Seus sacrifícios não foram em vão. É sobre eles que está estruturada a magnífica realidade do Brasil de hoje. (PEIXOTO, 1960, p. 390 – grifos nossos).

Apesar de Getúlio ter sido “vítima de si mesmo”, suicidando-se, observamos que o significado que se desejou passar, foi o de que GV foi um beneficiário e retribuidor da confiança que o povo depositou nele. Além disso, tanto Getúlio Vargas [em vida] como Alzira Vargas trabalharam com a perspectiva do sacrifício pessoal como um ato político de resistência, como um protesto eloquente contra os inimigos.

Por meio dos resultados obtidos, tivemos acesso a uma organização actancial da história, que nos permitiu, posteriormente, relacionar tais papéis actanciais a traços do perfil do protagonista, que a biógrafa desejou delinear de acordo com a sua intencionalidade. Esse perfil pôde ser deduzido pelas ações e condutas que o protagonista apresentou durante a narrativa. Toda essa articulação contribuiu para a construção dos *ethé* de Getúlio Vargas.

Percebemos que a personagem Getúlio desempenhou, na maioria das vezes, o papel de benfeitor. A ele foi atribuída a responsabilidade desde a tenra idade de se preparar para governar o País e salvar seu povo de uma crise política e econômica sem precedentes [de acordo com a narrativa]. Por meio do destaque de ações e condutas de Getúlio que dialogam com valores brasileiros: ser trabalhador, honesto, esforçado, corajoso, capaz de resolver problemas, sensato, equilibrado etc, fez-se acreditar em sua capacidade para governar o País.

Em segundo lugar, está o papel de beneficiário. Notamos que a biógrafa destacou esse papel com o intuito de valorizar a família, os anos de formação, os aliados de GV. Sendo assim, Getúlio Vargas só pode ser quem ele foi, pois tinha uma família exemplar, foi um aluno estudioso, um homem firme em seus propósitos e teve amigos fiéis [poucos, de acordo com a biógrafa]. Todos esses fatores contribuíram para formar imagens positivas que se espera para o biografado.

De uma maneira geral, podemos dizer que a argumentação defendida na história e sua organização tanto narrativa quanto descritiva giram em torno da ideia de que Getúlio Vargas deixou um legado extraordinário para o País, e sobre ele “está estruturada a magnífica realidade do Brasil de hoje. (PEIXOTO, 1960, p. 390). Ainda que, em alguns momentos, tenha sido malfeitor e parecido a um tirano, tal atitude foi necessária para livrar os brasileiros de um mal maior.

Em biografias políticas de um modo geral, há uma questão curiosa e recorrente: apesar de se ter um protagonista, em torno do qual a narrativa se desenvolve e cria vida, são as circunstâncias pelas quais passam a personagem-principal que comandarão sua trajetória. Por causa de fatores como a predestinação, principalmente, há a ideia de o protagonista foi escolhido desde o nascimento, e destinado por alguém [um ser supremo] para um dado destino.

## CAPÍTULO 6 – A TEORIA ETÓTICA<sup>78</sup>

### I. O *ethos* para os antigos

Considerando que o gênero biográfico tem, dentre suas finalidades, o desvelamento do caráter do biografado, do seu *ethos*, em termos retóricos, propomos a verificar, na biografia, objeto desta tese, como o *ethos* de Getúlio Vargas foi estabelecido por sua biógrafa, Alzira Vargas.

Além disso, vimos que *Getúlio Vargas meu pai* apresenta traços autobiográficos de Alzira Vargas, porém, não há espaço aqui, infelizmente, para verificar como seu *ethos* é constituído nessa biografia. Isso demandaria muito tempo e laudas.

Para melhor entendimento do conceito de *ethos*, apresentamos, na sequência, uma sucinta e não exaustiva revisão histórica desse conceito, a partir dos sofistas até a contemporaneidade.

#### 6.1. Os sofistas

O conceito de *ethos* remonta aos sofistas, aos quais se atribui a gênese da retórica. Antes de Platão e Aristóteles, eles já se utilizavam desse conceito para vencer suas causas, como se pode ver, por exemplo, em *Tetralogias*, obra escrita por Antifonte, que viveu no século V a.C.

Os sofistas, embora não usassem o termo *ethos*, utilizavam o conceito em seus manuais, prescrevendo aos aprendizes seu uso nos discursos, principalmente no exórdio, em que se devia anunciar o tema a ser tratado e em que se cuidava de garantir uma boa disposição de ânimo e tranquilidade da audiência, incluindo a confiança no orador.

Conforme Tindale, (2010) distinguem-se dois tipos de *ethos* sofístico: o apelo ao caráter do orador, por exemplo, quando o sofista Górgias, para estabelecer o *ethos* de Helena, invoca a herança dela; e os argumentos etóticos, como por exemplo, quando

---

<sup>78</sup> A abordagem do *ethos*, tanto para os teóricos antigos como para os clássicos, teve como base a orientação da professora Eliana Amarante, que trouxe à luz a relevância de se visitar as origens teóricas.

se convoca uma testemunha num julgamento, no caso de faltarem melhores evidências.

No entanto, a maior contribuição dos sofistas em relação ao *ethos* foram os exemplos práticos e preceitos simples ligados à construção de um discurso, especialmente de prólogos e epílogos, encontrados em livros-textos de diversos autores.

## II. O *ethos* para os clássicos

### 6.2. Platão

Platão, grande crítico dos sofistas, no diálogo *Górgias*, diz: "Para alguém ser um genuíno retórico, ele na verdade tem de ser uma pessoa ética e compreender a moralidade." (PLATÃO, *Górgias*, 508 C). Para Platão, a divisão entre a essência e a aparência não deve existir [e, em um mundo ideal, não existe]. Pelo contrário, para esse filósofo, há uma identidade entre essência e aparência: o orador não pode parecer ético se ele não for ético: para um retórico persuadir uma audiência a fazer um ato justo, por definição, ele deve também ser justo. (PLATÃO, *Górgias*, 508 C).

Platão, portanto, representa o *ethos* retórico como uma revelação do caráter moral do palestrante, que preexiste ao discurso e nele deve refletir-se.

No diálogo socrático *Phaedrus*, acrescenta que o *ethos* de um orador vem grandemente de sua reputação na comunidade e da reputação de sua família, o que se pode ver no valor que Sócrates atribui a Lysias, em razão de sua origem familiar.

James Baumlin apresenta-nos uma boa definição do *ethos* platônico: " [...] à moda platônica, *ethos* define o espaço onde a língua e a verdade se encontram e se encarnam no indivíduo. A definição platônica do *ethos*, então, é baseada na moral e, em última análise, na inseparabilidade teológica do orador [...] e a verdade". (BAUMLIN, 1994, p.264).

Robert Brooke considera essa identidade platônica da essência e da aparência como a base do logocentrismo, é " [...] um sistema de pensamento que acredita que a

linguagem pode e deve ser um meio transparente através do qual podemos, com cuidado, vislumbrar a mente de Deus, a verdade suprema" (BROOKE,1994, p.160).

### 6.3. Isócrates

A exemplo de Platão, o *ethos* para Isócrates participa do discurso como o caráter moral do orador e seu modo adequado de vida. Para esse autor, “os argumentos oriundos da vida são mais poderosos do que os fornecidos pelo discurso” e, portanto

Nem negligenciará a virtude aquele que deseja persuadir, mas de tal forma atentará a ela, que granjeará junto a seus concidadãos a reputação mais decorosa possível. De fato, quem não sabe que não apenas parecem mais verdadeiros os discursos pronunciados pelos que gozam de boa estima do que pelos que estão em descrédito, mas também que os argumentos oriundos da vida são mais poderosos do que os fornecidos pelo discurso? Assim, quanto mais fortemente alguém desejar persuadir os ouvintes, mais se esforçará por ser belo e bom e gozar de boa reputação entre os cidadãos. (ISÓCRATES, *Antídosis*, 278)

Embora o conceito de *ethos* tenha existido desde os sofistas, foi através de Aristóteles e de Cícero, principalmente, que esse conceito se difundiu.

### 6.4. Aristóteles

Aristóteles, em *Retórica*, considera que a persuasão se dá por meio de três provas retóricas, o *logos*, o *ethos* e o *pathos*. O *logos* está relacionado à razão, o *pathos* atinge o auditório por meio da emoção e o *ethos* se refere à imagem que o sujeito apresenta de si no discurso. O *ethos* e o *pathos* demonstram o caráter psicológico que as circunstâncias exigem para o discurso. O *ethos* se volta para o orador, e o *pathos* para o auditório.

Assim define Aristóteles o *ethos* em *Retórica*:

*Ethos* é o apelo que se serve da credibilidade, da autoridade, do caráter ou do background do orador ou de quem ele representa, para levar a audiência a confiar nele e então aceitar os argumentos apresentados por ele, para conseguir a benevolência do auditório. (ARISTÓTELES, *Retórica*, 1.2.4.).

Diz ainda Aristóteles, “persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa parecer que o orador seja digno de fé”. (ARISTÓTELES, *Retórica*, 1.2.6)

Ele reconhece que em casos que envolvem opinião, o caráter do orador pode ser o melhor meio de persuasão. Para ele, todo o esquema argumentativo pode falhar se a plateia não confiar no orador. Por outro lado, argumentos frágeis podem convencer, desde que se confie no orador. Esse filósofo afirma ainda que a credibilidade do orador pode ser estabelecida de três modos específicos no decorrer de um discurso: se for hábil para dar a impressão de que é inteligente, sábio [*phronesis*], bondoso, solidário [*eunoia*] e honesto e franco [*areté*]:

Há três razões por que os oradores são persuasivos; pois há três coisas em que confiamos além das demonstrações lógicas. Estas são a sabedoria prática (*phronesis*), a virtude (*arete*) e a boa vontade (*eunoia*) [...] portanto, uma pessoa que aparente todas essas qualidades é necessariamente persuasiva para os ouvintes. (ARISTÓTELES, *Retórica*, II, 1. Grifos nossos) (2.1. 5-6)

Não estava em questão em sua teoria retórica a autoridade prévia do orador, nem sua reputação, mas a sua capacidade de inspirar confiança nos ouvintes por meio do discurso. Nesse sentido, afirma Aristóteles que “É porém preciso que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o caráter do orador”. (ARISTÓTELES, *Retórica*, I,2.).

Entretanto, apesar dessa afirmação, ele admite a importância do *ethos* não discursivo. De acordo com Kennedy (1991), a autoridade que o orador pode possuir devido a sua posição na sociedade, a ações anteriores e/ou à sua reputação foi considerada importante por Aristóteles, não como uma prova retórica, mas como uma prova não artística, ou seja, externa à arte retórica.

Aristóteles, portanto, reconhece dois tipos de prova ética: o *ethos* criado no discurso e o *ethos* externo ao discurso. Essa distinção provavelmente depende de sua prévia distinção entre os tipos de provas: provas retóricas [artísticas] e provas não retóricas [não artísticas]:

Das provas de persuasão, umas são próprias da arte retórica e outras não. Chamo provas inartísticas as que não são produzidas por nós, antes já existem [...]; e provas artísticas, todas as que podem ser preparadas pelo método e por nós próprios. De sorte que é preciso utilizar as primeiras, mas inventar as segundas (ARISTÓTELES, *Retórica*, 1.1).

Assim, de acordo com Aristóteles, os retores podem inventar um caráter adequado para uma ocasião especial — é o *ethos* discursivo. No entanto, se retores tiverem sorte o suficiente para desfrutar de uma boa reputação na comunidade, eles podem usá-la como uma prova etética — o *ethos* externo, uma prova não retórica que o orador pode trazer para a situação retórica. Trata-se, portanto, de elemento incluído no discurso, mas não criado no e para o discurso.

Baumlin (1994), em relação a esses dois tipos de *ethé*, salienta ainda a existência de relação entre o *ethos* chamado por ele “inventado” e a aparência; e entre o *ethos* externo, chamado por ele de “situado” e a essência, o que nos remete a Platão, que só aceitava o *ethos* situado, a essência, como vimos.

Esse autor nos chama atenção também para o fato de que Aristóteles, ao usar o verbo “parecer” quando disse “Persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa parecer que o orador seja digno de fé” (Aristóteles. *Retórica*, 1,2 – grifos nossos), confirma que o *ethos* “inventado” se distingue do *ethos* “situado”, assim como a “aparência” se distingue da “essência”.

Também na leitura de Corbett & Connors (1999), para Aristóteles o discurso inteiro deve manter a ‘imagem’ que o orador ou o escritor procura estabelecer. Para esses autores, a palavra ‘imagem’ também remete a um caráter aparente, não à essência.

Aristóteles, entretanto, quando diz que “Por outro lado, é forçoso não esquecer que todas estas coisas são exteriores ao conteúdo do discurso, pois elas

destinam-se ao ouvinte de pouco valor, que presta ouvidos ao que é extrínseco ao assunto [...]”, confere mais valor ao *ethos* retórico.

No universo retórico grego, além de Aristóteles e Isócrates, vários outros retores, de menor relevância, trataram do *ethos* em seus tratados, inspirados em Platão, Isócrates e Aristóteles. Entretanto, não levantaram questões teóricas e dedicaram mais a seu ensino.<sup>79</sup>

## 6.5. Cícero

Em sua longa e importante história, a Retórica já recebeu muitas definições, acomodando vários objetivos, e variando muito no que ela incluía. Ela é moldada e remoldada pelas diversas ênfases culturais que mudam através dos tempos. Segundo Leff (2009), foi usada de diferentes maneiras: cada época, cada escola, adaptou-a e continua adaptando-a até nossos dias, para diferentes fins, reformulando-a a sua própria imagem.

Quando transportada para Roma, a Retórica adaptou-se à realidade política e cultural romana: Cícero pragmatiza e romaniza a teoria aristotélica. Por exemplo, quando Cícero discute *ethos*, ele enfatiza a importância do *ethos* platônico e parece refutar a ideia do *ethos* aristotélico. No trecho abaixo, Cícero defende o ponto de vista de que o *ethos* não pode ser estabelecido no discurso, mas que ele deve ser revelado nas ações do homem:

---

<sup>79</sup> Por exemplo, Anaximenes de Lampsacus, em *Retórica a Alexandre* advertiu os retores quanto à necessidade de cuidado com sua conduta pessoal, "porque o modo de vida contribui para os poderes de persuasão, bem como para o estabelecimento de uma boa reputação" (ANAXÍMENES, *Retórica a Alexandre*, (XXXVIII 1445b 30). Teofrasto, discípulo de Aristóteles, em seu livro *On Characters*, descreveu os traços de caráter possíveis, uma prática que os críticos mais tarde chamaram de *ethopoeia* ("fabricação de *ethos*"). Também Hermógenes de Tarso, em seu livro *Sobre las formas de estilo*, forneceu uma longa lista das virtudes ou caracteres de diferentes estilos: simplicidade, modéstia, solenidade, veemência e assim por diante, que foi estudada e usada por estudantes de retórica até o Renascimento.

Tem muita força, então, para a vitória, que se aprovem o caráter, os costumes, os feitos e a vida dos que defendem as causas e daqueles em favor de quem as defendem, e, do mesmo modo, que se desaprovem os dos adversários, bem como que se conduzam à benevolência os ânimos daqueles perante os quais se discursa, tanto em relação ao orador como em relação ao que é defendido pelo orador. Cativam-se os ânimos pela dignidade do homem, por seus feitos, por sua reputação [...]. (CÍCERO, *De Oratore*. II, 182)

De fato, na doutrina de Cícero sobre o *ethos*, discutida principalmente em II, 182-184 do *De Oratore*, o que está em questão é como conquistar a benevolência do ouvinte para com o litigante e seu patrono, e como afastá-la do oponente. Para tanto, tem suprema importância o caráter prévio e a reputação do orador e de seu cliente.

O *ethos* apresentado por Cícero, portanto, uma vez que parece só levar em conta a opinião prévia sobre o orador e seu cliente, afasta-se da doutrina aristotélica, aproximando-se, antes, das ideias de Platão e de algumas ideias de Isócrates apresentadas em *Antídosis*<sup>15</sup>. Como vimos, Cícero compartilha com Platão, a ideia de que o *ethos* de um orador vem grandemente de sua reputação na comunidade e da reputação de sua família e, com Isócrates, que “os argumentos oriundos da vida são mais poderosos do que os fornecidos pelo discurso”.

Em *De Oratore*, Cícero afirma que, para a audiência avaliar o caráter do orador e o de seu cliente, ela deve levar em conta se o orador apresenta os caracteres como:

Justos, íntegros, religiosos, timoratos, toleradores de injustiça, o que tem um poder absolutamente admirável; e isso, quer no princípio, quer na narração da causa, quer no final, tem tamanha força, se for tratado com delicadeza e julgamento, que muitas vezes tem mais poder do que a causa.  
(CÍCERO, II, 184)<sup>80</sup>

---

<sup>80</sup> Na voz de Antônio, personagem de *De Oratore*, Cícero menciona uma lista bem maior de virtudes que o orador deve mostrar ou evitar. Para conseguir a benevolência do auditório o orador deve mostrar bondade (*facilitas*), generosidade (*liberalitas*), mansidão (*mansuetudo*), piedade (*pietas*), ter uma índole agradável (*animus gratus*), nem cobiçosa (*appetens*) nem ávida (*avidus*), bem como as características dos homens honestos (*probi*) e humildes (*demissi*), por oposição aos mordazes (*aceres*), pertinazes (*pertinaces*), litigiosos (*litigiosi*) e cruéis (*acerbi*). Além disso, o orador deve apresentar os réus como justos (*iusti*), íntegros (*integri*), religiosos (*religiosi*) e pacientes com as injúrias (*perferentes iniuriarum*).

Esse rol de virtudes [e vícios] deixa entrever a importância do caráter prévio para Cícero. No entanto, continuando, diz Cícero que, na *pronunciatio* [apresentação], o *ethos*

realiza-se tanto por determinado julgamento e método oratórios, que se forja, por assim dizer, o caráter do orador; por meio de determinado tipo de pensamentos e determinado tipo de palavras, empregando-se ainda uma atuação branda e que expresse afabilidade, consegue-se que pareçamos homens honestos, de boa índole, bons. (CÍCERO, II, 184, grifos nossos).

Diz ainda, em relação aos critérios definidores do caráter que

[...] pode-se orná-los com maior facilidade, se, todavia, existem, do que forjá-las, se absolutamente não existem. Ora, são vantajosas, no orador, a brandura da voz, a expressão de pudor no rosto, a afabilidade nas palavras e, se acaso fazes alguma reivindicação com maior rispidez, parece fazê-lo contrariado e por obrigação. Exibir sinais de afabilidade, generosidade, brandura, devoção e de um ânimo grato, não ambicioso, não avaro, é extremamente útil; e tudo aquilo que é próprio de homens honestos, modestos, não de homens severos, obstinados, contenciosos, hostis, granjeia enormemente a benevolência e a afasta daqueles em quem tais elementos não estão presentes; sendo assim, esses mesmos elementos devem ser lançados contra os adversários de maneira inversa. (CÍCERO, II, 182, grifos nossos).

Tais passagens, por outro lado, deixam margem para se pensar tanto na possibilidade de maquiagem de caracteres, quanto na possibilidade de se forjarem caracteres, uma vez que Cícero sugere estratégias para ornar ou forjar o caráter, na *pronunciatio*.

Em apoio a esse ponto de vista, Wisse (1989) lembra-nos que Cícero, em uma fala de Antônio, diz que podem faltar ao patrono e ao cliente as qualificações necessárias, o que reforça a ideia de que Cícero, nesses casos, possa legitimar um *ethos* maquiado ou mesmo forjado.

Como se pôde ver, nesses trechos Cícero se aproxima do *ethos* retórico aristotélico, admitindo também o *ethos* aparente, criado no discurso. Seguindo esse entendimento, vê-se que Cícero, a exemplo de Aristóteles, também considera a existência de provas artísticas e provas não artísticas:

No que concerne às provas, o orador tem em mãos uma dupla matéria: uma diz respeito aos elementos que não são pensados pelo orador, mas, residindo no próprio caso, são tratados com método, como contratos, testemunhos, pactos, convenções, interrogatórios, leis, deliberações do Senado, precedentes, decretos, respostas dos juriconsultos e demais, se os há, que não são encontrados pelo orador, mas entregues a ele pela causa e pelos réus; a outra é a que reside inteiramente no debate e na argumentação do orador. Assim, no primeiro tipo, é preciso refletir acerca do tratamento dos argumentos, no segundo, também de sua descoberta. (CÍCERO, *De oratore*, II, 116).

Daí se depreende, que tanto Aristóteles como Cícero e Isócrates admitiram a existência do *ethos* “inventado” e do *ethos* “situado”. No entanto, certamente Aristóteles deu maior importância ao *ethos* “inventado”, enquanto Isócrates e Cícero deram maior relevo ao *ethos* “situado”.

Apesar das prováveis influências platônicas e isocráticas sobre o pensamento ciceroniano, não se pode negar que o peso da influência aristotélica é maior. No entanto, por outro lado, as especificidades romanas também contribuíram para que Cícero dessa mais importância ao *ethos* situado.

Segundo Riggsby (2006), a razão de Cícero ter valorizado mais a noção de *ethos* “situado”, diferentemente de Aristóteles, pode se dever ao fato de o sistema judiciário romano ser diferente do grego. O litigante em Roma, diferentemente do grego, era geralmente representado por um ou vários advogados [*patronus*]. Quando litigante e orador passam a ser duas pessoas distintas, a noção de apresentação do *ethos* passa a incluir também o patrono. No contexto romano, o interesse na apresentação do caráter do patrono passa a estar centrado na influência que advém do seu prestígio.

Também May (1988) afirma que a noção de *ethos* que Cícero descreve e utiliza preferencialmente é um *ethos* que sofre influência das crenças sociais e políticas do contexto republicano de Roma, bem como das normas do sistema judiciário romano. Segundo esse estudioso, para os romanos, o caráter de um homem é dotado pela natureza e é uma constante em toda sua vida, determinando suas ações. Além disso, entendia-se que o caráter de um indivíduo era hereditário, passava de geração para geração no âmbito de mesma família.

Essas ideias romanas sobre o *ethos* também se devem ao fato de esse povo ter o maior respeito pelo costume dos antepassados [*mos maiorum*], pelos ancestrais, e também pela autoridade [*auctoritas*]. Portanto, para os romanos, um *ethos* que apresentasse *auctoritas* e *gratia* [influência] tinha papel fundamental nas relações sociais e no próprio tribunal. (MAY, op.cit.).

Para Riggsby (2006), o tribunal romano não só permitia inferências a partir das demonstrações do caráter, mas parecia mesmo exigí-las. Já em Atenas, segundo Wisse (1989), embora também a autoridade do orador exercesse influência, o uso explícito das relações sociais para obtenção de vantagens era visto com suspeita nos tribunais.

## 6.6. Quintiliano

Segundo Quintiliano, seguidor de Cícero, é imprescindível que o orador, ao discursar, demonstre seu *ethos*, que

denotará aquilo que há de ser reconhecido acima de tudo pela bondade, algo não somente calmo e pacífico, mas, amplamente brando, humano, amável e agradável aos ouvintes<sup>38</sup>. Agindo dessa forma, os futuros oradores conseguirão evidenciar seus *mores* de modo que eles resplandeçam ao longo de todo o discurso e, ao mesmo tempo, o distingam. (QUINTILIANO, *Institutio Oratoria*, VI, 2, 13).

Ainda para Quintiliano, *ethos* seria “tudo aquilo que se diz sobre o que é honesto e útil e até mesmo sobre o que se deve e o que não se deve fazer”. (QUINTILIANO, *Institutio Oratoria*, VI,2,14). Na sequência, ele adverte que o *ethos* requer um homem bom e cortês em todos os aspectos, valores que o orador deve também enaltecer em seu cliente, e “caso ele não as tenha, é tarefa daquele fazer com que o juiz acredite que ele as possui; somente dessa maneira lhe será possível conseguir confiança através da sua benevolência” (QUINTILIANO, *Institutio Oratoria*, VI,2,15). Em outras palavras, demonstrará seu *ethos*. (Grifos nossos).

Como se vê, também Quintiliano, certamente espelhando-se em Cícero, considera um *ethos* externo ao discurso e um *ethos* criado, discursivo, quando necessário.

### III. O *ethos* na contemporaneidade

A partir do século XX, principalmente com Perelman & Olbrechts-Tyteca, a retórica clássica vem sendo resgatada e revalorizada. Assim sendo, os conceitos retóricos clássicos vêm sendo utilizados e repensados por autores contemporâneos. Vejamos, então, como o conceito de *ethos* vem sendo tratado por alguns desses autores.

#### 6.7. O *ethos* para Perelman & Olbrechts-Tyteca

Em sua nova retórica, inspirada em Aristóteles, Perelman e Olbrechts-Tyteca considera também, naturalmente, o conceito de *ethos*. Ao discorrerem sobre a interação entre orador e discurso, afirmam que a construção discursiva da pessoa do orador, ou seja, seu *ethos*, é uma questão que diz respeito a fatores discursivos e sociais.

Perelman e Olbrechts-Tyteca entendem que a imagem que emana do orador, sua figura pública, funciona como um elemento contextual privilegiado para dotar o discurso de força persuasiva. Mas, para eles essa imagem não importa quando se trata de deduções formais expressas através de uma linguagem unívoca, demonstrativa. Porém, para ele, é primordial no discurso que demanda argumentação, persuasão, justificação.

Nesse caso, a figura pública do orador determina a eficácia persuasiva da palavra: "o orador, com efeito, tem de inspirar confiança: sem ela, o discurso não merece crédito." (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.489).

No entanto, Perelman e Olbrechts-Tyteca, apesar de considerarem a existência de uma dimensão de *ethos* externa ao discurso e de valorizá-la, eles não ignoram que o *ethos* tem também uma dimensão discursiva e que ambas, ligadas às representações coletivas positivamente valorizadas [a uma *doxa*], são reformuladas na implantação das demonstrações. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca,

Se a pessoa do orador fornece um contexto ao discurso, este último, por outro lado, determina a opinião que você terá dela [...] Devido à constante interação entre o juízo que se emite sobre o orador e o juízo a que alude o discurso, quem argumenta continuamente expõe um pouco do seu prestígio, que aumenta ou diminui conforme os efeitos da argumentação (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.490 - 491).

Como se vê, a noção perelmaniana de *ethos* segue *pari passu* as ideias desenvolvidas por Aristóteles. Perelman e Olbrechts-Tyteca, no entanto, em vez de somente teorizar, parte, como de costume em todo o seu tratado, para a apresentação de um inventário de técnicas e de estratégias argumentativas para o estabelecimento do *ethos*, dando conselhos sobre sua utilização.

#### **IV. O *ethos* no âmbito da Análise do discurso**

No âmbito da AD, que também vem resgatando conceitos clássicos, principalmente as noções de *ethos* e de *pathos* vêm sendo muito exploradas, por exemplo, por Charaudeau (2008), Maingueneau (2005 e 2008) e Amossy (2008).

Em relação ao conceito de *ethos*, cumpre observar que, além de a noção clássica ter sido resgatada por esses analistas do discurso, resgatada também foi a discussão clássica sobre o entendimento dessa noção: são comuns hoje as expressões *ethos* construído e pré-construído (CHARAUDEAU, 2008), *ethos* discursivo e imagem prévia (AMOSSY, 2005), *ethos* discursivo e *ethos* prévio (MANGUENEAU, 2008).

#### **6.8. O *ethos* para Patrick Charaudeau**

Modernamente, a AD inscreve o *ethos* no ato da enunciação, isto é, no dizer do locutor. Dessa forma, muitos analistas do discurso consideram que o *ethos* está relacionado ao momento da enunciação, ou na aparência do discurso, na ação linguageira do sujeito locutor. Charaudeau, no entanto, em relação à polêmica clássica sobre a natureza do *ethos* assim se posiciona:

De fato, o *ethos*, enquanto imagem que se liga àquele que fala, não é uma propriedade exclusiva dele; ele é antes de tudo a imagem de que se transveste o interlocutor a partir daquilo que diz. O *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: do olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro vê. Ora, para construir a imagem do sujeito que fala, esse outro se apoia ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso – o que ele sabe a priori do locutor – e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem. (CHARAUDEAU, 2008, p.115 – grifos nossos).

Assim explica Charaudeau sua posição: a interação do *ethos* pré-construído e do *ethos* construído está inserida no discurso e se volta para a questão da identidade do sujeito. Consequentemente, a identidade do sujeito se desdobra em dois componentes: um primeiro componente no qual o sujeito se apresenta com sua identidade social, atribuindo-lhe a palavra, legitimando o interlocutor de acordo com seu estatuto e papel que lhes são reconhecidos pela situação de comunicação. E um segundo componente no qual o sujeito cria, para si mesmo, uma identidade discursiva presa ao ato de comunicação, atribuindo-lhe papéis e estratégias que deverão ser seguidos nessa situação de comunicação. Ou seja, a situação de comunicação obriga o locutor a assumir determinados papéis na enunciação, para, dessa forma, se projetar positivamente para o seu auditório.

A partir daí, o sujeito passa a se mostrar pelo olhar do outro com suas próprias características psicológicas e sociais e, por sua vez, mostra também sua identidade discursiva construída por ele, no momento da enunciação. O resultado da junção dessas identidades é o que forma o *ethos*.

No entanto, para esse autor, o *ethos* não é plenamente consciente, boa parcela dele não o é. Também a compreensão do interlocutor [ouvinte/leitor] nem sempre coincide com o que o locutor quis expressar. Ou seja, o interlocutor pode construir um *ethos* que não é exatamente o que o locutor deseja, como acontece muitas vezes na política. Completando suas ponderações, diz Charaudeau:

O *ethos* encontra-se no centro desse paradoxo que sustenta a filosofia contemporânea, que, mesmo sabendo que o sujeito não é um [Nietzsche], que ele é dividido [Lacan], quer fazer como se fosse ele fosse de fato um todo. Trata-se de uma concepção idealizada da existência do sujeito, que pode ser aplicada ao sujeito do discurso e que [é a nossa hipótese] guia a comunicação social na qual se constrói o *ethos*. (CHARAUDEAU, 2008, p.116).

### 6.9. O *ethos* para Ruth Amossy

Ruth Amossy, em sua conceituação do *ethos*, integra pontos de vista sobre a autoridade e a credibilidade de um orador que se originam da retórica clássica, da pragmática e da Sociologia. Com base nestes três campos teóricos ela apresenta um modelo que tenta conciliar as duas perspectivas já muito exploradas e bem conhecidas do *ethos* retórico: como uma linguagem relacionada com a construção discursiva e como uma posição institucional: o *ethos* discursivo e o *ethos* prévio (Amossy, 2005). Baseando-se nos modelos apresentados por Perelman e Olbrechts-Tyteca, Amossy articula a análise do discurso com a argumentação, e também retoma a noção de *doxa* em relação ao *ethos*.

### 6.10. O *ethos* para Dominique Maingueneau

O conceito de *ethos* aristotélico é também atualizado por Maingueneau (2008): enquanto Aristóteles o concebeu pensando em um dos seus *genera causarum*, o discurso jurídico oral, Maingueneau o revisita, considerando-o em diversas situações discursivas atuais.

Maingueneau, embora adote a ideia aristotélica de que o *ethos* é construído na instância do discurso, diferentemente de Aristóteles considera que não existe um *ethos* preestabelecido<sup>81</sup>. Segundo o esquema proposto por esse autor, o *ethos* compõe-se de duas partes: o *ethos* pré-discursivo, que é a imagem do orador construída pelo ouvinte antes do início do discurso e o *ethos* discursivo, que, por sua

---

<sup>81</sup> Como se viu, Aristóteles considera a existência e o valor de um *ethos* preestabelecido, só que esse é externo à retórica. No nosso entendimento, provas não retóricas e provas retóricas podem participar de um mesmo discurso.

vez, compreende o *ethos* dito [as referências diretas do enunciador] e o *ethos* mostrado [não explícito, conferido pelas pistas deixadas pelo enunciador]. Como não há uma clara separação entre o explícito e o não explícito, há uma relação mútua entre esses.

Na base do seu modelo estão também os estereótipos<sup>82</sup>, por meio dos quais o ouvinte [coenunciador] se vale da *doxa* para atribuir características ao enunciador.

Como se pode verificar, é grande o investimento da AD no conceito clássico de *ethos*. Embora os autores apresentem, cada um, suas especificidades, percebe-se que seus pontos de vista convergem em diversos aspectos e têm a retórica clássica por referência.

## V. O *ethos* no âmbito da filosofia política

### 6.11. O *ethos* para Hannah Arendt

Considerando que nesta tese nos propomos a analisar uma biografia de um político, Getúlio Vargas, convocamos as ideias de Hannah Arendt, que, no nosso entender nos iluminam com pontos de vista interessantes sobre a questão do *ethos*, embora a autora não use essa terminologia nem faça referência explícita à retórica.

Hannah Arendt, em suas interessantes considerações sobre política, expressas em seu livro *Human Condition*, de 1959, entende que é somente através de suas ações e seus discursos que os indivíduos revelam suas identidades, divulgam para o mundo sua singularidade específica.

De acordo com essa autora, as ações e discursos dos indivíduos revelam quem eles realmente são, sua singularidade, o que é diferente de o que eles são, ou seja, suas origens, seus talentos e habilidades pessoais, bem como suas deficiências e lacunas, pois esses são traços partilhados por todo ser humano.

Entretanto, segundo Arendt, só retrospectivamente, ou seja, somente através de histórias que vão surgir sobre suas ações e discursos, sua identidade será totalmente manifesta. A função do escritor é, portanto, crucial não só para a

---

<sup>82</sup> Como se viu, também Amossy considera a relação *ethos/doxa*.

preservação dos feitos e ditos dos atores, mas também para a divulgação completa da identidade do ator.

Segundo a autora, se não tivesse existido um Platão para nos contar quem foi Sócrates, como eram suas conversas com os cidadãos atenienses, sem um Tucídides para nos contar, em seu discurso fúnebre a Péricles, quem de fato ele foi, não saberíamos o que fez com que Sócrates e Péricles fossem personalidades tão destacadas, e a razão de suas singularidades.

Na verdade, para Arendt, o sentido da própria ação e do discurso é dependente da articulação retrospectiva dada a ela por historiadores e narradores. A contação de histórias, ou a tessitura de uma narrativa sobre as ações e os pronunciamentos dos indivíduos, é em parte constitutiva do seu significado, porque permite sua articulação retrospectiva, importante tanto para os próprios atores como para os espectadores.

No que diz respeito aos atores, absorvidos pelos seus objetivos imediatos e preocupações, eles não têm conhecimento de todas as implicações de suas ações, muitas vezes não estão em condições de avaliar o verdadeiro significado de seus feitos, nem estão plenamente conscientes das suas próprias motivações e intenções. Apenas depois de a ação ter sido executada de uma determinada maneira e de essa ação ter se desdobrado em outras ações, seu significado pode ser totalmente manifestado e incorporado em uma narrativa, por poetas ou historiadores.

O fato de essas narrativas serem posteriores, de haver um distanciamento histórico entre a ocorrência da ação e sua narração, é uma das razões que permitem que esta forneça mais *insights* sobre as motivações e os objetivos dos atores.

As narrativas, portanto, podem fornecer dados sobre a veracidade e sobre o grau de importância das ações dos indivíduos. Ademais, elas têm a função de preservar a memória das ações através do tempo, e ao fazê-lo, elas permitem que essas ações se tornem fontes de inspiração para o futuro, ou seja, modelos a ser imitados, se possível, superados ou mesmo evitados. As ações, segundo Arendt, se caracterizam por serem extremamente frágeis, sujeitas à erosão do tempo e ao esquecimento; ações e palavras não sobrevivem a sua efetivação, a menos que elas sejam lembradas. Somente a lembrança e a releitura das histórias podem salvar as vidas e obras dos atores do esquecimento e da desqualificação.

A função do escritor é, portanto, crucial não só para a preservação dos feitos e ditos dos atores, mas também para a divulgação completa de sua identidade. As narrativas de um contador de histórias, afirma Arendt, contam-nos mais sobre o 'herói' no centro de cada história, do que qualquer outra coisa, pois o produto de mãos humanas nunca nos fala sobre o mestre que o produziu" (ARENDR, 1959, p. 184).

E é precisamente por esta razão, diz Arendt, que os gregos valorizavam tanto a poesia e a história: elas resgataram os feitos gloriosos e os menos gloriosos do passado em benefício das gerações futuras (ARENDR, 1959, p. 192). Foi função do poeta e do historiador político preservar a memória de ações passadas e torná-las uma fonte de instrução para o futuro. Homero, por exemplo, através de suas narrativas, superou a fragilidade e a perecibilidade da ação humana, fazendo-a durar mais que as vidas de seus realizadores e mais que a permanência limitada de seus contemporâneos.

No entanto, para serem preservadas, tais narrativas precisam por sua vez de uma audiência, ou seja, uma comunidade de ouvintes que se tornem os transmissores das obras imortalizadas. Segundo Sheldon Wolin, "a audiência é uma metáfora para a comunidade política, cuja natureza é ser uma comunidade de lembrança" (WOLIN, 1960, p. 97). Em outras palavras, atrás do ator está o contador de histórias, mas atrás do contador de histórias está uma comunidade de memória.

Uma das principais funções da *pólis* grega foi a de preservar as palavras e os atos dos seus cidadãos do esquecimento e dos estragos do tempo e, assim, deixar um testamento para as gerações futuras. A *pólis* grega, além de tornar possível a partilha de palavras e ações estava destinada a corrigir a fragilidade dos assuntos humanos. Fê-lo através do estabelecimento de um quadro onde ação e discurso poderiam ser gravados e transformados em histórias, onde cada cidadão poderia ser uma testemunha e, assim, um narrador potencial. O que a *pólis* estabeleceu, então, foi um espaço onde a lembrança organizada poderia ter lugar, e onde, em consequência, a mortalidade dos atores e a fragilidade das ações humanas podiam ser parcialmente superadas.

Embora Arendt não mencione a palavra *ethos*, parece-nos bastante evidente que esse conceito está presente em seu pensamento, revisitado e apresentado de

maneira peculiar, vinculando o resgate do *ethos* a narrativas posteriores, o que nos remete a Aristóteles quando disse que o objetivo do estabelecimento do *ethos* é realizado em grande parte através do uso de eventos narrativos que demonstram experiências anteriores do falante e permitem que o público use essas experiências para estabelecer as credenciais do orador. (ARISTÓTELES, *Retórica*, 3.16).

Entendendo que a biografia constitui um tipo de narrativa, cuja principal função é revelar o verdadeiro *ethos* do indivíduo, a posição de Arendt pode contribuir para pensarmos a biografia de GV escrita por sua filha Alzira Vargas.

Da mesma forma que, para Arendt, o próprio indivíduo não é capaz de revelar seu verdadeiro *ethos*, quem ele realmente é, Alzira Vargas, como filha de Getúlio Vargas, envolvida emocionalmente e politicamente com o pai, certamente não poderá ter a isenção necessária para escrever sua biografia, para narrar quem ele realmente foi. Considerando, ainda, que *Getúlio Vargas meu Pai*, é um misto de biografia de GV e autobiografia de Alzira, é de se esperar que ambas não cumprirão devidamente os objetivos atribuídos por Arendt à narrativa.

Frente a esse apanhado conceitual, gostaríamos de evidenciar que assim como Charaudeau, adotamos uma posição conciliadora em relação ao *ethos*, acreditamos que ele seja fruto de “um cruzamento de olhares: o olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê”.

Ou seja, o *ethos* é, para nós, o resultado de uma complexa rede interdiscursiva, de informações que surgem, sejam elas fabricadas ou não, no ato exato de enunciação [tempo presente do discurso] com informações anteriores acerca do orador, ou ser-narrado como no caso de biografias, difundidos e presentes na coletividade. Vale lembrar que esse Outro é heterogêneo e plural e não interpretará o *ethos* do orador da mesma maneira, pois partem de lugares e vivências diferentes.

## CAPÍTULO 7 – OS “GETÚLIOS” DE ALZIRA VARGAS

“Prefiro ser interpretado a ter que me explicar”  
(Getúlio Vargas)

Neste capítulo, pretendemos mostrar alguns dos *ethé* que foram projetados para Getúlio na biografia *Getúlio Vargas, meu Pai*. Melhor dizendo, nas “imagens de si” que emergem nos recortes do *corpus* selecionados para este estudo.

Além disso, quando possível, iremos contrapor a versão que Alzira apresenta para determinados episódios com outras, provenientes de fontes históricas diversas, com a finalidade de resgatarmos dados relevantes acerca de Getúlio Vargas e seu governo, e assim, ser possível traçar o *ethos* prévio nessas fontes. Ao relacionar tais versões, esperamos demonstrar dados que foram silenciados pela biógrafa por algum motivo.

Selecionamos os *ethé* que tiveram uma maior ocorrência, uma vez que é extensa a relação das virtudes que Alzira atribuiu a Getúlio Vargas, em seu discurso. Em seguida, dividimos em duas grandes categorias propostas por Charaudeau (2008), a saber: de *credibilidade* e de *identificação*. Porém, em nosso *corpus* emergem outras subcategorias de *ethos* que não necessariamente coincidem com aquelas propostas<sup>83</sup> pelo teórico, uma vez que estas são apenas exemplos de *ethé* possíveis. Além disso, lembramos que a categorização dos *ethé* têm meramente uma finalidade didática, eles não ocorrem isoladamente no discurso e sim, em um processo de fusão, aglutinação, sobreposição etc. Dessa forma, veremos que ao se projetar o *ethos* de abnegado, por exemplo, poderá ecoar, concomitantemente, o *ethos* de predestinado e assim por diante.

### 7.1. *Ethé* de credibilidade

De acordo com Charaudeau (2008) a confiança que o povo tem em seu líder é baseada na crença de que o que está sendo dito por ele é verdadeiro: nas promessas

---

<sup>83</sup> Em seu livro *Discurso Político*, Charaudeau (2008) elenca alguns tipos de *ethos*, como: sério, virtuoso, competente, de potência, de caráter, inteligente, humano e chefe.

que serão de fato cumpridas e nas provas de que ele terá meios para cumprir o que prometeu, e, além disso, que os resultados serão os desejados.

Na biografia, Alzira delinea um Getúlio Vargas que fez o que era esperado dele, ou seja, que tinha o poder de concretizar suas promessas e obrigações enquanto cidadão e Chefe de Estado. Em nosso *corpus*, percebemos que a tentativa de criar uma imagem crível para Vargas passa pela mobilização dos *ethé* de predestinação, competência, abnegação e autodomínio.

- **O ethos de predestinação**

Esse *ethos*, em grande parte das biografias de políticos, alude a um líder nato, a um ser que foi escolhido e preparado desde a tenra idade para se tornar notável, seja por influência dos seus ascendentes, seja pelo lugar em que nasceu ou mesmo pelas adversidades que enfrentou na vida. Alzira atribui ao biografado características de excepcionalidade, gerando no imaginário do leitor a convicção de que GV foi desde sempre, a melhor escolha para o Brasil e que, desde cedo sentia que seria um bom presidente do País, como podemos visualizar nos excertos que seguem.

Logo na introdução da biografia, Alzira arrisca uns versos demonstrando este traço de predestinação do pai:

[Excerto 1]

Era uma vez um homem só  
Era uma vez um menino chamado Getúlio Dornelles Vargas  
Era uma vez um jovem, tentando fugir de um destino.  
Era uma vez homem, a quem o destino dominou.  
(PEIXOTO, 1960, int. – grifos nossos).

Podemos perceber que desde o início da narrativa, Alzira deseja *fazer-crer* que Getúlio se esforçou para fugir de seu destino, mas foi dominado por ele. Dessa forma, ao revelar os fatos que envolveram o histórico de sua biografia, pontua a grandiosidade que o destino reservara ao protagonista da obra.

O traço de predestinação irá salvaguardar todos os atos de Getúlio na trama biográfica, uma vez que ele não agir por si só, tudo em sua vida já estava pré-ordenado

e determinado, conseqüentemente a do Brasil. Nessa perspectiva, a imagem de GV se aglutinava à do Estado [*L'Etat c'est moi*]. Ou seja, por maiores que fossem os esforços e tropeço de Getúlio, o destino o colocava novamente nos trilhos que marcariam sua vida no cenário histórico-Nacional.

No Excerto [2], Alzira tenta justificar o motivo de seu pai, muitas vezes, ter sido taxado de pessoa endurecida por seus opositores, comparando-o com o perfil de outros homens que nasceram no Rio Grande. Segundo ela, GV herdou essa característica da terra em que nasceu: lugar de grandeza, heroísmo, de homens robustos e laboriosos – tais características engrandecem o cenário em que o estadista nasceu – logo GV será como esses homens. Daí, projeta-se, também para o protagonista, o *ethos* de herói, de guerreiro, de forte.

[Excerto 2]

É essa a bandeira de minha terra: Solo, Sangue e Sol. Aqueles homens endurecidos pelas lutas, cujo lar era o lombo do cavalo, legaram-nos uma herança pesada [...] fizeram do gaúcho um ser inquieto, ensimesmado e orgulhoso. Nascera para herói era preciso continuar. (PEIXOTO, 1960, p. 4 – grifos nossos).

No fragmento [3] é apresentado ao leitor um dos modelos que Getúlio tinha na vida, seu pai Manuel Vargas. Nota-se que ele também era um combatente, um homem que teve ascensão na carreira militar: era um simples cabo e se tornou general. Dessa forma, Getúlio tinha uma influência positiva em sua vida. Já nasceu em um lar de guerreiro.

[Excerto 3]

Havia sorvido dos lábios de seu pai tôdas as reminiscências dos combates e entreveros em que tomara parte. O velho Vargas entrara como cabo, o cabo Vargas, e saíra general. [...] Havia sido marcado pelo 'minuano' que lhe soprava aos ouvidos as lendas e as tradições do Rio Grande [...]. Acalentava o sonho de ser militar como o pai". (Op.cit, p. 4 – grifos nossos).

Em outra parte, também podemos notar essa referência ao pai: "queria voltar herói como o pai ou derramar todo o seu sangue em luta gloriosa". (Op.cit, p. 7 – grifos

nossos). Nesse trecho, percebe-se o implícito: para o “gaúcho”, em uma batalha, ou volta-se herói, ou morre-se lutando gloriosamente.

Dessa forma, quando se projeta o *ethos* de predestinado para protagonistas biografados, ele estará relacionado a uma rede de influência que faz com que o caminho traçado para esse ser seja possível: o lugar em que nasceu o predestinado, sua família, seus amigos, suas experiências de vida etc. Todos esses elementos fomentam sentimentos e ideias que o guiariam desde a mais tenra idade.

Ainda em relação à sua família, há um famoso episódio que é narrado em inúmeras biografias de Getúlio Vargas. Assim como Alzira, não podemos deixar de relatá-lo: trata-se do caso Ouro Preto.

Alzira explica que ainda menino, Getúlio foi mandado por seu pai para estudar na famigerada escola de Ouro Preto, onde já estavam seus dois irmãos, “bastante mais velhos que ele”, Viriato e Protásio. No entanto, pouco tempo durou sua estadia em Minas, pois

[Excerto 4]

um conflito entre estudantes, motivado por exaltações de juventude ferosa e irresponsável, provocou a morte de um deles . Os três Vargas foram chamados de volta. Cada um seguiu seu rumo. Viriato, inquieto e imaginativo, era o predileto de minha avó. Foi tudo na vida: militar, advogado, político, estancieiro, funcionário público e jornalista. Protásio, patriarcal, dogmático, com ressaibos de Positivismo, formou-se em Engenharia. É hoje o proprietário da Estância de Santos Reis. Isso em 1960. Getúlio foi continuar seus estudos em São Borja mesmo, até atingir a idade de ser soldado. Com apenas 14 anos, não havia tomado parte na luta de Ouro Preto . (Op. cit., p.5).

A escritora resume o episódio, dizendo que houve um “conflito entre estudantes, motivado por exaltações de juventude ferosa e irresponsável”, como se o fato tivesse relação com uma simples desavença entre adolescentes. Em seguida, revela: “provocou a morte de um deles”. Percebe-se que, em nenhum momento, ela expõe que a morte [de Carlos Prado] foi resultado de uma grave contenda entre grupos adversários, sendo o seu tio o líder de um deles e o principal acusado do assassinato, como aparece em muitas outras versões da História.

A biógrafa minimiza o assassinato do rapaz paulista, e segue relatando sobre a vida dos Vargas: “os três Vargas foram chamados de volta. Cada um seguiu seu rumo”. Nota-se que Alzira não explicita quem os chamou e não rende comentários sobre a saída ilegal [da fuga] de seu tio Viriato da cidade de Ouro Preto, tampouco, da prisão de seu tio Protásio. Assim sendo, um leitor desavisado jamais saberia, pela versão de Alzira Vargas, dos meandros que envolveram o caso. Ela encerra o episódio dizendo que cada um deles “seguiu seu rumo”. Ou seja, continuaram vivendo livres, como se nada tivesse acontecido.

O silenciamento de Alzira está diretamente ligado ao seu projeto de escrita de manter viva a imagem excepcional de seu pai, a qualquer custo. Associar a imagem de GV à de irmãos criminosos fragilizaria seus *ethé* e poderia colocar em xeque seu plano.

Sobre os meandros do caso Ouro Preto, vejamos qual a versão apresentada pelo historiador Boris Fausto, em seu livro *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*:

[...] estamos ainda nos tempos de infância e da adolescência de Getúlio, que tomaram novo rumo quando ele, depois dos estudos primários, aos dezesseis anos, foi estudar em Ouro Preto, onde já se encontravam seus irmãos mais velhos, Viriato e Protásio. Na época, a cidade era ainda a capital de Minas Gerais e rivalizava com outros centros urbanos pelo número e a qualidade das escolas, a tal ponto que gente de vários estados enviava seus filhos para ali estudar. Um crime provocaria, no entanto, o pronto retorno de Getúlio a Porto Alegre. Numa briga de rua, Viriato, que estava acompanhado de Protásio e de dois amigos gaúchos, matou a tiros um jovem paulista de família tradicional, Carlos de Almeida Prado. Viriato escapou, com a ajuda de Benjamim Torres um estudante de medicina que viria a residir em São Borja depois de formado. Após perambular por Mato Grosso, Viriato refugiou-se por uns tempos no Paraguai. Ferido em um dos braços, Protásio – personagem problemático, com biografia associada a uma série de violências – foi processado em Porto Alegre, mas não chegou a ir a júri, contando com a ajuda de Júlio de Castilhos e Pinheiro Machado. (FAUSTO, 2006, p.23).

Percebemos a partir dessa leitura que o historiador afirma que Viriato matou a tiros o paulista, se escondeu com a ajuda do amigo Benjamim Torres, em seguida refugiou-se no Paraguai [ou seja, não foi diretamente para São Borja, uma vez que era procurado da Justiça]. Já Protásio, teria sido processado, mas não foi submetido a júri, sendo inocentado graças à força política das famílias Castilho e Machado.

Ainda sobre o Excerto [4], Alzira afirma que, para GV, o “rumo foi diferente”, “Sendo vítima nesse incidente, e levando do destino a primeira chicotada”, ele tenta “escolher seu próprio caminho numa vã tentativa de fugir ao fado que pacientemente o aguardava”. (Op.cit. p. 5 – grifos nossos). Percebemos aí, novamente a marca explícita de predestinação. O ser predestinado, ainda que tente tomar decisões sobre sua própria vida, será em vão, pois a ele não é dado o livre-arbítrio.

São muitas as ocorrências que fazem menção à predestinação de GV na narrativa, tornando-se impossível destacar todas elas. Dessa forma, partiremos para a última amostra.

[Excerto 5]

O senhor é quem menos tem direito de falar de livre arbítrio para mim. Já disse mais de uma vez que se sente como um homem que teve a vida truncada, que não desejava ser o que é. “É verdade” – respondeu tranquilamente. “Preferia ser estancieiro, viver tranquilo, longe de tudo isto, de intrigas e mexericos. (Op. cit., p.134 – grifos nossos).

Nesse fragmento, suposto diálogo entre pai e filha, pela força do discurso direto, Alzira traz para seu texto a voz de Getúlio, que desabafa dizendo que preferia uma vida mais calma, não desejava ser o estadista que era. Dessa forma, mais uma vez, está implícito que a insistência da biógrafa em deixar claro que GV foi Presidente por motivo de forma maior e não por desejo próprio. Curioso o fato de que esse diálogo refere-se ao ano de 1934, em que GV já era Presidente da República por eleições indiretas. Ainda estava por vir a instauração do Estado Novo em 1937, por meio de um golpe de estado e, posteriormente, sua reeleição em 1950<sup>84</sup>, pelo voto direto.

---

<sup>84</sup> Marcadas como a segunda eleição presidencial após o fim do Estado Novo, as Eleições de 1950 nos revelam o quadro de uma democracia que ainda caminhava em passos muito tímidos. Entre 1930 e 1945, a ação populista de Getúlio Vargas havia feito com que os partidos políticos, agremiações sindicais e a renovação das lideranças políticas se enfraquecessem. Nesse vazio criado, Vargas consolidou a imagem de um líder carismático e defensor dos interesses populares. Chegando em 1950, os partidos políticos apresentavam poucas ou nenhuma opção para a escolha de um nome que pudesse concorrer às eleições com reais chances de vitória. O Partido Social Democrata (PSD), ao qual o presidente Dutra era filiado, apresentou a figura do desconhecido político mineiro Cristiano Machado. Por outro lado, a União Democrática Nacional (UDN) representava ainda mais a carência de líderes ao repetir a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes. Nesse contexto, Getúlio Vargas encontrou o cenário ideal para que retornasse ao posto do qual havia sido deposto. Abraçando a legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Vargas saiu em campanha aproveitando da ainda consistente base de lideranças populares e sindicais que lhe dedicavam amplo apoio. Paralelamente, utilizava seu amplo poder de barganha para

A predestinação mexe com o ideário popular, pois dialoga com a noção de mito.

Mitos políticos, especialmente quando assumem a forma de uma personalidade, cumprem o papel de guias para o povo, devendo ser facilmente reconhecidos e seguidos – nesse sentido Getúlio Vargas foi um grande mito, construído no contexto das décadas de 1930-1940, quando o Brasil se tornava uma sociedade urbano-industrial, entrava na era dos meios de comunicação de massa e não podia mais desconhecer os graves problemas socioeconômicos que inquietavam sua população havia décadas. Mitos políticos exigem intensa e sofisticada propaganda governamental, mas é preciso que o que está sendo propagado faça sentido para a população receptora, vinculando-se à sua experiência de vida, seja direta, seja indiretamente.<sup>85</sup>

Ressalta-se que construção de um mito, portanto, não é mera obra de mistificação. A trajetória política de Vargas é uma excelente oportunidade para pensar sobre as relações entre representantes e representados, sem aceitar a ideia recorrente de que o povo brasileiro seja meramente "ingênuo" e continuamente enganado. Getúlio Vargas materializava um modelo de Presidente que o povo acreditava ser capaz de atender às necessidades que o País enfrentava naquela época [um mal necessário]. Sendo assim, para ter a adesão de seu público, o político deve também, demonstrar sua competência.

- **O ethos de competência**

Para ser competente, Charaudeau (2008) nos lembra que o sujeito precisa comprovar sua habilidade e conhecimento da atividade que exercerá. A imagem de

---

garantir apoio dos líderes do PSD e, assim, também trazer os votos oriundos do campo e dos pequenos centros urbanos. A unanimidade de Vargas só era relativamente ameaçada pela carismática e paternalista figura de Ademar de Barros, então governador de São Paulo e liderança principal do Partido Social Progressista (PSP). Observando tal ameaça política, Vargas logo tratou de negociar o apoio de Ademar naquele colégio eleitoral. Em troca desse favor, Getúlio Vargas prometeu a Ademar de Barros que o apoiaria nas próximas eleições presidenciais. No dia 3 de outubro de 1950, os cidadãos foram às urnas e confirmaram a vitória de Getúlio Vargas com 48% dos votos válidos. Eduardo Gomes obteve distantes 29% dos votos e o desconhecido Cristiano Machado ficou com pouco mais de 20%. De tal forma, Vargas retornava ao Poder Executivo “nos braços do povo”, com o apoio e o prestígio criados ao longo de décadas. SOUSA, Rainer Gonçalves. "Eleições de 1950"; *Brasil Escola*. Disponível em <http://brasilecola.uol.com.br/historiab/eleicoes-1950.htm>

<sup>85</sup>Disponível em > <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/AlemDaVida/MitoVargas>. GOMES, Ângela de Castro.

competência aparece em nossas análises como resultado de uma herança, de muito trabalho e estudo, de funções exercidas e experiências adquiridas.

Em toda a narrativa, a personagem Getúlio sempre estará envolvida em alguma atividade, seja estudando ou trabalhando: “sempre estava muito ocupado, lendo, estudando processos, recebendo constituintes e eleitores ou viajando pelos municípios vizinhos para defender uma causa”<sup>86</sup>; “escrevia artigos políticos e, por diletantismo, tornou-se o perfilista do jornal, gênero então em voga. Passavam sob o crivo de sua análise quase todos os colegas de turma”<sup>87</sup>; “à hora do jantar, Papai apareceu. Vinha cansado, mas satisfeito [...]. Ele trabalhava até altas horas da noite”<sup>88</sup> etc.

A biógrafa menciona também feitos de Getúlio durante seu Governo: a mulher obteve acesso ao voto e aos cargos eletivos<sup>89</sup>, as minorias conquistaram o direito a representação, sem recorrer aos conchavos eleitorais<sup>90</sup>; foram criadas as leis trabalhistas<sup>91</sup>; houve avanço na industrialização, na siderurgia e no comércio exterior; houve aprimoramento no transporte ferroviário, rodoviário e aéreo; melhoria das condições de saúde, ensino e alimentação; aparelhamento das Forças Armadas<sup>92</sup>, preocupação com a seca do Nordeste; etc.

Além desses feitos notáveis, a biógrafa arrola todas as funções exercidas por Getúlio Vargas, seja como militar ou político, a partir das quais criamos uma espécie de mini currículo desse estadista.

---

<sup>86</sup> (Op. cit., p. 2).

<sup>87</sup> (Op. cit., p. 9).

<sup>88</sup> (Op. cit., p. 71).

<sup>89</sup> (Op. cit., p. 98, 125).

<sup>90</sup> (Op. cit., 125).

<sup>91</sup> (Op. cit., 150).

<sup>92</sup> (Op. cit., 379).

	DATA	FUNÇÃO
1	1898	* Solicita matrícula Escola Preparatória e de Tática do Rio Pardo (RS). Primeiro passo no caminho do oficialato.
2	1899	*Alista-se em 1899 no 6º batalhão de Infantaria sediado em São Borja Soldado (aos 16 anos). *É promovido rapidamente a segundo-sargento, nesse mesmo batalhão.
3	1900	* Matricula-se na Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo
4	1902	*Desliga-se da escola Preparatória em solidariedade a alguns colegas, que haviam sido expulsos por um incidente disciplinar *Volta à tropa, dessa vez no 25º Batalhão de Infantaria, sediado em Porto Alegre.
5	No começo de 1903	*Convocado para Guerra do Acre.
6	Em dezembro de 1903	*Recebe baixa no Exército *Matricula-se na Faculdade de Direito de Porto Alegre (como aluno ouvinte).
7	1904	*Ingressa-se na Faculdade de Direito (já no 2º período)
8	1907	*Forma-se em Ciências Jurídicas e Sociais *Escolhido o orador da turma de Direito *Ingressa-se, definitivamente, na política apoiando a candidatura de Carlos Barbosa
9	1908	*Nomeado Promotor Público. *Renuncia a função de Promotor para advogar em São Borja.
10	1909	*Eleito Deputado Estadual. *Advoga em São Borja (atividade paralela).
11	1913	*Eleito Deputado Estadual mas renunciou ao mandato, por atrito com Borges Medeiros. *Volta a São Borja e à advocacia.
12	1916	*Reconcilia-se com Borges Medeiros. *Recebe a Chefia da polícia de Porto Alegre, mas rejeita o cargo. *Aceita sua inclusão na lista de candidatos à Assembleia.
13	1922	*Indicado e eleito Deputado Federal *Designado presidente da Comissão de Constituição e Poderes da Assembleia para apuração de votos.
14	1923	*Nomeado tenente-coronel do 7º Corpo Provisório por decreto de Borges de Medeiros.
15	1924	*Reeleito deputado federal e Líder da bancada gaúcha na Câmara dos Deputados.
16	1926	*Nomeado Ministro da Fazenda por Washington Luís.

17	1927	*Indicado a Presidente do Rio Grande do Sul (Governador) por Borges de Medeiros e eleito.
18	1930	*Empossa-se como Chefe do Governo Provisório
20	1934	*Empossa-se do novo mandato presidencial - Chefe do Governo Provisório da República
21	1937	*Presidente da República (outorgada)

Quadro 3 – Relação das funções desempenhadas por Getúlio Vargas na narrativa.  
Fonte: elaborado pela autora.

Alzira Vargas revela para o leitor que, em alguns dos cargos que Getúlio desempenhou, ele foi beneficiado por outra personagem: ao convidá-lo, indicá-lo ou mesmo nomeá-lo. Porém, em todos os momentos, ela faz-crer que seu pai era altamente qualificado para tais cargos e merecedor deles. Não é nossa função, enquanto analistas do discurso, questionar a competência do biografado, mas, faz-se necessária a tentativa de desvelar alguns episódios, mostrando que algumas posições alçadas por GV eram fruto de conchavos e troca de favores.

Nos episódios de 1899 e 1900, por exemplo, o texto nos mostra que GV fez uma carreira relâmpago no exército: assentou praça em 1899, como soldado raso e ao fim de um ano, ou seja, em 1900, GV sai com as divisas de 2º sargento, o que hoje, regularmente, demoraria alguns anos para acontecer, é um processo lento. De acordo com os dados históricos que coletamos, Getúlio Vargas tornou-se “segundo-sargento de uma companhia, por ordem do comandante e tenente-coronel Carlos Frederico de Mesquita” (JORGE, 1985, p. 457-458). Ainda conforme o autor, tal tenente-coronel também ajudou GV ao aceitá-lo na escola de Rio Pardo.

Em 1902, Getúlio Vargas foi desligado da Escola Preparatória e de Tática. Segundo a biógrafa, os amigos de GV haviam sido condenados injustamente e, ao serem desligados, Getúlio também pediu para receber a mesma punição “em solidariedade aos amigos”<sup>93</sup>. Dessa forma, restou a GV voltar à tropa no 25º Batalhão de Infantaria, sediado em Porto Alegre.

---

<sup>93</sup> (Op.cit.p.6).

No Dossiê Getúlio Vargas/CPDOC<sup>94</sup>, descobrimos que GV estava predisposto a abandonar a carreira das armas, sendo assim, matricula-se na Escola Brasileira com o intuito de completar o curso secundário, já decidido a estudar direito. Porém, no começo de 1903, quando se preparava para deixar o Exército, surgiu uma ameaça de conflito armado entre o Brasil e a Bolívia, em decorrência da disputa pelo território do Acre. Na condição de soldado, GV é convocado para a Guerra do Acre.

Alzira narra que “seu pedido de baixa estava prestes a ser deferido, quando surge a famosa questão do Acre [...]. Não titubeou, conseguiu com dificuldade impedir o andamento do requerimento e se apresentou ao 25º Batalhão de Infantaria [...] cancelou sua matrícula na Faculdade e seguiu, já então como segundo sargento<sup>95</sup>.”

Em 1903, GV recebe baixa no Exército e se matricula na Faculdade de Direito de Porto Alegre (como aluno ouvinte). 1904, ingressava Faculdade de Direito (já no 2º período). Sobre a dispensa no Exército, o historiador Hélio Silva ([1980] 2004) explica que não era fácil conseguir baixa do Exército. O engajado ficava na tropa indefinidamente, até que conseguisse escapar, quase sempre depois de uma inspeção médica. Getúlio foi dado por incapaz, com o diagnóstico falso de epilepsia<sup>96</sup>. Nota-se que um diagnóstico falso, apresentado ao Exército, constitui um crime federal de falsidade material. Sendo assim o *ethos* de justo e bom que Alzira tenta reforçar (*ethé* de identificação, como veremos a seguir) torna-se fragilizado, uma vez que o estadista também usou meios fraudulentos durante sua vida profissional.

Alzira relata que em 1909, já em posse do diploma de bacharel em Direito, o pai teria ficado indeciso por um tempo. Desejava voltar para sua terra natal, mas São Borja “não comportava mais um bom advogado”.

Duas oportunidades lhe foram oferecidas em Porto Alegre. O professor André da Rocha queria que ele pleiteasse uma cátedra para o magistério. O Presidente do Estado lhe havia prometido uma promotoria em reconhecimento aos serviços prestados ao partido. Getúlio preferiu ser 2º promotor, cargo que lhe daria melhores

---

<sup>94</sup> Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/dhbb/Getulio%20Vargas.pdf>

<sup>95</sup> (Op.cit.p.7).

<sup>96</sup> Essa versão pode ser encontrada também em: VARGAS, Lutero. *Getúlio Vargas: a revolução inacabada*, Rio de Janeiro, 1988, p11. Para conseguir a baixa no Exército, Getúlio mentiu à junta médica que assinou o atestado de dispensa: disse sofrer de epilepsia, a desculpa mais utilizada à época pelos que desejavam escapar dos rigores do serviço militar.

oportunidades para conhecer os meandros e “pequenos truques” da carreira que realmente desejava seguir: a advocacia (segundo Alzira Vargas).

Curioso o fato de que a própria filha afirma que GV não tinha experiência para ser um bom advogado, mas quiçá a teria para atuar no Ministério Público, o que denota claramente uma dissintonia argumentativa, pois essa função de Estado é de grande relevância e exige, nos dias de hoje por exemplo, três anos de efetivo exercício de atividade jurídica<sup>97</sup>, entre elas, a advocacia.

O historiador Hélio Silva ([1980] 2004, p.9) relata esse episódio, expondo que a nomeação de Getúlio para 2º promotor público, aos 26 anos incompletos e logo depois da sua formatura, foi um disparate e foi considerada como um prêmio aos serviços por ele prestados ao partido, durante a campanha eleitoral.

O *Petit Journal*<sup>98</sup>, periódico dos adversários, dirigido por Batista Xavier, assim que foi tornada pública a nomeação de Getúlio, fez uma caricatura em que se viam Borges de Medeiros e várias crianças, cujos rostos eram os dos redatores de *O Debate*, e em que Borges de Medeiros perguntava aos meninos: “Bom, meninos, que querem agora? Uma caixinha de chocolate, para cada um?”. “Não, saía da boca de Getúlio, quero ser promotor público”.

Corroborando com a versão de Hélio Silva, Bischoff e Souto (2006, p. 33) afirmam também que Getúlio foi beneficiado com o cargo, que fora prometido anteriormente, por Borges Medeiros.

Concluída, assim, a sua participação no processo eleitoral Getúlio Vargas retomou sua atenção aos estudos e, em 25/12/1907, formou-se bacharel em Direito. Logo após, foi nomeado Promotor Público, indicado ainda por Borges de Medeiros, em 24/01/1908. O Ministério Público, cuja chefia era atribuída ao Procurador-Geral, conforme o art. 60 da Constituição Estadual de 14/07/1891, estava vinculado e subordinado ao Presidente do Estado. A nomeação de Getúlio Vargas efetuou-se num contexto em que os promotores eram tidos como serventuários da justiça e “verdadeiros agentes do poder central nos fóruns e nas cidades”.

---

<sup>97</sup> Artigo 127 da Constituição Federal de 1988.

<sup>98</sup> FRISCHAUER, Paulo. *Presidente Vargas*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1943, p. 115.

Conforme essas versões sobre o cargo no Ministério Público, o *ethos* de competente, que nos remete ao esforço pessoal, mérito, perseverança, resta coberto por falácias, já que o acesso a essa função foi fundamentado em apadrinhamento político e, não necessariamente, nas competências pessoais de GV.

Meses depois, Vargas passou o cargo de promotor a João Neves e voltou a São Borja, onde constituiu uma “banca de advocacia” e estendeu os contatos com os correligionários de seu pai, garantindo apoio eleitoral à sua candidatura<sup>99</sup>. Alzira atribui seu retorno a seu desejo de ficar próximo à mãe, mas depois diz que ele voltou pela saudade da terra e para se aproximar da que seria sua futura esposa: “a Promotoria durou pouco. A ‘querência’ o chamava de volta e o coração também. Já tinha posto os olhos na filha mais velha de um dos grandes amigos de seu pai<sup>100</sup>. Porém, o casamento só aconteceria em 1911.

Em 1913 foi o ano em que Getúlio renuncia ao cargo de Deputado Estadual em protesto contra a intervenção de Borges de Medeiros nas eleições de Cachoeira<sup>101</sup>. Alzira relata que: “papai havia caído em desfavor perante o Governo do Estado. Havia renunciado a cadeira de deputado estadual por discordar de uma atitude de seu partido (...) amuado com o Governo do Estado, se deixava ficar em São Borja. Perto de quatro anos durou seu ostracismo político<sup>102</sup>”.

No dossiê do CPDOC, há a seguinte versão: interrompida a carreira parlamentar, Getúlio voltou a São Borja e à sua banca de advocacia. Durante três anos, permaneceram estremecidas suas relações com Borges de Medeiros, que chegou a incentivar a disputa pelo poder entre os Vargas e outros grupos republicanos de São Borja<sup>103</sup>.

Apenas no final de 1916, Borges de Medeiros se reconcilia com GV oferecendo-lhe a chefia de polícia de Porto Alegre (cargo rejeitado) e sua inclusão na lista de

---

<sup>99</sup> Dossiê Getúlio Vargas/CPDOC, p. 4.

<sup>100</sup> (Op.cit.p.16).

<sup>101</sup> A lista de candidatos do PRR havia sido modificada por João Neves e Odon Cavalcanti. Os deputados eleitos foram preteridos por Borges e obrigados a renunciar aos seus mandatos.

<sup>102</sup> (Op.cit.p.19).

<sup>103</sup> Além disso, O grupo liderado por Benjamim Torres e Rafael Escobar passou a hostilizar Viriato Vargas, na época intendente local. Getúlio não se envolveu diretamente na crise, mas procurou defender o irmão das acusações ainda ligadas ao incidente de Ouro Preto. Com o assassinato de Benjamim Torres em março de 1915, as suspeitas recaíram sobre Viriato, que se refugiou na Argentina até ser absolvido.

candidatos à Assembleia (cargo aceito). Com esse apoio, GV é eleito em 1917 e em 1922 é indicado e eleito Deputado Federal. Por mais que haja, por parte da biógrafa, o desejo de cristalizar uma imagem apenas positiva para seu pai, projetando *ethos* de honesto, justo, capaz, bom, benevolente, etc. o dialogismo histórico nos revelará outras versões.

Vejamos agora um último episódio curioso que bem ilustra o *ethos* de Vargas. GV foi designado presidente da Comissão de Constituição e Poderes da Assembleia, encarregada de apurar os votos e proclamar o candidato vencedor. Em 1923, proclamaram a vitória de Borges por 106 mil votos contra 32 mil. Porém, segundo uma versão que circulou na época, a comissão chegara anteriormente à conclusão de que Borges perdera a disputa, não conseguindo a maioria de 3/4 dos votos, exigidos pela Constituição estadual para sua reeleição.

Diante do impasse, Vargas e seus dois colegas da comissão teriam ido à presença de Borges para expor a situação. Ao recebê-los, Borges teria declarado efusivamente: “Sei que vêm cumprimentar-me, porque estou reeleito”. Sem jeito de contrariar o chefe, a comissão teria se retirado sem dizer a que vinha, reformulando em seguida seus cálculos<sup>104</sup>.

Em suma, percebemos que o *ethos* de competente, importante associação à imagem de um político é reafirmada inúmeras vezes na biografia. Porém, ao ser “confrontado” com outras fontes, apresenta certas fragilidades, pois parece que o estadista Getúlio Vargas, durante seu governo, usou de influência política como um trampolim.

- **O *ethos* de Liderança**

A biógrafa tentou construir a imagem de líder, demonstrando a confiança e respeito que as pessoas tinham em relação ao seu pai. Alzira relata que os políticos do entorno de GV “havam habituado a receber dele conselhos e orientação, a jogar sobre seus ombros todas as responsabilidades e a esperar dele as soluções de todas as

---

<sup>104</sup> Dossiê Getúlio Vargas/CPDOC, p.7.

dificuldades”<sup>105</sup>. Dessa forma, restava a GV agir, muitas vezes de maneira solitária. Além disso, “avultavam a personalidade de Getúlio Vargas como homem hábil e de autoridade<sup>106</sup>”.

Igualmente, tentou reforçar a postura de um presidente que agiu corajosamente, que mesmo que tenha parecido equivocado, o foi em prol de seu povo. No fragmento [5], Alzira tenta demonstrar como Getúlio era um líder nacionalista: “o mais brasileiro dos gaúchos”, além disso, perspicaz frente à necessidade político-econômica do País: “unificação nacional era absolutamente necessário, imprescindível para acabar de vez com as diversas ameaças separatistas”.

[Excerto 6]

Sentira Getúlio Vargas, o mais brasileiro dos gaúchos, que esse movimento de unificação nacional era absolutamente necessário, imprescindível para acabar de vez com as diversas ameaças separatistas que já haviam surgido em nossa terra, desde os primórdios da Independência. “Não há estados grandes, nem pequenos. Grande só é o Brasil”. (Op.cit. p. 335 – grifos nossos).

O discurso político de Vargas sempre batalhou pela afirmação de um “nós” (não apenas em relação ao espaço geográfico) que implicava necessariamente a negação do outro, visto sempre como um opositor e um inimigo. Difundindo essa máxima, as exclusões e perseguições aos adversários do regime eram justificadas.

É interessante perceber que tal imaginário coletivo, expresso por essa máxima, ainda persiste na atualidade. Ainda hoje, no Brasil, de acordo com conversas informais que tive com pessoas que viveram entre 1937 e 1945 e com base nos estudos de Capelato (1998, p. 321): “o varguismo é uma lembrança bem construída pela memória oficial, com o auxílio da máquina da propaganda, mas também recordada, com nostalgia, pelos trabalhadores que se sentiam dignificados ou beneficiados pela política do ‘pai dos pobres’”.

Em relação ao golpe de Estado, perpetrado por GV, a biógrafa explicita que:

---

<sup>105</sup> (Op.cit. p. 254).

<sup>106</sup> (Op.cit. p. 80).

[Excerto 7]

Reiteradas vezes, Getúlio Vargas havia feito sentir que não desejava incorrer no mesmo erro de seus antecessores: o de impor ao povo um candidato oficial, patrocinado pelo Governo. Cometa, no entanto, com essa decisão um gravíssimo erro psicológico, erro que o obrigaria, em menos de um ano, em 1937, a adotar uma atitude drástica, em absoluto desacordo com sua maneira de pensar e de agir. (op.cit. p. 254 – grifos nossos).

Em toda a narrativa, Alzira tentará convencer o leitor que o “golpe de estado” foi na verdade um “ tiro de misericórdia”, uma medida extrema de um líder esclarecido, para beneficiar o País e o livrar de um mal maior. Ela traz ao seu texto a voz do próprio Getúlio Vargas, que se defende: “Já não te disse que a Constituição de 1937 é apenas uma tentativa, uma experiência? Se der resultado o povo terá tempo suficiente para saber, depois de passado o perigo, se a quer como definitiva ou não”<sup>107</sup>. O Estado Novo perdurou de 1937 até 1945, ou seja, oito anos. Para se manter no Poder e se legitimar, GV lançou mão de uma política populista e da crença de ser um “salvador da Pátria”.

No Dossiê *Getúlio Vargas/CPDOC*, p. 96, encontramos a seguinte versão:

Em 1º de janeiro de 1937, em discurso transmitido pelo rádio a toda a Nação, Vargas garantiu que a campanha para as eleições presidenciais “prosseguiria numa saudável atmosfera de liberdade”. A questão sucessória já vinha agitando os meios políticos desde 1936, mesmo porque os prováveis candidatos que ocupassem cargos administrativos deveriam renunciar até dezembro para poderem concorrer às eleições. No discurso que pronunciou em 7 de setembro, Getúlio afiançou que “era a última vez que naquela data se dirigia ao povo”, pois em 3 de maio do ano seguinte teria de entregar o governo ao seu sucessor. Em 10 de novembro de 1937, Vargas comandou o golpe de Estado, dissolvendo o Congresso e outorgando uma nova Constituição ao país. A Câmara e o Senado amanheceram cercados por tropas de cavalaria que barraram a entrada dos parlamentares com a notícia de que o Congresso havia sido fechado.

Ainda que haja provas consistentes e irrefutáveis do autoritarismo de Getúlio, Alzira tentou *fazer-crer* que GV era um líder democrático:

---

<sup>107</sup> (Op.cit., p.373).

[Excerto 8]

O Estado Novo não era totalitário, não chegava a ser ditadura, não era democracia no sentido que lhe é dado atualmente, não era uma oligarquia e muito menos uma monarquia [...]. Finalmente consegui enquadrar o Estado Novo: 1930 a 1934, o Brasil foi uma democracia exercida por um Ditador, colocado e mantido no poder pela vontade do povo. Em 1934 até 1937, tornou-se uma democracia constitucional, exercida por um Presidente eleito pelo Congresso. (PEIXOTO, 1960, pp. 384,385).

- **O ethos de autodomínio**

Outro traço que a biógrafa desejou *fazer-crer* era que Getúlio Vargas tinha o controle sobre si mesmo e, conseqüentemente, por causa desse espírito de equilíbrio, teria condições psicológicas para governar um País. É esperado de um presidente, que ele consiga dominar suas emoções mesmo quando submetido a forte pressão. Para demonstrar como foi construído esse *ethos*, separamos uma amostra com três exemplos.

[Excerto 9]

Sempre me pareceu estranho ouvir, anos mais tarde, que Papai era de índole calma e serena, o homem que sabia esperar. Saber, êle o sabia, mas não gostava. Aprendeu a controlar seu temperamento impaciente, ardoroso, quase intempestivo, nas lides da própria experiência. A pressa interior que o dominava transparecia de vez em quando em seus atos. (Op.cit.p. 4 - grifos nossos).

No fragmento [9], nota-se que a biógrafa relata ao leitor que admirava o fato de dizerem que seu pai era “calmo” e “sereno”, “um homem que sabia esperar”. A partir disso, ela explica que para alcançar esse perfil, GV precisou aprender a controlar a si mesmo, pois antes era “impaciente, ardoroso e quase intempestivo”. Nesse trecho fica evidente o autocontrole de GV, uma vez que sua calma não era um temperamento inato, mas sim conquistado por meio do autocontrole.

[Excerto 10]

O Presidente do Brasil dominava o homem gaúcho. Embora o temperamento forte, audacioso e até violento, conseguira, através de longo e penoso treinamento de autodisciplina, controlar seus impulsos a ponto de parecer indiferente e insensível a quem não o conhecia bem. (Op.cit., p. 247 – grifos nossos).

No segmento [10] a biógrafa destaca que o Getúlio presidente dominava o Getúlio homem gaúcho. Se retomarmos a narrativa, veremos que por muitas vezes, Alzira caracterizou o gaúcho como um ser “endurecido pelas lutas”, “com ímpeto belicoso”, “que recebeu uma herança pesada de ódios recalcados e malquerenças”, “que cultua o estoicismo”, “com um sangue que vibra em suas veias” etc.

Getúlio teve a influência do povo gaúcho no que tange à disposição para lutar [pelo Brasil], ao endurecimento necessário para se tomarem decisões difíceis, ao equilíbrio para dosar o ódio e malquerenças herdados [pois desejava uma unidade nacional]. Porém, sua impulsividade, essa foi controlada com um “penoso treinamento de autodisciplina”.

[Excerto 11]

A multidão marchava em direção ao Palácio, queria ouvir a palavra decisiva do Presidente do Estado. “Não é possível detê-los?” Perguntou. “Já tentamos”, foi a resposta. Papai levantou lentamente. Parecia que seu corpo pesava uma tonelada. Aparentava calma, mas toda a tensão contida em seus nervos transparecia no sobrecenho carregado. As mãos entrelaçadas às costas, atitude habitual de meditação [...] Era uma rematada loucura que queriam dele. Que poderia dizer? Estragaria todo o trabalho silencioso de tantos dias, provocaria reações imediatas dos agentes do Governo Federal, sobre todos aqueles homens comprometidos no movimento, se pronunciasse uma palavra a mais. Lançaria o desânimo sobre aquele povo entusiasmado, passaria por covarde ou hesitante se dissesse uma palavra a menos. (Op.cit.pp. 52, 53– grifos nossos).

O último trecho [11] diz respeito à *Revolução de 1930* que tinha como intuito, por meio de um golpe, derrubar o presidente Washington Luís e impedir a posse do próximo presidente [eleito] Júlio Prestes, colocando um fim à República Velha.

Como Getúlio Vargas ainda não havia decidido se participaria ou não da revolução, o povo gaúcho cobrava dele um posicionamento. Estava diante de um difícil impasse “estragaria todo o trabalho silencioso de tantos dias”, “provocaria reações imediatas ao pronunciar uma palavra a mais”, “lançaria o desânimo sobre aquele povo entusiasmado”, “passaria por covarde ou hesitante se dissesse uma palavra a menos”.

Ainda que não soubesse bem como agir, de acordo com a biógrafa, manteve o equilíbrio e lidou com o público com seu traquejo social: “Papai levantou lentamente. Parecia que seu corpo pesava uma tonelada. Aparentava calma, mas toda a tensão contida em seus nervos transparecia no sobrececho carregado. As mãos entrelaçadas às costas, atitude habitual de meditação”, “falou tranquilo, sem comprometer a situação. O que o povo queria era ouvir a palavra a mais, que ele evidentemente não disse”.

- **O ethos de abnegação e devoção**

Já de início, a biógrafa ressaltará a imagem do Getúlio estadista, projetando *ethé* ligados à credibilidade: um homem comprometido com seu trabalho, com o povo, com o Brasil, a ponto de sacrificar a própria relação com a família. Darcy, esposa de Getúlio e mãe de Alzira, Jandira, Lutero, Getúlio Filho e Manuel [o Maneco], cuidava sozinha dos filhos e da casa<sup>108</sup>.

Observamos que os valores que sustentam esses *ethé* surgem quando Alzira narra os episódios, tentando demonstrar como e quanto Getúlio se esforçava para fazer aquilo que lhe era exigido pelas circunstâncias, com o intuito de cumprir sua missão na Terra.

Alzira explica que Getúlio passava muito tempo em seu escritório, que era um tabu para os filhos – ele “sempre estava muito ocupado, lendo, estudando”. Afirma, “nós o admirávamos e o respeitávamos a distância” (Op.cit. p. 1). Pelo relato, parece-nos que os filhos não tinham muita proximidade com o pai. A própria Alzira revela que só tomou conhecimento da existência de seu pai em 1923, época em que ela contava nove anos de idade. Dessa forma, são associados a Getúlio um *ethos* de abnegado, ao

---

<sup>108</sup> (Op.cit. p. 1).

ponto de renunciar sua própria vida em prol de um bem-estar coletivo. E o *ethos* de homem abnegado está associado ao de competente, trabalhador, capaz de grandes sacrifícios, etc.

A primeira menção a uma data importante apresentada ao leitor é a *Revolução de 1923*, quando o Rio Grande do Sul enfrentaria uma nova guerra civil. Pelo relato, Alzira *faz-saber* e *faz-creer* que Getúlio colocou sua vida em risco. Embora na condição de deputado federal, largou o conforto da sua casa, do seu escritório, a sua família e partiu para o campo de batalha.

[Excerto 12]

la comandar o 7 Corpo Auxiliar Provisório, composto quase todo por gente de São Borja, para defender os ideais de seu partido numa revolução que havia tido comêço , mas não parecia ter fim. (...) A atmosfera na cidade era tensa. Em quase todos os lares havia angústia. Todos os homens válidos estavam combatendo (...). Será que nunca mais vou ver meu Pai, logo agora que descobri que gosto dele? (PEIXOTO, 1960, p.2 – grifos nossos).

Como podemos notar, Alzira narra esse episódio da biografia *Getúlio Vargas, meu Pai* envolvendo o leitor em suas lembranças de infância. Quando ela compartilha o medo de perder o pai, que estava partindo para uma guerra, a autora lança mão de estratégias patêmicas, fazendo uso da emoção para persuadir seus leitores. Além disso, ao relatar que o pai escolheu comandar o corpo de combate por uma questão de civismo e não de obrigatoriedade, ela atribui a ele o *ethos* de devotado e, ao mesmo tempo, os *ethé* de patriota, guerreiro, corajoso e varonil.

Ao relacionarmos esse fragmento com as outras versões, percebemos que, na verdade, Getúlio não chegou a ir para o campo de batalha, no site do CPDOC-FGV encontramos uma outra versão, explicando que em 25 de janeiro de 1923, Assis Brasil e antigos caudilhos federalistas insurgiram-se com o objetivo de depor Borges, desencadeando violenta guerra civil no estado. Nomeado tenente-coronel por decreto de Borges, Vargas partiu para São Borja, assumindo o comando do 7º Corpo Provisório, tropa irregular composta de civis recrutados. Mas GV não chegou a participar dos combates, pois, ameaçado de perder sua cadeira na Câmara Federal, interrompeu a

luta, por escolha própria, para não perder seu cargo político, foi para o Rio de Janeiro assumir mais uma missão delegada pelo PRR.

Alzira revela ao leitor, apenas no final do primeiro capítulo (como pode ser visto no fragmento a seguir), que apesar de desejar participar da batalha, GV foi ordenado a passar o comando das tropas e dirigir-se ao Congresso. O comando do País seria o fado que ele teria que carregar, que estava designado a ele. Percebe-se que GV é tratado como uma marionete do destino, por várias vezes, abre mão de seus planos por causa das situações adversas e equívocos de outros.

[Excerto 13]

Não havia chegado ainda ao local em que se deveria travar o combate, quando recebeu ordem de voltar imediatamente, passando o comando para da tropa em definitivo a seu substituto. Fôra reconhecido como deputado federal e, de acordo com a Constituição vigente, deputado só poderia comandar tropas com permissão expressa do Congresso, sob pena de perder o mandato. Seus serviços estavam sendo mais necessários no setor político do que no campo de batalha, segundo a opinião do seu chefe. Êle obedeceu. Entregou o comando ao seu primo Deoclécio Dornelles Motta, e voltou a São Borja. Devia seguir, sem perda de tempo, para o Rio de Janeiro. Era urgente. Partiu sozinho. (PEIXOTO, 1960, p.21 – grifos nossos).

Outro episódio que demonstra claramente o ethos de abnegado é o [14]. Alzira explica que Getúlio não pôde ir ao sepultamento da mãe por causa do cenário político atribulado pelo qual passava o País. O afastamento dele “ainda que por poucos dias, era desaconselhável”.

[Excerto 14]

Em meio a balbúrdia, no dia 29 de outubro, Papai recebeu um telegrama de São Borja assinado: Manoel Vargas. Dizia antes: “Estou só no mundo”. Vovó, após uma curta enfermidade que não inspirava maiores cuidados, acabara de falecer. Aquele telegrama, tão pungente em sua simplicidade, abalou profundamente Papai. De nada adiantaria tentar ir à sua terra natal render-lhe a última homenagem. Já a encontraria sepultada. Conhecia o temperamento de vovô, tão semelhante ao seu próprio, e sabia que, mesmo havendo em São Borja recursos científicos para que pudesse rever sua mãe, antes do sepultamento, vovô jamais esperaria por ele. Sabia que o afastamento de Papai do cenário federal, ainda que por poucos dias, era desaconselhável. (Op. cit. p.231)

Alzira projeta um *ethos* de abnegado para o biografado: aquele que abre mão dos interesses próprios em detrimento dos interesses de outros. No entanto, por muitas vezes, notamos que seu comportamento demonstrava, na verdade, um homem obcecado.

## 7.2. *Ethé* de identificação

De acordo com Charaudeau (2008), os *ethé* de identificação acontecem por meio do afeto social, da emoção, do sensorial. O cidadão, mediante um processo de intuição, projeta a sua identidade na do seu Líder – reconhece-se nele, comungando dos mesmos princípios. Dessa forma, para tocar o maior número de pessoas possível, o político se vale de “imagens de si” associadas aos valores universais, que dificilmente serão rechaçados.

Charaudeau (2008) salienta que, uma vez que as sociedades não são completamente homogêneas, para se atingir o maior número de pessoas, o sujeito deve tocar naquilo que reúne as massas “sob grandes denominadores comuns: discursos simples portadores de mitos, de símbolos ou de imaginários que encontram eco em suas crenças; imagens fortes suscetíveis de provocar a adesão passional”. Tais estratégias movem as emoções das pessoas e facilitam a identificação.

Em nosso material de análise, descobrimos pistas que nos remetem a esses *ethé*, que foram constatados tanto da vida pública quanto da vida particular de Getúlio Vargas. Esses tipos de *ethé* são uma estratégia importante, pois apontam para a possibilidade de que o indivíduo político seja capaz de demonstrar seus sentimentos, sua compaixão para com aqueles que necessitam, de mostrar que é um homem comum e do povo. Em nosso *corpus* percebemos que a tentativa de se construir uma imagem para a identificação se valeu dos seguintes *ethos*: de humanidade, de benevolência, de honestidade, de carisma, de simplicidade.

- **O ethos de humanidade e benevolência**

Para se ter uma imagem positiva perante o povo é necessário que o político demonstre sua capacidade para gerir o País. No entanto, é igualmente importante que a população perceba que ele é dotado de sentimentos e tem um lado humano. Os fragmentos que seguem, mostram como Alzira tentou inserir o biografado Getúlio Vargas nesse grupo.

Alzira utiliza o episódio em que Getúlio parte para a Revolução Gaúcha<sup>109</sup>, em 1923, para apresentar ao leitor um Getúlio paternal, bondoso e humano. Ela relata o episódio expressando uma ternura filial:

[Excerto 15]

Curioso, nunca havia notado que meu Pai era bonito: uma cabeleira negra ligeiramente ondulada, um olhar bondoso, nada parecido com aquele que tanto temíamos quando ousávamos perturbar suas meditações, e um sorriso claro e alegre como para nos tranquilizar e evitar lágrimas". (Op.cit., p.2 – grifos nossos).

Em outra passagem, Alzira explora uma anomalia cardíaca congênita que Getúlio apresentava: seu coração era um pouco maior. Alzira faz uso dessa anomalia física, transformando-a em uma figura de linguagem e, a partir disso, reforça o *ethos* de bondoso e de caridoso do pai – expondo seu caráter humano, seu “coração” magnânimo.

Na cultura ocidental, o coração é símbolo de sentimentos associados ao amor, ao afeto, à alma, etc. Então, ao dizer que GV nasceu com o coração de dimensão acima do normal, que por mais que tentasse ele não conseguia reduzir seu tamanho, pois o coração era grande demais, o que Alzira faz é usar “coração” em sentido figurado e, com isso, tenta sensibilizar seu auditório, revelando o sentimentalismo do pai. Veja-se o fragmento [16]:

---

<sup>109</sup>

<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/REVOLU%C3%87%C3%83O%20GA%C3%9ACHA%20DE%201923.pdf>

[Excerto 16]

As radiografias revelam que o tamanho de seu coração é um pouco acima do normal. Mas é congênito. Nasceu assim. Tentava teimosamente fazer o seu coração encolher. Tudo inútil. Tinha o coração grande demais. (Op.cit., p. 73 – grifos nossos).

Mesmo em posições de comando, Getúlio Vargas não deixava, segundo Alzira, de ser generoso e bondoso. Os exemplos a seguir, demonstram a tentativa da biógrafa de criar uma imagem de bondoso, afetuoso e magnânimo para seu pai:

[Excerto 17]

Nunca negou solidariedade, afeto e compreensão a quem quer que o procurasse. De muita pouca gente, porém, recebeu a retribuição exata, no momento exato. Isso cristalizou-lhe na alma o hábito inato em todo gaúcho da fronteira. Nada esperava de ninguém. Não pedia, não exigia, não se entregava. Arrancava de si próprio a energia necessária à realização de suas ideias. (Op.cit., p. 26 – grifos nossos).

Com o fragmento [17], percebe-se a tentativa da biógrafa em demonstrar um caráter filantropo de GV. Ele nunca negava solidariedade, afeto, compreensão às pessoas, sem esperar nada em troca. Precisava realizar seus projetos sozinho, uma vez que não podia contar com ninguém, mesmo numa posição de comando, “não pedia, não exigia”.

Alzira relata que, como Deputado e Ministro da Fazenda, GV frequentava a Livraria Garnier. Quando Presidente do Estado, em seus poucos lazes era encontrado na Livraria do Globo, em Porto Alegre, ponto de encontro dos intelectuais, segundo a biógrafa. Já Presidente da República, dificilmente um homem de Letras recorria a ele sem ser ouvido.

Embora esse relato atribua a GV um *ethos* de sabedoria, de intelectualidade, de erudição, o que interessa nesse momento a Alzira parece ser mais mostrar a bondade de seu pai: até mesmo aqueles que eram ou haviam sido seus adversários, não lhe poupando críticas, “recebiam dele todos os favores solicitados ou não. Muitas vezes, bastava que o informassem: ‘tal escritor está em dificuldades, ou tal outro tem uma aspiração, para que logo procurasse atendê-los’”.

[Excerto 18]

Impossível citar o nome de todos aqueles que Papai amparou, durante o curto período, entregando-lhes chefias de institutos, de bibliotecas, organizações literárias e missões diplomáticas. O mais belo agradecimento que jamais recebeu foi o de Humberto de Campos, que guardo como uma preciosidade rara. Em seu livro: Memórias pôs a seguinte dedicatória: “ao eminente sr. Dr. Getúlio Vargas esta homenagem de profunda e comovida gratidão pela generosidade carinhosa com que amparou, na adversidade e na doença, um pobre escritor que foi seu adversário político e que, ao oferecer-lhe esta humilde lembrança das suas letras, pode repetir consolado os dois famosos versos de Luiz de Gongora: *Por tu espada y tu trato, me has cautivado dos veces*”. (Op.cit., p. 230 – grifos nossos).

Ainda que Alzira narre e tente demonstrar com essa dedicatória a generosidade de Getúlio, outras versões apontam para algumas arbitrariedades do governo getulista, como a prisão e tortura de escritores que não concordavam com seu governo, entre eles: Monteiro Lobato<sup>110</sup>, Graciliano Ramos<sup>111</sup> e Patrícia Galvão (a Pagu)<sup>112</sup>.

---

<sup>110</sup> Em 24 de maio de 1940, Monteiro Lobato dirigiu uma carta ao Presidente Getúlio Vargas, onde acusava o Conselho Nacional do Petróleo de: 1 – Promover a perseguição sistemática às empresas nacionais; 2 – Criar embaraços à exploração do subsolo; 3 – Manter a ideia secreta do monopólio estatal. Na carta, afirmava Monteiro Lobato que o [CNP] impedira o funcionamento da Companhia Cruzeiro do Sul, Companhia Petróleos do Brasil e Companhia Petróleo Nacional, algumas delas em pleno trabalho de perfuração do subsolo. A Companhia Mato-Grossense de Petróleo, embora constituída em 1938, até aquele ano (1940) estava impedida de trabalhar porque o Conselho não havia reconhecido sua constituição. Getúlio Vargas encaminhou a carta ao general Horta Barbosa, presidente do CNP, que, em 22 de agosto de 1940, escreveu longa carta ao presidente Getúlio Vargas, na qual desmente as acusações de Monteiro Lobato de perseguição às empresas nacionais e revida: “àqueles que se dispõem a cumprir a lei o Conselho tem tudo facilitado, mas ao que pretendem burlá-la, como é o caso do Sr. Monteiro Lobato, este organismo, como é de seu dever, vem, não só se opondo, como também dando publicamente as razões porque o faz”. Ato contínuo, envia ofício ao Tribunal de Segurança Nacional que pede abertura de inquérito contra o escritor paulista. Esta é a origem das duas prisões, em janeiro e março de 1941, de Monteiro Lobato. Um de seus trabalhos, a tradução do livro *Peter Pan*, por exemplo, foi apreendido e destruída, por supostamente gerar “um sentimento errôneo quanto ao governo do país”, sub-repticiamente amoldando o “espírito da criança à mentalidade demolidora do nacionalismo”. (ALMEIDA, 2008). Disponível em >  
<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1925MonteiroLobatoPetroleoBr.pdf>

<sup>111</sup> Os relatos de Graciliano Ramos (1987) sobre sua prisão em *Memórias do Cárcere* revelam com detalhes todas as práticas de tortura a que foi submetido durante o momento em que esteve preso. Dentre as torturas sofridas, ele relata o processo de desumanização que a situação imposta provocara, através de humilhações cotidianas, das agressões corriqueiras e das transferências frequentes.

<sup>112</sup> Patrícia Galvão foi a primeira mulher brasileira a ser “presa política” no século XX. Em 1931, ao participar da organização de uma greve de estivadores em Santos, Pagu foi presa pela polícia política de Getúlio Vargas. Essa foi a primeira de uma série de 23 prisões ao longo da vida.

Na contramão, os intelectuais que não se opunham ao governo de Getúlio, tiveram espaço privilegiado de atuação, como Carlos Drummond de Andrade, Mario de Andrade, Oscar Niemeyer, Lúcio Costa, Heitor Villa-Lobos e Manuel Bandeira – esses intelectuais, sob a proteção do ministro da Educação, Gustavo Capanema, desenvolviam projetos elaborados por setores progressistas.

Refletindo sobre essa questão, Capelato (2003) revela que nesse período a forte repressão, as prisões arbitrárias, a tortura, os exílios e a censura atingiram tanto os considerados subversivos (comunistas, socialistas, anarquistas) como os opositores liberais. Ainda conforme a autora, muitos permaneceram presos nas masmorras do Estado Novo e foram torturados. Nessa mesma direção, Marques de Jesus (2009, p. 79) explica que “o Estado Novo foi um regime ditatorial sob o comando de Getúlio Vargas. A tortura foi um dos pilares de sustentação desse regime. As prisões no País passaram a ter, além de criminosos comuns, prisioneiros políticos. Ambos eram cruelmente e sistematicamente torturados”.

No [Excerto 19], no entanto, Alzira afirma que Getúlio Vargas “não cometera violências, nem arbitrariedades. Os derrotados políticos não sofreram vexames; alguns foram solicitados a se retirar do País, sem perseguição; outros se exilaram voluntariamente. (Op.cit., p.78). No entanto, em outras versões da história, Getúlio não parece ter sido tão solidário como narra sua biógrafa, principalmente no que tange ao caso de Olga Benário<sup>113</sup>, judia alemã e comunista, que foi deportada para a Alemanha de Hitler e assassinada no campo de extermínio.

---

<sup>113</sup> Em março de 1936, após as investigações da polícia brasileira junto à GESTAPO [Polícia Secreta Nazista], descobriram que Olga Benário era uma agente comunista da Terceira Internacional, dessa forma, foi capturada e presa na Casa de Detenção brasileira. Neste momento, descobriu estar grávida. Logo vem a ameaça de deportação para a Alemanha. Seria uma condenação à morte: além de judia, comunista. O julgamento de Olga foi feito segundo as formalidades da ordem constitucional, atendendo a um pedido de extradição do governo nazista. A defesa da alemã pediu um Habeas Corpus (ANEXO 7), argumentando que a extradição era ilegal, pois ela estava grávida e sua deportação significaria colocar o filho de um brasileiro sob o sistema de um governo estrangeiro. Havia também o aspecto humanitário da permanência dela no país. O Supremo Tribunal Federal, no entanto, aprovou o pedido de extradição, Vargas negou o indulto e Olga foi deportada para a Alemanha. Olga foi transportada no cargueiro alemão La Coruña. Quando o navio aportou em 18 de outubro de 1936, oficiais da Gestapo já a esperavam. Não havia nenhuma acusação contra ela, pois o caso da prisão de Moabit já prescrevera. No entanto, a legislação nazista autorizava a detenção extrajudicial por tempo indefinido [“custódia protetora”] e Olga foi levada para Barnimstrasse, a temida prisão de mulheres, onde deu à luz a filha. Olga foi transferida para o campo de concentração de Lichtenburg em março de 1938. No ano seguinte foi transferida para o campo de concentração feminino de Ravensbrück, onde as prisioneiras

O Excerto [20], diz respeito à concessão das leis trabalhistas pelo Presidente Getúlio Vargas. Por causa dessa lei, principalmente, ele ganhou o codinome de “Pai dos pobres”. Alzira não deixa de frisar em *Getúlio Vargas, meu Pai* o cuidado que GV tinha com os operários.

[Excerto 20]

Já Presidente da República, várias vezes o vi enviar emissários seus para verificar as condições de vida dos operários das minas [...]. Os operários, satisfeitos com as novas leis trabalhistas e a atenção que seus problemas mereciam, estavam tranquilos e cheios de esperança e fé na ação do Governo. As classes sociais que mais necessitavam de amor e caridade continuavam satisfeitos e confiantes [...]. Entre eles não havia o menor sinal de inquietação ou descontentamento. (Op.cit., p.151, 169 – grifos nossos).

Sobre esse fato, vale lembrar do “mito da doação” debatido por pesquisadores como Paranhos, Vianna, Campana e Boschi.

Para Paranhos (1999, p. 23), “O mito da doação se propagou com a maior intensidade, principalmente a partir do ‘Estado Novo’, e pela sua difusão se tentou fazer crer que a legislação social não passaria de uma dádiva caída dos céus getulistas sobre a cabeça dos trabalhadores brasileiros” A ideia de “concessão” da legislação trabalhista, difundindo a imagem de Getúlio como “pai”, acabou tendo como consequência a propagação de outro discurso: o de que o movimento operário foi passivo diante desse processo de formação legislativa. Corroborando, Campana e Boschi (2009, p. 55), explicam que

esse processo retirou o papel ativo da classe trabalhadora, suprimindo, durante décadas, o reconhecimento de suas mobilizações no período. O mito da doação, desse modo, tem grande importância: nutre-se de omitir da história o papel desempenhado pelos sujeitos “vencidos” pois faz subtrair do contexto o seu caráter humano, como ação social de classes dominadas.

---

eram sujeitas a experiências do médico Karl Gebhardt. Em 1942, já com 34 anos, Olga foi enviada para o campo de extermínio de Bernburg e assassinada na câmara de gás.

Questiona-se, portanto, que Vargas, de forma “iluminada”, captava as necessidades dos trabalhadores sem que estes precisassem expô-las. “Retórica que passaria despercebida não fossem os registros que a própria história tradicional aponta sobre os inúmeros casos de greves que se alastraram na década de trinta, como a de maio de 1932, em São Paulo, e fortemente reprimida; a de 1935 no Rio de Janeiro, e que se alastrou por outras cidades, como Recife”. (VIANNA, 1995, p.60).

- **O ethos de carismático**

Sobre o carisma, Weber (2008, p.159) assim se posiciona: “é uma qualidade pessoal considerada extracotidiana e em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanos ou, pelo menos, extracotidianos específicos, ou então se a toma como pessoa enviada por Deus, como exemplar e, portanto, como líder”.

Esse conceito vem ao encontro daquilo que Alzira desejou projetar para seu pai. Nesse *ethos* percebe-se a confluência de *ethé* de predestinação, de ungido, de populista, de amado etc. Um líder carismático é admirado e aclamado pelas massas populares, é capaz de suscitar paixão em seu povo. Para esse *ethos*, reservamos os seguintes excertos:

[Excerto 21]

Na Argentina, a mais agradável das surpresas nos aguardava. A população portenha, tradicionalmente fria, indiferente, com laivos de esnobismo para com os estrangeiros, recebeu Papai sob aplausos carinhosos e entusiásticos. Em Montevideu era como se sentíssemos em casa e não no estrangeiro. (Op.cit., p.166-167 – grifos nossos).

[Excerto 22]

O trem entrou em São Paulo, sem luta, e foi recebido sob aplausos. A capital bandeirante se engalanou para acolher o Chefe da Revolução, seu povo em delírio o acompanhou até os Campos Elísios. Getúlio Vargas recebeu comovido e humilde as demonstrações de carinho e confiança. (Op.cit., p. 64 – grifos nossos).

No excerto [21], a biógrafa narra sobre duas viagens feitas por Getúlio Vargas, em missão oficial, nas quais as pessoas dos países visitados o receberam com muito entusiasmo e carinho, fazendo com que se sentisse em casa, mesmo se encontrando no exterior. Em São Paulo, excerto [22], ainda que as lideranças paulistas tenham resistido ao governo getulista, o povo o recebeu sob aplausos, o acolheu em delírio.

O encontro com o presidente Roosevelt também é tratado por Alzira como “um encontro cordial, que resultou em simpatia e admiração recíprocas. Almoçaram juntos na residência do Sr. Ernesto G. Fontes, no Alto da Boa Vista, conversaram e se entenderam. Foi o início de uma forte amizade. (Op.cit., p. 237 – grifos nossos).

- **O ethos de honestidade**

O *ethos* de honestidade também é verificado em nosso corpus, separamos dois exemplos dele:

[Excerto 23]

Qual seria o erro cometido? Houve vários pequenos erros, mas não em tão grande número, nem tão graves [...], que justificassem essa contrarrevolução. O Governo Provisório não completara seu segundo ano de vida e estava a oferecer inúmeras realizações, como prova da honestidade de seus propósitos. (Op.cit., p. 78 – grifos nossos).

[Excerto 24]

Prestou contas à Nação de seus três anos de Governo. Apesar de todos os erros, de todos os tropeços, de todos os problemas, de todas as vicissitudes, o balanço era favorável. Podia se olhar com otimismo o futuro. (Op.cit., p. 125 – grifos nossos).

Em toda a narrativa, Alzira descreve seu pai como um homem íntegro e honesto, para dar a ele traços de humanidade, vez ou outra, ela cita alguns equívocos cometidos por GV, no entanto, sempre pondera dizendo que foram mínimos se comparados à magnitude do Governo getulista.

- **O ethos de simplicidade**

Com o *ethos* de simplicidade, modéstia, despreensão, um presidente além de criar identificação com seu povo, reforça sua reputação e credibilidade. É interessante que as ações de um líder reflitam seus ideais. Na biografia percebemos que Getúlio Vargas em nenhum momento foi arrogante ou usufruiu de luxos, que muitas vezes, sua posição política poderia ter lhe rendido.

A biógrafa explica que, em 1923, Getúlio Vargas foi para o Rio de Janeiro como Deputado Federal, porém ingênuo que era, não conhecia os meandros de se viver em capital. Além disso, ela ressalta que o pai se hospedou em um pequeno hotel, demonstrando a simplicidade do deputado.

[Excerto 25]

Em 1923, jovem provinciano, ele partiu sozinho para enfrentar a capital, com suas atrações e armadilhas sedutoras [...]. No Rio de Janeiro, hospedou-se em um pequeno hotel, no centro da cidade. Logo no primeiro dia, ignorando tudo da grande metrópole, tão diferente e complicada, pediu um táxi para se dirigir à Câmara dos Deputados. O chofer olhou-o desconfiado, deu uma volta e parou no quarteirão seguinte. O hotel onde estava hospedado era quase ao lado da câmara. Riu sozinho de sua ignorância. (Op.cit., p. 26 – grifos nossos).

Ainda sobre o período em que moraram no Rio, a biógrafa diz que, após ter aprendido um pouco sobre como viver na metrópole, Getúlio leva a família para morar junto com ele. Em um primeiro momento, apenas Darcy e três filhos. A narradora conta que foram morar em um pequeno apartamento, onde seu pai dispunha de um minúsculo gabinete. Getúlio não tinha condições financeiras de propor para sua família uma moradia mais confortável, tampouco comprar uma: “os subsídios de um deputado federal, com cinco filhos, não permitiam que tivéssemos maiores comodidades, nem a veleidade de possuir um chão só para nós”.

[Excerto 26]

Quando aprendeu um pouco mais sobre o Rio, mandou buscar-nos. Havia conseguido um pequeno apartamento no Flamengo, composto de dois quartos, um minúsculo gabinete e uma varanda ainda menor [...]. Os subsídios de um deputado federal, com cinco filhos, não permitiam que tivéssemos maiores comodidades, nem a veleidade de possuir um chão só para nós. (Op.cit., p. 27 – grifos nossos).

Além disso, há o reforço de que GV valorizava suas raízes. Sempre que acabava uma campanha, um projeto, ele não viajava para nenhum outro lugar que não fosse sua cidade natal. Há várias recorrências desse regresso para São Borja, seu “lugar no mundo”, como podemos verificar no fragmento que segue:

[Excerto 27]

São Borja sempre foi o ponto final de todas as suas campanhas. Era sua meta. Parece que buscava em sua cidade as novas energias de que necessitava para continuar. (Op.cit., p. 36 – grifos nossos).

Outra estratégia interessante que reforça o *ethos* de simplicidade de uma pessoa, é dizer o quanto ela é modesta e humilde. Esse perfil também foi projetado diversas vezes para o biografado, como em:

[Excerto 28]

Recebeu comovido e humilde as demonstrações de carinho e confiança que lhe dava [...]. a carga de responsabilidade que já trazia sobre os ombros tornou-se ainda mais pesada. (Op.cit., p. 64– grifos nossos).

- **O *ethos* de Redentor**

Sobre a morte de Getúlio, gostaríamos de abrir um par de parênteses. Durante todo o seu governo, expressivamente no Estado Novo, Getúlio Vargas preocupou-se com sua imagem. Conforme Capelato (1998), dentre as táticas utilizadas por ele estavam as suas fotografias, que eram obrigatoriamente afixadas em todas as escolas, fábricas, repartições públicas, bares e restaurantes, vagões de trens. Sua efígie estava nas moedas, selos, placas comemorativas e de inauguração. Canções enalteciam o seu

governo; dentre os músicos, Ataulfo Alves e Heitor Villa-Lobos. Também em seus discursos inflamados, tinha o objetivo de exaltar sua imagem. Seu nome foi atribuído a inúmeras ruas e logradouros públicos. A imagem de Getúlio impregnava todos os lugares e ambientes durante todo o tempo e de diversas formas.

De modo óbvio, também ao planejar sua morte, Getúlio se preocuparia mais uma vez em projetar um *ethos* de defensor, libertador e redentor do povo. Por meio de uma mitificação *post-mortem*, consagrava-se um mártir, associando-o definitivamente à bandeira dos interesses nacionais e do trabalhismo.

Um dia após o suicídio de Vargas, parentes, aliados e amigos próximos alegaram que ao lado do corpo de Getúlio Vargas foi encontrada a cópia de uma carta, *Carta-testamento* [Anexos 6 e 7] com sua assinatura, dirigida ao povo brasileiro. Nessa carta ficavam explícitas as razões que o tinham levado ao gesto extremo do suicídio e eram indicados os responsáveis pelo desfecho trágico: grupos internacionais, cujos interesses o governo contrariara, grupos esses aliados aos nacionais, que se opunham ao que Vargas definia como "o regime de garantia do trabalho".

Segundo Getúlio Vargas, unidos, os seus opositores haviam deflagrado um bombardeio sem tréguas ao qual ele não podia mais resistir. Esse bombardeio tinha o intuito de atingir Vargas, porém, na versão do estadista, o ataque visava à derrota das conquistas que o governo assegurara ao povo brasileiro.

Revelador dessa intenção é o trecho de uma das versões da *Carta-testamento* em que se lê: “se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco (...). Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta”.<sup>114</sup>

Percebemos que algumas das expressões utilizadas por Alzira, na dedicatória da biografia, por exemplo; e “pelo próprio” Getúlio Vargas, na *Carta-testamento*, como: “sangue derramado voluntariamente para salvar o Brasil”, “ofereço em holocausto minha vida”, “meu sacrifício vos manterá unidos, escolho este meio [a morte] de estar sempre convosco” fazem parte de um campo discursivo religioso e têm a intenção de fazer com o que o leitor se identifique com uma espécie de messias.

---

<sup>114</sup> (GETÚLIO VARGAS – *Carta-testamento*).

Quando Vargas morreu [por suicídio], a notícia sobre sua morte chegou aos brasileiros pelas rádios. A dor do povo surgiu como manifestação de indignação e revolta contra os adversários do presidente morto. Tomando as ruas de norte a sul do Brasil, a população protestava contra os inimigos do “pai dos pobres”. Recursos patêmicos<sup>115</sup> foram utilizados no pronunciamento e leitura da *Carta-testamento*, visando incitar emoção através do discurso.

Segundo Carlos Lacerda, principal representante da oposição a Getúlio Vargas naquele período, a carta era lida de dez em dez minutos: “Um texto bastante agitador, em cima de um acontecimento que perturbou todo mundo. E aquilo era acompanhado com música de fundo, músicas tristes, marchas fúnebres, etc., e lido com a maior ênfase, de dez em dez minutos”. (LACERDA, 1978, p.147). Carlos Lacerda, da UDN<sup>116</sup>, percebeu a importância da *Carta-testamento*, a repercussão que estava causando e alertou para o “perigo”, sugerindo que ela fosse retirada do ar. Percebendo que ela fomentava uma comoção popular, Lacerda telefona para a direção da Rádio Nacional e faz o seguinte alerta:

Isso é uma loucura o que vocês estão fazendo! Vocês estão jogando o povo contra o governo Café Filho e daqui a pouco vai haver motins na rua. Vocês estão pondo o povo num estado de exasperação nervosa, e não há povo que aguente isso. Um povo emotivo e vocês deixam de dez em dez minutos isso ser irradiado acompanhado de música de fundo. (Op.cit.).

Pelo que tudo indica, Getúlio suicidou-se por uma soma de fatores: estava cada vez mais isolado por seus antigos aliados políticos; era acusado pelo atentado contra a vida de Carlos Lacerda; seu vice-presidente e os militares o pressionavam para que renunciasse; e seus filhos Maneco e Lutero, o genro Rui da Costa Gama, casado com a filha mais nova, Jandira, estavam envolvidos em corrupção.

---

<sup>115</sup> O uso termo patemização, inserido na linhagem da retórica clássica, refere-se à mobilização de emoções com fins persuasivos.

<sup>116</sup> UDN é a sigla correspondente a União Democrática Nacional, um partido político brasileiro criado a 7 de abril de 1945 e extinto em 27 de outubro de 1965. Surgiu originalmente como uma frente, ou seja, um grupo arregimentado de políticos e cidadãos sem uma agenda política específica. A causa fundamental dos udenistas era fazer oposição ao regime do Estado Novo de Getúlio Vargas e toda e qualquer doutrina originária de seu governo. Disponível em > <http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/udn/>

Se deixasse a Presidência, o ex-ditador teria respondido a vários processos e correria o risco de ser condenado, junto com parentes e pessoas de sua estrita confiança. Com sua morte, o inquérito foi encerrado, nada foi apurado em relação aos parentes de Getúlio, todos saíram ilesos, exceto Gregório Fortunato e seus companheiros. O suicídio de Getúlio não deixou de ser, também, uma arma política na tentativa de ganhar um lugar positivo na memória nacional.

Ainda sobre o suicídio, o professor da Universidade Federal Fluminense, Daniel Aarão Reis Filho<sup>117</sup>, explica que Getúlio Vargas já havia contemplado, algumas vezes, a hipótese do suicídio, em caso de derrota catastrófica de seus projetos políticos e ambições pessoais. Em seus escritos, Getúlio deixa entender que encarava o suicídio como algo válido e até necessário<sup>118</sup>, seria uma “saída com honra de uma situação sem saída”. Ele registra esse pensamento nos seus diários, em momentos críticos de sua carreira: 1930, 1932, 1942 e 1945. E cumpre-o em 1954. Fecha parênteses.

Na biografia *Getúlio Vargas, meu Pai*, o *ethos* de redentor tem sua base no *ethos* de predestinação, uma vez que a morte de Getúlio Vargas, por suas próprias mãos, já estava traçada antes mesmo de ele nascer, por força do destino: “estava escrito. Ele só receberia o batismo de sangue pelas próprias mãos”<sup>119</sup>.

[Excerto 29]

Era uma vez um homem só,  
tão só que, podendo partir cercado de amigos,  
preferiu partir sozinho.  
Era uma vez um homem só,  
que morreu, como pouca gente morre.  
(Op.cit., int.- grifos nossos).

---

<sup>117</sup> <http://www.dm.com.br/cidades/sudeste/2014/05/um-tiro-que-mudou-a-historia-do-brasil.html>

<sup>118</sup> *Carta-testamento* de Getúlio Vargas expondo os motivos que o levariam a cometer suicídio, em decorrência da tentativa de um golpe militar, 13 de abril de 1945. Arquivo cpdoc-fgv, documento gv c 1945.04.13/2.

<sup>119</sup> (PEIXOTO, 1960, p. 21).

[Excerto 30]

Nessa madrugada, pela quinta vez desde 1930, a inteligência, o patriotismo e a coragem de um homem, de um homem só, foram a barreira encontrada por aqueles que desejavam desviar o Brasil de seu caminho natural. Outras dificuldades, ainda maiores, esse homem teria de enfrentar, até que, esgotados todos os seus recursos de energia, de paciência e de amor, a 24 de agosto de 1954 entregou sua vida para impedir que o povo brasileiro marchasse para o caos. Seus sacrifícios não foram em vão. É sobre eles que está estruturada a magnífica realidade do Brasil de hoje. (Op.cit., 389-390 grifos nossos).

Notamos pelas partes grifadas, o forte desejo de *fazer-criar* que Getúlio Vargas deu sua vida pelo povo brasileiro, como um sacrifício vivo, assim como aparece na liturgia religiosa a figura de Cristo, “que deu sua vida por nós<sup>120</sup> e, mediante seu sangue, nos libertou de todos os nossos pecados<sup>121</sup>”.

Como vimos, com o intuito de demonstrar a credibilidade de Getúlio Vargas como presidente do povo brasileiro, Alzira Vargas projetou para o seu biografado *ethé* de predestinação, competência, abnegação e autodomínio. Além disso, para comprovar a identificação do líder com seus governados, a biógrafa narrou muitos episódios nos quais foram projetados *ethé* de humanidade, de benevolência, de honestidade, de carisma, de simplicidade.

---

<sup>120</sup> Livro de I João, capítulo 3, versículo 16 > [I João 3:16].

<sup>121</sup> Livro de Apocalipse, capítulo 1, versículo 5 > [Apocalipse 1:5].

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na última entrevista concedida para Ângela Gomes<sup>122</sup>, Alzira Vargas recusava-se, sistematicamente, a falar sobre temas que considerava pessoais ou de foro íntimo. Ela continuava insistindo em um relato em que a personagem principal era Getúlio Vargas, e em que a ela caberia apenas o papel de coadjuvante. Talvez uma coadjuvante especial, não apenas pelos vínculos familiares, mas também por compreender bem e ter participado, nos bastidores, de fatos que marcaram a trajetória de Vargas. Para Alzira, essa condição lhe daria a chance de corrigir os inúmeros equívocos a respeito da história de seu pai/patrão.

Como vimos, é a partir do arquivo pessoal de seu pai, que Alzira inicia seu trabalho de memorialista: em 1937, organizando cada um dos documentos; em 1950, com a morte de Vargas, ela toma para si a missão de “guardiã da memória”, escondendo o arquivo dos antigetulistas; posteriormente, ela abre vista para um grupo seleto de amigos pesquisadores e aliados; em 1960, ela publica *Getúlio Vargas, meu pai*.

Com essa obra, apesar de Alzira dizer que era apenas “o livro da sua saudade”, na realidade, ela almejou revelar lances decisivos da política nacional pelo “lado de dentro” e apresentar o legado do seu pai, baseando-se nos documentos que tinha, pois eles eram reveladores da “verdade”, como ela mesma pontuou por diversas vezes.

Em relação aos procedimentos narrativos adotados pela biógrafa, a partir dos quais perceberam-se projeções do *ethos*, destacamos a construção cena a cena da história, seguindo a orientação cronológica da vida do biografado; a preocupação com o conteúdo descritivo, sobretudo com a adjetivação que valorizou as características, bem como os hábitos do protagonista; o uso de diálogos, de figuras de linguagem, as metáforas, incorporadas na tentativa de cativar os leitores, dando a eles exemplos claros e precisos.

---

<sup>122</sup> Falamos sobre esta entrevista anteriormente, no capítulo 3 > última entrevista cedida ao núcleo de estudos históricos do CPDOC.

Como em uma *mise en scène*, percebemos que as personagens foram escolhidas criteriosamente, bem como as características que as identificam; igualmente, os lugares em que elas transitaram, os momentos históricos e afetivos que foram acionados. O enredo foi sustentado em valores provenientes de uma memória discursiva desejada pelo próprio Getúlio durante seu Governo. Esses elementos foram de suma importância na formação dos *ethé* de Getúlio e funcionaram ainda como ancoragem no mundo fático, produzindo um efeito de real ao texto.

A análise da mobilização desses elementos foi relevante, pois o modo como uma biografia se organiza, narrativa e descritivamente, pode garantir ou não o sucesso do empreendimento discursivo em relação à adesão dos leitores. Sendo assim, ao narrar a história de uma vida, o autor pode valer-se de uma ótima estratégia argumentativa, para criar a identidade que se deseja. As escolhas feitas pela biógrafa tentaram provocar no leitor, uma admiração por Vargas e atribuir a ele traços identitários positivos de credibilidade e identificação. Esses insumos ajudaram no processo de mitificação de Vargas, especificamente, do mito político consolidado nacionalmente durante o Estado Novo (1937 a 1945).

Seguindo essa orientação, podemos considerar que em um texto escrito, como é o caso da biografia analisada por nós, há a possibilidade de encontrarmos *ethé* fixos, cristalizados, projetados linearmente, por única voz – a da narradora. Ou por vozes de outros, mas que são selecionadas pela escritora e que dialogam em um único sentido. Isso é provável, pois as personagens são de papel, encadernadas, tecidas ao bel-prazer de quem lhes produz vida.

Os *ethé* do “Getúlio encadernado” poderão ser apreendidos por um leitor que não tem conhecimento prévio acerca da autora, dos protagonistas, enfim, dos elementos históricos que compõem o texto. Como esclarece Maingueneau (2008, p. 16): “não se espera que o destinatário disponha de representações prévias do *ethos* do locutor: assim é quando lemos um texto de um autor desconhecido”, ou que tenha postura pouco crítica ante o gênero biográfico. Dessa forma, ele irá aderir satisfatoriamente ao projeto de escrita e passará a ver Getúlio Vargas, pelas lentes de Alzira. Naturalmente, essa adesão pode ocorrer também por pessoas, que por algum

motivo, concordam/concordavam com o ponto de vista da autora [quem sabe algum familiar ou admirador incondicional de Getúlio].

Ao mesmo tempo que a definição de *ethé* fixos é aceitável – como no caso acima – vale lembrar que o *ethos* tem um comportamento dinâmico, imprevisível e transversal na instância receptora. Isso se deve ao fato de ele ser construído simultaneamente: no discurso, pelo discurso e interdiscursivamente. Completando, acreditamos que o *ethos* seja o resultado de uma rede de informações que são conjugadas da seguinte maneira: no “tempo discursivo presente”, o orador ao se pronunciar projeta imagens de si e/ou de terceiros; tais imagens são recebidas por um auditório heterogêneo<sup>123</sup> que pode, de antemão, ter um pré-conhecimento sobre o orador (ou do biografado, como é o caso desta pesquisa), advindo de um “tempo discursivo anterior”.

Tomemos como exemplo o trecho enunciado por Alzira Vargas e endereçado a alguns parentes: “Nenhum só de seus atos em tôda sua vida pública é motivo de desdouro, de vergonha ou de humilhação para qualquer de seus descendentes”<sup>124</sup>.

Nota-se que nessa enunciação, alguns *ethé* são formados. No e pelo discurso, Alzira projeta para seu pai a imagem de um homem justo, que durante toda vida pública agiu integralmente. Concomitantemente, institui para si e para sua parentela a imagem de pessoas honradas e abençoadas, pois, sendo descendentes de GV, só teriam motivo para se orgulharem de ser um Vargas. Dessa forma, ela deseja *fazer-crer* que seu pai e sua atuação na política foi incorruptível.

Entretanto, essa é uma investida que pode ou não ter êxito. Para nós, por Excerto [obviamente, incluímo-nos como leitores da biografia] alguns desses *ethé* não seriam críveis, pois podemos confrontá-los com outros conhecimentos que temos acerca de Getúlio e de seu Governo. Nesse sentido, não se pode ignorar que o auditório constrói também representações do *ethos* daquele que enuncia [e também do biografado], conjugadas com informações que têm sobre esse orador [ou sobre o biografado] antes mesmo que ele fale.

---

<sup>123</sup> Acreditamos que mesmo compartilhando dos mesmos valores ou crenças, como é o caso dos religiosos, o auditório sempre será heterogêneo, uma vez que são compostos por indivíduos com histórias diferentes, criações diferentes, perpassados por discursos diferentes.

<sup>124</sup> (PEIXOTO, 1960, dedicatória).

Os *ethé* de benevolência, humanidade e justiça, por exemplo, são falaciosos, pois Getúlio Vargas foi um ditador e, em seu governo, pessoas eram perseguidas, presas e torturadas por serem comunistas ou por não concordarem com a política varguista. Citem-se os casos emblemáticos de Olga Benário e Boris Tabacof.

Olga Benário, judia-alemã e comunista, grávida de Luís Carlos Prestes (brasileiro nato) foi deportada para a Alemanha nazista de Adolf Hitler. Olga ficou prisioneira em campos de concentração e posteriormente foi executada em um campo de extermínio. Tudo isso, com pleno conhecimento e concordância de Getúlio Vargas, que cooperou plenamente com o regime de exceção hitlerista. Fato que prova, claramente, que ele não era um homem plenamente bondoso e humano, como quis projetar a narradora. E sim, um ser multifacetado, permeado com nuances de luz e sombra.

Outro caso é do empresário Boris Tabacof<sup>125</sup>, ex-diretor do grupo Safra, que revelou as violações por que passou ao ser preso e torturado, por motivos políticos, em 1952 (II Governo de Getúlio Vargas). Tal depoimento é o primeiro registrado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) – em novembro de 2012 – de uma vítima de violação de direitos humanos fora do período da ditadura militar (1964-1985).

A revista *Anistia Política e Justiça de Transição*<sup>126</sup> (2009, p.18,21) retrata uma questão importante:

Se do ponto de vista individual o processo de reparação representa o resgate da dignidade humana maculada durante os períodos de exceção, do ponto de vista coletivo, ele representa um acerto de contas da Nação com seus cidadãos. Assim sendo, o processo de reparação torna-se um momento ímpar na construção da história e da identidade nacional [...]. Nesses trinta anos de luta pela anistia no Brasil, que esteja explícita a mais importante transformação que o conceito de anistia adquire: antes, tinha-se a ideia de um “perdão” que o Estado autoritário concedia aos que ele mesmo designou como criminosos políticos. Na democracia, o conceito de anistia deve ser outro: o Estado não mais perdoa, ele pede desculpas e cumpre seu dever de reparação.

---

<sup>125</sup> Disponível no site do Governo Federal > <http://www.cnv.gov.br/outros-destaques/187-apos-60-anos-de-silencio-empresario-revela-a-comissao-da-verdade-prisao-e-tortura-sofrida-no-governo-vargas.html> e <http://www.abc.com.br/noticias/brasil/2013/01/comissao-da-verdade-recebe-primeiro-relato-de-tortura-fora-do-periodo-da>

<sup>126</sup> Esclarecemos que a Comissão da Verdade foi fruto de uma luta da sociedade civil que durou 30 anos. Ela somente se tornou realidade, após a condenação do Estado Brasileiro pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, por graves violações aos Direitos Humanos, no caso Gomes Lund e outros X Brasil, conhecido também como “Caso Guerrilha do Araguaia”.

Ainda sobre a CNV é importante lembrar que ela foi criada para trazer à luz os fatos ocultados do passado brasileiro e reparar os erros cometidos. Em nosso ponto de vista, tal comissão equivocou-se em não incluir nas investigações a Era Vargas.

Ao pesquisarmos a biografia política, *Getúlio Vargas, meu Pai*, percebemos a sua importância para a construção da memória e história da Nação. Entretanto, ao caracterizar o protagonista GV apenas positivamente, colocando-o como um ser predestinado e messiânico, com escassez de erros, oculta-se a natureza multifacetada inerente ao ser-humano. Além disso, silenciam-se as graves violações aos Direitos Humanos cometidas durante o governo getulista, criando-se uma ilusão em torno da figura do estadista.

Como sabemos, temos acesso ao passado histórico por meio de versões que nos são apresentadas desde a nossa infância. Além disso, ressalta-se que o passado não pode ser compreendido em sua completude, pois o que temos, na verdade, são fractais de memória. A apreensão do passado acontece por meio de uma reconstituição discursiva, portanto, devem ser compreendidas por meio de uma interdiscursividade, comparando-se versões de um mesmo fato.

Durante esses seis anos estudando as biografias de Getúlio Vargas, percebemos que grande parte delas é tecida por meio de uma narrativa romanceada, em torno de feitos heroicos e de uma personagem quase messiânica. Essas obras ocultam o lado cruel da história varguista. Poderíamos pensar que os biógrafos, em seus projetos de escrita, desejaram apenas homenagear GV, ressaltando apenas seus feitos positivos. Entretanto, como se trata da vida de um estadista, tal atitude é perigosa, porque pode-se criar uma falsa memória, mesmo porque Getúlio Vargas é um presidente muito citado no meio político ainda hoje.

Um dos materiais interessantes ao nosso ver, que gostaríamos de destacar para estudos futuros, é o dossiê *Getúlio Vargas e seu tempo* feito pelo Governo Federal para comemorar os 50 anos de morte de GV. Esse texto também parece suprimir o lado ditatorial de Vargas, por isso, necessita de uma análise criteriosa e pautada nas interfaces com outras versões.

Entendemos ser essencial para a construção da memória de uma dada sociedade, o direito à verdade dos fatos, quer sejam positivos, quer sejam negativos,

para que nunca mais se repitam. Como pontou bem Hannah Arendt: “uma perda só pode ser reparada quando dela se contar uma história”, completamos: com todas as suas versões.

## REFERÊNCIAS

ABREU-AOKI, R. L. *A construção narrativo-argumentativa da imagem de um presidente na biografia Getúlio Vargas para crianças*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2012. Dissertação de Mestrado.

AMARAL PEIXOTO, Celina Vargas do Amaral. “Entrevista”. In: D’ARAÚJO, Maria Celina (org.) *Fundação Getúlio Vargas: concretização de um ideal*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

AMOSSY, Ruth. *L’argumentation dans le discours*. Deuxième édition. Paris: Armand Colin, 2006.

AMOSSY, Ruth. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Vários tradutores. São Paulo: Contexto, 2005.

ANAXÍMENES de LAMPSACUS. *Retórica a Alexandre*. Trad. de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2012.

APOCALIPSE. In: *Bíblia sagrada*. Trad. João Ferreira de Almeida. 33. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 1982.

ARENDT, Hannah. *The Human Condition*. Chicago: The University of Chicago Press, 2.ed. 1998.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. Manuel Alexandre Júnior. 2ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

ARISTOTLE. *On Rhetoric: A Theory of Civic Discourse*. Translation, Introduction and Notes by George Alexander Kennedy. Oxford University Press, 1991.

BAKHTIN, M. M. (1979). *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARTHES, Roland. “L’ancienne rhétorique”. *Communications Recherches rhétoriques*, nº 16, Seuil, Paris, 1970.

BAUMLIN, J.T; BAUMLIN, T.F. (Eds). (1994) *Ethos: New essays in rhetorical and critical theory*. Dallas: Southern Methodist University Press.

BELLOTTO, Heloísa L. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T.A.Queiroz, 2004.

BENVENISTE, Émile. *Problèmes de Linguistique Générale*, 2. Paris: Éditions Gallimard, 1974.

- BLOCH, Marc. *Apologie pour f histoire ou métier d historien*. Paris: Colin, 1949.
- BORGES, Vavy Pacheco. “O ‘eu’ e o ‘outro’ na relação biográfica: algumas reflexões”. In: NAXARA, Márcia; MARSON, Izabel; BREPOHL, Marion (Org.). *Figurações do outro*. Uberlândia: EDUFU, 2009, p.225-238.
- BOURDIEU, Pierre. “L’illusion biographique”. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. V. 62-63, 1986. Pp. 69-72. Disponível em [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss\\_03355322\\_1986\\_num\\_62\\_1\\_231](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_03355322_1986_num_62_1_231)
- BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p.183-191.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. “Habeas Corpus” 26155. Relator: Bento de Faria. Corte Suprema dos Estados Unidos do Brasil - Arquivo, Brasília, 03 de junho de 1936.
- BROOKE, Robert. “Trust, Ethos, Transference: Plato and the Problem of Rhetorical Method.” *Ethos: New Essays in Rhetorical and Critical Theory*. Ed. James S. Baumlin and Tita French Baumlin. Dallas: SMU, 1994.
- CALLIGARIS, Contardo. “Verdades de autobiografias e diários íntimos”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 21, 1998/1.
- CAMPANA, Priscila; BOSCHI, Olga Maria. “A falácia do discurso da doação das leis trabalhistas: recuperando outras memórias históricas”. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília. 46 n. 181 jan./mar. 2009
- CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 2v.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em Cena: Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo*. São Paulo: Papirus, 1998.
- CÍCERO. *De Oratore*. Trad. de Adriano Scatolin. Tese de doutorado FFLCH - USP, 2009, p. 119.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Trad. Ângela M. S. Corrêa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Trad. Ângela M. S. Corrêa & Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2009.

CHARAUDEAU, Patrick. *O Discurso político*. Trad. Fabiana Komesu & Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. “Uma análise semiolinguística do texto e do discurso”. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (Org.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 11-30.

CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l’expression*. Paris: Hachette, 1992.

CHEVALIER, Yves. “La biographie et son usage em sociologie”. *Revue Française de Science Politique*, v. 29, n.1, fevereiro 1979.

CORBETT, Edward P. J.; CONNORS, Robert J. *Classical Rhetoric for the Modern Student*. 4th ed. Oxford: Oxford UP, 1999.

ECO, Umberto. *Lector in Fabula*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

EMEDIATO, Wander. *A fórmula do texto*. São Paulo: Geração Editorial, 2008.

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 11ª edição. São Paulo: EDUSP, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. “A crise dos anos de 1920 e a Revolução de 1930”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano; o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 3 ed . Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008, p.390.

FRISCHAUER, Paulo. *Presidente Vargas*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1943, p. 115.

GOMES, Ângela de Castro. “A guardiã da memória”. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v.9, nº 1/2, p.17-30, jan./dez. 1996.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HERMÓGENES DE TARSO (1993). *Sobre las formas de estilo*. Trad. y notas de C. Ruiz Montero. Rev.: J. M.ª Rodríguez Jiménez. Madrid: Editorial Gredos, 1993.

HEYMANN, Luciana Q. “Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, no. 19, 2007.

HEYMANN, Luciana. “De ‘arquivo pessoal’ a ‘patrimônio nacional’: reflexões acerca da produção de ‘legados’”. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. I Seminário PRONEX Direitos e Cidadania apresentado no CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2-4 de ago de 2005.

ISÓCRATES, *The Antidosis*. Harvard University Press, 1929.

JESUS MENEZES, Paulo Roberto. “(Re)ver o passado e (re)escrever a história. Cultura histórica, cultura visual e as afirmações identitárias no Brasil oitocentista”. In: *XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal RN, 2013.

JOÃO. In: *Bíblia sagrada*. Trad. João Ferreira de Almeida. 33. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 1982.

JORGE, Fernando. *Getúlio Vargas e o seu tempo: um retrato com luz e sombra, 1883-1900*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

LEFF, Michael. “Perelman, Argument ad hominem et ethos rhétorique”. *Argumentation et Analyse du Discours* [En ligne], 2 | 2009, mis en ligne le 1 avril 2009, Consulté le 20 mars 2016. URL : <http://aad.revues.org/213>

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad.: Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LÜDKE, W. Martin. *Anmerkungen zu einer Logik des Zerfalls: Adorno-Beckett*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1981.

MACHADO, Ida Lúcia. “As palavras de uma análise do discurso”. In: LARA, G. M. P.; MACHADO, I. L.; EMEDIATO, W. (Org.). *Análise do Discurso Hoje*. Volume 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, v. 2, p. 177-198.

MAINGUENEAU, D. “A propósito do ethos”. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (orgs.). *Ethos Discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 11-29.

MANGUENEAU, D. “Ethos, cenografia, incorporação”. In: AMOSSY, R. (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

MARQUES DE JESUS, Maria Gorete. *O crime de tortura e a Justiça Criminal: um estudo dos processos de tortura na cidade de São Paulo*. 2009. 257f. Dissertação (Mestrado

em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2009.

MARTINS, J.C.O. et.al. “De Kairós a Kronos: metamorfoses do trabalho na linha do tempo”. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2012, v.15, n.2, p.219-228

MAY, James M. *Trials of character: The eloquence of ciceronian ethos*. Chapel Hill: North Carolina Press, 1988.

MELO FRANCO. *Virgílio*. Outubro de 1930, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980

MOITA-LOPES, L.P. “Discursos de identidade em sala de aula de leitura: a construção da diferença”. In: SIGNORINI, I. (Org.). *Lingua(gem) e identidade: elementos para discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

MONJARET, Anne. *De l'épingle a l'aiguille. L'éducation des jeunes filles au fil des contes*. In: *L'Homme*, vol.1, n. 173, p.119-147, 2005. Disponível em > <http://www.ethnographiques.org/Archives>

NEDEL, Letícia. “Os papéis de Alzira Vargas: biografia política de um arquivo pessoal”. *Anais do IX Encontro Estadual de História, ANPUH/RS*, Porto Alegre, 2011.

NETO, Lira: *Getúlio: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930)* / Lira Neto. – 1ª. ed – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NETO, Lira: *Getúlio: Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)* / Lira Neto – 1ª. ed – São Paulo: Companhia das Letras 2013.

NETO, Lira: *Getúlio: Da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954)* / Lira Neto. – 1. ed – São Paulo: Companhia das Letras 2014.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

ORLANDI, Eni. “A Escrita da Análise de Discurso”. In: ORLANDI, E. *Discurso e Texto, formulação e circulação dos sentidos*. São Paulo: Pontes, 2001, p.31-57.

PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boi-tempo. Editorial, 1999.

PAULIUKONIS e GOUVÊA. “Texto como discurso: uma visão semiolinguística”. In: *DESENREDO: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*. Volume 8, número 1, Jan./Jun., 2012. Passo Fundo.

PALMÉRIO, M. *Vila dos Confins*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

- PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. (Depoimento, 1979). Rio de Janeiro, FGV/CPDOC-*História Oral*, 1981, 130 p.
- PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu Pai*. 2ª edição. Rio de Janeiro; Porto Alegre; São Paulo: Editora Globo, 1960. [1ª edição 1960].
- PENA, F. *Teoria da Biografia sem fim*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- PENEFF, Jean. “Myths in life stories”. In: SAMUEL, Raphael & THOMPSON, Paul (Orgs.). *The myths we live by*. Londres/Nova York: Routledge, 1990.
- PEREIRA, Lígia Maria Leite. “Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias”. *Revista História Oral*, 3, 2000, p. 117-127.
- PERELMAN, Chaim & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação – A nova Retórica*. São Paulo, Martins Fontes, 1996.
- PLATO. *Gorgias*. Trans. Robin Waterfield. Oxford: Oxford University Press, 1994.
- PLATO. *Phaedrus. The dialogues of Plato*. Trad. Benjamin Jowett, Introd. de Raphael Demos New York: Ramdon House, 1937.
- POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.
- POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.
- PROCÓPIO-XAVIER, Mariana Ramalho. *A configuração discursiva de biografias a partir de algumas balizas de História e Jornalismo*. 2012. 291f. Tese (Doutorado em Letras – Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, 2012.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. “Relatos orais: do indizível ao dizível”. In: SIMSON, O. de M. Von (Org.). *Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice, 1988.
- QUINTILIAN. *Institutio Oratoria of Quintilian*. Trad. H.E. Butler. 4 vols. The Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press, 1920.
- RANDOLPH, John. “On the Biography Bakunin Family Archive”. In: BURTON, A. *Archive Stories. Acts, Fictions, and the writing of history*. Duke University Press, 2005.
- RIBEIRO, J. C. (1962). *Vocabulário e fabulário da mitologia*. São Paulo: Martins
- RICŒUR, Paul. *La mémoire, l’histoire, l’oubli*. Seuil, 2000, p.657.

RIGGSBY . A. M. The Rhetoric of character in the Roman Courts. In: *Cicero The Advocate*, 2006.

RIGGS, William G. “The Temptation of Eve: ‘Words Impregnate with Reason’”. *Journal of English and Germanic Philology* 94. 365-92, 3, 1995.

ROMANOS. In: *Bíblia sagrada*. Trad. João Ferreira de Almeida. 33. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 1982.

RONDELLI, Elizabeth; HERSCHMANN, Micael. “A mídia e a construção do biográfico: o sensacionalismo da morte em cena”. *Tempo Social Revista de Sociologia*. USP, S. Paulo, 12(1): 201-218, maio de 2000.

ROSE, R.S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e o controle social no Brasil – 1930 – 1954*. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Hélio. *Vargas: uma biografia política*. Porto Alegre: LPM, 2004. (Coleção Pocket) — [1ª edição 1980].

SCHWARTZMAN, Simon; BOMEY, Helena Maria; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: USP, 1984.

SOUZA, Mariana Jantsch. “A memória como matéria-prima para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade”. *Revista Graphos*, vol. 16, nº1, 2014.

THEOPHRASTUS . Trad. De J.Rusten, Loeb Classical Library, 2003

TINDALE, Christopher W. *Reason’s Dark Champions: Constructive Strategies of Sophistic Argument*. Columbia, South Carolina: The University of South Carolina Press, 2010.

TINOCO, Brígido. *Fundamentos históricos do direito social*. Rio de Janeiro: Editora à noite, 1955.

VARGAS, Getúlio. *Diário (1930-1942)*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. 2 v., 1.257 p.

VARGAS, Lutero. *Getúlio Vargas: a revolução inacabada*, Rio de Janeiro, 1988.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Política e rebelião nos anos 30*. São Paulo: Moderna, 1995.

VIDAL, Barros. *Getúlio Vargas: um destino a serviço do Brasil*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1945.

VILAS BOAS, Sérgio. *Biografismo: reflexões sobre as escritas da vida*. São Paulo: Editora UNESO, 2008.

WEBER, Max. *Os Três Tipos Puros de Dominação Legítima*. Trad. de Gabriel Cohen. Rio de Janeiro: V Guedes Multimídia, 2008.

WEBER, Regina; PEREIRA, Elenita Malta. “Halbwachs e a memória: contribuições à História Cultural”. *Revista Territórios e Fronteiras*. V.3. n.1 – jan/jun 2010.

WISSE, J. *Ethos and Pathos from Aristotle to Cicero*. Amsterdam: Hakkert. 1989.

WOLIN, S. *Politics and Vision: Continuity and Innovation in Western Political Thought* Princeton: Princeton University Press, 1960

## ANEXOS

### ANEXO 1 – Lapso temporal

A saída do poder, em 1945, significou para Vargas o recolhimento na estância Santos Reis, propriedade da família Dornelles em São Borja. De lá o ex-presidente apoiou a candidatura à presidência da República do general Eurico Dutra, seu ex-ministro da Guerra, na eleição realizada em dezembro. Ele próprio, beneficiado pela legislação da época, que não exigia domicílio eleitoral para a inscrição dos candidatos, foi um dos mais votados no pleito que, além do presidente, elegeu deputados e senadores constituintes. Foi eleito senador pelo Rio Grande do Sul (na legenda do Partido Social Democrático – PSD) e por São Paulo (Partido Trabalhista Brasileiro – PTB), e deputado federal por seis estados (RS, PR, SP, MG, BA, RJ), além do Distrito Federal. Embora o antigo ditador tenha carregado para o PTB um significativo número de votos, acabou assumindo a cadeira de senador pelo PSD gaúcho, por decisão da própria Assembleia Constituinte. Conforme afirmaria mais tarde em um de seus discursos publicados em *A política trabalhista do Brasil*, não usou então do direito de opção. Considerava-se à vontade para não se sentir preso à disciplina de qualquer partido. Entendia que seu papel na política tinha caráter suprapartidário.

Muito embora a Constituinte tivesse iniciado seus trabalhos ainda nos primeiros dias de fevereiro de 1946, Vargas só tomou posse alguns meses depois, em junho. Na verdade, pouco depois de o anteprojeto constitucional ser encaminhado ao plenário para discussão e aprovação. Mesmo assim, seu retorno ao cenário político não se deu de forma tranquila, tendo sua posse provocado imediata moção de condenação ao Estado Novo e de louvor à atuação das Forças Armadas em sua deposição. Logo em seguida o ex-presidente passou a ser alvo uma série de críticas.

Mas Vargas permaneceu pouco tempo na Assembleia Constituinte, estando ausente quando da promulgação da nova Carta, em setembro. Também se encontrava em São Borja no início da legislatura ordinária e na inauguração da usina da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), na qual tanto se empenhara. Foi somente no final de 1946 que assumiu como senador, motivado pela necessidade de anunciar seu rompimento

político com o presidente Eurico Dutra, que desde maio vinha se aproximando da UDN e promovendo o isolamento do PTB. Pronunciou então seu primeiro discurso, rejeitado no plenário, mas amplamente ovacionado por mais de três mil pessoas que cercavam o Palácio Monroe. Contudo, não exerceu suas funções parlamentares por muito tempo. A campanha para as eleições de janeiro de 1947 afastou-o do Congresso, levando-o a participar de vários comícios, em apoio a candidatos trabalhistas às assembleias legislativas e a candidatos pessedistas aos governos estaduais. O empenho de Vargas, no entanto, não assegurou ampla vitória ao PTB, o mesmo ocorrendo com candidatos a governador apoiados por ele, que foram derrotados.

O retorno de Vargas ao Congresso se deu em maio de 1947, quando pronunciou discursos criticando duramente a política econômica do governo. Como resposta, viu surgirem boatos dando como certa sua participação em conspirações, todos eles cuidadosamente contestados em novo discurso. Esses acontecimentos de certo modo evidenciavam o que não era novidade para muitos: Vargas, mesmo não sendo o congressista mais atuante, era o mais observado e visado. Foram vários os pedidos de licença apresentados pelo ex-presidente, períodos em que permaneceu sempre em São Borja. Ao longo de seu mandato, Vargas ocupou a cadeira intermitentemente por apenas dois anos. Quando se encontrava em plena campanha eleitoral para a presidência da República nas eleições previstas para 1950, justificou as sucessivas licenças afirmando que o ambiente criado ao seu redor no Senado tornara impossível sua permanência; sua residência encontrava-se vigiada, os telefones censurados, e os amigos perseguidos.

Pouco a pouco, a pequena cidade gaúcha de São Borja transformou-se em passagem obrigatória para os políticos que iam à procura de Vargas, em busca de conselho ou apoio eleitoral. E foi da mesma São Borja, assim como de Itu ou Santos Reis, as estâncias da família, que Vargas se manteve permanentemente informado, principalmente através da correspondência mantida com a filha, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, sua melhor e mais segura informante. Foi principalmente por intermédio dela que Vargas definiu os passos futuros, elaborou pronunciamentos, corrigiu estratégias, disposto sempre a manter um progressivo retraimento até conseguir reajustar a situação, e assim manter o controle sobre o partido e suas ações.

Mesmo que essa progressão pudesse chegar à retirada da atividade política e à renúncia do mandato. Era um risco que sabia estar correndo.

As primeiras peças do tabuleiro de xadrez da sucessão presidencial começaram a ser movidas em novembro de 1947, por ocasião das eleições paulistas, e os lances seguintes datam do início de 1948, quando o Acordo Interpartidário formalizou a política de união nacional do presidente Eurico Gaspar Dutra. Por seu intermédio, Dutra tinha garantida folgada maioria para a aprovação das matérias mais relevantes no Congresso, além de oferecer a cada um dos dois maiores partidos – PSD e UDN – a esperança de ver resolvida a seu favor a questão da sucessão presidencial. Embora o Acordo proporcionasse a Dutra condições ímpares de governo, deixou de funcionar exatamente no ponto que o motivara, o da sucessão. Por outro lado, o Acordo conseguiu também pôr fim à efêmera aproximação entre Dutra e Ademar de Barros, líder do Partido Social Progressista (PSP), o que garantiu a aproximação deste com Vargas.

Ao longo de 1948 e 1949, foram inúmeras as tentativas dos partidos na definição de um candidato com potencial para ser eleito. Inúmeras foram as fórmulas tentadas. Segundo Maria Celina D’Araújo, além dos nomes de Vargas e de Eduardo Gomes, 21 outros candidatos passaram pelo cenário da sucessão presidencial no teatro do Acordo Interpartidário, o que se explica tão-somente pela incapacidade dos grandes partidos conservadores de encontrar uma solução comum e pela atuação de Ademar de Barros. Estes sim teriam sido os elementos fundamentais para o surgimento e a vitória da candidatura Vargas. Nesse sentido, Getúlio Vargas se teria apenas limitado a explorar os erros alheios e a reconhecer a inevitabilidade e a importância de uma aliança com Ademar.

A campanha eleitoral de Getúlio Vargas foi aberta no dia 9 de agosto de 1950, em Porto Alegre, e encerrada em 30 de setembro, em São Borja. Foram ao todo 53 dias, gastos para percorrer 20 estados brasileiros, além do Distrito Federal, com visitas a todas as capitais e mais 54 cidades. Três estados receberam atenção especial: Rio Grande do Sul (21 cidades), São Paulo (14) e Minas Gerais (sete). Sua estratégia, nos 80 discursos que pronunciou, foi abordar em cada cidade o tema que falava mais de perto à plateia local. Assim, se na Amazônia os pontos enfatizados foram nacionalismo e

borracha, no Paraná, dedicou-se sobretudo ao café e no Mato Grosso, à pecuária. O nacionalismo foi novamente a palavra-chave na Bahia, ao lado de petróleo, cacau e aproveitamento do rio São Francisco. No Estado do Rio, a tônica foi a situação da lavoura canavieira, em Campos, e a siderurgia, em Volta Redonda, ao passo que no Ceará os problemas da seca concentraram as atenções.

A empolgante campanha de Getúlio demonstrou o forte apelo popular de seu nome, bem como a ampla receptividade das ideias por ele defendidas. Em linhas gerais, as duas principais bandeiras levantadas pelo candidato foram a questão nacional e os programas de reforma social. A primeira fez-se presente nas referências à criação da CVRD, da Fábrica Nacional de Motores e da CSN, destacadas por Vargas como os três marcos na luta pela independência econômica do Brasil. A nacionalização das riquezas do subsolo também constituiu um ponto central em seu projeto nacionalista. Vale frisar que esse projeto tinha limites muito claros, não pretendendo colocar em risco a presença do capital estrangeiro nem promover mudanças mais profundas na ordem econômica. Vargas também criticou a política econômica seguida pelo governo Dutra, advogando a necessidade de acelerar a industrialização.

Quanto às reformas sociais, elas foram associadas à continuação dos princípios renovadores que teriam sido as forças propulsoras da *Revolução de 1930*. Falando como "pai" do trabalhismo e da legislação social, Getúlio defendia a extensão das leis trabalhistas aos trabalhadores do campo e deixava claro que isso se daria sem o apelo à luta de classes: por intermédio do trabalhismo, a sociedade brasileira conseguiria a harmonia entre as classes, devendo o capital e o trabalho se unir para atingir o bem comum. A retórica populista também esteve presente quando Vargas se proclamava um candidato mais do que estritamente partidário: seu nome teria surgido do anseio de todas as classes, mas, sobretudo, dos mais humildes, dos pobres e dos desempregados.

No dia 3 de outubro de 1950, compareceram às urnas 8.254.989 eleitores. Vargas obteve uma vitória maiúscula, quase alcançando a maioria absoluta. Foram 3.849.040 votos (48,7%), com Eduardo Gomes recebendo 2.342.384 votos (29,6%). Cristiano Machado não passou de um distante terceiro lugar, com 1.697.193 votos (21,5%). O quarto candidato, João Mangabeira, obteve apenas votação simbólica, 9.466

votos. O número de votos anulados foi 145.473, enquanto 211.433 eleitores votaram em branco.

A grande votação alcançada por Vargas pode ser explicada não apenas pelos votos colhidos junto aos eleitores do PTB e do PSP, mas também porque muitos setores do PSD orientaram seus eleitores a apoiá-lo. O processo de esvaziamento eleitoral da candidatura de Cristiano Machado ficou conhecido no jargão político como "cristianização". Getúlio recebeu ainda os votos de parcela expressiva dos eleitores comunistas, que não atenderam à orientação dos dirigentes do PCB para que votassem em branco. Logo após a divulgação dos resultados, a UDN, com base numa leitura tendenciosa da Constituição, tentou impugnar a posse dos eleitos, alegando que nem Vargas nem Café Filho tinham obtido a maioria absoluta dos votos, o que implicaria a realização de novas eleições. A maior parte dos oficiais superiores do Exército, contudo, não apoiou essa pretensão e, em 18 de janeiro de 1951, o TSE rejeitou o recurso, proclamando Vargas e João Café Filho presidente e vice-presidente da República.

## ANEXO 2 - Pronunciamento de Ernani do Amaral Peixoto na íntegra

A legislação brasileira pune com a ilegitimidade os filhos de pais que tiveram seu casamento anulado, por ambos os cônjuges o haverem contraído de má-fé. A sanção atinge ao inocente, ao que não fraudou a lei, ao que não tem culpa. Proposição que apresentei outrora à Câmara dos Deputados não logrou aprovação, por amor a arraigados preconceitos, que afinal resultam sempre contra os inocentes. O Anteprojeto do Código Civil, que acaba de ser divulgado, manteve a cruel disposição legal. Mas sábio foi o legislador português, que no Código Civil em vigor desde 1.º de junho de 1967, assim dispôs em seu art. 1802: — "O casamento civil anulado é relevante para o efeito da legitimidade dos filhos, ainda que tenha sido contraído de má-fé por ambos os cônjuges". A presente proposição repete literalmente esse texto e, se aprovada, constituirá valiosa colaboração para que se corrija tão grave injustiça contra os filhos sem culpa dos que contraíram casamento.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1972. — Nelson Carneiro.

(A Comissão de Constituição e Justiça.)

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — Após sua publicação, o projeto será enviado às Comissões competentes. (Pausa.)

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte:

### REQUERIMENTO N.º 139, de 1972

Nos termos do art. 68 do Regimento Interno, requero a constituição de uma Comissão de três membros, para representar o Senado na XXXI Exposição Agropecuária do Estado de Sergipe, a realizar-se de 5 a 12 de novembro de 1972, em Aracaju.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1972. — Leandro Maciel.

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — O requerimento será incluído na Ordem do Dia da próxima Sessão Ordinária.

**O SR. NELSON CARNEIRO (Pela ordem. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, antecostem submeti à

apreciação da Mesa questão de ordem relativamente ao art. 392, do Regimento Interno desta Casa, que diz respeito à contagem de prazo para emendas a projetos de código.

Sr. Presidente, como sabe V. Ex.ª, depois de remetidos os autógrafos a esta Casa, a Câmara dos Deputados enviou uma segunda remessa com numerosas emendas, que encheram oito páginas do Diário do Congresso Nacional. Evidentemente muitas emendas que poderiam ser calçadas nos dispositivos anteriores perderam a oportunidade, em face da revisão enviada, e assim, tumultuou o pequeno prazo concedido para essas emendas.

Levantei a questão-de-ordem e pedi que o Presidente em exercício, Senador Ruy Carneiro, a levasse à apreciação da Mesa.

Sr. Presidente, neste instante renovo minha questão de ordem, certo de que a prorrogação do prazo para as emendas não irá impedir que, dentro da presente Sessão Legislativa, se conclua a votação do Projeto do Código de Processo Civil.

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — Respondendo à questão de ordem do nobre Senador Nelson Carneiro, dada a importância e a complexidade da matéria e tendo em vista que de fato houve retificação posterior da Câmara dos Deputados, a Mesa decide no sentido de que o prazo comece a partir da retificação.

Com a palavra o nobre Senador Amaral Peixoto, que falará em nome da Minoria.

**O SR. AMARAL PEIXOTO** — (Em nome da Minoria, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, há poucos dias realizou-se no Rio de Janeiro o Congresso Brasileiro de Arquivologia.

Nesse Congresso, um historiador americano, o Sr. Stanley Hilton, fez afirmações que provocaram grande reação da parte de vários professores, de historiadores presentes, entre os quais o General Umberto Pellegrine ex-Diretor da Biblioteca do Exército, o Historiador Hélio Silva, o Professor Francisco Macedo, da Universidade

Federal do Rio Grande do Sul, e a Professora Maria Cecília Ribas Carneiro.

O Sr. Stanley Hilton declarava, entre outras coisas, que os historiadores brasileiros abandonaram a pesquisa da História Contemporânea no Brasil, porque temem reação desfavorável ante a revelação de fatos que se preferiam manter em segredo. O Professor Hélio Silva fez uma série de perguntas, e infelizmente o Presidente do Congresso não permitiu fossem respondidas:

- 1) Qual o critério que usa para classificar um pesquisador?
- 2) Em que livros os universitários americanos estudam História do Brasil?
- 3) O Senhor acusa os brasileiros de desinteresse pelo estudo da História Contemporânea. A quem está visando: a seus alunos da Universidade Fluminense, aos membros da Academia Brasileira de Letras, aos membros do Instituto Histórico do Brasil, a todos os jovens que, pelo interior do Brasil, vêm lutando com dificuldades para a publicação de suas teses, aos historiadores brasileiros de um modo geral?

Depois de se referir a várias publicações relativas ao Sr. Stanley que havia aparecido nos jornais como que preparando o ambiente para o Congresso, o Professor Hélio Silva e os demais historiadores que já citei perguntavam mais o seguinte:

— O Senhor diz que nos Estados Unidos os arquivos estão abertos a todos, a partir de 47. O Senhor por acaso desconhece a legislação americana que classifica os documentos históricos em três grupos, sendo que há um deles a que só têm acesso pesquisadores idôneos e devidamente autorizados, além da obrigatoriedade de serem cidadãos norte-americanos?

— O Senhor poderia afirmar que nos Estados Unidos seria permitido o exame e classificação de documentos da História Contemporânea norte-americana por pesquisadores estrangeiros, antes de terem sido examinados por nacionais?

— O Senhor critica os historiadores brasileiros de não estarem fazendo a análise crítica da nossa História Contemporânea. O Senhor acha possível fazer-se a crítica de um acontecimento histórico sem ter o estudo completo de seus antecedentes e as consequências daí resultantes, além do relato fiel do fato em si?

O Presidente do Congresso Brasileiro de Arquivologia, e Diretor do Arquivo Nacional, entendeu que as perguntas eram impertinentes, e suspendeu a sessão.

O que há de grave em tudo isto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é que esse jovem que acaba de se formar pela Universidade do Texas, onde foi aluno de um brasileiro, do nosso eminente patriota José Honório Rodrigues, esse jovem que veio ao Brasil para escrever a sua tese e aqui resolveu ser professor, doutrinar, inclusive falar sobre a nossa política, sobre a nossa orientação, e interpretar os fatos de nossa História, o que há de grave é que foi dada a esse jovem autorização para classificar, no Arquivo Nacional, duzentas caixas de documentos brasileiros que não foram até agora selecionados, examinados por qualquer pesquisador brasileiro.

Não sabemos o que lá consta.

Acho, Sr. Presidente, Srs. Senadores, perfeitamente razoável, justificando-se todos os pontos de vista, a idéia do Diretor do Arquivo Nacional, de proceder ao inventário do que se acha dentro daqueles baús. Devem ser documentos de mais alta importância para a História do Brasil. Mas não é possível que se dê a um estrangeiro o direito de fazer esse inventário, o direito de rever antes de nós essa documentação.

Então, não temos no Brasil quem possa assumir esse encargo? Não temos Hélio Silva? O Sr. José Honório, Francisco de Assis Barbosa? Não temos tantos historiadores, tantos homens que dedicam suas vidas a esses estudos? Por que não convocar um desses professores para tão importante missão?

Sr. Presidente, como era natural, o fato provocou grande reação, não só no Congresso — que praticamente en-

cerrou suas atividades diante desse impacto, dessa reação — como em artigos dos jornais.

Leio no editorial da revista "Política", do dia 22 de outubro, de Sebastião Nery, acusações as mais graves a esse jovem Professor, acusações que não quero endossar porque não sei até que ponto são procedentes.

Diz o editorial:

"Primeiro, não é historiador. Ao menos, ainda não é. Trata-se de um jovem recém-formado pela Universidade do Texas (EUA), até há pouco professor do Departamento de História do Williams College, de Williamstown, Massachusetts. Também não é autor de vários trabalhos sobre o Brasil. A própria reportagem promocional do Jornal do Brasil (reforçada por um editorial de louvor, incrivelmente redigido, fora do estilo do jornal, como se tivesse sido escrito em inglês e traduzido na redação) apesar de afirmar que "ele já possui um vasto número de publicações", só consegue citar uma: — "O Brasil e as Grandes Potências", que é exatamente sua tese de formatura no Texas, onde estudou com José Honório Rodrigues. Depois, o JB se tral e diz, mais à frente, que tudo mais são pesquisas em andamento.

Pois esse jovem e feliz americano foi contratado pela CAPES (Comissão de Aperfeiçoamento do Ensino Superior) para redescobrir o Brasil. Chegou, era preciso colocá-lo em uma situação concreta para justificar o concretíssimo tutu do contrato. Encaminharam-no para o Mestrado de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A direção do Mestrado, em um gesto que merece todos os aplausos, negou-se a aceitá-lo, alegando duas razões: a) Não deve ensinar em Curso de Mestrado um recém-formado, inexperiente, estrangeiro, sem nenhuma vivência nacional."

Há outras razões que não quero citar. E comentava o articulista:

"Trata-se, já se vê, de uma loucura. É de um problema flagrante de segurança nacional. Em

qualquer parte do mundo, pesquisa inicial em documentos oficiais é proibida a estrangeiros. Nos Estados Unidos, só americano nato pode fazê-la. No Itamarati, o Ministro Gibson proibiu qualquer tipo de pesquisa a partir da Guerra do Paraguai, a não ser em casos especialíssimos, quando se tratar de pesquisador altamente qualificado e sempre brasileiro.

No próprio Arquivo Nacional, o acesso a documentos de natureza secreta até agora só era permitido a brasileiros, mesmo assim, através de permissão expressa do diretor. Em alguns casos (como os documentos sobre o Movimento Comunista de 1935 e o Movimento Integralista de 1938) só com autorização expressa do Ministro da Justiça.

Agora, entrega-se meio século de documentação da Presidência da República (logo, do cérebro nacional) para um jovem norte-americano fotografar, classificar, selecionar, a seu critério. O JB diz que é um tesouro trancado em 209 baús, que nem o Diretor do Arquivo Nacional conhece. Mesmo que esse rapaz seja um anjo de probidade intelectual, que a informação da Stanford University seja falsa, e que ele seja um gênio em pesquisa, é uma inacreditável levandade, uma irresponsabilidade intolerável confiar-lhe 209 baús de 50 anos de documentos secretos da Presidência da República do Brasil."

Outro artigo da pesquisadora Maria Cecília Ribas Carneiro mostra a diversidade de conduta entre esse Professor e outros norte-americanos, professores, que por aqui passaram, tais como, Thomas Skidmore, Robert Levine, Ronald Schneider e Joseph Love, e os ingleses: Peter Flynn e Michael Field e o alemão Konrad Ackermann que vieram pesquisar no Brasil e aqui procuraram contato com os historiadores, com os pesquisadores brasileiros. Adquiriram uma vasta bibliografia existente, e, nos livros que escreveram, agradecem a colaboração dos historiadores brasileiros, mostrando como eles estão adiantados, e como eles estão, sobretudo, verdadeiros, sinceros, nas pesquisas que fazem.

Sr. Presidente, espero que o Sr. Ministro da Justiça e o Diretor do Arquivo Nacional reconsiderem a decisão que tomaram. Antes de vir fazer esta afirmação, procurei ter informações seguras sobre o critério adotado nos Estados Unidos para pesquisa. Tenho em mãos as instruções do Departamento de Estado. Podem ser resumidas nas seguintes medidas: o Departamento de Estado norte-americano estabelece normas para pesquisadores considerados "não-oficiais" e com interesse no manuseio de documentos relativos à política externa dos Estados Unidos.

São consideradas documentos fechados aos pesquisadores "não oficiais" os correspondentes aos últimos trinta anos e que não foram ainda divulgados pela publicação do próprio Departamento de Estado intitulada "Foreign Relations of The United States".

Os documentos abertos ao público em geral são os de mais de trinta anos. São abertos depois do resumo publicado nesta revista oficial do Departamento de Estado e que o governo norte-americano tem o cuidado, antes da publicação, de dar conhecimento prévio aos países interessados para evitar situações difíceis.

Para o período intermediário "o acesso aos documentos de política externa será conferido somente a pesquisadores qualificados que tiverem demonstrado necessidade acadêmica ou profissional pelas informações contidas na documentação". Então, poderão ter acesso a esses documentos. Mas há uma restrição taxativa: "somente a cidadãos norte-americanos."

Acredito que todos os países procedam deste modo e, por isso, não compreendo que se entregue ao Brasil uma parte da nossa História — a dos últimos 50 anos da vida política do Brasil — a um cidadão estrangeiro que não tem esse título altamente qualificado, pois ele acaba de se formar. Veio para o Brasil não para lecionar, mas para completar o seu curso, para fazer a sua tese de mestrado e aqui se arvorou em professor. Sou favorável ao intercâmbio de professores e alunos. Acha válida a ideia de aproveitamento dos jovens universitários para esse master, mas orientados por um brasileiro.

São estas as considerações que queria fazer, Sr. Presidente, esperando que o Sr. Ministro da Justiça examine bem o problema e veja a gravidade da providência tomada e a reconsidere no mais curto prazo de tempo possível. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Castos Lindenberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Benedito Ferreira.

O SR. BENEDITO FERREIRA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, dando, uma vez, demonstração da sua alta sensibilidade política, de estar permanentemente atento para os problemas nacionais, eis que o Presidente Médici envia ao Congresso Nacional o Projeto de Lei n.º 11, que cria o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição.

A nova autarquia, com a tarefa de assegurar o Governo na formulação da política que equacione o seriíssimo problema da alimentação e nutrição da nossa gente, também terá a seu cargo a supervisão e execução da sistemática adotada. Este programa terá em vista, prioritariamente, o objetivo de atender à população escolar dos estabelecimentos oficiais de ensino do primeiro grau, e, ainda nas camadas menos favorecidas da população, o atendimento das crianças até 6 anos de idade, bem como as gestantes e nutrízes.

Prevendo o equinócio de outros grupos sociais nos benefícios diretos, de acordo com a disponibilidade de recursos, buscará o INAN suprir, através da instrução e educação alimentar, uma das maiores lacunas no nosso estágio de desenvolvimento.

Sabemos todos da fome carential que ocorre a nossa população, sobretudo e inextinguivelmente. Este tipo de fome vem minando a saúde de grande parte da nossa população, com o agravante de constatar-se esta situação tanto nas grandes cidades, como no interior do País.

Se de um lado alegam, em parte, baixo poder aquisitivo da população que padecer deste mal, pode-se afirmar tranquilamente que a grande maioria padecerá por absoluta igno-

### ANEXO 3 – Minibiografia

**Antônio Carlos Ribeiro de Andrade** nasceu em Barbacena (MG) em 1870. Pertencia a uma das famílias de maior tradição na política brasileira, cujo membro mais ilustre foi seu tio-avô José Bonifácio de Andrada e Silva, o "Patriarca da Independência".

Aluno da Faculdade de Direito de São Paulo, participou do movimento republicano antes de se formar em 1891. Iniciou a carreira política ainda no final do século XIX, como vereador em Juiz de Fora, e em 1902 foi nomeado secretário de Finanças de Minas Gerais. Nesse cargo, participou das negociações que levaram à assinatura do Convênio de Taubaté, pelo qual os estados de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro instituíram a política de valorização do café, garantindo um preço mínimo para o produto através da compra dos estoques excedentes pelos três governos. Em 1906 assumiu a prefeitura de Belo Horizonte por um breve período e no ano seguinte foi eleito senador estadual e novamente vereador em Juiz de Fora. Escolhido presidente da Câmara Municipal, passou a exercer as funções de prefeito da cidade.

Em 1911, elegeu-se deputado federal na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM). Sucessivamente reeleito, permaneceu na Câmara dos Deputados até setembro de 1917, quando, a convite do presidente Venceslau Brás, assumiu o Ministério da Fazenda. Deixou o ministério em novembro de 1918, voltou à Câmara em maio do ano seguinte e em 1925 foi eleito senador da República.

Eleito presidente de Minas em março de 1926, tomou posse em setembro. Sua gestão foi marcada por inovações, como a instituição do voto secreto nas eleições estaduais e municipais, a reforma do ensino primário e normal, dirigida por Francisco Campos e inspirada no movimento da Escola Nova, e a criação da Universidade de Minas Gerais. Suas preocupações reformistas foram sintetizadas na frase "Façamos a revolução antes que o povo a faça".

Por sua condição de presidente de Minas, era o candidato natural à presidência da República na sucessão de Washington Luís em 1930. No entanto, o acordo tácito que vinha garantindo a alternância de São Paulo e Minas no governo federal foi rompido quando Washington Luís, representante de São Paulo, preferiu indicar outro paulista para sucessor. Preterido, Antônio Carlos passou a articular a candidatura do gaúcho Getúlio Vargas à presidência. Tal projeto se concretizou com a formação da Aliança Liberal, coligação que reunia os situacionismos de Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba, e era ainda apoiada pela maioria dos "tenentes" que haviam lutado contra o governo federal nos anos anteriores.

A campanha presidencial foi bastante acirrada, mas a vitória na eleição de março de 1930 coube ao candidato de Washington Luís. Enquanto isso, em Minas, Antônio Carlos conseguiu eleger Olegário Maciel seu sucessor. Com a derrota na eleição presidencial, setores da Aliança Liberal, principalmente os "tenentes" e os políticos mais jovens, como Oswaldo Aranha e Virgílio de Melo Franco, iniciaram articulações visando à

derrubada de Washington Luís pelas armas. Antônio Carlos, a princípio, manteve-se hesitante em relação ao movimento armado e chegou mesmo a propor seu cancelamento. A evolução dos fatos, porém, favoreceu os revolucionários. Já após a posse de Olegário Maciel no governo de Minas em 7 de setembro, o movimento foi deflagrado em 3 outubro, com o apoio das forças políticas dos três estados que haviam criado a Aliança Liberal. Washington Luís foi deposto em 24 de outubro, e no mês seguinte Vargas assumiu ao poder.

O período que se seguiu à vitória da *Revolução de 1930* foi marcado por disputas entre os diferentes grupos que apoiavam o novo governo. Em Minas a disputa tomou forma concreta com a criação da Legião de Outubro, agremiação que procurava substituir o antigo PRM na condução da política estadual. Antônio Carlos aderiu à nova organização e passou a fazer parte de sua direção. Participou também do efêmero Partido Social Nacionalista, uma frustrada tentativa de unificar as facções em luta na política mineira. Em fevereiro de 1933 participou afinal da fundação do Partido Progressista (PP), e nessa legenda foi eleito, em maio seguinte, para a Assembleia Nacional Constituinte. Comprometido com a candidatura de Vargas na eleição indireta para presidente, a ser realizada pela Constituinte, recebeu o apoio deste para presidir a Assembleia e foi, de fato, eleito para o cargo.

Após a promulgação da nova Constituição em 1934, renovou seu mandato na Câmara dos Deputados e foi confirmado como presidente da casa. Sua candidatura à sucessão de Vargas, prevista para janeiro de 1938, chegou a ser cogitada, mas não se concretizou, em virtude da oposição que lhe foi movida pelo próprio Vargas e pelo governador mineiro Benedito Valadares. Em maio de 1937, foi derrotado por Pedro Aleixo na eleição para a presidência da Câmara. Deixou, então, o PP e fundou o Partido Progressista Democrático, para dar apoio à candidatura presidencial do governador paulista Armando Sales. Perdeu seu mandato parlamentar em novembro de 1937, quando Vargas implantou a ditadura do Estado Novo, fechando o Congresso e cancelando a eleição que apontaria seu sucessor.

Após o golpe do Estado Novo, abandonou a atividade política para se dedicar a seus negócios privados. Em 1943, negou-se a assinar o Manifesto dos Mineiros, que fazia críticas à ditadura e rompia com a censura vigente no país desde 1937, por ter sido o documento articulado por Pedro Aleixo e Virgílio de Melo Franco, dois de seus desafetos na política mineira.

Morreu no Rio de Janeiro, em 1946.

(Fonte: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001).

**Antônio Carlos Ribeiro de Andrada** nasceu em Barbacena (MG) em 1870. Pertencia a uma das famílias de maior tradição na política brasileira, cujo membro mais ilustre foi seu tio-avô José Bonifácio de Andrada e Silva, o "Patriarca da Independência".

Aluno da Faculdade de Direito de São Paulo, participou do movimento republicano antes de se formar em 1891. Iniciou a carreira política ainda no final do século XIX, como vereador em Juiz de Fora, e em 1902 foi nomeado secretário de Finanças de Minas Gerais. Nesse cargo, participou das negociações que levaram à assinatura do Convênio de Taubaté, pelo qual os estados de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro instituíram a política de valorização do café, garantindo um preço mínimo para o produto através da compra dos estoques excedentes pelos três governos. Em 1906 assumiu a prefeitura de Belo Horizonte por um breve período e no ano seguinte foi eleito senador estadual e novamente vereador em Juiz de Fora. Escolhido presidente da Câmara Municipal, passou a exercer as funções de prefeito da cidade.

Em 1911, elegeu-se deputado federal na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM). Sucessivamente reeleito, permaneceu na Câmara dos Deputados até setembro de 1917, quando, a convite do presidente Venceslau Brás, assumiu o Ministério da Fazenda. Deixou o ministério em novembro de 1918, voltou à Câmara em maio do ano seguinte e em 1925 foi eleito senador da República.

Eleito presidente de Minas em março de 1926, tomou posse em setembro. Sua gestão foi marcada por inovações, como a instituição do voto secreto nas eleições estaduais e municipais, a reforma do ensino primário e normal, dirigida por Francisco Campos e inspirada no movimento da Escola Nova, e a criação da Universidade de Minas Gerais. Suas preocupações reformistas foram sintetizadas na frase "Façamos a revolução antes que o povo a faça".

Por sua condição de presidente de Minas, era o candidato natural à presidência da República na sucessão de Washington Luís em 1930. No entanto, o acordo tácito que vinha garantindo a alternância de São Paulo e Minas no governo federal foi rompido quando Washington Luís, representante de São Paulo, preferiu indicar outro paulista para sucessor. Preterido, Antônio Carlos passou a articular a candidatura do gaúcho Getúlio Vargas à presidência. Tal projeto se concretizou com a formação da Aliança Liberal, coligação que reunia os situacionismos de Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba, e era ainda apoiada pela maioria dos "tenentes" que haviam lutado contra o governo federal nos anos anteriores.

A campanha presidencial foi bastante acirrada, mas a vitória na eleição de março de 1930 coube ao candidato de Washington Luís. Enquanto isso, em Minas, Antônio Carlos conseguiu eleger Olegário Maciel seu sucessor. Com a derrota na eleição presidencial, setores da Aliança Liberal, principalmente os "tenentes" e os políticos mais jovens, como Oswaldo Aranha e Virgílio de Melo Franco, iniciaram articulações visando à derrubada de Washington Luís pelas armas. Antônio Carlos, a princípio, manteve-se hesitante em relação ao movimento armado e chegou mesmo a propor seu cancelamento. A evolução dos fatos, porém, favoreceu os revolucionários. Já após a posse de Olegário Maciel no governo de Minas em 7 de setembro, o movimento foi deflagrado em 3 outubro, com o apoio das forças políticas dos três estados que

havia criado a Aliança Liberal. Washington Luís foi deposto em 24 de outubro, e no mês seguinte Vargas assumiu ao poder.

O período que se seguiu à vitória da *Revolução de 1930* foi marcado por disputas entre os diferentes grupos que apoiavam o novo governo. Em Minas a disputa tomou forma concreta com a criação da Legião de Outubro, agremiação que procurava substituir o antigo PRM na condução da política estadual. Antônio Carlos aderiu à nova organização e passou a fazer parte de sua direção. Participou também do efêmero Partido Social Nacionalista, uma frustrada tentativa de unificar as facções em luta na política mineira. Em fevereiro de 1933 participou afinal da fundação do Partido Progressista (PP), e nessa legenda foi eleito, em maio seguinte, para a Assembleia Nacional Constituinte. Comprometido com a candidatura de Vargas na eleição indireta para presidente, a ser realizada pela Constituinte, recebeu o apoio deste para presidir a Assembleia e foi, de fato, eleito para o cargo.

Após a promulgação da nova Constituição em 1934, renovou seu mandato na Câmara dos Deputados e foi confirmado como presidente da casa. Sua candidatura à sucessão de Vargas, prevista para janeiro de 1938, chegou a ser cogitada, mas não se concretizou, em virtude da oposição que lhe foi movida pelo próprio Vargas e pelo governador mineiro Benedito Valadares. Em maio de 1937, foi derrotado por Pedro Aleixo na eleição para a presidência da Câmara. Deixou, então, o PP e fundou o Partido Progressista Democrático, para dar apoio à candidatura presidencial do governador paulista Armando Sales. Perdeu seu mandato parlamentar em novembro de 1937, quando Vargas implantou a ditadura do Estado Novo, fechando o Congresso e cancelando a eleição que apontaria seu sucessor.

Após o golpe do Estado Novo, abandonou a atividade política para se dedicar a seus negócios privados. Em 1943, negou-se a assinar o Manifesto dos Mineiros, que fazia críticas à ditadura e rompia com a censura vigente no país desde 1937, por ter sido o documento articulado por Pedro Aleixo e Virgílio de Melo Franco, dois de seus desafetos na política mineira.

Morreu no Rio de Janeiro, em 1946.

(Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001).

**Benedito Valadares Ribeiro** nasceu em Pará de Minas (MG), em 1892. Diplomou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1920. Antes, havia concluído o curso da Faculdade de Odontologia de Belo Horizonte, mas nunca exerceu a profissão. Regressou à sua cidade natal após concluir seus estudos e ali iniciou sua carreira política como vereador.

Em 1930 apoiou a candidatura presidencial de Getúlio Vargas, lançada pela Aliança Liberal, coligação que reunia os setores políticos dirigentes de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, além das oposições dos demais estados. Era prefeito de Pará de Minas quando o movimento revolucionário que levou Vargas ao poder foi deflagrado, em outubro de 1930.

Íntimo colaborador do governador mineiro Olegário Maciel, colaborou no combate ao movimento revolucionário desencadeado em São Paulo contra o governo federal, em 1932. No ano seguinte, filiado ao Partido Progressista (PP), foi incluído na chapa do partido às eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Derrotado nessa primeira tentativa de chegar à Câmara Federal, só obteve seu mandato nas eleições suplementares realizadas meses depois.

Em setembro de 1933 a política mineira foi abalada pela morte do governador Olegário Maciel. Para a sua sucessão apresentaram-se dois fortes candidatos: Gustavo Capanema, que havia assumido o governo interinamente após a morte de Olegário e reivindicava a sua efetivação no cargo, e Virgílio de Melo Franco, importante articulador do movimento revolucionário de 1930, que desde então pleiteava junto a Vargas sua nomeação como interventor federal no estado. A importância de Minas Gerais no cenário político nacional atraía a atenção de políticos de outros estados para a sucessão estadual. Assim, enquanto Capanema recebia o apoio decidido do governador gaúcho Flores da Cunha, Virgílio de Melo Franco era apoiado pelo ministro Oswaldo Aranha. Pressionado, Vargas surpreendeu a todos ao indicar Benedito Valadares para o cargo, político de pouca expressão e completamente desvinculado das facções em disputa. Nos anos seguintes, Valadares se tornaria um dos mais fiéis aliados de Vargas nos embates políticos travados pelo presidente.

Em abril de 1935, foi eleito pelos deputados constituintes mineiros como governador constitucional do estado. Esteve, nos anos seguintes, no primeiro plano das articulações com vistas à sucessão presidencial, prevista para janeiro de 1938. Acabou, porém, por apoiar decididamente o projeto continuísta de Vargas, que em novembro de 1937 cancelou as eleições e instaurou a ditadura do Estado Novo. Em seguida, foi confirmado à frente do governo mineiro, onde permaneceu até outubro de 1945, quando Vargas foi deposto. Nesses anos, consolidou sua imagem de político hábil. Ao mesmo tempo, seu jeito simples foi responsável pelo surgimento de um rico anedotário sobre sua pessoa.

Após o final do Estado Novo, ingressou no Partido Social Democrático (PSD), agremiação organizada a partir do prestígio que os antigos interventores ainda detinham, e deu apoio decidido à candidatura presidencial vitoriosa do general Eurico

Gaspar Dutra, ex-ministro da Guerra de Vargas. Exerceu, inclusive, a presidência nacional do PSD por alguns anos.

Em fevereiro de 1946, assumiu seu mandato de deputado federal constituinte, para o qual havia sido eleito em dezembro do ano anterior. Em 1947, foi derrotado na disputa por uma vaga no Senado Federal por Minas Gerais. Reelegeu-se para a Câmara Federal em 1950, e, em 1954, finalmente obteve o mandato de senador, que foi renovado em 1962.

Em 1964, apoiou o golpe que afastou João Goulart da presidência da República. Em seguida, defendeu o apoio do PSD à ditadura militar. Em 1966, com a extinção dos antigos partidos, ingressou na Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação do regime. Deixou o Senado no início de 1971, quando encerrou sua carreira política.

Morreu no Rio de Janeiro, em 1973.

(Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001).

**Oswaldo Cordeiro de Farias** nasceu em Jaguarão (RS), em 1901. Ingressou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, em 1918. Participou das conspirações que precederam a deflagração do levante armado de julho de 1922 contra o governo federal, que deu início ao ciclo de revoltas tenentistas. Apesar de não ter participado diretamente dos combates, acabou sendo preso por três meses. Em seguida, foi transferido para Santa Maria (RS), voltando a conspirar contra o governo. Em outubro de 1924, participou do levante tenentista deflagrado em Uruguaiana (RS), logo se juntando aos demais contingentes rebeldes do estado, reunidos sob a liderança de Luís Carlos Prestes. Os rebeldes gaúchos acabariam se retirando para o estado do Paraná, onde juntaram-se aos remanescentes do levante deflagrado no mês de julho, em São Paulo. Da unificação desses dois grupos nasceu a Coluna Prestes, exército rebelde que, sob o comando do militar gaúcho que lhe deu o nome promoveu, nos dois anos seguintes, uma guerra de movimento pelo interior do país contra as tropas fiéis ao governo federal. Cordeiro de Farias teve atuação destacada na Coluna, comandando um dos quatro destacamentos que a compunham.

Em fevereiro de 1927, já desgastados pela longa campanha e sem perspectivas de vitória, os líderes da Coluna resolveram encerrar aquela fase da luta e abandonaram o território brasileiro, internando-se na Bolívia. No ano seguinte Cordeiro retornou ao Brasil clandestinamente e deu prosseguimento às atividades conspiratórias, tendo sido, então, preso. Julgado e absolvido, retornou ao Exército sem deixar, contudo, de conspirar contra o governo.

Em 1930, participou do movimento revolucionário que depôs o presidente Washington Luís e impediu a posse do novo presidente eleito, Júlio Prestes. Integrou, nessa ocasião, o comando da insurreição em Minas Gerais. Com a vitória do movimento e a posse do novo governo liderado por Getúlio Vargas foi lotado no gabinete do ministro da Guerra, general Leite de Castro. Em maio de 1931, foi transferido para São Paulo, assumindo a chefia de polícia daquele estado. Permaneceu no cargo até junho do ano seguinte, um mês antes da deflagração do movimento constitucionalista pelas forças políticas tradicionais de São Paulo, que exigiam a reconstitucionalização do país e a recuperação da autonomia estadual, com o afastamento dos tenentes que vinham exercendo influência na política paulista. Colaborou no combate à insurreição e, no ano seguinte, voltou a ocupar a chefia de polícia do estado.

Em 1935, de volta ao Rio de Janeiro, deu combate ao levante militar deflagrado por elementos de esquerda ligados à Aliança Nacional Libertadora (ANL). No ano seguinte concluiu o curso da Escola de Estado-Maior do Exército. Em 1937 foi transferido para o Rio Grande do Sul, onde assumiu a chefia do estado-maior da 3ª Região Militar (3ª RM), sediada em Porto Alegre, sob o comando do general Daltro Filho. Participou da campanha movida por Vargas para afastar o governador Flores da Cunha, que acabou sendo substituído pelo comandante da 3ª RM. Após a morte de Daltro Filho no início do ano seguinte, Vargas nomeou Cordeiro de Farias como interventor federal no Rio Grande do Sul.

Em 1942, Cordeiro de Farias chegou ao generalato. Em setembro do ano seguinte deixou a interventoria gaúcha para integrar-se à Força Expedicionária Brasileira (FEB). Em setembro de 1944 viajou para a Itália, onde participou das principais batalhas em que a FEB esteve envolvida na Segunda Guerra Mundial.

De volta ao Brasil em 1945, voltou a participar de articulações políticas, tendo seu nome chegado cogitado como candidato a presidente da República. Em outubro daquele ano participou do golpe militar que afastou Vargas do poder e extinguiu o Estado Novo. Em 1949 foi nomeado comandante da recém-criada Escola Superior de Guerra (Esg). Em maio de 1950 foi derrotado nas eleições para a diretoria do Clube Militar, em disputa marcada por forte conteúdo ideológico. Cordeiro representava a corrente que defendia a participação do capital estrangeiro na exploração do petróleo brasileiro, enquanto que a chapa vitoriosa, liderada por Newton Estillac Leal, representava os setores nacionalistas das Forças Armadas.

Deixou a Esg em agosto de 1952 para assumir o comando da Zona Militar Norte, sediada em Recife. Em 1954 elegeu-se governador de Pernambuco, numa coligação envolvendo o Partido Social Democrático, o Partido Libertador e o Partido Democrata Cristão, ocupando o cargo entre 1955 e 1958.

Em 1961 foi nomeado chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa) pelo presidente Jânio Quadros. Com a renúncia de Jânio, envolveu-se ativamente na conspiração contra o novo presidente, João Goulart. Após a instalação do regime militar em 1964, passou a dirigir o Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, posteriormente Ministério do Interior, função que desempenhou até junho de 1966, quando se retirou da vida pública.

Casou-se com Avani Barcelos, com quem teve um filho. Morreu em 1981, no Rio de Janeiro.

(Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001).

**José Antônio Flores da Cunha** nasceu em Santana do Livramento (RS), em 1880. Advogado, estudou nas Faculdades de Direito de São Paulo e Rio de Janeiro, diplomando-se em 1902. Após exercer por breve período o posto de delegado de polícia na capital federal, retornou ao seu estado natal para dedicar-se à advocacia. Em 1909, filiado ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), iniciou sua carreira política como deputado estadual. Nos anos seguintes chegou à Câmara Federal e à prefeitura do município de Uruguaiana (RS). Em 1923, destacou-se como chefe militar legalista na luta que conflou o Rio Grande do Sul, opondo os partidários do governador Borges de Medeiros aos opositoristas liderados por Joaquim Francisco de Assis Brasil.

Apoiou ativamente em 1930, já como senador, a candidatura presidencial do gaúcho Getúlio Vargas e destacou-se também nas conspirações que se seguiram à derrota eleitoral da Aliança Liberal e que culminaram na queda do presidente Washington Luís e na posse de Vargas na presidência. Com a vitória do movimento revolucionário, foi imediatamente nomeado interventor federal no Rio Grande do Sul. Nos sete anos em que permaneceu à frente do governo gaúcho, recuperou as finanças públicas estaduais e criou institutos de fomento econômico. Além disso, controlava a força militar estadual mais poderosa da federação, composta por seis mil homens da Brigada Militar, 20 mil da milícia civil - os chamados corpos provisórios -, além de contar com aliados no Exército. Dessa forma, Flores foi peça importante na cena política nacional após a *Revolução de 1930*. Nos primeiros anos, manteve-se sempre ao lado de Vargas, inclusive durante o movimento constitucionalista de 1932, que teve seu foco principal em São Paulo, mas que contou também com o apoio de importantes líderes gaúchos.

Em 1935, já como governador constitucional, começou a afastar-se do presidente. Buscando ampliar sua influência política nacionalmente, envolveu-se em disputas sucessórias em outros estados, como Santa Catarina e Rio de Janeiro. Defensor do federalismo, atritou-se com os setores militares que, como o general Góis Monteiro, defendiam a centralização do poder no governo federal. Em 1937, rompido com Vargas, foi forçado a deixar o governo gaúcho. Exilou-se, então, no Uruguai e só voltou ao Brasil cinco anos depois, quando cumpriu pena de nove meses na Ilha Grande (RJ).

Em 1945, participou da fundação da UDN, legenda pela qual elegeu-se deputado constituinte em 1945. Exerceu, ainda, seguidos mandatos na Câmara Federal até janeiro de 1959.

Morreu no Rio Grande do Sul, em 1959.

(Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001).

**Francisco Luís da Silva Campos** nasceu em Dores do Indaiá (MG), em 1891. Advogado e jurista, formou-se pela Faculdade Livre de Direito de Belo Horizonte, em 1914. Em 1919, iniciou sua carreira política elegendo-se deputado estadual em Minas Gerais na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM). Dois anos depois, chegou à Câmara Federal, reelegendo-se em 1924. Nessa época já defendia as posições antiliberais que o projetariam anos mais tarde e manifestou-se firmemente contra a atuação da jovem oficialidade militar, os "tenentes", que combatiam o governo federal pelas armas.

Em 1926, com a posse de Antônio Carlos no governo de Minas Gerais, assumiu a secretaria do Interior daquele estado. Utilizando-se de muitos postulados defendidos pelo movimento da Escola Nova, promoveu uma profunda reforma educacional em Minas. Em 1929, ao ficar clara a preferência do presidente da República Washington Luís pelo nome de um paulista para sucedê-lo no cargo, em detrimento da candidatura de Antônio Carlos, Campos foi encarregado por esse último de negociar a articulação de uma candidatura oposicionista junto às forças políticas gaúchas. Nesse sentido, foi o representante mineiro na reunião realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1929, que acertou o apoio de Minas a uma candidatura gaúcha à presidência da República, primeiro passo para o lançamento, tempos depois, do nome de Getúlio Vargas pela Aliança Liberal. Com a derrota de Vargas no pleito realizado em março de 1930, participou das articulações que levaram ao movimento armado de outubro daquele ano, que pôs fim à República Velha.

Com a posse do novo regime, assumiu a direção do recém-criado Ministério da Educação e Saúde, credenciado por sua atuação à frente dos assuntos educacionais de Minas. Promoveu, então, a reforma do ensino secundário e universitário no país. Do ponto de vista político, foi indicado representante mineiro no governo federal pelo governador Olegário Maciel. Foi também um dos principais incentivadores da Legião de Outubro, organização criada em Minas Gerais com o objetivo de oferecer sustentação política à nova ordem, ao mesmo tempo que atacava as bases do até então todo poderoso PRM. A nova agremiação assemelhava-se às organizações fascistas européias, no que diz respeito tanto aos seus aspectos programáticos como organizacionais.

Francisco Campos deixou o ministério em setembro de 1932. No ano seguinte, disputou sem sucesso, como candidato avulso, uma cadeira na Assembléia Nacional Constituinte por Minas Gerais. Transferiu-se em seguida para o Rio de Janeiro, sendo nomeado consultor-geral da República, em novembro de 1933.

Em dezembro de 1935, pressionado pelas forças políticas conservadoras, o prefeito Pedro Ernesto nomeou Francisco Campos como secretário de Educação do Distrito Federal, em substituição a Anísio Teixeira, acusado de envolvimento com o levante armado promovido dias antes pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) - frente anti-fascista e anti-imperialista, formada por comunistas, socialistas e "tenentes" de esquerda - contra o governo federal. No novo cargo, Campos demoliu uma das mais importantes iniciativas da gestão anterior, a Universidade do Distrito Federal.

Nesse período, consolidou-se como um dos mais importantes ideólogos da direita no Brasil, aprofundando suas convicções antiliberais e passando a defender explicitamente a ditadura como o regime político mais apropriado à sociedade de massas, que então se configurava no país. Nesse sentido, tornou-se um dos elementos centrais, junto com Vargas e a cúpula das Forças Armadas, dos preparativos que levariam à ditadura do Estado Novo, instalada por um golpe de estado decretado em novembro de 1937. Nomeado ministro da Justiça dias antes do golpe, foi, então, encarregado por Vargas de elaborar a nova Constituição do país, marcada por características corporativistas e pela proeminência do poder central sobre os estados e do Poder Executivo sobre o Legislativo e o Judiciário. O período do Estado Novo foi marcado ainda pelo forte clima repressivo e pelas frequentes violações aos direitos individuais.

Em 1941, afastou-se do ministério temporariamente por motivos de saúde. Seu retorno no ano seguinte, porém, foi obstaculizado pelos anseios de redemocratização que começavam a ganhar terreno no país, estimulados pela aproximação do Brasil com os países aliados, no contexto da Segunda Guerra Mundial. Em janeiro de 1943, foi nomeado representante brasileiro na Comissão Jurídica Interamericana, cargo que exerceria até 1955.

No decorrer do ano de 1944, passou a defender a redemocratização do país e negou o caráter fascista da Constituição de 1937, ainda em vigência. No ano seguinte, participou das articulações empreendidas nos meios políticos e militares que levaram ao afastamento de Vargas e ao fim do Estado Novo.

Nos anos 50, afastado dos cargos públicos, passou a defender posições econômicas liberais e agraristas. Em 1964, participou das conspirações contra o governo do presidente João Goulart. Após a implantação do regime militar, voltou a colaborar na montagem de um arcabouço institucional autoritário para o país, participando da elaboração dos dois primeiros Atos Institucionais baixados pelo novo regime (AI-1 e AI-2) e enviando sugestões para a elaboração da Constituição de 1967.

Morreu em Belo Horizonte, em 1968.

(Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001).

**Pedro Aurélio de Góes Monteiro** nasceu em 1889, em São Luís do Quitunde (AL). Militar, cursou a Escola de Guerra de Porto Alegre, após realizar estudos preparatórios no Rio de Janeiro. Em julho de 1922, cursava a Escola de Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro, quando eclodiu na cidade o levante tenentista do Forte de Copacabana, ocasião em que se colocou ao lado da legalidade. No ano seguinte, assessorou o governo gaúcho no combate aos rebeldes federalistas que haviam se insurgido no estado. Por sugestão sua, foram criados os corpos provisórios, a brigada militar controlada pelo governo do Rio Grande do Sul, que viria ter grande importância em episódios posteriores da história do país. Participou também da repressão ao levante tenentista deflagrado em 1924, em São Paulo, e à Coluna Prestes, o exército guerrilheiro que combateu o governo de Artur Bernardes percorrendo cerca de 25 mil quilômetros pelo interior do país, sob a liderança de Luís Carlos Prestes.

Em 1930, assumiu o comando militar do movimento revolucionário articulado para depor o presidente Washington Luís, já que Luís Carlos Prestes havia recusado o convite que lhe fora feito nesse sentido pelos líderes da conspiração, Getúlio Vargas à frente. Dirigia, então, o 3º Regimento de Cavalaria Independente, em São Luís das Missões (RS). Após participar do início do movimento em Porto Alegre, comandou o deslocamento das tropas revolucionárias em direção à capital federal, tendo recebido a notícia da deposição de Washington Luís quando se preparava para penetrar no estado de São Paulo, principal reduto situacionista.

Passou, então, a desfrutar de grande prestígio junto ao novo governo, integrando o chamado Gabinete Negro, pequeno grupo que se reunia quase diariamente com o presidente Vargas, influenciando nos passos iniciais do novo regime. Foi ainda incentivador da Legião Revolucionária e primeiro presidente do Clube 3 de Outubro, organizações que visavam conferir maior coesão à atuação política dos revolucionários, principalmente dos tenentes, seus antigos adversários da década anterior.

Em 1931, chegou ao generalato e foi designado comandante da 2ª Região Militar, sediada em São Paulo. Nesse cargo, envolveu-se intensamente nos conflitos pelo controle do governo paulista, travados entre os tradicionais políticos paulistas e os tenentes revolucionários, a quem apoiava. Em maio de 1932, foi afastado do comando da 2ª RM por pressão da Frente Única Paulista (FUP), frente política que aglutinava os setores da política paulista que faziam oposição à intervenção federal no estado. Entre os meses de julho e outubro seguintes, ocupou posição de destaque na repressão à insurreição armada deflagrada pelos paulistas contra o governo federal.

Ainda em 1932, participou da comissão que elaborou o anteprojeto constitucional que serviu de base aos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, eleita em 1933. Nomeado ministro da Guerra por Vargas, em 1934, sua gestão foi marcada por intenso envolvimento nas disputas políticas. Durante os trabalhos da Constituinte, alimentou expectativas de se eleger indiretamente à presidência da República, mas seu nome não obteve apoio entre os parlamentares, que preferiram conceder um mandato constitucional ao próprio Vargas.

Em maio de 1935, deixou o ministério, mas continuou exercendo grande influência no governo. Dele partiu a proposta de fechamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente política que reunia diversos setores de esquerda no combate ao fascismo e ao imperialismo. Em seguida, participou com destaque da repressão ao levante que setores da ANL promoveram em novembro de 1935. A seguir, mesmo sem ocupar qualquer cargo formal no governo, passou a ser um dos elementos centrais no processo de fechamento do regime, que teve seu desfecho no golpe que instalou a ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937. Nos meses anteriores, havia assumido a presidência do Clube Militar, em janeiro, e o comando do Estado-Maior do Exército (EME), em julho.

Em 1939, foi enviado aos EUA em missão militar, que objetivava promover uma maior integração entre os dois países no momento em que se iniciava a Segunda Guerra Mundial. Essa aproximação, realizada de maneira lenta, mas sistemática, resultou na declaração de guerra do Brasil às potências do Eixo, em 1942, e no envio de tropas brasileiras à Itália, em julho de 1944. Em dezembro de 1943, afastou-se da chefia do EME.

Em agosto de 1945, reassumiu o Ministério da Guerra e, nos meses seguintes, articulou o golpe que afastou Vargas do poder, em dezembro daquele ano. Manteve-se à frente do ministério até setembro de 1946, quando o novo governo, chefiado pelo general Dutra, já havia tomado posse.

Em 1947, elegeu-se senador por Alagoas, na legenda do Partido Social Democrático (PSD). Em 1950, recusou convite de Vargas para ocupar o posto de vice-presidente em sua chapa, na eleição presidencial daquele ano. Nesse mesmo ano, não conseguiu obter sua reeleição ao Senado.

Com a posse de Vargas, foi indicado chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), permanecendo no cargo até dezembro de 1952. Em seguida, foi nomeado ministro do Superior Tribunal Militar (STM).

Morreu no Rio de Janeiro, em 1956.

(Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001).

**Gustavo Capanema Filho** nasceu em Pitangui (MG), em 1900. Formou-se pela Faculdade de Direito de Minas Gerais, em 1923. Durante seus tempos de universitário vinculou-se, em Belo Horizonte, ao grupo de "intelectuais da rua da Bahia", do qual também faziam parte Mario Casassanta, Abgard Renault, Milton Campos, Carlos Drummond de Andrade e outras futuras personalidades das letras e da política no Brasil. Em 1927 iniciou sua vida política ao eleger-se vereador em sua cidade natal.

Nas eleições presidenciais realizadas em março de 1930 apoiou a candidatura presidencial de Getúlio Vargas, lançado pela Aliança Liberal - coligação que reunia os líderes políticos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. No entanto, Vargas foi derrotado pelo candidato situacionista, o paulista Júlio Prestes. Nessa mesma ocasião seu primo Olegário Maciel elegeu-se para o governo de Minas. Após a posse de Olegário Capanema foi imediatamente nomeado seu oficial-de-gabinete e, logo em seguida, secretário do Interior e Justiça.

Partidário decidido do movimento revolucionário que depôs o presidente Washington Luís e conduziu Vargas ao poder em novembro de 1930 liderou, em fevereiro de 1931, junto com Francisco Campos e Amaro Lanari, a formação da Legião de Outubro, organização política criada em Minas Gerais com a finalidade de oferecer apoio ao regime surgido da Revolução de 30. A Legião de Outubro, que teve uma existência breve e apresentava traços programáticos e organizativos semelhantes aos movimentos fascistas. Sua criação desagradou aos líderes tradicionais do outrora todo poderoso Partido Republicano Mineiro (PRM), que teve grande parte de suas bases atraídas para a nova organização.

Em agosto de 1931 Capanema liderou a reação a um golpe deflagrado na capital mineira para afastar Olegário Maciel do governo. O golpe, que contou com a participação de políticos mineiros descontentes com os rumos da política estadual, foi articulado pelo ministro Osvaldo Aranha e contou com a conivência do próprio presidente da República. Meses depois Capanema atuou como intermediário no processo de reaproximação entre Vargas e Olegário. No início de 1932 participou da fundação do Partido Social Nacionalista (PSN), surgido da tentativa de pacificação da política mineira. Em julho daquele mesmo ano, porém, o chamado "acordo mineiro" foi definitivamente rompido quando elementos ligados ao PRM apoiaram o movimento constitucionalista, deflagrado em São Paulo contra o governo federal. Capanema e Olegário Maciel, que nessa ocasião mantiveram-se ao lado de Vargas e deram combate aos rebeldes paulistas, participariam, em janeiro do ano seguinte, de mais uma experiência partidária, o Partido Progressista (PP), que reunia os setores políticos mineiros alinhados aos governos estadual e federal.

Em setembro de 1933, com a morte de Olegário Maciel, Capanema assumiu interinamente a interventoria federal em Minas. Pleiteando, com o apoio do interventor gaúcho Flores da Cunha, a sua efetivação no cargo, Capanema tinha como principal adversário Virgílio de Melo Franco, que por sua vez era fortemente apoiado por Osvaldo Aranha, então ministro da Fazenda. Vargas, porém, surpreendeu a todos ao nomear para o cargo, em dezembro, o até então obscuro deputado Benedito

Valadares. Como compensação, Capanema foi designado pelo presidente para dirigir o Ministério da Educação e Saúde. Nomeado em julho de 1934, permaneceria no cargo até o fim do Estado Novo, em outubro de 1945.

Sua gestão no ministério foi marcada pela centralização, a nível federal, das iniciativas no campo da educação e saúde pública no Brasil. Na área educacional tomou parte do acirrado debate então travado entre o grupo "renovador", que defendia um ensino laico e universalizante, sob a responsabilidade do Estado, e o grupo "católico", que advogava um ensino livre da interferência estatal, e acabou conquistando maiores espaços na política ministerial. Em 1937 foi criada a Universidade do Brasil a partir da estrutura da antiga Universidade do Rio de Janeiro.

Imbuído de ideais nacionalistas, Capanema promoveu a nacionalização de cerca de duas mil escolas localizadas nos núcleos de colonização do sul do país, medida intensificada após a decretação de guerra do Brasil à Alemanha, em 1942. No campo do ensino profissionalizante foi criado, através de convênio com o empresariado, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Na área de saúde foram criados serviços de profilaxia de diversas doenças.

Outra importante iniciativa do ministério foi a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). Capanema buscou, como ministro, estabelecer um bom relacionamento com os intelectuais brasileiros, tendo sido auxiliado nessa tarefa pelo poeta Carlos Drummond de Andrade, seu chefe-de-gabinete.

Após o fim do Estado Novo filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD), agremiação que aglutinava os setores políticos identificados com a ditadura varguista e pela qual elegeu-se deputado federal constituinte por Minas Gerais, em 1945. Capanema obteve, em seguida, sucessivos mandatos parlamentares. Entre 1959 e 1961 afastou-se do Parlamento para ocupar o posto de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Retomou em seguida seu mandato de deputado. Em 1964 apoiou o golpe que depôs o presidente João Goulart. Logo depois, com a instituição do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de apoio ao regime militar. Permaneceu na Câmara dos Deputados até 1970. Em seguida, sempre por Minas Gerais, obteve um mandato no Senado Federal, onde permaneceu até 1979, encerrando então sua carreira política.

Morreu no Rio de Janeiro, em 1985.

(Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001).

**João Alberto Lins de Barros** nasceu em Recife, em 1897. Militar, ingressou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, em 1919. Participou da preparação do primeiro levante tenentista, ocorrido no Rio de Janeiro em 1922, embora não tenha tomado parte na insurreição propriamente dita. Mesmo assim foi preso por cinco meses. Após ser libertado, transferiu-se para o município de Alegrete (RS), onde retomou suas atividades conspirativas. Participou dos levantes deflagrados no interior do Rio Grande do Sul, a partir de outubro de 1924. Derrotados por forças fiéis aos governos federal e estadual, os rebeldes gaúchos se dirigiram ao estado do Paraná, onde se juntaram aos remanescentes do levante tenentista ocorrido na capital paulista em julho daquele ano. Da unificação das forças rebeldes paulistas e gaúchas nasceu a Coluna Prestes, exército guerrilheiro comandado por Luís Carlos Prestes e Miguel Costa, que percorreu o interior do Brasil durante cerca de dois anos em campanha contra o governo de Artur Bernardes. João Alberto desempenhou papel de relevo na Coluna, tendo sido o comandante de um dos quatro destacamentos em que se dividia o exército rebelde.

Após o fim da campanha da Coluna, em fevereiro de 1927, enquanto a maioria de seus membros exilou-se na Bolívia e na Argentina, João Alberto regressou ao Brasil, passando a viver na clandestinidade. Viveu então em Pernambuco e no Paraná. Mantendo-se como ativo conspirador, estabeleceu contato com os políticos da Aliança Liberal, coligação que reunia os grupos dirigentes dos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba em torno da candidatura oposicionista de Getúlio Vargas à presidência da República. Com a derrota de Vargas no pleito realizado em março de 1930, passou a dedicar-se à preparação do movimento revolucionário que derrubou o presidente Washington Luís em outubro daquele ano, impedindo a posse do candidato eleito, o paulista Júlio Prestes.

Após a instalação do novo regime, foi nomeado por Vargas delegado militar da revolução e, posteriormente, interventor federal no estado de São Paulo, medida que abriu grave crise entre o novo governo e os grupos dirigentes daquele estado. Sua gestão à frente do governo paulista foi marcada por medidas polêmicas, como a autorização para o funcionamento do Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), e a ameaça de confisco das fábricas que não acatassem as medidas sociais decretadas. Ao mesmo tempo, buscava aproximar-se dos cafeicultores. Junto com Miguel Costa, que passou a comandar a Força Pública estadual, organizou a Legião Revolucionária, partido político que buscava promover a mobilização de massas em apoio ao novo regime, entrando em confronto com as agremiações políticas tradicionais do estado. Por conta disso, seu governo, que se estendeu até julho de 1931, foi marcado por fortes tensões, agravadas pelo rompimento do Partido Democrático (PD) com o governo, ocorrida no mês de março.

Foi membro do Clube 3 de Outubro, agremiação que visava oferecer maior consistência à atuação política dos "tenentes" revolucionários, e também do Partido Autonomista do Distrito Federal, liderado por Pedro Ernesto. Em abril de 1932, assumiu a chefia de polícia do Distrito Federal, cargo que ocupou até o ano seguinte. Em 1934, elegeu-se deputado federal constituinte por Pernambuco, na legenda do Partido Social

Democrático daquele estado. Por essa mesma agremiação obteve um mandato de deputado estadual constituinte pernambucano, em abril de 1935.

Nesse ano, recusou convite feito por Luís Carlos Prestes para ingressar na Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente política de esquerda que se estruturou a partir de um programa de cunho antifascista e anti-imperialista. Ainda em 1935, iniciou um período dedicado a missões diplomáticas, que se estendeu até o início da década seguinte. Entre 1941 e 1942, exerceu o cargo de embaixador do Brasil no Canadá.

Em setembro de 1942, no contexto da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, foi nomeado presidente da recém-criada Coordenação de Mobilização Econômica, que possuía amplos poderes para intervir nos mais diversos assuntos relativos a controle de preços, estabelecimento de metas de produção, abastecimento e planejamento do sistema de transportes. A partir do ano seguinte, passou a acumular a presidência da também recém-criada Fundação Brasil Central, cujo objetivo era promover o povoamento das regiões Norte e Centro-Oeste.

Em março de 1945, foi designado novamente para a chefia de polícia do Distrito Federal. Estimulado pelas mudanças então ocorridas no cenário internacional, passou a defender a redemocratização do país. Nesse sentido, opôs-se, como chefe de polícia, às manifestações do movimento queremista que reivindicavam a permanência de Vargas no poder. Sua substituição nesse cargo por Benjamin Vargas, irmão do presidente, foi o estopim para a deflagração do golpe promovido pela cúpula das Forças Armadas em outubro de 1945, que resultou no afastamento de Vargas da presidência. Nas eleições presidenciais realizadas a seguir, deu seu apoio à candidatura vitoriosa do general Eurico Gaspar Dutra, promovida por setores que haviam apoiado o Estado Novo.

Em 1947, elegeu-se vereador no Distrito Federal, na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). No início da década de 50, participou do segundo governo Vargas, ocupando cargos técnicos.

Faleceu no Rio de Janeiro, em 1955.

(Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001).

**João Neves da Fontoura** nasceu em 1889, em Cachoeira do Sul (RS), município em que seu pai era chefe político. Advogado, ingressou na Faculdade de Direito de Porto Alegre em 1905. Pertenceu, junto com Getúlio Vargas e outros, ao Bloco Acadêmico Castilhistas, vinculado ao Partido Republicano Rio-grandense (PRR), agremiação amplamente hegemônica na política do Rio Grande do Sul durante a República Velha. Ainda estudante, foi nomeado por Borges de Medeiros - presidente do estado e líder absoluto do PRR - promotor público na capital gaúcha.

Após formar-se, em 1909, regressou a Cachoeira do Sul, onde se estabeleceu como advogado e substituiu seu pai na chefia política do município, assumindo a intendência local em 1912. Em 1921, elegeu-se deputado estadual, ocupando posição de destaque na Assembleia gaúcha nos anos seguintes, participando ainda do combate aos levantes tenentistas deflagrados no Rio Grande do Sul, em 1924.

Em novembro de 1927, foi eleito vice-presidente do Rio Grande do Sul na chapa encabeçada por Getúlio Vargas. Em maio do ano seguinte, elegeu-se para a Câmara Federal, sempre na legenda do PRR. Em novembro de 1927, foi eleito vice-presidente do Rio Grande do Sul na chapa encabeçada por Getúlio Vargas. Em maio do ano seguinte, elegeu-se para a Câmara Federal, sempre na legenda do PRR.

Ao assumir seu mandato na Câmara, passou a explorar as divergências surgidas entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, tradicionais parceiros na condução da política federal, a partir da indicação do paulista Júlio Prestes como candidato oficial à sucessão de Washington Luís, em detrimento de um nome de Minas Gerais. Nesse sentido, vislumbrando a ampliação do espaço ocupado pelo Rio Grande do Sul na política nacional, João Neves foi o representante gaúcho nas conversações com o governo mineiro em torno da eleição presidencial de 1930.

O acordo entre os dois estados - firmado no Pacto do Hotel Glória, em junho de 1929 - estabelecia a rejeição ao nome de Júlio Prestes e o apoio a uma candidatura gaúcha nas eleições presidenciais do ano seguinte. Em setembro, foi formalizada a criação da Aliança Liberal, que além do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, contava ainda com o apoio do governo paraibano e dos setores oposicionistas dos demais estados, em torno da chapa presidencial de Getúlio Vargas e João Pessoa. Nesse contexto, João Neves mostrou-se contrário às iniciativas de Vargas no sentido de buscar um acordo com Washington Luís em torno do processo sucessório e participou ativamente da campanha eleitoral, integrando a caravana da Aliança Liberal que percorreu os estados do Norte e Nordeste.

Após a definição da derrota de Vargas no pleito realizado em março de 1930, João Neves alinhou-se no interior da Aliança Liberal à corrente, também composta por Oswaldo Aranha, que denunciava a ocorrência de fraudes na eleição e defendia o caminho insurrecional para evitar a posse de Júlio Prestes. Com a deflagração do movimento em outubro daquele ano, participou de operações militares em Cachoeira do Sul. Ao deixar o Rio Grande do Sul para assumir a chefia do governo revolucionário, Vargas passou o governo do estado a Oswaldo Aranha, preterindo João Neves, a quem constitucionalmente cabia o cargo.

Com a posse de Vargas na presidência, foi nomeado consultor jurídico do Banco do Brasil, após recusar a interventoria-federal no Rio Grande do Sul e o ministério da Justiça. Junto com Borges de Medeiros e a maioria dos dirigentes políticos gaúchos, logo passa a defender a volta do país ao regime constitucional, aproximando-se dos grupos dirigentes paulistas. Em março de 1932, exonera-se de seu cargo junto com os demais representantes gaúchos no governo, após o empastelamento do jornal Diário Carioca, defensor da constitucionalização, promovido por elementos tenentistas ligados ao Clube 3 de Outubro com a conivência de Vargas. Estreita, então, seus contatos com os paulistas e apoia a Revolução Constitucionalista deflagrada no mês de julho daquele ano, em São Paulo. Com a derrota do movimento, exila-se na Argentina por cerca de dois anos.

Em maio de 1935, assume seu mandato na Câmara Federal, onde passa a liderar a Minoria Parlamentar, bloco de oposição a Vargas no Congresso, também chamada de Oposições Coligadas. Protesta contra o fechamento, em julho, da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e contra a decretação do estado-de-sítio, em novembro, após os levantes armados deflagrados por setores da ANL.

Em 1936, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. A partir desse ano volta a se aproximar gradualmente de Vargas, ao mesmo tempo que se afasta do governador gaúcho Flores da Cunha, então em rota de colisão com Vargas. Apoiou as medidas decretadas pelo governo federal contra Flores, que resultaram no seu afastamento do governo gaúcho, e a instauração da ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937. Durante o Estado Novo, voltou a ocupar o posto de consultor jurídico do Banco do Brasil e, a partir do início da década de 40, passou a desempenhar missões diplomáticas junto a organismos latino-americanos. Entre maio de 1943 e fevereiro de 1945, dirigiu a embaixada brasileira em Portugal.

Ao regressar ao Brasil em 1945, encontrou o país vivendo o clima da redemocratização. Ingressou então no Partido Social Democrático (PSD) - que aglutinava os setores oligárquicos que haviam apoiado o Estado Novo - e deu apoio ativo à candidatura presidencial vitoriosa do general Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro da Guerra de Vargas.

Com a posse de Dutra, foi nomeado ministro das Relações Exteriores, cargo que desempenhou durante o ano de 1946. Nas eleições presidenciais de 1950, foi um dos líderes da facção do PSD que apoiou a candidatura presidencial de Vargas, em detrimento do candidato do partido, o mineiro Cristiano Machado. No segundo governo Vargas, voltou a dirigir o ministério das Relações Exteriores (1951-1953), onde buscou implementar uma política de irrestrito alinhamento externo aos Estados Unidos, defendendo inclusive o envolvimento de tropas brasileiras na Guerra da Coreia. Na segunda metade da década de 50, já afastado de qualquer cargo público, limitou sua atuação política aos artigos escritos para o jornal O Globo, marcados por conteúdo fortemente conservador.

Morreu em 1963, no Rio de Janeiro.

(Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001).

**Juraci Montenegro Magalhães** nasceu em Fortaleza (CE), em 1905. Iniciou sua carreira no 23º BC, em sua cidade natal. Em 1923, matriculou-se na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro. Em 1927, retornou ao 23º BC, de onde passou a oferecer apoio aos oficiais tenentistas foragidos no Nordeste. Em 1930, servia no 22º BC, na capital paraibana, quando deu abrigo em sua casa a Juarez Távora, designado comandante militar da revolução no Nordeste.

Por designação de Juarez, assumiu o posto de lugar-tenente de José Américo de Almeida, o chefe civil do movimento na região. De sua guarnição na capital paraibana deu início à revolução no Nordeste, horas depois do movimento ter se iniciado em Porto Alegre e Belo Horizonte. Logo a seguir dirigiu-se a Recife onde, em nome de Juarez Távora, empossou Carlos de Lima Cavalcanti no governo daquele estado. Em seguida, participou de combates contra as forças legalistas nos estados de Sergipe e Bahia.

Em setembro de 1931 foi nomeado por Vargas interventor federal na Bahia, estado em que a revolução contava com poucos adeptos. Em 1932 reprimiu manifestações de solidariedade aos constitucionalistas de São Paulo, então em confronto armado com o governo federal, promovidas por estudantes em Salvador. Para vencer as forças políticas que exigiam um interventor baiano e civil, passou, habilmente, a desenvolver contatos junto a coronéis do interior, o que lhe possibilitou consolidar sua liderança à frente da política estadual. Em 1933, fundou o Partido Social Democrático (PSD) da Bahia, legenda que obteve ampla vitória nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, realizadas em maio daquele ano. Da bancada do PSD baiano saiu o líder da maioria na Constituinte, o deputado Medeiros Neto. No ano seguinte, deu apoio a Vargas na eleição presidencial indireta realizada pelos deputados constituintes. Ainda em pleito indireto, em abril de 1935 obteve da Assembleia Constituinte estadual o mandato de governador constitucional.

Durante seu governo, tomou medidas repressivas contra as atividades da Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente de esquerda de caráter antifascista da qual participava seu irmão, Eliézer Magalhães, e contra a Ação Integralista Brasileira (AIB). Ao mesmo tempo, opôs-se às pretensões de Vargas de continuar à frente do governo federal após o término de seu mandato constitucional. Nesse sentido, buscou articular-se com governadores de outros estados a fim de barrar o projeto continuísta do presidente. Quando esse se concretizou, com a implantação da ditadura do Estado Novo em novembro de 1937, demitiu-se do governo da Bahia, retornando ao Exército.

Retomou as atividades políticas apenas no final do Estado Novo, quando passou a se articular aos setores de oposição ao regime. Em 1945, apoiou a candidatura derrotada do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República, lançada pela União Democrática Nacional (UDN), partido ao qual havia se filiado e de cuja comissão executiva nacional fazia parte. Nessa ocasião, elegeu-se deputado federal constituinte pelo estado da Bahia. Sua atuação na constituinte foi marcada por um acirrado posicionamento anticomunista.

Em 1950 tentou retornar, sem sucesso, ao governo da Bahia. Com o início do segundo governo Vargas, no ano seguinte, foi nomeado presidente da Companhia Vale do Rio Doce e, em seguida, adido militar brasileiro nos Estados Unidos. Em 1954, presidiu a recém-fundada Petrobrás. No final desse ano, elegeu-se para o Senado pela UDN baiana.

Em 1957 passou a presidir a UDN nacional. Em 1959 voltou ao governo da Bahia, onde permaneceria até 1963. Ainda em 1959 perdeu para Jânio Quadros a indicação de candidato udenista à eleição presidencial do ano seguinte. Em 1964 participou da conspiração que derrubou o presidente João Goulart.

No governo do general Castelo Branco, o primeiro do ciclo militar, foi nomeado embaixador brasileiro nos Estados Unidos, quando pronunciou sua célebre frase: "O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil". Em seguida, ocupou sucessivamente as pastas da Justiça e das Relações Exteriores. Com o fim do governo de Castelo Branco, em 1967, deixou a carreira política e passou a dedicar-se à iniciativa privada, tendo ocupado a presidência de diversas empresas brasileiras e estrangeiras.

Morreu em Salvador (BA), em maio de 2001.

(Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001).

**Lindolfo Leopoldo Boekel Collor** nasceu em São Leopoldo (RS), em 1890. Farmacêutico, formado em Porto Alegre, jamais exerceu a profissão, preferindo dedicar-se à imprensa. Iniciou sua carreira de jornalista em Bagé, onde residiu entre 1909 e 1911. Nesse ano transferiu-se para o Rio de Janeiro para trabalhar no *Jornal do Comércio*, frequentando, ainda, os meios literários da cidade. Casou-se em 1914 e assumiu a direção do jornal *A Tribuna*, pertencente ao seu sogro, o deputado paranaense Bartolomeu de Souza e Silva.

Em 1919, voltou a Porto Alegre para dirigir *A Federação*, órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), a convite de Borges de Medeiros, principal líder da agremiação. Em 1921, elegeu-se deputado estadual pelo PRR. Em seus editoriais em *A Federação* condenou o levante tenentista de 1922, enfatizando a necessidade de defesa da ordem. No ano seguinte, elegeu-se deputado federal e voltou ao Rio de Janeiro. Ali, tornou-se o redator-chefe de *O País*. Na Câmara Federal integrou as comissões de Diplomacia e Tratados e de Finanças, ocupando ainda a liderança do PRR.

Foi articulador destacado da chapa oposicionista da Aliança Liberal, que lançou o nome de Getúlio Vargas para concorrer nas eleições presidenciais de 1930. Redigiu o manifesto da Aliança e dirigiu o jornal *A Pátria*, porta-voz oficial da coligação. Com a derrota eleitoral de Vargas, teve participação importante nos preparativos revolucionários. Foi o encarregado de buscar o apoio militar da guarnição sediada no Distrito Federal, tendo obtido a promessa de neutralidade da alta cúpula militar. Participou do desencadeamento do movimento em Porto Alegre e foi a Buenos Aires adquirir armamentos. Após a deposição de Washington Luís por uma junta militar, dirigiu-se, em companhia de Oswaldo Aranha e Herculino Cascardo, ao Rio de Janeiro para negociar a transferência do poder para as mãos dos revolucionários.

Empossado o novo governo, uma das primeiras medidas tomadas foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, cuja chefia foi entregue a Lindolfo Collor. À frente dessa pasta promoveu profundas alterações no tratamento dado à questão social no país, ocupando-se do reconhecimento de entidade sindicais, da constituição de juntas de conciliação para os conflitos entre patrões e empregados, da regulamentação da jornada diária de trabalho, da regulamentação do trabalho feminino e infantil, entre outros aspectos.

Demitiu-se do ministério em março de 1932 por discordar do papel nele exercido pelos setores vinculados ao tenentismo. Voltou, então, a Porto Alegre defendendo a volta do país ao regime constitucional, reassumindo a direção de *A Federação*. Envolveu-se com a Revolução Constitucionalista de 1932 e, com a derrota do movimento, exilou-se na Argentina.

Em 1933, cobriu para os Diários Associados o conflito militar entre Paraguai e Bolívia na região do Chaco.

Anistiado, voltou ao Brasil em agosto de 1934. Em outubro disputou, sem sucesso, uma vaga na Câmara Federal. Em 1936 assumiu a Secretaria de Finanças do Rio Grande do Sul. No fim desse ano, rompeu com o PRR e fundou, junto com outros dissidentes, o

Partido Republicano Castilhistas, de existência efêmera. Nessa ocasião, manifestou apoio à candidatura presidencial do governador paulista, Armando Sales de Oliveira às eleições previstas para janeiro de 1938, que acabou não se realizando em virtude do golpe de estado de Vargas que implantou o Estado Novo.

Em seguida, dedicou-se à iniciativa privada. Mesmo assim foi encarcerado entre abril e outubro de 1938, acusado de conspirar contra o governo. Exilou-se, então, na França e em Portugal. Em fins de 1941, retornou ao Brasil. Nos meses seguintes, mesmo em estado de saúde precário, foi detido algumas vezes por criticar o governo.

Morreu em setembro de 1942, no Rio de Janeiro. Um dos seus netos, Fernando Collor de Melo, foi presidente do Brasil entre 1990 e 1992.

(Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001).

**Luís Carlos Prestes** nasceu em Porto Alegre, em 1898. Concluiu o curso de engenharia na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, em 1909. Em 1922, ainda no Rio de Janeiro, participou de reuniões preparatórias do levante deflagrado contra o governo federal em 5 de julho, que deu início ao ciclo de revoltas tenentistas. Não chegou, porém, a participar das ações propriamente ditas por achar-se acamado no momento da revolta, vítima de febre tifoide.

Em setembro desse mesmo ano, foi transferido para o Rio Grande do Sul para servir no 1º Batalhão Ferroviário, em Santo Ângelo. Comprometeu-se com o movimento revolucionário de 1924, que se propunha a depor o presidente Artur Bernardes, e por conta disso licenciou-se do Exército. Em julho, a capital paulista foi palco de uma primeira tentativa revolucionária naquele ano, ficando a cidade sob o controle dos rebeldes por três semanas. Comandados pelo general Isidoro Dias Lopes e pelo oficial da Força Pública, Miguel Costa, os revolucionários paulistas, após serem desalojados da capital pelas forças legalistas, rumaram para o estado do Paraná. Em outubro, foi a vez das guarnições do interior do Rio Grande do Sul se sublevarem lideradas por Prestes e contando, ainda, com o apoio de tropas irregulares comandadas por caudilhos gaúchos. Derrotados, os rebeldes rio-grandenses também rumaram para o Paraná, onde encontraram, em abril de 1912, as forças paulistas.

Os dois grupos rebeldes, então, se unificaram, ficando o comando do novo exército revolucionário dividido entre Prestes e Miguel Costa, enquanto Isidoro Dias Lopes, devido à sua idade já avançada, dirigiu-se para a Argentina com a função de organizar, de lá, a rede de apoio externo ao movimento. Por quase dois anos a Coluna Prestes - como acabou ficando conhecida - percorreu cerca de 25 mil quilômetros pelo interior do Brasil, passando por 13 estados da federação. A inviabilidade de seu objetivo - a derrubada do governo federal - acabou, porém, por levá-la a deixar o território brasileiro em fevereiro de 1927, internando-se na Bolívia. Apesar de fracassada em seu intento, a Coluna jamais sofreu qualquer derrota para as forças legalistas que a perseguiram por todo o período, o que proporcionou a Prestes enorme prestígio militar e político, valendo-lhe, ainda, o título de Cavaleiro da Esperança

Na Bolívia, Prestes fixou-se em *La Gaíba* e assinou contrato com a *Bolivian Company Limited*, companhia inglesa de colonização, para trabalhar, junto com cerca de 400 homens que ainda permaneciam sob seu comando, em obras de saneamento e abertura de estradas. Em dezembro de 1927, foi procurado por Astrogildo Pereira, secretário geral do Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), que lhe levou obras marxistas e lhe propôs uma aliança política, rejeitada por Prestes.

No final de 1928, transferiu-se para a Argentina, onde trabalhou como engenheiro. Nessa época, estudou o marxismo e aderiu ao socialismo, travando contato com importantes líderes comunistas, como o argentino Rodolfo Ghioldi e Abraham Guralski, dirigente da Internacional Comunista (IC). No ano seguinte, recebeu convite do PCB para candidatar-se à presidência da República, mas recusou-se por achar o programa do partido demasiadamente radical.

Por outro lado, foi assediado por seus antigos companheiros para aderir à campanha presidencial da Aliança Liberal, chapa de oposição que lançara Vargas à presidência, concorrendo com o paulista Júlio Prestes, candidato indicado pelo presidente Washington Luís. Manteve dois encontros com Getúlio Vargas em Porto Alegre, para onde se dirigiu clandestinamente, mas não chegou a qualquer acordo com o líder da Aliança Liberal. Após a derrota eleitoral de Vargas, em março de 1930, foi novamente procurado por líderes da Aliança, que dessa vez o convidaram a assumir a chefia militar do movimento que se preparava contra Washington Luís. Por considerar que tal movimento não resultaria em nada mais que uma simples troca de oligarquias no poder, negou-se a apoiá-lo.

Ainda em 1930, criou em julho a Liga de Ação Revolucionária (LAR), organização que obteve pouquíssimas adesões e logo seria extinta. Nesse momento, passou a utilizar-se de categorias marxistas em suas análises e pronunciamentos, mas seu relacionamento com o PCB acabou dificultado pelo processo de radicalização à esquerda pela qual passava o partido, que envolvia, inclusive, a substituição dos intelectuais que ocupavam postos em sua direção por elementos oriundos da classe operária. Transferiu-se, em seguida, para Montevideú.

Em novembro de 1931, foi morar na União Soviética a convite do governo daquele país. Lá, trabalhou como engenheiro e dedicou-se ao estudo do marxismo-leninismo. Por pressão dos dirigentes soviéticos foi aceito, em agosto de 1934, como membro do PCB. Logo depois, participou de uma reunião em Moscou na qual, a partir de informes levados por representantes brasileiros, decidiu-se promover uma revolução armada no Brasil, cabendo a Prestes dirigi-la. Assim, em dezembro daquele ano, deixou a União Soviética com destino ao Brasil, acompanhado por Olga Benário, militante da IC, com quem se casara. Ao chegar ao Brasil, o casal manteve-se na clandestinidade.

Paralelamente a isso, em princípios de 1935, foi fundada no Brasil a Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente política que aglutinava tenentes decepcionados com o governo Vargas, socialistas e comunistas, unificados por um programa de conteúdo antifascista e anti-imperialista. Em março, na sessão de lançamento da ANL no Rio de Janeiro, o nome de Prestes foi entusiasticamente aclamado como presidente de honra da organização. Sempre na clandestinidade, assistiu ao enorme crescimento da ANL nos meses seguintes e buscou restabelecer antigos contatos nos meios militares para desencadear a revolução. Em julho, divulgou manifesto em que, num tom bastante exaltado, pregava a derrubada do governo e exigia todo o poder à ANL. Vargas aproveitou a ocasião para jogar a organização na ilegalidade, o que fez com que muitos de seus dirigentes e militantes criticassem mais tarde a postura de Prestes. Apesar da ANL passar por forte refluxo organizativo nos meses seguintes, Prestes e seus colaboradores mais próximos continuaram a preparar o levante para depor Vargas. Em novembro, a insurreição teve início na cidade de Natal (RN), logo seguida por guarnições do Exército em Recife e no Distrito Federal. O governo, contudo, controlou facilmente a situação e desencadeou violenta repressão aos grupos de oposição, vinculados ou não ao levante. Em março de 1936, Prestes e Olga Benário foram presos. Meses depois, Olga, grávida, foi entregue pelas autoridades brasileiras

ao regime nazista da Alemanha, onde morreu executada. A filha do casal, Anita Leocádia Prestes, nascida em um campo de concentração nazista, acabou sendo resgatada por sua avó paterna, após intensa campanha internacional.

Em 1943, ainda na prisão, foi eleito secretário-geral do PCB. Com a redemocratização do país em 1945, foi libertado, ao mesmo tempo em que o PCB conquistava a legalidade. Nesse momento, em nome da união nacional, aproximou-se de Vargas, que segundo ele deveria conduzir a reconstitucionalização do país, bem como o processo de sucessão presidencial. Nas eleições realizadas em dezembro daquele ano, após a deposição de Vargas, elegeu-se senador pelo Distrito Federal e participou, no ano seguinte, da elaboração da nova Constituição do país.

O confronto internacional entre os dois grandes blocos de países surgidos após o fim da Segunda Guerra Mundial, a chamada Guerra Fria, e seus reflexos no Brasil, voltaram a jogar o PCB na ilegalidade. Em maio de 1947, o registro do partido foi cancelado e, em janeiro do ano seguinte, seus parlamentares, entre eles Prestes, foram cassados.

Voltou, então, a viver na clandestinidade. Em 1950, negou-se a apoiar qualquer candidato nas eleições que reconduziram Vargas ao poder, refletindo o momento de isolamento vivido pelo PCB. Fez oposição ao novo governo, até ser surpreendido pelo suicídio de Vargas em agosto, de 1954. No ano seguinte, apoiou a eleição de Juscelino Kubitschek e voltou a apresentar-se publicamente, embora o partido continuasse na ilegalidade. No começo da década de 60 deu apoio ao governo de João Goulart, a quem pressionava para que acelerasse a realização das chamadas reformas de base propostas pelo próprio presidente. Com o golpe militar de 1964 e a volta do país ao regime ditatorial, foi obrigado, mais uma vez, a viver na clandestinidade. Em 1971, deixou o país e exilou-se na União Soviética. Voltou anistiado ao Brasil em 1979, quando já se manifestavam sérias divergências no interior do PCB, que acabaram levando ao seu afastamento da secretaria-geral e, em seguida, à sua saída do partido que dirigira por mais de 30 anos.

Na década de 80, orientou seus seguidores a ingressar no Partido Democrático Trabalhista (PDT), agremiação liderada por Leonel Brizola.

Morreu no Rio de Janeiro, em 1990 aos 92 anos de idade.

(Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001).

**Oswaldo Euclides de Souza Aranha** nasceu em Alegrete (RS), em 1884. Advogado, formou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1916, tendo se vinculado a círculos oposicionistas durante seu período de estudos na capital federal. Após formar-se, voltou ao Rio Grande do Sul para exercer a advocacia no interior do estado, estabelecendo então contato pessoal e profissional com o também advogado Getúlio Vargas.

Colocando-se ao lado das forças situacionistas gaúchas, combateu a insurreição de 1923, deflagrada por setores que se opunham à quinta reeleição consecutiva de Borges de Medeiros ao governo do estado. Comandando pessoalmente uma força militar irregular, composta por civis, Aranha voltou a combater novos levantes promovidos pela oposição nos anos seguintes, incluindo as revoltas tenentistas. Entre 1925 e 1927, nomeado por Borges de Medeiros, foi intendente no município de Alegrete, tradicional reduto oposicionista.

Em 1927, elegeu-se deputado federal pelo Partido Republicano Rio-grandense (PRR), agremiação que aglutinava as forças situacionistas gaúchas. No ano seguinte, com a posse de Vargas no governo do Rio Grande, foi nomeado secretário estadual do Interior e Justiça.

Teve participação destacada nas articulações desenvolvidas em torno da sucessão de Washington Luís na presidência da República. A princípio, foi escalado por Vargas para representá-lo junto ao próprio presidente; em seguida, foi um dos principais articuladores da Aliança Liberal, coligação que lançou a candidatura de Vargas, com apoio dos grupos dirigentes do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, além dos setores oposicionistas dos demais estados.

Após a derrota de Vargas na eleição realizada em março de 1930, Aranha esteve entre os mais decididos defensores de uma insurreição armada que depusesse Washington Luís e evitasse a posse de Júlio Prestes, o candidato eleito. A solução armada, por sinal, era admitida por ele mesmo antes do pleito ser definido. Seu posicionamento radical no interior da Aliança Liberal, em favor da ruptura armada com a ordem legal, fez com ele fosse procurado pelos "tenentes", interessados em viabilizar o seu antigo projeto de assumir o poder no país através de um movimento revolucionário. Luís Carlos Prestes, o principal líder tenentista da década anterior, recusou, porém, o convite que lhe foi formulado por Aranha para assumir a chefia militar da revolução, negando-se a participar de um movimento por ele classificado como uma mera disputa entre oligarquias. Durante as articulações para a deflagração do movimento, Aranha chegou a se demitir da Secretaria de Justiça em protesto contra a falta de empenho de Vargas e outros líderes da Aliança Liberal na preparação da insurreição. O assassinato de João Pessoa, porém, ocorrido no mês de julho, voltou a estimular os preparativos para a insurreição, que finalmente foi deflagrada em outubro, tendo Oswaldo Aranha participado das operações militares em Porto Alegre.

O sucesso do movimento levou à deposição de Washington Luís através de um golpe militar promovido por oficiais das Forças Armadas lotados na capital federal, que assumiram o poder. Aranha deslocou-se, então, ao Rio de Janeiro para negociar a

transferência do poder a Vargas, o que acabou se realizando no início do mês seguinte. Empossado o novo governo, coube a Aranha a pasta da Justiça e Negócios Interiores. Fez parte também do "gabinete negro", designação dada pela imprensa ao reduzido grupo que se reunia todas as noites com Vargas no Palácio Guanabara para debater os rumos da revolução. Foi incentivador da Legião de Outubro e do Clube 3 de Outubro, organizações que objetivavam conferir maior coesão à atuação dos elementos comprometidos com a nova ordem, colocando-se contrário à imediata reconstitucionalização do país. Não demoraria, porém, em romper com essas organizações, alegando divergências políticas. Paralelamente, desenvolvia intensos contatos nos meios políticos e buscava interferir nas disputas estaduais, principalmente em Minas Gerais e São Paulo, além do Rio Grande do Sul.

No final de 1931, trocou o Ministério da Justiça, onde havia promovido a anistia de todos os elementos perseguidos por questões políticas desde 1922, pelo Ministério da Fazenda. Nesta pasta, tomou medidas visando o equilíbrio orçamentário da União, renegociou a dívida externa brasileira e transferiu para o governo federal a condução da política de valorização do café, implementada através da compra de estoques excedentes do produto.

Entre novembro de 1932 e maio de 1933, fez parte da comissão nomeada pelo governo para elaborar o anteprojeto constitucional, que serviu de base ao trabalho da Assembleia Nacional Constituinte, que se reuniu logo a seguir, e da qual participou dos trabalhos na condição de membro nato por ser ministro de Estado. Por um breve período, inclusive, exerceu a liderança da bancada governista na Assembleia. Deixou o ministério logo após a promulgação da nova Carta, em julho de 1934. Em seguida, assumiu o posto de embaixador do Brasil nos Estados Unidos.

De passagem pelo Brasil entre fins de 1937 e inícios de 1938, tentou viabilizar sua candidatura à eleição presidencial prevista para janeiro do ano seguinte. Não foi, entretanto, bem-sucedido nessa iniciativa, abandonando a ideia após constatar que seu nome não era capaz de unificar nem mesmo os políticos gaúchos. Em novembro de 1937, com a decretação do Estado Novo, manifestou, em correspondência a Vargas, o seu desagrado com a opção ditatorial do presidente. Mesmo assim manteve sua colaboração com o governo.

Em março do ano seguinte, foi nomeado ministro das Relações Exteriores. Nesse posto, promoveu uma política gradual, mas contínua e sistemática, de aproximação do governo brasileiro com Estados Unidos. Essa aproximação, iniciada com a assinatura de importantes acordos comerciais, acabou levando à colaboração entre os dois países na área militar e, por fim, ao próprio alinhamento brasileiro ao governo americano durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1943, foram assinados os Acordos de Washington, que concretizava os rumos da política externa brasileira ao determinar a venda de matérias-primas aos Estados Unidos em troca de apoio técnico norte-americano em diversas áreas, principalmente a militar.

A política pró-Aliados de Aranha tinha, contudo, adversários no governo brasileiro. O próprio general Dutra, ministro da Guerra, por várias vezes havia manifestado

simpatias pelas potências do Eixo. Os atritos daí decorrentes acabaram levando à saída de Aranha do governo, quando, em agosto de 1943, uma solenidade em sua homenagem promovida pela Sociedade Amigos da América, no Rio de Janeiro, foi proibida por ordem das autoridades militares. Nesse momento, Aranha já se aproximava dos setores que defendiam a redemocratização do Brasil e se aproveitavam do clima gerado pelas vitórias aliadas para voltar a se manifestar.

Na eleição presidencial de 1945, deu apoio discreto à candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, lançada pela União Democrática Nacional (UDN), partido político que aglutinava a oposição liberal ao Estado Novo. Eduardo Gomes, porém, acabou derrotado pelo general Eurico Dutra, antigo ministro da Guerra.

Em fevereiro de 1947, Oswaldo Aranha foi nomeado chefe da delegação brasileira na Organização das Nações Unidas (ONU) e ocupou o posto destinado ao Brasil no Conselho de Segurança da entidade. Em abril do mesmo ano, presidiu a I Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU. Ainda em 1947, foi indicado para o Prêmio Nobel da Paz.

Nas eleições presidenciais que se seguiram ao fim do Estado Novo, teve seu nome por diversas vezes cogitado como candidato, o que, porém, jamais se concretizou. Em junho de 1953, no segundo governo Vargas, voltou a assumir o Ministério da Fazenda. Conviveu com Vargas até os momentos que antecederam ao seu suicídio, deixando o ministério em seguida. Em 1957, durante o governo de Juscelino Kubitschek, voltou a chefiar a delegação brasileira em uma Assembleia Geral da ONU.

Faleceu no Rio de Janeiro, em 1960.

(Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001).

**Pedro Ernesto Batista** nasceu em Recife, em 1884. Médico, iniciou seus estudos universitários na Bahia e concluiu-os no Rio de Janeiro, em 1908. Fixou-se, então, nessa cidade, onde alcançou grande reputação como cirurgião. Associou-se, em 1922, às conspirações empreendidas contra o governo federal, embora não tenha tido participação direta na deflagração do levante do Forte de Copacabana, em julho daquele ano, que deu início às revoltas tenentistas. Em 1924, voltou a participar de articulações contra o governo federal e, por conta disso, chegou a ser preso por alguns dias. Nos anos seguintes, enquanto a Coluna Prestes percorria o interior do Brasil em campanha contra o governo de Artur Bernardes, Pedro Ernesto fazia da casa de saúde de sua propriedade no Rio de Janeiro refúgio e ponto de encontro dos revolucionários.

Em 1930, participou da campanha de Getúlio Vargas à presidência da República, lançado como candidato de oposição. Em seguida, com a derrota eleitoral de Vargas, teve participação ativa na preparação do movimento político-militar que depôs o presidente Washington Luís e impediu a posse de Júlio Prestes, o candidato eleito naquele pleito.

Após a posse do novo governo, foi nomeado diretor da Assistência Hospitalar do Distrito Federal e tornou-se o médico particular de Vargas e sua família. Desfrutava, então, de enorme prestígio junto ao novo chefe de governo, participando com frequência de reuniões no palácio presidencial. No início de 1931, foi um dos incentivadores da fundação do Clube 3 de Outubro, organização que objetivava conferir maior coesão à atuação dos revolucionários históricos. Ocupou a princípio a vice-presidência e, a partir de junho, a presidência do Clube.

Em setembro desse ano, foi nomeado por Vargas interventor no Distrito Federal. Em novembro, presidiu o I Congresso Revolucionário, que reuniu no Rio de Janeiro delegados do Clube 3 de Outubro e de outras organizações alinhadas com o novo regime. Nesse congresso foi deliberada a criação do Partido Socialista Brasileiro (PSB), que jamais conseguiu se consolidar de maneira efetiva.

No início de 1933, Pedro Ernesto participou da fundação do Partido Autonomista do Distrito Federal, cujo principal ponto programático era a luta pela autonomia política da cidade do Rio de Janeiro, a capital da República. Sob sua liderança, o Partido Autonomista venceu as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, onde suas teses foram aprovadas. No ano seguinte, o partido obteria também uma ampla vitória nas eleições para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, elegendo a maior bancada daquela Casa. Os vereadores autonomistas elegeram, então, Pedro Ernesto prefeito do Rio de Janeiro, tornando-se o primeiro governante eleito da história da cidade, ainda que de forma indireta.

Como interventor federal e, posteriormente como prefeito, marcou seu governo por uma atenção especial às áreas de saúde e educação, essa última dirigida pelo educador Anísio Teixeira. Em 1935, aproximou-se da Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização de caráter antifascista e anti-imperialista, que reunia comunistas, socialistas, "tenentes" de esquerda. Em julho daquele ano, protestou com veemência contra o fechamento da Aliança, decretada pelo governo e denunciou a articulação de

um golpe pelas forças conservadoras. Posteriormente, foi acusado de ter participado das conspirações levadas a cabo por setores da ANL, com destaque para o Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), e que levaram à deflagração, em novembro de 1935, dos levantes armados de Natal, Recife e Rio de Janeiro. Embora tenha, de fato, sido convidado por Luís Carlos Prestes, principal líder do movimento, para participar do levante, seu papel naqueles acontecimentos jamais ficou completamente esclarecido.

Em abril do ano seguinte, foi preso e afastado da prefeitura carioca. Permaneceu no cárcere por mais de um ano, e ao ser solto, em setembro de 1937, foi saudado por calorosas manifestações populares. Pronunciou, nessa ocasião, violento discurso contra o governo federal e declarou apoio à candidatura do governador paulista Armando de Sales Oliveira à presidência da República. As eleições presidenciais, marcadas para janeiro do ano seguinte, acabaram, porém, não se realizando em virtude do golpe de estado decretado por Vargas em novembro de 1937, instaurando a ditadura do Estado Novo. Antes disso, em outubro, Pedro Ernesto foi novamente preso. Libertado três meses depois, afastou-se das atividades políticas.

Faleceu no Rio de Janeiro, em 1942.

(Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001).

**Plínio Salgado** nasceu em São Bento do Sapucaí (SP), em 1895. Jornalista, iniciou sua atividade na imprensa em 1916, em sua cidade natal, no semanário *Correio de São Bento*. Nessa época dedicava-se ainda ao magistério, e em suas leituras predominavam filósofos materialistas. Em 1918 iniciou-se na política participando da fundação do Partido Municipalista, que reunia líderes de municípios do Vale do Paraíba. Realizava, então, conferências em defesa da autonomia municipal.

Ainda em 1918, casado há pouco mais de um ano, morreu sua esposa, poucos dias após o nascimento de sua primeira filha. Abalado, voltou-se para a religião, dedicando-se à leitura dos pensadores católicos Raimundo Farias Brito e Jackson de Figueiredo.

Dois anos depois transferiu-se para São Paulo, empregando-se no *Correio Paulistano*, órgão oficial do Partido Republicano Paulista (PRP), onde travou amizade com Menotti del Picchia, o redator-chefe do jornal. Durante a década de 1920 dedicou-se essencialmente às atividades literárias, adquirindo renome como escritor. A princípio manteve posição cautelosa diante do movimento modernista, tendo participado discretamente da Semana de Arte Moderna em 1922.

Em 1924, deixou o *Correio Paulistano* e empregou-se no escritório do advogado e empresário Alfredo Egídio de Souza Aranha, com quem manteria vínculos duradouros. Publicou em 1926 seu primeiro romance, *O estrangeiro*, obra conceituada nos meios modernistas. Logo em seguida, em companhia de Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e Cândido Mota Filho, alinhou-se ao movimento Verde-Amarelo, vertente nacionalista do modernismo. No ano seguinte, novamente com del Picchia e Cassiano Ricardo, lançou o movimento da Anta, no qual exaltava o indígena, particularmente o tupi, como o portador das nossas origens nacionais mais autênticas. Nesse mesmo ano publicou *Literatura e Política*, obra em que expressava ideias nacionalistas de cunho fortemente antiliberal e agrarista, inspirada em Alberto Torres e Oliveira Viana.

Em 1928, elegeu-se deputado estadual, em São Paulo, pelo PRP. Em 1930 apoiou a candidatura situacionista de Júlio Prestes à presidência da República, contra o candidato da oposição, Getúlio Vargas. Em seguida, sem terminar seu mandato de deputado, viajou ao Oriente Médio e à Europa como preceptor do filho de Souza Aranha. Na Itália, impressionou-se com o fascismo e com Mussolini.

Regressou ao Brasil no dia 4 de outubro de 1930, exatamente um dia após o início da revolução que derrubaria Washington Luís. Escreveu, então, dois artigos no *Correio Paulistano* em defesa do governo. Com a vitória dos revolucionários, porém, logo passou a apoiar Vargas, tendo inclusive redigido o manifesto da Liga Revolucionária de São Paulo, organização liderada por Miguel Costa e João Alberto em apoio ao novo regime.

Em junho de 1931, tornou-se redator do jornal *A Razão*, recém-fundado por Souza Aranha na capital paulista. Em suas páginas, desenvolveu intensa campanha contrária à constitucionalização do país, a ponto da sede do jornal ser incendiada pouco antes da Revolução Constitucionalista de 1932. Em fevereiro, criou a Sociedade de Estudos Políticos (Sep), que reunia intelectuais simpáticos ao fascismo. Meses depois divulgou

o Manifesto de Outubro, no qual apresenta as diretrizes básicas de uma nova agremiação política, a Ação Integralista Brasileira (AIB). O ideário da AIB inspirava-se nitidamente no fascismo italiano e em seus similares europeus. Valorizava, ainda, uma série de rituais e símbolos, como a utilização da expressão indígena Anauê como saudação, a letra grega sigma e os uniformes verdes com os quais seus militantes desfilavam pelas ruas. Em fevereiro de 1934, no I Congresso da AIB, em Vitória (ES), Plínio confirmou sua autoridade absoluta sobre a entidade, da qual recebeu o título de "chefe nacional".

Nos anos seguintes a AIB conheceu significativo crescimento, promovendo grandes manifestações em vários pontos do país. Em 1937 Plínio lançou sua candidatura à eleição presidencial marcada para janeiro do ano seguinte. Percebendo a intenção de Vargas de cancelar a eleição e continuar no poder, resolveu apoiar a opção golpista do presidente, esperando fazer do integralismo a base doutrinária do novo regime. Reuniu-se, então, com líderes militares golpistas e com o próprio Vargas, que lhe teria prometido o Ministério da Educação no novo governo. Em novembro retirou sua candidatura a presidente e, dias depois, aplaudiu a decretação do Estado Novo. Para sua surpresa, porém, Vargas decretou o fechamento da AIB, dando-lhe o mesmo tratamento dispensado às demais organizações partidárias.

No ano seguinte militantes integralistas tentaram, por duas vezes, nos meses de março e maio, promover levantes para depor Vargas. Essas tentativas fracassaram e, em ambas, Plínio negou ter tido qualquer participação. Permaneceu livre ainda por um ano, apesar de muitos integralistas terem sofrido perseguições imediatas. Em maio de 1939 foi finalmente preso e, um mês depois, enviado para um exílio de seis anos em Portugal. Nesse período, procurou obstinadamente reabilitar-se diante do governo brasileiro, a quem elogiou em diversos manifestos, inclusive quando da declaração de guerra do Brasil à Alemanha e Itália.

Voltou ao Brasil em 1945, com a redemocratização do país. Reformulou, então, a doutrina integralista, e fundou o Partido de Representação Popular (PRP). Em 1955 lançou-se candidato à presidência da República, obtendo 714 mil votos (8% do total). Em seguida, apoiou a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek, contestada pela União Democrática Nacional (DN), e foi nomeado para a direção do Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

Em 1958 elegeu-se deputado federal pelo Paraná, reelegendo-se em 1962, desta vez por São Paulo. Em 1964 foi um dos oradores da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo, contra o presidente João Goulart. Apoiou o golpe militar daquele ano e, com a extinção dos antigos partidos, ingressou na Aliança Renovadora Nacional (Arena), frente partidária criada para auxiliar na sustentação ao novo regime. Por essa legenda obteve mais dois mandatos na Câmara Federal, em 1966 e 1970.

Morreu em São Paulo, em 1975.

(Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001).

**Artur de Sousa Costa** nasceu em Pelotas (RS), em 1893. Fez carreira como funcionário do Banco da Província do Rio Grande do Sul. Após o triunfo da Revolução de 1930, que levou o político gaúcho Getúlio Vargas ao poder, foi nomeado, em janeiro de 1932, para a presidência do Banco do Brasil, após a instituição ter passado por seguidas administrações de curta duração. O período era de grave crise econômica, cujos efeitos mais graves sobre a economia brasileira se expressavam na drástica redução dos valores das exportações de café.

À frente do banco, Sousa Costa procurou aplicar uma política coerente com a orientação do Ministério da Fazenda, comandado por Oswaldo Aranha, cujos principais preceitos eram a busca do equilíbrio orçamentário, a restrição ao crédito, o incentivo à industrialização e a desvalorização da moeda nacional através do controle cambial, que a partir de 1931 passara a ser da competência exclusiva do Banco do Brasil. Em julho de 1934, deixou a direção do Banco do Brasil para substituir Oswaldo Aranha na pasta da Fazenda. Permaneceu nesse cargo até o fim do governo Getúlio Vargas, em 1945. No ministério, procurou dar continuidade ao trabalho de seu antecessor. Durante sua gestão, ganhou relevância o debate acerca dos parceiros prioritários do Brasil no comércio externo, já que a presença norte-americana, apesar de efetiva, era cada vez mais ameaçada pela concorrência da Alemanha, país que chegou a ocupar a posição de segundo parceiro comercial do Brasil.

O conflito mundial iniciado em 1939, porém, acabou por exigir uma definição mais clara do governo brasileiro em torno de suas parcerias comerciais. Nesse sentido, teve papel importante a missão econômica enviada aos Estados Unidos no início de 1942, sob a chefia de Sousa Costa, que resultou na assinatura dos Acordos de Washington, aproximando os dois países e definindo o apoio brasileiro aos Aliados na Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, a redução do fluxo de investimentos externos, já notada nos anos que antecederam ao conflito, levou o governo brasileiro a abrir linhas especiais de crédito para estimular o desenvolvimento industrial do país.

Com a crise do regime a partir de 1945, deu apoio ao movimento queremista, que reivindicava a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte com Vargas no poder. A queda do ditador, em outubro daquele ano, porém, determinou a sua saída do ministério. Em dezembro de 1945, elegeu-se deputado federal constituinte pelo Rio Grande do Sul na legenda do Partido Social Democrático (PSD), que aglutinava os grupos oligárquicos que haviam apoiado o Estado Novo. Entre 1950 e 1955 presidiu o Conselho Nacional de Economia.

Morreu no Rio de Janeiro, em 1957.

(Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001).

**Virgílio Alvim de Melo Franco** nasceu em Ouro Preto (MG), em 1897.

Sua família possuía grande influência na política mineira e nacional. Seu pai, Afrânio de Melo Franco, ocupou postos importantes no governo e no Parlamento durante a República Velha, e foi o primeiro ministro das Relações Exteriores do país após a Revolução de 1930. Seu irmão, Afonso Arinos de Melo Franco, também chefiou o Itamarati, no início da década de 60.

Advogado, Virgílio de Melo Franco formou-se pela Faculdade Livre de Direito, do Rio de Janeiro, em 1918. Nessa mesma época, exerceu seu primeiro cargo público, como chefe de gabinete de seu pai, quando este esteve à frente do Ministério da Viação, no governo de Delfim Moreira (1918-1919).

Em 1922, elegeu-se deputado estadual em Minas Gerais na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM), ao mesmo tempo em que apoiava a eleição do mineiro Artur Bernardes à presidência da República. Nessa ocasião, foi incumbido por Bernardes de buscar peritos na Europa que comprovassem a falsidade das cartas que a imprensa lhe atribuía, contendo referências agressivas às Forças Armadas. O episódio das "cartas falsas", como ficou conhecido, marcou o agravamento das resistências ao nome de Bernardes entre a jovem oficialidade militar, que logo depois iniciaria o ciclo das revoltas tenentistas contra o seu governo.

Durante o governo de Washington Luís, Virgílio aproximou-se da oposição e dos tenentes, passando a cogitar a derrubada do regime pela via armada mesmo antes da derrota da Aliança Liberal, no pleito presidencial realizado em março de 1930. Concretizada a derrota eleitoral de Vargas, retomou as atividades conspirativas e esteve entre os principais articuladores da insurreição de outubro daquele ano, que depôs Washington Luís e impediu que Júlio Prestes, eleito em março, tomasse posse. Foi, então, um dos principais elos de ligação entre os tenentes e os velhos políticos da Aliança Liberal, que se mostravam reticentes diante da opção armada.

Com a vitória do movimento, recusou os cargos que lhe foram oferecidos por Vargas no novo governo, esperando ser nomeado interventor federal em Minas Gerais. O governo mineiro, porém, foi o único a não sofrer a intervenção do governo federal, já que Vargas preferiu manter Olegário Maciel no posto, evitando assim perder o apoio do PRM. No início de 1931, Virgílio publicou outubro, 1930, obra em que apresenta um relato vivo do processo revolucionário.

Embora sem cargo público, manteve grande influência nos primeiros anos do novo regime, inclusive contando com importantes contatos nos meios jornalísticos. Suas pretensões com relação ao governo mineiro levaram-no a participar da fracassada tentativa de golpe deflagrada contra Olegário Maciel, em agosto de 1931, que contou com o apoio do ministro Osvaldo Aranha e a conivência do próprio Vargas. Em seguida, passou a apoiar as iniciativas de pacificação da política mineira, como a criação do Partido Social Nacionalista (PSN), tentativa de fusão do tradicional PRM com a Legião

de Outubro, organização de moldes fascistas criada em apoio à nova ordem. O "acordo mineiro", porém, durou pouco. A eclosão da Revolução Constitucionalista de São Paulo, em julho de 1932, ganhou o apoio da facção do PRM chefiada por Bernardes, enquanto a maioria dos dirigentes mineiros, incluindo Virgílio, mantinha-se fiel ao governo federal.

No início de 1933, elegeu-se deputado federal constituinte na legenda do Partido Progressista (PP), de Minas Gerais, nova agremiação que aglutinava os setores situacionistas no âmbito estadual e federal. Em setembro daquele ano, a morte de Olegário Maciel voltou a agitar a política mineira. O processo de indicação de seu sucessor mobilizou não só os mineiros, mas também os políticos que disputavam posições na política nacional. Duas fortes candidaturas então se apresentaram: a de Virgílio, apoiada pelo ministro da Fazenda Osvaldo Aranha; e a de Gustavo Capanema, membro do secretariado de Olegário e seu substituto interino à frente do governo, que obteve o decidido apoio do governador gaúcho Flores da Cunha. Para surpresa geral, porém, Vargas optou por nomear para a interventoria mineira um nome de pouca expressão, o do deputado federal Benedito Valadares. Em protesto, Virgílio renunciou à liderança da bancada mineira na Constituinte e seu pai deixou o Ministério da Relações Exteriores. Osvaldo Aranha também chegou a renunciar à pasta da Fazenda, mas dias depois voltou atrás e reassumiu seu posto.

Desde então Virgílio passou a alinhar-se com a oposição ao governo federal. Em 1935, pediu esclarecimentos a Luís Carlos Prestes sobre a natureza política da Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização que reunia setores antifascistas de diversos matizes, inclusive comunistas e socialistas, mas não chegou a se comprometer com o movimento. Dois anos depois, manifestou-se contrário à instauração da ditadura do Estado Novo.

Em 1942, após a declaração de guerra do Brasil às potências do Eixo, estabeleceu uma última aproximação com Vargas, a quem escreveu oferecendo-se para colaborar com o governo em um momento de união nacional. Foi então nomeado interventor no Banco Alemão Transatlântico, principal agência financeira da Alemanha no Brasil. Não deixou, porém, de vincular-se aos setores liberais quando esses voltaram a se manifestar, motivados pelo alinhamento brasileiro aos países democráticos no âmbito internacional. Em outubro de 1943, foi um dos signatários do Manifesto dos Mineiros, documento que representou o primeiro golpe na censura do Estado Novo, após muitos anos. Por conta disso, foi exonerado da direção do Banco Transatlântico. No final de 1944, foi preso por alguns dias, acusado de atividades contra o regime. Em janeiro do ano seguinte, participou, como delegado do Distrito Federal, do Congresso Brasileiro de Escritores, evento que representou novo golpe no regime ditatorial.

Ainda em 1945, esteve entre os principais articuladores da União Democrática Nacional (UDN), partido político que reunia a oposição liberal ao Estado Novo, que lançou a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à eleição presidencial marcada para dezembro daquele ano. Realizado o pleito, porém, saiu vencedor o general Eurico Gaspar Dutra, candidato das forças que haviam apoiado o Estado Novo, aglutinadas no

Partido Social Democrático (PSD). Tempos depois, Virgílio manifestaria sua oposição à aproximação da UDN com o novo governo. Mesmo assim manteve-se à frente do diretório do partido em Minas Gerais.

Morreu assassinado no Rio de Janeiro, em 1948. O crime, cometido por um ex-empregado que também foi morto na luta corporal travada com Virgílio, jamais teve suas causas esclarecidas.

(Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001).

#### ANEXO 4 – transcrição da Dedicatória

Getúlio Vargas da Costa Gama  
Cândida Darci Vargas  
Edith Maria Vargas da Costa Gama  
Celina Vargas do Amaral Peixoto  
Yara Maria Tavares Vargas  
Getúlio Dornelles Vargas

Dedico êste livro a vocês, e por intermédio de vocês a todos os jovens brasileiros que nasceram sob a proteção do nome de Getúlio Vargas, e não conheceram suficientemente para o poder compreender, julgar e apreciar.

Êle foi um homem excepcional que, tendo vivido tôdas as angústias da adolescência de um povo, se conservou sempre jovem e morreu em plena juventude espiritual, deixando um exemplo insuperável dentro da História do Brasil.

Tenho lido e ouvido tôdas as lendas que são contadas, algumas verdadeiras, muitas inventadas, outras fantásticas, a respeito de um homem que todos discutem e poucos entenderam.

Vocês que carregam nas veias o sangue dêsse homem, derramado voluntariamente para salvar o Brasil de um mal maior, sangue que é um ônus e uma glória; vocês que deverão enfrentar a História amanhã; vocês que deverão explicar o inexplicável; vocês que deverão ser ora endeusados, ora menosprezados por causa dessa honra e desse ônus, devem aprender e entender sua grande lição de patriotismo, a maior herança que êle poderia deixar a vocês.

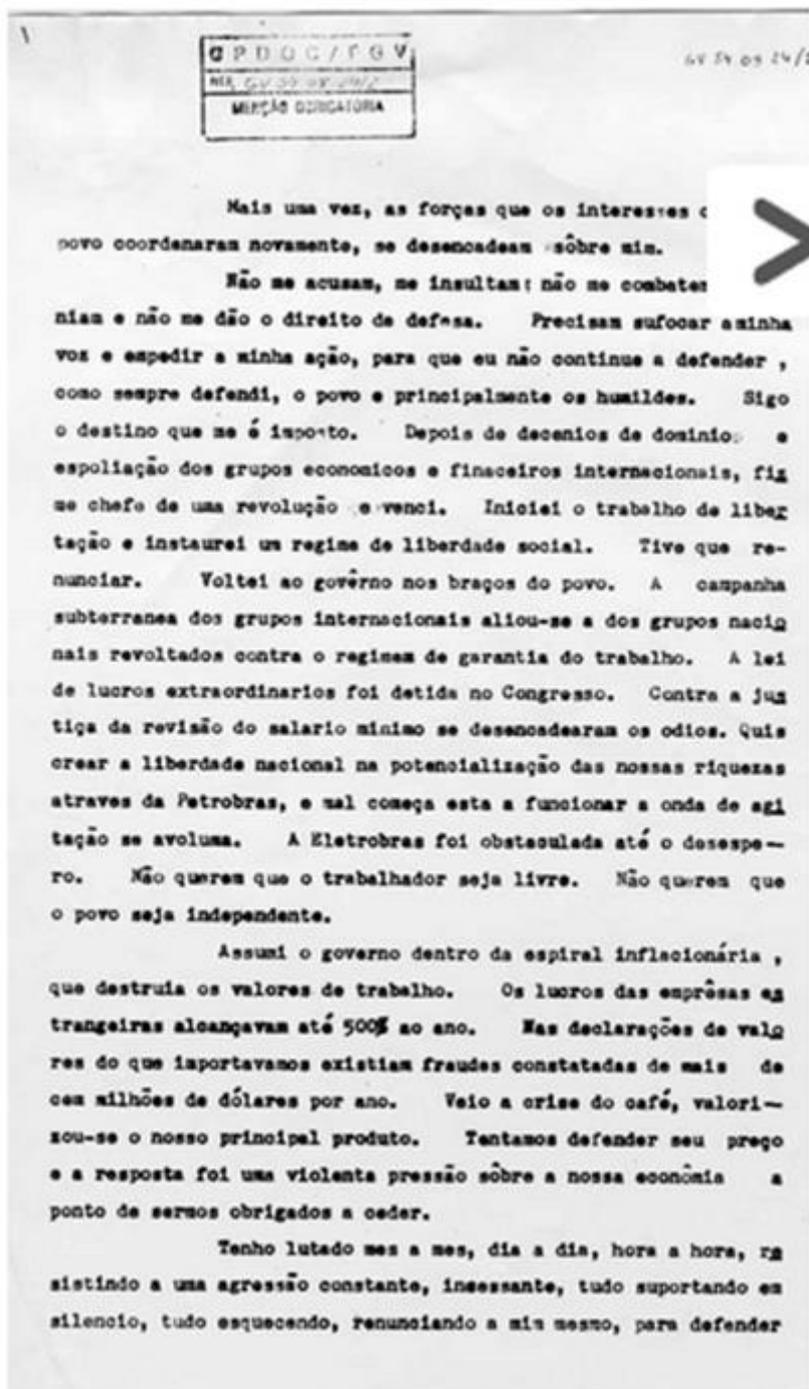
Nenhum só de seus atos em tôda sua vida pública é motivo de desdouro, de vergonha ou de humilhação para qualquer de seus descendentes. Mas tampouco nos dá o direito de vivermos do fruto de seu esforço.

Em 1947 plantou na Fazenda do Itu inúmeras árvores, que só darão frutos dentro de vários anos. Ouvi-o muitas vêzes dizer com explicação: “Isto não é para mim, não verei estas plantas crescidas. Tudo isto é para meus netos”.

Aproveitem da sombra que êle lhes deixou, saboreiem as frutas das árvores que êle plantou, mas não as deixem morrer, nem esqueçam de as replantar para que outros as colham também. §8: Orgulhem-se dêle mas não percam o sentido da obra que êle começou para vocês. (PEIXOTO, 1960, dedicatória).

ANEXO 5 – Carta-testamento digitada

FRENTE



(Getúlio Vargas, Grifos nossos). Carta-testamento (cópia datilografada) divulgada imediatamente após o suicídio de Vargas, em 24 de agosto de 1954. (GV c 1954.08.24/2)

## VERSO

o povo que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguns, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço um holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre com vós. Quando vos humilharem sentireis minha alma sofrendo a vosso lado. Quando a fome bater a vossa porta, sentireis em vossas peitos a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação. Meu sacrifício nos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta.

Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. A aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo, não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate.

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio as infâmias, a calúnia, não abateram meu ânimo. Vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Meramente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.

Carta-testamento (cópia datilografada) divulgada imediatamente após o suicídio de Vargas, em 24 de agosto de 1954. (GV c 1954.08.24/2).

ANEXO 6 – Carta-testamento manuscrita



Carta-testamento (cópia manuscrita e assinada) divulgada muitos anos após o suicídio de Vargas. (GV c 1954.08.24/2)

**ANEXO 7 – Habeas Corpus Olga Benário**